História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Ano 2021

História:
Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Ano 2021

Ano 2021

Ano 2021

Atena
Editora

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

História: sujeitos, teorias e temporalidades 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: sujeitos, teorias e temporalidades 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-967-7
DOI 10.22533/at.ed.677211904

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

Ano 2021

APRESENTAÇÃO

Mais uma obra organizada pela Atena Editora centrada nas produções científicas historiográficas do Brasil e do mundo. Por conter capítulos em língua estrangeira, a obra foi dividida entre pesquisas brasileiras e pesquisas internacionais.

As pesquisas giram em torno dos mais diversos temas, com recortes teóricos, metodológicos, espaciais e temporais amplos: desde questões relacionadas ao medievo, à capítulos sobre terras indígenas e os conflitos aí presentes. São trabalhos sobre composições arquitetônicas, conflitos no Brasil (sobre demarcações de terras indígenas, sobre a construção da hidrelétrica do São Francisco, por exemplo), sobre cultura material e imaterial. Além de abordagens sobre memória, identidade, imaginário, história oral, museus, tecnologia e ciência.

Nesta obra somos apresentadas/os a termos como *queenship,* SAT e estudo sobre a tradição Védica.

Convido vocês a começarem pela leitura de "*Odeio Paulo Freire e aquele seu conceito humanista*", de Antônio Carlos da Rocha, um capítulo que pode despertar um receio pelo título, porém, que trata dos recentes discursos de ódio presentes na sociedade brasileira, proferidos contra profissionais da educação, sobretudo atacando o patrono da educação: Paulo Freire. Começar uma obra com este capítulo é nos colocar política e socialmente contra tais discursos e reafirmar o papel da ciência e importância de estudos como os aqui presentes.

Para além de pesquisas relacionadas à educação e aos demais temas já previamente citados, você também encontra na segunda parte da obra capítulos em espanhol sobre comércio local e disputas urbanas.

Boa leitura!

Aline Ferreira Antunes

Brasília, março de 2021

SUMÁRIO

PARTE I: PESQUISAS BRASILEIRAS

CAPÍTULO 1

ODEIO PAULO FREIRE E AQUELE SEU CONCEITO HUMANISTA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 19/02/2021

Antônio Carlos da Rocha
EMEF Fernando de Azevedo, Orientador Educacional
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste – RO
http://lattes.cnpq.br/0018110123270798
https://orcid.org/0000-0001-8917-7838

RESUMO: O estudo bibliográfico inicia com a ironia expressa no título do artigo. A frequente frase, provavelmente, criada e disseminada com a finalidade de desqualificar o pensador, que já não está em vida, mas ainda provoca a agonia do sistema em sua barbárie, fazendo-o, sentir sufocado com as sábias críticas proferidas por Freire em seus escritos, foi o ponto de partida no artigo. Objetivando mostrar que Freire continua vivo e ultrapassará seu centenário, buscamos mesclar as contradições presentes na história reveladas por ele e, metodologicamente, mesclamos o pensamento do autor aos personagens de outras áreas do conhecimento para justificar que em sintonia com ele, outros, também denunciam a situação desumana do sistema. Se Freire foi preso e expulso do país no momento que iniciou suas críticas, por que afirmam que ele é o culpado dos problemas na educação, ou na ótica dos mais exaltados, dos problemas sociais do país num momento controverso atual?

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Contradição, Humanismo, Ódio.

I HATE PAULO FREIRE AND THAT HIS HUMANIST CONCEPT

ABSTRACT: The bibliographic study begins with the irony expressed in the title of the article. The frequent phrase, probably created and disseminated with the purpose of disqualifying the thinker, who is no longer in life, but still provokes the agony of the system in his barbarism, making him feel suffocated by the wise criticisms uttered by Freire in his writings, was the starting point in the article. Aiming to show that Freire is still alive and will surpass his centenary, we seek to merge the contradictions present in the story revealed by him and, methodologically, we merge the author's thinking with the characters of other areas of knowledge to justify that in tune with him, others also denounce the inhuman situation of the system. If Freire was arrested and expelled from the country at the time he began his criticism, why do they claim that he is to blame for the problems in education, or from the perspective of the most exalted, of the social problems of the country at a controversial current moment?

KEYWORDS: Education, Contradiction, Humanism, Hate.

INTRODUÇÃO

Se existe um personagem que é odiado pelo sistema neoliberal de caráter economicista, capitalista, é Paulo Freire. Quanto aos motivos desse ódio você entenderá no decorrer do

estudo deste artigo. É óbvio que a preocupação com a educação, com o ser humano e com o social não é somente dele, outros personagens foram enfáticos nas cobranças, mas ele é sem dúvidas, uma das grandes referências brasileira nesta direção. Além de ser crítico ao sistema, mostrou, por via da educação, distintas possibilidades de superação das mazelas causadas pela ganância do sistema que corrói a todos.

O artigo iniciou com o título irônico para chamar a atenção do leitor sobre as injustiças cometidas por muitos leigos que criticam Freire sem conhecer seu potencial. Trata-se de reprodutores conscientes, ou não, da versão imposta pelo sistema que detona quem atua de forma contrária ao seu propósito. Infelizmente, muitas dessas críticas vêm de professores que não possuem o hábito de leitura e se tornam meros reprodutores do que ouve, ou realmente desconhecem o referido, o que é quase inadmissível para um brasileiro. Na tentativa de desqualificar o crítico, a via mais comum usada pelo sistema é a destilação do ódio, daí a expressão "odeio Freire", complementada pela crítica ao conceito de "humanista", bandeira defendida por ele.

Os problemas sociais atuais não são responsabilidades do pensador, basta lembrar que ele quase nem atuou no país. O sistema sim, controla a nação, principalmente, a partir do processo de urbanização e industrialização do país e com a burocratização do Estado brasileiro que tem suas necessidades e razões. Mas isso não justifica a metodologia aplicada, a imposição e as distorções da realidade que não atendem aos interesses dos brasileiros, fogem à necessidade humana e a razão das críticas de Freire. Portanto, não pode ser o conceito humanista de Freire responsabilizado pelas falhas do sistema.

Se Freire fez a leitura de mundo e foi capaz de perceber os desastres que o humano pode causas ao seu próximo, convido-o a fazer a leitura do Brasil com suas contradições e distorções, nesse artigo. Você verá que a educação pode deseducar as pessoas, verá exemplos que deduzem os culpados dos desastres sociais no país, as contradições na ação humana, além do legado de Freire. Enfim, espera-se, que em poucos parágrafos nesse artigo, o leitor entenda a importância de tal reflexão e a necessidade de atentar para as orientações aqui propostas, embasadas nos teóricos estudados.

A EDUCAÇÃO QUE É DESEDUCADA

Não é difícil ouvir a frase "Odeio Paulo Freire e aquele seu conceito humanista", logo percebe-se que a expressão proferida, em muitos casos, sai do inconsciente daqueles a quem Paulo Freire dedicou suas energias para ajudá-lo. Freire sabia disso e por essa razão "pagou um preço muito alto" ao questionar a conduta da educação no país onde predominava a "Educação Bancária", segundo ele, em "Pedagogia do Oprimido - 2005". Que ligação tem o artigo com as ideias de Freire e seus críticos? E, que circunstâncias levaram o autor ser tão duro nas críticas? E, por que sujeitos explorados pelo sistema, condenam, veementemente, o crítico e educador Freire com a sua postura pedagógica crítica?

À primeira vista Freire é culpado sim, culpado porque desconstruiu a versão “poderosa” do sistema que dominou a consciências dos brasileiros durante os séculos de colonização até ao momento em que apareceu esse “teimoso cidadão” capaz de desafias uma estrutura construída, a séculos. A ousadia de Freire foi tamanha que incomodou a elite da época, continua incomodando na atualidade e os 100 anos do seu legado será um primeiro passo para afirmar as suas hipóteses, como perspectivas verdadeiras. No fundo, sabia o sistema elitista conservador, que os 100 anos da presença de Freire na mentalidade dos brasileiros poderia virar 1000, daí a grande preocupação em tirá-lo do jogo intelectual.

Com uma população deseducada, intelectualmente falando, sem a capacidade crítica, à primeira vista, caberia aos algozes do pensador, afastá-lo do país até que a população o esquecesse e isso parecia justo, do ponto de vista do sistema. No entanto, um gênio como o referido, foi gênio em outros idiomas, em outras culturas e o que parecia uma estratégia fantástica, na ótica dos algozes de Freire, o potencializou a expor seus ideais além fronteira. É perceptível que o desafio enfrentado por ele, não foi fácil, tendo que deixar a sua pátria, sacrificar a sua família e fazer a leitura de mundo, como dizia o próprio pensador, mas o destino o conduziu a tal situação e forma que ele soube manter a postura e genialidade por todos os recantos que passou.

Ao denunciar a educação pouco promissora, a formar consciência crítica no país, se reeducou, pôde crescer e transformar ideias, transformando-se, também. Talvez esse seja um dos grandes legados do Educador para si mesmo. Transformar o pensamento social reconstruindo-se, foi mais promissor para o educador e personagem estudado. No entanto, o sistema conseguiu imprimir na mentalidade de muitos profissionais e diversas instituições, dentre elas, a própria educação, um conceito que entra em contradição em poucos minutos de retórica. Estamos falando do conceito de “ódio ao princípio humanista frereano”.

Por mais que falam no poder das inovações tecnológicas, a tecnologia em si, não é a solução para resolver o descaso do ponto de vista humano. Como disse Ferreira (2011, p. 46), num artigo sobre a contradição “Tradição e Inovação Pedagógicas” nas escolas de Anápolis em Goiás: “.... Não basta romper com o tradicional, nem sair do comodismo e inovar. Deve-se levar em conta o dever ético da profissão e a preocupação com a participação dos alunos nesta mudança. ”. A opinião apresentada no artigo é bastante contundente, pois a ética é fundamental não só na profissão, mas em todas as instâncias onde se faz presente seres humanos e a inovação tecnológica precisa dessa regulação.

ONDE ESTÁ A CULPA

O problema das indignações referentes ao pensamento humanista de Freire deve ser encontrado, pois somos humanos e sempre que o crítico ao pensamento humanista desfaz da humanidade presente no pensamento do referido, logo volta-se em defesa

da sua imagem como um ser capaz da razão, com direito à expressão, externando reivindicações que é um direito humanista, contradizendo-se. Tanto na expressão que ele a tem como racional, quanto nas emoções e nos sentimentos, demonstra ser diferente dos animais irracionais, segundo às ciências biológicas, que são incapazes de revelarem essa competência, ou a ausência dela e isso, é contraditório.

Portanto, como humano, o que se vê nele é uma crença, descrente. Um ser que diz e contradiz na sua capacidade humana de ser. Na verdade, o que está em jogo é a denúncia Freire durante toda sua vida: a denúncia da ordem opressora que supervaloriza uma minoria e menospreza a maioria que, geralmente, aceitam a imposição por autoritarismo, ou desinformação e acabam sustentando os primeiros. E, justamente esta foi a razão de Freire afirmar que: "Nenhuma "ordem" opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: "Por quê? "". (FREIRE, 2005, p. 87). O esforço, constante, em manter a ingenuidade da maioria faz parte da preocupação do sistema que, ao ser denunciado por Freire externa sua indignação na vontade de matá-lo, até mesmo, atualmente, após a sua morte. Na verdade, luta-se para matar seu pensamento, suas ideias!

Ao falar na busca por libertação, Freire disse que ninguém se liberta sozinho, entretanto, o autor faz um convite à comunhão. A certeza o instiga dizer, que: "Não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase coisas, com eles estabelece uma relação dialógica permanente". (FREIRE, 2005, p. 63). Veja que o pensador chama a liderança revolucionária ao diálogo, não um diálogo simples, ele fala no diálogo para a libertação, um constante reaprender.

Pedagogia do Oprimido desmistifica a relação opressor/oprimido e o antagonismo entre duas forças na, e para, a educação dos cidadãos, como mostra a citação: "...uma, a "bancária", que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação...", e complementa: "...Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação. (FREIRE, 2005, p. 78). Percebendo o que diz a citação, fica esclarecido a distinção entre o pensamento e objetivo de um, em relação ao outro, bem como, a pouca probabilidade de consenso entre as duas formas de pensar.

O que está em jogo é a população que trabalha e sustenta o sistema educacional manobrado até os dias de hoje pela educação "bancária" denunciada por Freire. Na realidade, a educação continuou despolitizada Freire foi preso, expulso do país e quando retornou ao Brasil pouco viveu em sua Pátria vindo a falecer em 02/05/1997. Ao contrário disso, a educação continuou comandada e manobrada pelo sistema que culpa o pensador pelos desastres da ação que eles manobraram. O mais triste em tudo isso, é perceber que muitos educadores entram no jogo do sistema e acusam aquele que tentou defendê-los: "é atirar no próprio pé", ironicamente falando. Muitos professores vivem sufocados, depressivos, reprimidos, mas não buscam conhecer as denúncias feitas pelo autor, talvez pelo pouco hábito de leitura, mesmo.

Desconhecendo o personagem que o defendeu e reproduzindo as distorções que é induzido a seguir, ou a ele é imposta, esse professor entra em contradições constantes, não revela profissionalismo em defesa dos seus, desmoralizando-se. O cidadão que sofre a exploração do sistema, mesmo sendo pouco informado, tira suas conclusões e muitos não levam a sério os discursos controversos do "suposto intelectual" e suas contradições, o professor que trabalha a educação de seus filhos. Nem todo cidadão desprovido de conhecimento letrado, é desprovido de criticidade, somente para justifica os argumentos...

A CONTRADIÇÃO HUMANA

Atualmente, estarrecedoras contradições aparecem e são denunciadas por muitos intelectuais, seja com base na área da Filosofia, na Sociologia, na Antropologia, como ciências humanas, ou qualquer outro intelectual que acredita no ser humano como um ser capaz de progredir, sem agredir. Entretanto, há outra vertente do pensamento humano, que usa as mesmas ciências e os recursos técnicos como sinônimo de evolução para distorcerem a realidade, dão ênfase a interesses restritos que, mesmo trazendo benefícios, fragilizam o potencial humano. A exemplo, a tecnologia de informação, com todo o seu livre potencial sendo usada sem uma consciência crítica.

Os "*avanços tecnológicos"* dos últimos tempos, as contradições na *relação racional/irracional* e *poder econômico* que, juntos arrastam o político e o ideológico e, até mesmo uma parcela do pensamento e expressão de fé, *(Teologia).* Este último, que não pretendemos entrar em detalhe devido ao pouco conhecimento sobre o tema, preocupa. O leitor precisa perceber que são quatro exemplos que certamente Paulo Freire continuaria questionando, se estivesse em vida. A humanidade "evoluiu" em direção ao controle econômico e tecnológico, mas perdeu no racional e no quesito, fé.

Talvez seja por essa razão que Han (2017), em "Sociedade da Transparência", usou a expressão "fotografia de hoje", onde se expõe tudo de acordo com o capricho e o interesse de quem determina os rumos do poder global. Para o filósofo, a exposição não possui destino algum, na verdade, implica a ausência da negação. Tanto quanto Freire denunciou a inibição da capacidade criativa das pessoas. A transparência, segundo o filósofo, é inimiga do prazer, é evidente que ele falou da transparência descompromissada com o ser humano, com a ideologia e notoriamente, com o social.

> A fotografia de hoje, totalmente tomada pelo valor expositivo, mostra uma outra temporalidade. Está determinada pela *atualidade sem negatividade*, sem destino, que não admite nenhuma tensão narrativa, nenhuma dramaticidade de "romance". Sua expressão não é romântica. (HAN, 2017, p 31).

Outra denúncia que o autor de "Sociedade da Transparência" fez, está relacionado ao compromisso moral, onde a comunicação e a informação ocupam os espaços, tornando tudo transparente, mas a seu modo, ou ao modo dos interesses restritos, também

denunciados por Freire. Para o crítico "... O vento digital da comunicação e da informação penetra tudo e torna tudo transparente. Ele atua através da sociedade da transparência; mas a rede digital como medium da transparência não está submetida a um imperativo moral. ..." (HAN, 2017, p. 103). Poderíamos pensar na regulação do sistema TICs, já mencionados nos argumentos, com as diversas plataformas livres, ou regulação limitadas.

Por outro lado, encontramos na obra "O que é poder local", do economista Ladislau Dowbor (2016), a instigante reflexão de que o "... cruzamento, entre os avanços tecnológicos e as formas de crescimento econômico por um lado, e as nossas necessidades como seres humanos, está no centro do debate. (DOWBOR, 2016, p. 12). Portanto, ao conhecer sobre economia, denuncia ações incomuns do caráter humano de manobra do sistema economicista e aponta dois mecanismos que geram a passividade das pessoas: de um lado, o sistema neoliberal com a sua invisibilidade intencional e, do outro, o discurso da estatização se mostrando responsável pelo planejamento e a ordem, ação desmentida com a realidade, segundo o autor.

Para o economista, dentre os diversos fatores que acarretam as consequências para o país e são plausíveis até para um leigo, a dimensão territorial do Brasil, a subutilização de terras, o recurso hídrico, a destruição da fauna e da flora brasileira, ambos, são fatores de descaso dos gestores que se deixam invadir por uma monocultura ou, por uma indústria ávida a devorar as riquezas do país. Nos séculos de história, com tantos problemas sociais e mais recentemente, com o mapa da fome, o Brasil vinha saindo desta situação drástica para qualquer sociedade, principalmente para um país com tantas riquezas como esse. Talvez dissesse Freire, graças à desinformação e a ausência de uma educação libertadora. Dentre outros fatores Dowbor aponta:

> ...850 milhões de hectares que compreendem o território nacional, temos cerca de 370 milhões de hectares solo "ótimo, bom e regular". Utilizamos na lavoura, somando a permanente e a temporária, cerca de 70 milhões de hectares. O Brasil possui a maior reserva de terra parada do planeta, além das imensas reservas de água e de um clima propício. Enquanto isso, no país, temos milhões de trabalhadores desempregados ou subempregados. (DOWBOR, 2016, p. 68).

Com todo esse potencial e as contradições existentes, só poderia dar um Brasil da polarização, onde, de um lado, monopolizam e do outro, pelo senso crítico, denunciam. Espero que o leitor esteja entendendo a consonância entre os pensadores até aqui citados, cada um a seu estilo e proposição crítica, incomum à realidade da maioria da população que não tem acesso à informação real. Na verdade, uma população instruída a negar a si mesmo que defendem quem não são. A falta da consciência crítica sugerida nas reflexões de Freire exigindo da educação uma adequação, a criticidade denunciada por Han e as reflexões em Dowbor são exemplos que merecem reflexões. Como nosso foco é Freire, em pouco instantes, passaremos ao seu legado.

Diferentemente do que pensou Freire e demais críticos apontados até aqui, atualmente, se vê no Brasil, um enorme contingente de pessoas com capacidade cognitiva ímpar invertendo a situações no comportamento social. O descontrole racional chegou ao ponto de cidadãos começarem a dar prioridades, excessivas, aos animais irracionais, que também merecem respeito, evidentemente e em contrapartida, desprezam seres humanos, tanto quanto Hitler protegia um animal e exterminava humanos. Portanto, a inumanidade denunciada por Freire desde suas primeiras teses continua e continuará sendo necessária por mais séculos, assim como Freire continuará "vivo" hoje e sempre.

Pedagogia da Autonomia mostra que ensinar não é transferir conhecimento, o autor expôs, com genialidade, como se deve comportar o verdadeiro gênio com vista acolher todas as pessoas. Pode-se afirmar que uma boa parcela dos envolvidos no sistema educacional que possuem distorções de ordem ideológicas impregnadas em seu imaginário, não são capazes de comportar com tanta leveza intelectual, como o educador Freire, segundo relatos. A tendência perversa do sistema está na sua vingança e tentam vingar de Freire até mesmo após a sua morte. Ao contrário, o pensador teve outro comportamento, o comportamento de um gênio passivo, a serviço da humanidade.

> Por mais que me desagrade uma pessoa não posso menosprezá-la com um discurso em que, cheio de mim mesmo, decreto sua incompetência absoluta. Discurso em que, cheio de mim mesmo, trato-a com desdém, do alto de minha falsa superioridade. A mim não me dá raiva mas pena quando pessoas assim raivosas, arvoradas em figura de gênio, me minimizam e destratam. (FREIRE, 2004, p. 55).

É evidente que ao denunciar o sistema como Freire denunciou, a tendência era a contraproposta, ação comum em qualquer situação nas relações humanas. No entanto, o que está em jogo é a forma desumana e perversa com que eles distorcem a realidade e revidam e a reação impregnada na mentalidade das pessoas que o ignora. Essa forma desumana com que atacam o autor, na verdade, legitima a sua denúncia. O sistema confirma, em ação, toda a denúncia de Freire como verdadeira e fundamental para garanti-lo como sujeito merecedor da celebração do seu centenário.

O LEGADO DE FREIRE

Conforme mostra a apresentação de Pablo Neruda (In. SOUZA. et al. 2001, p. 21), no livro Paulo Freire. Vida e Obra (2001). Ele afirma que os colaboradores na obra, garantiram dois legados de Freire: "diálogo e o trabalho coletivo", portanto, é um bom livro para ajudar o leitor entender a trajetória do personagem apresentado no artigo. Brandão antecipa Neruda ao apresentar a obra como: "...uma convocação contra o quietismo e o fatalismo", um livro de utilidade para "professoras e professores", mas também para "...militantes das causas e das frentes de lutas populares". Nele encontram-se diversas

reflexões que versam sobre obras e momentos da vida do pensador, portanto é um livro recomendado para quem tem afinidade com o tema.

Complementa Ana Inês Souza, ao introduzir os "diferentes olhares sobre obras de Paulo Freire" que: "...resgatar o pensamento de Freire é um desafio" e ao mesmo tempo, acrescenta: "...Quantos sonhos foram acalentados por Paulo Freire e destruído pela ditadura militar, em 1964...", complementando com a interrogação: "...estamos num processo de globalização econômica que além de reproduzir o capital e reconquistar riqueza, produz e reproduz desenvolvimento, fome e violência? E, finaliza citando Freire revelando a "... dúvida sobre a longevidade do momento neoliberal...". Souza (In. ____. et al. 2001, p. 34)

A produção surgiu em 2001, num momento em que o Brasil parecia estar entrando nos trilhos e na verdade, o trem descarrilhou, ou teve um deslize em duas décadas de caminhadas e sonhos. A expressão quer dizer que, subestimar o capital e o sistema neoliberal com a prepotência e falta de limites, é uma aventura. Acredita-se, que Souza, naquele momento, jamais pensou como seria as conquistas do Brasil em pouco tempo, bem como, imaginou, que em duas décadas o país estaria, segundo as forças progressistas, sofrendo um novo golpe, desta vez, o político-militar/midiático, para os mais exaltados, envolvendo, com o apoio de parte da a justiça.

Os argumentos de Souza têm procedência na previsão de Freire e o que se discutia naquele momento, acredita-se, que ainda está em jogo, a possível queda do sistema deduzida por Freire. Na visão do economista Ladislau Dowbor, em "O capitalismo se desloca, 2020", pode haver uma mudança no comportamento social. O que preocupa é a situação ilimitada do controle político e social, impulsionados pela pressão do mercado com vista ao lucro, transformando quase tudo em mercadoria, inclusive o ser humano. Esse raciocínio mostra que Freire tinha razão ao fazer o sacrifício que fez em defesa de uma educação crítica e criativa para evitar a situação inerte das pessoas.

Por mais que insultam o referido, mesmo após sua morte, dão a ele o título de um grande intelectual, põem à prova o quanto ele ainda incomoda, tanto o sistema elitista, quanto o capital e a sua artimanha para inibir ideologias. Se as ideias de Freire os incomodam, prova que seus argumentos tinham, têm e terão razão, não nos 100 anos do seu legado, mas perdurará séculos na história do Brasil. Não há como fugir a esta realidade, a verdade é absoluta e por mais que tentam mascará-la, com distorções, com conceitos que se dizem científicos, mas antiéticos na concepção Teológica e irracionais na concepção da Filosofia e da Sociologia, evidentemente.

> Quanto mais me deixo seduzir pela aceitação da morte da História tanto mais admito que a impossibilidade do amanhã diferente implica a eternidade do hoje neoliberal que aí está, e a permanência do hoje mata em mim a possibilidade de sonhar. Desproblematizando o tempo, a chamada morte da História decreta o imobilismo que nega o ser humano. (FREIRE, 2004, p. 115).

Das distintas produções e as diversas conferências, muitos registros estão à disposição das pessoas, inclusive presente no sistema das inovações tecnológicas que ele não condenou, ao contrário, valorizava, como valorizou a consciência crítica, exceto, quando havia a ação desumana na iniciativa. Era a desumanização das pessoas, ou inumanidade, que ele denunciava, no entanto, a base do seu legado. Apesar da pouca compreensão de quem foi Freire como intelectual que sonhou libertar a humanidade, o brasileiro deve acreditar que um "gênio real" em carne e osso, passou por essa terra e deixou registros dessa veracidade.

A semente plantada, a partir das teorias de Freire continuam frutificando e tende a se expandir com a celebração do Centenário de seu legado. O momento de coragem e ousadia fez lembrar a iniciativa do Pe. Abbé Granereau a partir na terceira década de 1900, quando em meio a tantas dificuldade e realidade diferente das de Freire, mas o drama parecido, tanto quanto o sonho, sonhou com um projeto ambicioso de valorização das famílias camponesas na França e a sua força de vontade, juntamente com a força de vontade das primeiras famílias que ousaram investir no projeto, frutificaram, espalharam pelos Continentes e hoje representa os diversos Centros de Educação no Campo. Estamos falando da Pedagogia da Alternância com suas distintas nomenclaturas no mundo.

É possível imaginar que o sonho sonhado por eles, jamais teve a dimensão do tamanho do projeto em menos de um século. Recentemente publicado, "O Livro de Lauzun" dá a dimensão da simplicidade e a ousadia que tiveram aqueles aventureiros na França. Uma simplicidade, tanto quanto, a simplicidade de Freire, mas a certeza e a vontade de ajudar as pessoas a autogerir-se. Esta é a grande diferença do projeto deles em relação ao projeto economicista que pensa o humano como objeto de sua ação, enquanto eles visaram o bem comum e a valorização do sujeito, tanto quanto Freire, o outro lado da moeda, visa a destruição da subjetividade, a domesticação, a escravidão.

A Pedagogia da Alternância, gestada na França - fomentada pelas ideias de Granereau, com vista a atender à necessidade daquelas famílias camponesas, tanto quanto, os primeiros passos dados no projeto de alfabetização dos adultos no Nordeste brasileiro, orientados por Freire é o sonho sonhado por todos os que vivem as incertezas do projeto de sociedade excludente. Desafios e obstáculos foram impostos em ambos os casos, mas prevaleceu o sonho, a força de vontade e a certeza de que o bem pode tardar, mas vem no momento certo, razão do esforço de fazer o paralelo entre os personagens.

Em ambos os casos, os personagens, aparecem em destaque e não diferente, ambos contaram com a coragem e a ousadia em desafiar, mas com o apoio e a propagação das ideias, por parte dos seus colaboradores. Se aquelas primeiras famílias da França não tivessem apoiado, questionado e ajudado ao vigário, possivelmente, o projeto esfacelaria. Não diferente, Freire contou com o apoio de muitos colaboradores e com àqueles primeiros alunos que confiaram no seu diálogo e nas orientações do projeto, tanto quanto o caso da França. Portanto, fazer o que estamos fazendo no artigo, nada mais é que, regar

as sementes plantadas na certeza de que elas continuarão germinando, crescendo e frutificando.

Quanto a Freire, das muitas polêmicas que viveu, os desafios que enfrentou, as críticas que tentam atribuir a ele até à atualidade, mostram que ele é atual. Na verdade, o que acontece, na maioria das vezes, é que, na tentativa de imitá-lo, mas com projetos conservadores, desconectados da realidade, reducionistas, entram em contradições, não sabendo como argumentar. Quem conheceu o Mobral sabe o que estamos falando! Sendo *"lobo e usando pele de cordeiro",* não são convincentes para os verdadeiros intelectuais e até mesmo, para os leigos curiosos, a via mais comum para se defenderem, é atribuir todos os estragos a quem nem atuou no país. O ódio é tão intenso que mesmo depois de décadas da sua morte, querem matá-lo novamente, ironicamente falando, mas ele é um "gênio" e gênio, segundo a fantasia, não morre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado neste artigo, além da ironia no título e no final do trabalho, é crítico. Crítico, porque analisa as contribuições de um dos maiores pensadores da história da educação brasileira que desafiou o sistema, suas imposições e autoritarismo, questionando-o. Alerta que, em função da postura crítica, Freire foi exilado, retornando à sua Pátria depois de décadas, portanto, ele atuou fora e não pode ser responsabilizado pelos desmandos na educação, muito menos nos problemas sociais. Ao mesmo tempo, o artigo contrasta as reflexões com as ideias de outros personagens atuais. Mostra que, independentemente de sansões sofridas, o referido Freire soube fazer a "leitura de mundo" e apropriou-se dela para confirmar suas Teses. Considerando que ele viveu a maior parte da vida produtiva fora do país, é inadmissível aceitar que seus algozes atribuam a ele a responsabilidade dos problemas educacionais e até sociais nos argumentos dos críticos.

Para que o leitor pudesse ter uma compreensão do propósito desta reflexão, fizemos uma pequena análise referente à educação que ao invés de contribuir para o bem social, contribuir com o ser humano, muitas vezes, deseduca. Ao agir, impondo sansões ao educador que questiona o sistema em vigor, o sistema acaba desarticulando a possibilidade da valorização humana proposta por Freire, inibe a criticidade denunciada por ele e depois atribui os problemas na educação e até os problemas sociais àqueles aos que dedicam sua vida pela educação, da mesma forma que acusam Freire que esteve ausente da Pátria durante quase toda a sua vida ativa. Isto não é justo e nem ético! Mas, a pergunta gritante é: Onde está o culpa dos problemas da educação, dos problemas sociais?

A resposta a esta pertinente pergunta fez parte do raciocínio e das denúncias do pensador, expulso do país por suas críticas. Na sequência, contradições na ação humana são mescladas às opiniões de outros autores, para, enfim, chegar ao legado de Freire. Das barbáries às conquistas, sabe-se que, a sociedade se compõe de muitos seguimentos e

opiniões, portanto não é justo condenar quem já foi condenado em vida, pelos desastres causados por líderes ambiciosos na sociedade. Usando a expressão do senso comum: “isso é dar um tiro no pé”. No entanto, concluímos dizendo que Freire foi e será uma grande referência brasileira para a educação na certeza de que ele está além fronteira. A grande certeza do quanto ele incomoda, está ávida tentativa de “matá-lo”, mesmo após a sua morte, ou seja, matar as suas ideias.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. In. SOUZA. A. I. et al. **Paulo Freire.** Vida e Obra. Expressão Popular. São Paulo, 2001.

DOWBOR, L. **O que é poder local?** Ética. Imperatriz, 2016.

________, L. **O Capitalismo se desloca.** Novas arquiteturas sociais. Sesc. São Paulo, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** Paz e Terra, 2004.

______, P. **Pedagogia do Oprimido.** ed. 42ª. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2005

FERREIRA, M. E. **A CONTRADIÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO EDUCATIVO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ANÁPOLIS.** Anápolis – GO, 2011.

GRANEREAU, A. **O LIVRO DE LAUZUN:** onde começou a pedagogia da alternância. Coleção: LABOR: Laboratório de estudos do trabalho e qualificação profissional. UFC. Fortaleza, 2020.

HAN, B. **Sociedade da Transparência.** Tradução: Enio Paulo Giachini. Vozes. Rio de Janeiro, 2017.

NERUDA, P. In. SOUZA, A. I, et al. **Paulo Freire.** Vida e Obra. Expressão Popular. São Paulo, 2001.

SOUZA, A. I. In. SOUZA. A. I. et al. **Paulo Freire.** Vida e Obra. Expressão Popular, São Paulo, 2001.

Tradutor on-line. Disponível em < tradutor google - Bing > Acesso em 16/02/2021.

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES SOBRE ALGUMAS CONVERGÊNCIAS ENTRE ARTE COMO IDEIA, INTERDISCIPLINARIDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 05/01/2021

Italo Bruno Alves
Departamento de Arte, Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Originalmente publicado na revista do Programa de Pós-graduação em História das Ciências Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, este artigo levanta algumas questões sobre o quanto a vivência de artistas brasileiros no contexto acadêmico, seja na graduação, seja na pós-graduação vem influenciando na natureza da produção que convencionamos chamar de contemporânea. Assim, alguns fatores serão apontados com estuturais para que a produção do pós Segunda Guerra Mundial tenha se amparado em metodologias, processos e demandas da implantação de departamentos de arte nas universidades, bem como na dinamização de programas acadêmicos de formação de artistas.
PALAVRAS-CHAVE: Arte contemporânea, Arte conceitual, Arte brasileira

REFLECTIONS ON SOME CONVERGENCES BETWEEN ART AS IDEA, INTERDISCIPLINARITY AND NEW TECHNOLOGIES

ABSTRACT: Originally published in the journal of the Graduate Program in the History of Technical Sciences and Epistemology at the Federal University of Rio de Janeiro, this article raises some questions about how much the experience of brasilian artists in the academic context, whether undergraduate or postgraduate, has influenced the nature of the production that we conventionally call contemporary. Thus, some factors will be pointed out with a view to post-World War II production being based on methodologies, processes and demands of the implementation of art departments in universities, as well as the dynamization of academic programs for the formation of artists.
KEYWORDS: Contemporary art, Conceptual art, Brazilian art.

1 I ARTE CONTEMPORÂNEA E UNIVERSIDADE

A arte em seu atual estado, conceitualista e multidisciplinar, estabelece com o ambiente acadêmico, reações, em sua produção de obras e proposições? Vejamos, preliminarmente, a etimologia da palavra Universidade. Derivada do elemento Un(i), do lat. Uni-, de unus ‘um, único’, palavra universidade, bem como seu sentido, origina-se diretamente - e dialogam - com universalidade e, por extensão, designam ‘instituição de ensino superior que compreende um conjunto de faculdades ou escolas’ - a partir de 1813 (CUNHA, 1996). De foma atual, a definição de Universidade para um dos pesquisadores mais respeitados sobre o papel institucional da universidade hoje, Edgar Morin,

evidencia algumas atualizações relevantes no entendimento do que seja universidade - e de seu papel no desenvolvimento de cada uma de suas áreas de conhecimento - portanto, afastastando-se da noção de 'reunião' para se aproximar da noção de 'interação'. Vejamos:

> A Universidade conserva, memoriza, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, idéias, valores; regenera essa herança ao reexamina-la, atualiza-la, transmiti-la; gera saberes, idéias e valores que passam, então, a fazer parte da herança. Assim ela é conservadora, regeneradora, geradora. A esse título, a Universidade tem uma missão e uma função transeculares, que vão do passado ao futuro, passando pelo presente; conservou uma missão transnacional, apesar da tendência ao fechamento nacionalistas das nações modernas. Dispõe de uma autonomia que lhe permite executar essa missão. (MORIN, 2001, p.81)

Morin em sua definição de universidade, amplia ainda, um outro entendimento preliminar sobre as universidade, o de Humboldt - em Berlim em 1809 - onde foram criados departamentos que se faziam coexistir, mas ainda sem fazer se comunicar, as duas culturas: a das humanidades e a cultura científica (MORIN, 2001). Esta falta de diálogo entre a cultura das humanidades e a cultura científica, acabou impedindo, por um lado, que as conquistas científicas alimentassem as reflexões das humanidades, por algum tempo, e por outro, que a ciência, privada das reflexões sobre os problemas gerais das humanidades, pensasse sobre si mesma.

Assim, Morin alerta, em sua demonstração da psicologia cognitiva, quanto ao fato de o conhecimento progredir menos pela sofisticação, formalização e abstração dos conhecimentos particulares do que, sobretudo, pela aptidão a integrar esses conhecimentos em seu contexto global (MORIN, 2001). O que de forma direta tornará o desenvolvimento da aptidão para contextualizar e globalizar os saberes tornar-se um imperativo em Educação, segundo ele.

Em um olhar mais específico para o campo das artes visuais, em uma revisão da literatura sobre esta relação - da arte com as outras áreas de conhecimento - parece possuir semelhanças ao fluxo descrito por Morin. No caso das Artes, o papel de Marcel Duchamp vem sendo cada vez mais exaltado como de conciliador entre as novas tecnologias que o século XX ofereceu aos artistas e o cheque mate conceitual que permitiu pensar arte por meios industriais, intensificando necessidades que estariam no domínio da ciência (MORIN, 2001).

2 | MARCEL DUCHAMP: ARTE COMO IDÉIA E O BINÔMIO ARTE E TECNOLOGIA

A aproximação da arte com a conceituação, e, consequentemente com teoria, conincide com a utilização de meios tecnológicos como meios expressivos em arte. Mera coincidência? Revisando a arte moderna, em relação às expectativas do seu público, da

religião, e das referências iconográficas da arte tradicional, percebemos o papel fundamental que os meios tecnológicos tiveram para consolidar arte como um evento mental (WOOD, 2002). Seus meios materiais são apenas seus meios materiais - quando houver. No lugar da natureza como tema, a arte passa a ser o tema da arte moderna. Em paralelo ao ready-made, a abstração informal e a abstração geométrica surgem como reflexo deste interesse dos artistas em pensar mais em arte, abandonando os modelos naturais seculares da figura humana, das paisagens e das natureza mortas (KAPROW, 1976). Assim, a fundação da Bauhaus em 1919 se torna impregnada de noções artísticas autoreferentes. A Bauhaus foi criada pra ser uma escola de design e de arquitetura, para isto precisou decodificar os elementos da sintaxe visual de uma maneira muito prática, onde a abstração geométrica e a abstração informal, pela primeira vez, se tornam metodologias de ensino, graças ao empenho de artistas como Lazlo Moholy Nagy, Paul Klee, Wassily Kandinky, entre outros (SINGERMANN, 1999).

Hoje, retorspectivamente, podemos observar que a presença do artista na universidade permitiu colocar lenha na fogueira criada por Duchamp, permitindo que teoria pudesse se tornar um assunto prático dos artistas, na arte contemporânea. A este respeito, Paul Wood aponta para o fato de a arte conceitual ter sido uma manifestação de arte visual baseada na destruição das principais características da arte tal como ela chegou até nós na cultura ocidental, ou seja, a produção de objetos que pudessem ser vistos e o olhar contemplativo propriamente dito (WOOD, 2002).

2.1 Arte como idéia e universidade

Depois que a Bauhaus foi forçada pelos nazistas a fechar em 1933, Albers imigrou para os Estados Unidos. No mesmo ano, ele se tornou o chefe do departamento de arte do recentemente estabelecido, Colégio Experimental Black Mountain na Carolina do Norte. A Black Mountain, concebida por John A. Rice para ser uma escola experimental de educação progressiva baseada nos princípios de John Dewey. Dentre os artistas que integraram esta comunidade de professores estão Willem de Kooning, Robert Rauschenberg, Josef Albers, Jacob Lawrence, Merce Cunningham, John Cage, Cy Twombly, Kenneth Noland, Ben Shahn, Franz Kline, Arthur Penn, Buckminster Fuller, Charles Olson, Robert Creeley, Dorothea Rockburne entre outros (WOOD, 2002).

Neste momento, podemos observar uma coincidência sintomática do nosso tema, o fato desta escola de vanguarda, a Black Mountain, ter abrigado a criação do primeiro happening por John Cage, quando organizou um evento multimídia que envolvia pinturas de Robert Rauschenberg, a dança de Merce, utilizando filmes, slides, rádio, poesia, música e literatura, numa proposta artística renovadora (HARISON, 2003)

3 I O CONTEXTO BRASILEIRO: ARTE, UNIVERSIDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS

A arte no Brasil possui particularidades em relação a este contexto norte americano no que diz respeito aos mecanismos de transmissão, mas sobretudo pelos seus mecanismos de implantação.

Em 1816, a côrte portuguesa contrata uma missão artística chefiada por Jacques Lebreton, antigo membro do Instituto de França e integrada por diversos artistas. Dentre eles o arquiteto Grandjean de Montigny, os pintores Nicolas Taunay e Jean-Baptiste Debret, o escultor Auguste Taunay, o gravador Charles Pradier e alguns artífices e ainda os escultores Marc e Zépherin Ferrez (RESENDE, 2000)

Temos aqui um exemplo da importância do modelo educacional na natureza da produção artística de seus egressos. Especificamente sobre o contexto brasileiro, Carlos Zílio aponta em seu A querela do Brasil, o impacto da Academia Imperial, para distinções entre o Rio de Janeiro e São Paulo, no início do século XX:

> No Rio, o sistema de arte estava mais enraizado, devido à tradição de suas instituições culturais [a Academia Brasileira de Letras e a Escola Nacional de Belas Artes], que remontavam ao início do século XIX. Para o Rio, convergiam artistas de todo o país e a cidade cumpria um duplo papel de pólo de atração e de modelo para as capitais estaduais. Já a importância de São Paulo era mais recente, fruto de um rápido crescimento na passagem do século, o que implicava numa vida cultural menos estratificada, embora baseada nos mesmos princípios daquela do Rio de Janeiro. (ZÍLIO, 1997, p. 39)

Mas, se por um lado, um modelo retrógrado pode influenciar negativamente, no caso específico da Escola Nacional de Belas Artes, ao longo do século XX fez com que ela perdesse seu protagonismo na formação de artistas no Rio de Janeiro, particularmente de artistas interessados em lidar com os problemas do seu tempo (RESENDE, 2000). A geração de artistas cariocas que participaram do Concretismo, e posteriormente do Neoconcretismo, tiveram como local de estudos o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Posteriormente foi a Escola de Artes Visuais do Parque Lage que assumiu o papel de agregar artistas interessados em se aprofundar no estudo da arte de vanguarda. Grandes artistas das gerações posteriores não tiveram passagens pela então Escola de Belas Artes, dentre eles: Ascânio MMM, arquiteto; Waltércio Caldas, cenógrafo; Milton Machado, arquiteto; Carlos Zílio, psicólogo, José Resende, também arquiteto. Esta desarticulação entre formação institucional e atuação de artistas na década de 70 pode ser observada no texto Formação do artista no Brasil, de José Resende, publicado originalmente na extinta revista de arte Malasartes, em 1975 (RESENDE, 2000). José Resende aponta para a falta do aval cultural no sentido de sistematizar o conhecimento da arte e para uma indefinição dos limites da arte com a programação visual. Em seu texto, José Resende apresenta o quadro de dissociação entre o meio de arte e as escolas de Arte:

> Nesse sentido importa lembrar que o artista brasileiro tem surgido de uma formação próxima ao autodidatismo; seu contato com a arte tem se feito através de um relacionamento mestre/discípulo com artistas mais velhos ou cursos universitários de atividades afins, como arquitetura, ou atividades ligadas a imagem, como a gráfica; as Escolas de Belas Artes, há muito, não preenchem mais o seu papel formativo e deixam de ser, inclusive, referência para um possível questionamento crítico. (RESENDE, 2000., p.142)

Quase quinze anos antes da publicação na revista Malasartes deste texto de José Resende, foi publicado um texto no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, em 1961, um texto de Tomás Maldonado (1977) que apontava para a mesma necessidade de articulação da arte com a universidade (MALDONADO, 1977). De forma oposta, Maldonado aposta no amálgama arte-comunicação como uma forma de promover a educação sobre arte por meio de sua popularização por meio do *design* MALDONADO).

Em comum, Maldonado e José Resende apontam para a necessidade de articulação da arte com a sociedade, com o espaço urbano e com o grande público. Os quinze anos que separam os dois textos parecem fazer a diferença no que diz respeito à maneira como esta articulação deveria acontecer. Enquanto Maldonado acredita em uma ramificação do Design que pudesse servir de veículo para questões artísticas, José Resende delimita a necessidade da área de arte criar suas próprias especificidades no terreno acadêmico (RESENDE, 2000). Este campo complexo de contato entre arte e universidade, foi abordado, ainda, por Júlio Plaza em seu texto Arte e instituição**:**

> O modelo medieval de ensino da arte tinha como característica a relação direta e pessoal entre mestre e discípulo, visava a convivência técnica e o aprendizado através das encomendas de obras de arte. (PLAZA, s/p, 2000)

Mas, claro, arte não é ciência, é parte de um conjunto específico de questões que tomaram contato com esta maneira de iniciação e desenvolvimento de obras, onde a arte investigava seus nexos políticos, sociais e também seus limites como seu repertório morfológico da área de conhecimento. Assim, trataremos adiante das particularidades estabelecidas pelo sistema universitário que possibilitaram, ou tornaram inevitáveis, este tipo de manifestação e/ou contaminação teórica na obra de alguns artistas, influenciados pelo modus operandi da produção de conhecimento nas universidades.

4 | ARTE CONTEMPORÂNEA: NOVAS TECNOLOGIAS E O AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Como vimos anteriormente, a arte conceitual, por ser uma manifestação ligada à linguagem verbal, possui uma raiz comum com a universidade. Embora não se possa afirmar que exista uma relação de causa e efeito entre universidade e arte conceitual, certamente se pode perceber o quanto a especialização do público de estudantes e professores viabilizou a verticalização das problematizações características da arte conceitual como manifestação.

De forma análoga a De Duve e Singerman, Hal Foster elucida estas alterações na natureza da arte, nos anos posteriores aos 60, por contaminações de ordem teórica. No trecho a seguir, poderemos observar a direta associação entre a produção dos artistas e a relação com teorias de outras áreas de conhecimento. Hal Foster afirma que

> "em geral, a arte pós-modernista está preocupada não com a pureza formal dos veículos artísticos tradicionais mas com a "impureza" textual – as interconexões de poder e de conhecimento nas representações sociais". (FOSTER, 2003., p.178)

Esta mudança de paradigma por sua vez esteve diretamente ligada à influência exercida pela dinâmica de transmissão, articulação e desenvolvimento do pensar estabelecido pela convivência universitária.

5 I CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Uma comparação do contexto norte americano com o contexto atual da arte contemporânea brasileira pode deixar de fora muitas particularidades. No entanto, as questões levantadas neste artigo colocam em evidência, alguns aspectos universais da produção contemporânea que, observadas em perspectiva de um campo de conhecimento que sempre foi fundamentamento na prática, tornam-se extremamente particulares, recentes e originais. Assim, vale observar estas contaminações para que o diálogo entre produção artística e ambiente acadêmico possam, mutuamente, se tornar produtivos, potencializando por meio do diálogo multidisciplinar uma troca, uma reciprocidade de contaminação que permitam às artes aprender com os campos de produção de conhecimento das ciências mas, também, possam colaborar para humanização das tecnologias, e, ainda, potencializar o metiê acadêmico como uma elemento libertador para arte - agregando noções que secularmente estiveram distanciadas por questões epistêmicas mas que, como vimos, podem ser produtivas.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal Fluminense - UFF.

REFERÊNCIAS

CUNHA, A. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996

DE DUVE, T. **Quando a forma se transformou em atitude e além**. Tradução Clarissa Campello. In.: Arte & Ensaios n.10. Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, 2003.

FOSTER, H. **Recodificação**. São Paulo: Casa Editorial Paulista, 1996

HARISON, C. **O ensino da Arte conceitual**. Tradução Prof. Dr. Milton Machado. In.: Arte & ensaios n.10. Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, 2003.

KAPROW, A. **A Educação do A-Artista**. S/T. Rio de Janeiro: Malasartes, 1976.

MALDONADO, T. **O problema da educação artística depois da Bauhaus**. In.: Projeto construtivo na arte (supervisão, coordenação geral e pesquisa: Aracy A Amaral) Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna; São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1977.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PLAZA, J. **Arte e instituição**. São Paulo: UNICAMP, 2000.

RESENDE, J. **A formação do artista no Brasil.** Arte & Ensios n. 7. Programa de pós graduação em Artes Visuais/ Escola de Belas Artes, UFRJ, 2000.

SINGERMANN, H. **Making artists in american university**. London: university of California press, 1999.

WOOD, P. **Arte conceitual.** Tradução Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZÍLIO, C. **A querela do Brasil.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

CAPÍTULO 3

A INTERDISCIPLINARIDADE E A LÓGICA DIFUSA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 05/01/2021

Maria Cristina de Oliveira Cardoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE)
Rio de Janeiro – RJ
https://orcid.org/0000-0001-8897-4974

RESUMO: O sistema de informática que coleta e traduz os dados dos programas de pós-graduação no Brasil e que apoiam a avaliação formal foi construído baseado em uma cultura disciplinar hegemônica. Essa forma de coleta, em nosso entendimento, pode impactar o dia a dia de discentes e docentes de programas de pós-graduação interdisciplinares - os trabalhos e projetos de pesquisa precisam ser enquadrados no parâmetro disciplinar dos sistemas. Utilizar um enquadramento disciplinar pode acarretar a exclusão de outras disciplinas presentes nos trabalhos e projetos de pesquisa, o que, por si só, já compromete suas identificações. Dentro do entendimento de que a coleta de dados do sistema de apoio para a avaliação dos programas de pós-graduação não reflete características interdisciplinares e que esse fato poderia resultar em uma avaliação não equalitária entre os programas é que iniciamos nossa pesquisa. Buscamos uma ferramenta que pudesse analisar classificações múltiplas como uma alternativa para construção de um perfil interdisciplinar em sistemas de informática. Nesse trabalho, de forma preliminar, consideramos a utilização da lógica difusa e suas possibilidades linguísticas no sistema de coleta de dados da Capes, a plataforma Sucupira, através da modelagem do senso de palavras. Verificaremos a possibilidade técnica e as possíveis articulações que permitam a identificação de trabalhos e projetos interdisciplinares pela plataforma Sucupira.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinar, lógica difusa, avaliação de programa de pós-graduação, plataforma Sucupira.

INTERDISCIPLINARITY AND FUZZY LOGIC APPROACHES

ABSTRACT: The application which collect the data from graduate programs in Brazil and support formal evaluation was based on disciplinary hegemony culture. This data collection, in our understanding, could impact the daily routine of students and teachers of interdisciplinary graduate programs - papers and research projects need to be framed within the disciplinary parameter of the applications. Using a disciplinary framework may result in the exclusion of other disciplines contained in the research projects, which could compromise its identification. Within this context - that the data collection of the application does not reflect interdisciplinary characteristics and this fact could result in an unequal evaluation between the programs, we started our research. We were looking for a tool that could analyze multiple classifications as an alternative to build one interdisciplinary profile and could be used in computer systems. At this paper, in a preliminary view, we consider the

possibility of using the fuzzy logic and its linguistic possibilities in the Capes data collection system, the Sucupira platform, through the modeling of the word sense. We will verify the technical possibility and possible articulations that allow the identification of interdisciplinary works and projects research by the Sucupira Platform.
KEYWORDS: Interdisciplinary, fuzzy logic, graduate evaluation, Sucupira Platform.

1 I INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, questões sobre os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil foram exaustivamente debatidas por Instituições como Associação Brasileira de Ciências (ABC,2018), Sociedade Brasileira de História das Ciências (SBHC) e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER, 2017). A problematização sobre os critérios de avaliação, levantada por essas e outras Instituições e por outros pesquisadores (CARDOSO, 2018a), culminou em uma revisão dos critérios de avaliação promovida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2019.

A metodologia de classificação dos periódicos de cada área de conhecimento, consolidada no *Qualis* (BARATA, 2016), e o peso dado às publicações científicas nos critérios de avaliação foram a base das discussões acadêmicas sobre a avaliação dos programas. Entretanto, as questões relacionadas à coleta de dados para inclusão nos sistemas que suportam a avaliação não foram muito exploradas (CARDOSO, 2018c).

A Plataforma Sucupira, o sistema de apoio da Capes, reflete os critérios de avaliação e a historicidade da educação disciplinar do Brasil (CAPES). A forma de coleta de dados, disciplinada pela tabela TAC (Tabela de Áreas de Conhecimento), poderia ser apontada como uma das dificuldades que os programas de pós-graduação da área Interdisciplinar *stricto sensu* enfrentam (CARDOSO, 2018c). A atividade de coleta de dados se "naturalizou" no dia a dia das Instituições de tal forma que o enquadramento forçado pela TAC quase passa desapercebido (CARDOSO, 2018c).

> A Tabela de Áreas de Conhecimento, daqui em diante denominada TAC, organiza o universo de ciência e tecnologia do país para finalidades de gestão e avaliação em níveis hierárquicos de agregação. [...] A primeira versão da classificação data de 1976; a segunda versão data de 1982. A versão de 1984 é que está em vigor até hoje. (SOUZA, 2012, p.241)

> A Plataforma Sucupira começou a ser desenvolvida pela CAPES, em 2012, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foi oficialmente lançada em 2014. Buscava-se, além de melhorar a gestão dos dados, a transparência do processo de avaliação e a integração de sistemas. Na época, existiam críticas aos formulários manuscritos que eram utilizados como base da avaliação dos programas de pós-graduação, cujo preenchimento era de responsabilidade dos próprios programas. (CARDOSO, 2018,p.53)

Assim como outros sistemas, a Plataforma Sucupira tem a preocupação em representar um dado domínio ou uma dada informação contida em documentos de forma clara e específica (CAMPOS et al., 2011, p.141). É essa preocupação que gostaríamos de problematizar. Em nosso entendimento, a interdisciplinaridade dos programas não estaria sendo plenamente representada pela atual concepção de classificação da Plataforma Sucupira. É essa classificação que traduz as informações dos programas de pós-graduação e auxilia na tomada de decisão no momento da avaliação dos mesmos. Um programa bem-conceituado possibilita acesso ao financiamento para pesquisas e bolsas concedido por instituições brasileiras e internacionais (CARDOSO, 2018a).

Os critérios convencionais de pertinência “pertencer” e “não pertencer” ou “estar contido” e “não estar contido”, em nosso entendimento, não fazem uma leitura do esforço de integração das trocas intersubjetivas pertinentes à área de conhecimento Interdisciplinar (SILVA, 1999). É a partir dessa visão que estamos construindo este trabalho - uma tentativa de dar visibilidade às integrações interdisciplinares no sistema de apoio da Capes.

2 | A PESQUISA INTERDISCIPLINAR E SUA INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS

As discussões em prol de melhorias no processo de avaliação dos programas de pós-graduação, não são recentes. Em 1999, reconhecendo a necessidade de uma avaliação diferenciada, a Capes criou o Comitê de Área Multidisciplinar, onde a área de conhecimento Interdisciplinar está inserida. Segundo a Capes, os cursos então classificados como Multidisciplinar não poderiam ser avaliados adequadamente pelos comitês disciplinares existentes à época. Os comitês refletiam a formação disciplinar hegemônica e instituída deste o século XIX (CARDOSO, 2018a). Dessa forma, apesar do comitê de avaliação ter sido criado para a área de conhecimento Multidisciplinar, os programas de pós-graduação da área Interdisciplinar continuaram sendo avaliados e enquadrados em disciplinas nos sistemas de avaliação da Capes. A complexidade das interações e integrações interdisciplinares foi disciplinada dentro de um padrão instituído, e em uma linguagem conhecida pelo mundo acadêmico - a TAC. Philippi Jr et al. (2000, p.12), em uma coletânea sobre a interdisciplinaridade nas ciências ambientais, sugerem que a adoção deste padrão disciplinar em algum momento foi útil para o desenvolvimento científico.

> O desenvolvimento da sociedade no seu meio ambiente e suas interações são processos naturalmente interdisciplinares. O homem, todavia, na sua simplicidade de raciocínio, transformou este complexo conjunto de interações em elementos disciplinares para melhor entender e buscar resolver cenários. Enquanto a complexidade dessa sociedade envolvia pequenas interações espaciais e interdisciplinares, essa tendência foi útil e criou um bom avanço científico-tecnológico. O próprio desenvolvimento humano, no entanto, gerou novas pressões e interações ambientais que exigem da ciência uma indispensável postura interdisciplinar. (Philippi Jr et al, 2000, p.12)

Teria chegado a hora de tentarmos demonstrar a interdisciplinaridade dos programas nos sistemas de apoio e nos sistemas de avaliação?

A interdisciplinaridade vem sendo discutida há mais de 40 anos, fomentando articulações para mudanças curriculares e reflexões a partir de várias áreas de conhecimento em uma tentativa de "restabelecer as pontes entre os saberes, fragmentados pela formação disciplinar" (CARDOSO, 2018a). Japiassu nos trouxe uma das primeiras definições brasileiras de interdisciplinaridade:

> [...] numa primeira aproximação, a interdisciplinaridade se define e se elabora por uma crítica das fronteiras das disciplinas de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e de mudança no domínio da metodologia das ciências humanas. (JAPIASSU, 1976, p.54)

E complementou:

> Podemos dizer que nos reconhecemos diante de um empreendimento interdisciplinar todas as vezes em que ele conseguir *incorporar* os resultados de várias especialidades, que *toma de empréstimo* de outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido *comparados e julgados*. (JAPIASSU, 1976, p.75)

Silva (1999, p.5), em seu estudo sobre o paradigma da transdisciplinaridade, aponta que um modelo interdisciplinar poderia ser sintetizado em duas categorias: uma coordenação solidária e "as relações de parcerias entre as diversas percepções de realidade construídas pelas disciplinas presentes no processo".

> A leitura da realidade continua disciplinar, unidimensional e multireferencial. O esforço de integração é sobre as subjetividades objetivas dos sujeitos envolvidos e não sobre o objeto. O resultado final é a formação interdisciplinar do sujeito, a partir de trocas intersubjetivas. (SILVA, 1999, p.5)

Trazendo estudos mais recentes sobre a interdisciplinaridade, podemos citar Sommerman (2012) que, em sua pesquisa de doutorado, afirma que o conceito de interdisciplinaridade só começaria ocorrer quando houvesse "integração entre discursos de diferentes disciplinas, mediante uma construção de uma linguagem comum".

Vemos que apesar das definições serem de épocas diferentes, todas trazem a necessidade de dar visibilidade às integrações, resgatando a unicidade do conhecimento. A construção do conhecimento, hoje em dia, ultrapassa os enquadramentos, transborda as fronteiras, sejam [elas] disciplinares ou territoriais (CARDOSO, 2018a, p.10).

Partindo dessa reflexão, fomos buscar instrumentos que auxiliassem a leitura das integrações das diferentes disciplinas que compõem uma pesquisa interdisciplinar, bem como os seus diferentes graus de informação. Após conversas com estudiosos de tecnologias, surgiu a possibilidade de utilização da lógica difusa, proposta por Zadeh na

década de 1960. Sendo assim, a lógica difusa, que possibilita trabalhar com uma grande variedade de informações, foi um dos possíveis caminhos escolhido para esse trabalho.

3 I A PESQUISA INTERDISCIPLINAR E A LÓGICA DIFUSA

A Teoria dos Conjuntos Fuzzy (semântica para lógica difusa) vem ganhando espaço como uma ferramenta para formular modelos em vários campos da ciência. Segundo Zadeh (1973, p.28), a lógica difusa é uma teoria com a qual podemos lidar com o comportamento humano e com medidas não quantificáveis. Ela permite trabalhar com "um conhecimento humano estruturado em algoritmos exequíveis" (KECMAN, 2005, p.365, apud OLIVEIRA, MONTINI, 2009, p.142). De acordo com Felício (2017, p.49), a lógica difusa "diminuiria o descompasso entre a capacidade criativa dos seres humanos e a possibilidade de solução que as máquinas computacionais proporcionam".

Em uma leitura preliminar da lógica difusa, se for possível computar palavras e expressões e tratá-las qualitativamente e quantitativamente, poderíamos "converter" as informações contidas nos textos interdisciplinares em uma linguagem comum. Dentro das características da lógica difusa, uma pesquisa interdisciplinar poderia "estar contida" **parcialmente** em mais de uma área de conhecimento. Dessa forma, existiria a possibilidade de identificar as integrações e a diversidade disciplinar dos programas no sistema de apoio da Capes.

Em uma análise da estrutura formada pelos conhecimentos integrados em uma pesquisa interdisciplinar, é possível destacar algumas características dos sistemas de lógica difusa:

1º Existiria a possibilidade de definir um agrupamento de palavras da linguagem utilizada nos estudos interdisciplinares, para a formação dos conjuntos que seriam utilizados.

2º Existe a possibilidade de a lógica difusa permitir tomada de decisões em casos em que a informação esteja incompleta ou incerta (OLIVEIRA, MONTINI, 2009, p.142), facilitando a definição de parâmetros nas fronteiras das áreas de conhecimento.

Imaginemos então a existência de uma variedade de áreas de conhecimento envolvidas nas teses e dissertações de um programa de pós-graduação da área Interdisciplinar. Nosso problema seria apresentar esta diversidade sem "disciplinar" a produção intelectual pela classificação da TAC. Além disso, apesar das pesquisas interdisciplinares integrarem uma variedade de disciplinas, esta integração é "facilitada" por uma temática comum a todas – a temática que é utilizada para a observação do mesmo objeto pelas diversas áreas.

Qual seria a vantagem de utilizar a lógica difusa para representação desta integração?

Na teoria dos conjuntos *fuzzy,* a caracterização de proximidade é subjetiva e depende de uma função de pertinência de cada elemento a um conjunto. Se considerarmos a lógica clássica para analisar a proximidade da disciplina “Física” com outras disciplinas, diríamos que “Física” está contida na área de conhecimento de Ciências Exatas e não está contida na área de conhecimento de Ciências Humanas. Em um conjunto *fuzzy* a disciplina “Física” poderia ter um grau de proximidade com a área de conhecimento de Ciências Humanas, e um grau de proximidade com a área de conhecimento de Ciências Exatas, ou seja, elas poderiam se relacionar com graus de proximidade diferentes.

Um outro ponto que podemos ressaltar e que ratificaria sua possível utilização na nossa pesquisa, é a possibilidade de utilização de palavras em vez de números através de "variáveis linguísticas". De acordo com Zadeh (1973,p.29), «variáveis linguísticas» são palavras ou sentenças de linguagem natural ou artificial. Ainda segundo Zadeh, um exemplo dessas variáveis seria a forma como a temperatura da água pode ser definida: fria, morna e quente. As variáveis linguísticas permitem a descrição de informações de forma qualitativa em palavras. Os conjuntos formados por essas variáveis linguísticas assumem valores *fuzzy* que determinariam de forma subjetiva a quantidade ou qualidade da variável linguística. Ou seja, podemos transformar a linguagem em um conjunto de números que pode ser inserido em sistemas de informação.

Considerando esta definição, poderíamos propor para os programas de pós-graduação da área Interdisciplinar um conjunto de variáveis, como por exemplo: as áreas de conhecimento integradas nas teses e dissertações e representadas pelas palavras apresentadas em seus resumos e textos. A partir dessas informações, poderíamos, por exemplo, ter variáveis numéricas tais como:

Seja u uma variável linguística, definida em um conjunto de termos T(u), com cada valor sendo um número *fuzzy* dentro de um universo U. Se u fosse “interdisciplinar”, então o seu conjunto de termos T(u) poderia ser:

T(interdisciplinar)= ciência + tecnologia + sociedade, arte + biociência + direito, matemática + música + biodiversidade

Onde:

U= [0,1];

Termos linguísticos= ciência + tecnologia + sociedade, arte + biociência + direito, matemática + música + biodiversidade.

Variável linguística = interdisciplinar

Haveria ainda necessidade de definir os graus de pertinência e as restrições *fuzzy* para cada termo linguístico. Segundo Zadeh et al.(1975), o cálculo de restrições *fuzzy* teria uma analogia com a teoria das probabilidades, o que daria uma base conceitual para a lógica difusa.

Digamos então que a probabilidade das palavras ciência, tecnologia e sociedade aparecerem juntas, em um texto interdisciplinar, seja de 80%. Uma das possibilidades de escala de pertinência poderia ser:

- 1,0 = é transdisciplinar
- 0,8 = é interdisciplinar
- 0,6 = é multidisciplinar
- 0,2 = é disciplinar

Logo, se este grupo de palavras aparecer em um texto 0,6, o texto poderia ser classificado como multidisciplinar. Nesse exemplo, temos a expressão linguística ou restrição *fuzzy* "multidisciplinar" como um grau de pertinência do evento "interdisciplinar".

Existiria, então, a possibilidade de utilizar a composição de relações *fuzzy* interdisciplinar, a serem definida com base nas palavras/linguagem dos programas de pós-graduação da área Interdisciplinar, para demonstrar as possíveis integrações entre disciplinas existentes em teses, dissertações e produção científica.

4 | CONCLUSÃO

A partir de uma leitura preliminar das características e da utilização da lógica difusa, identificamos a possibilidade de sua utilização para auxiliar na "leitura" da produção intelectual dos programas de pós-graduação da área interdisciplinar pelo sistema de apoio da Capes - a Plataforma Sucupira. Hoje, a lógica difusa é utilizada por várias áreas para auxiliar na tomada de decisão de questões que não tem uma lógica binária, como por exemplo: análise de dados, construção de sistemas especialistas, reconhecimento de padrões, entre outras.

A ideia do projeto, iniciado nesse trabalho, será criar proposições e conjuntos *fuzzy* que permitam especificar o quanto uma palavra ou um agrupamento de palavras satisfaz a condição do conceito de pesquisa interdisciplinar. Para que isto seja possível, o projeto de pesquisa deverá passar por várias etapas: análise do problema, definição das variáveis, definição das funções de pertinência, entre outras. Definir as funções e as restrições *fuzzy* para a elaboração do modelo, será um processo trabalhoso e demandará uma série de testes para que as relações *fuzzy* interdisciplinar se aproximem ao máximo do objetivo – permitir uma leitura da interdisciplinaridade dos Programas de Pós-graduação da área Interdisciplinar pela Plataforma Sucupira.

Este é um estudo preliminar e faz parte de uma pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS

ABC, Associação Brasileira de Ciência. **Considerações sobre o Processo de Avaliação da Pós-graduação da CAPES.** Contribuição da Academia Brasileira de Ciências. 2018. Disponível em: https://www.even3.com.br/forumpginter. Acesso em: 23 set. 2018.

ANINTER, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. **Carta de João Pessoa**, 01 nov. 2017. Disponível em: http://www.aninter.com.br/CartasDocumentos/CartaJP2017.pdf. Acesso em:17 set. 2018.

BARATA, R.C.B. **Dez Coisas que você deveria saber sobre o Qualis**. Revista Brasileira de Pós-graduação (RBPG**),** v.13,n.30,p.13-p.40, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/Artigo_dez_coisas_sobre_o_qualis.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, **Coleta Dados – Conceitos e Orientações.** Manual de Preenchimento da Plataforma Sucupira. Versão 2.0 CAPES 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/. Acesso em: 20 nov.2019.

CARDOSO, Maria Cristina de Oliveira. **Convergências, Divergências e Reflexões sobre a Pós-graduação Interdisciplinar no Brasil e sua Avaliação: uma proposta de tradução**. 2018a. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia- HCTE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARDOSO, Maria Cristina de Oliveira, DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Pós-graduação *Stricto Sensu*, a Avaliação e suas Controvérsias**. 2018b. In: SCIENTIARUM HISTÓRIA, XI, 2018, Rio de Janeiro. **Livro de anais do Scientiarum História XI**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: https://www.2018.sh.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1539290560_ARQUIVO_SHXI_MCOCardoso_RMMDantas_Final.pdf Acesso em: 16 nov. 2019.

CARDOSO, Maria Cristina de Oliveira, DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **Capes disciplinada em seus sistemas de apoio**. 2018c. In: SHIALC – V Simpósio de História da Informática na América Latina e Caribe, 2018, Rio de Janeiro. Caderno de Resumos, Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: https://www.cos.ufrj.br/shialc/content/docs/artigos/Caderno%20resumos%20SHIALC%20vers%C3%A3o%20final%2014.11.2018.pdf Acesso em: 16 nov. 2019.

JAPIASSU, Hilton, **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1976.

OLIVEIRA, M. A.; MONTINI, A. de A. **Uma abordagem para análise de projetos de investimento utilizando métodos financeiros e lógica fuzzy.** Revista de Administração da UNIMEP, v.7, p.134-151, 2009

PHILIPPI JR.A., TUCCI,C.E.M., HOGAN,D.J. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**, IN: A. Philippi Jr, C.E.M.Tucci,D.J.Hogan, R.Navegantes. – São Paulo: Signus Editora, 2000

SILVA, Daniel José da Silva. **O Paradigma Transdisciplinar: Uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental.** Workshop sobre Interdisciplinaridade. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1999. São José dos Campos, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.gthidro.ufsc.br/arquivos/transdisciplinaridade.pdf Acesso em 16 de nov.2019.

SOMMERMAN, Américo. **A Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade Como Novas Formas de Conhecimento para a Articulação de Saberes no Contexto da Ciência e Conhecimento Geral: Contribuição para os campos da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente.** Tese (Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento) UFBA, Laboratório Nacional de Computação Científica, UEFS, UEB, FIEB/SENAI/CIMATEC, IAC. 2012.

SOUZA, Rosali Fernandez de Souza. **A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: desafios e perspectivas institucionais**. In MURGUIA, Eduardo Ismael, RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca (Orgs.). Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação: identidades, contrates e perspectivas de interlocução. Niterói. Editora UFF, p.235-251, 2012.

ZADEH, L.A. ***Outline of a new approach to an analysis of complex systems and decision processes***. IEEE Trans. on Systems, Man, and Cybernetics, 1973.

ZADEH, L. et al. ***Fuzzy Sets and Their Applications.*** New York, NY, USA: Academic Press, 1975. Citado 2 vezes nas páginas 49 e 50.

ZADEH, L. A. ***From computing with numbers to computing with words — from manipulation of measurements to manipulation of perceptions.*** International Journal of Applied Math and Computer Science, 2002.

CAPÍTULO 4

BELEZA QUE INSPIRA E ORNAMENTA (1927-1929): O GÊNERO FEMININO NO PROGRESSO RIO-PRETENSE

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 05/01/2021

Vinicius Silva
Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia - Minas Gerais
http://orcid.org/0000-0002-5449-2181

Uma versão deste artigo compôs o conjunto de trabalhos do I Simpósio Nacional de História e Imagem, ocorrido no ano de 2020, na cidade de Uberlândia.

RESUMO: Durante os anos de 1925 a 1929, o português Abílio Cavalheiro efetivou o Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto, com fins explícitos de promover uma propaganda social e de demarcar a gênese da história de toda a Zona Araraquarense. Na produção desta obra tipográfica, ele coligiu palavras, números e fotografias de distintas temáticas, de modo que pudessem denotar a viabilidade e a estabilidade que investimentos financeiros destinados à região teriam. Dentre tais assuntos, os dedicados às mulheres ficaram concentrados no sexto capítulo, localizado no interstício das partes consagradas aos vultos políticos de então e das reservadas para algumas crianças das plagas em pauta. Frente a este cenário, objetivou-se a identificar as representações subjacentes aos enunciados atrelados às feminilidades que integraram a materialidade da citada peça de imprensa. Para tanto, com base nas proposições teóricas e metodológicas da História Cultural e da Análise do Discurso Pós-estruturalista, e de suas interfaces com o campo da História da Educação, examinou-se o processo social de confecção, circulação e recepção do suporte da elencada seção, assim como os padrões estilísticos dos retratos que a figuraram. Destarte, identificou-se que o dito jornalista arquitetou uma argumentação verbo-visual, em que a distinção das mulheres estava na capacidade inspirativa que a beleza ornamental de seus sentimentos de ternura conferia ao pretendido progresso ordenado, a qual era assegurada pelo seu vínculo com um familiar masculino que atuava em prol da modernização paulista, ou pelo seu papel como professora, e cimentada pela efígie do seu busto captado em diagonal. Em virtude disto, concluiu-se que a difundida imagem do sujeito feminino foi estremada em um projeto civilizador que, ainda que a considerasse, conferia-lhe uma função de atrativa mediação entre passado e futuro, cuja magnificência residia na pureza transmitida pelo seu olhar.
PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, Imprensa, Rio Preto.

BEAUTY THAT INSPIRES AND ORNAMENT (1927-1929): THE FEMALE GENDER IN THE PROGRESS OF RIO PRETO

ABSTRACT: During the years 1927 to 1929, the Portuguese Abílio Cavalheiro produced the Illustrated Album of County of Rio Preto, with explicit purposes of promoting social propaganda and to determine the genesis of the history of the entire Araraquarense Zone. In the production of this typographic work, he collected words,

numbers and photographs of different themes, so that they could denote the viability and stability that financial investments for the region would have. Among such matters, women were concentrated in the sixth chapter, located in the interstitium of the parties consecrated to the political figures of that time and those reserved for some children of the territory in question. Faced with this scenario, this study aimed to identify the representations underlying the utterances linked to the femininities that integrated the materiality of the aforementioned press piece. Therefore, based on the theoretical and methodological propositions of Cultural History and Post-structuralist Discourse Analysis, and its interfaces with the field of The History of Education, the social process of making, circulating and receiving the support of the each section was examined, as well as the stylistic patterns of the pictures that figured it. So, it was identified that the said journalist architected a verb-visual argumentation, in which the distinction of women was in the inspiring capacity that the ornamental beauty of their feelings of tenderness conferred on the intended ordained progress, which was ensured by its bond with a male family member who worked for the modernization of Rio Preto, or by her role as a teacher, and cemented by the effigy of her bust captured diagonally. Because of this, it was concluded that the widespread image of the female subject was shudder in a civilizing project that, even if it considered it, conferred on it an attractive function of mediation between past and future, whose magnificence lay in the purity conveyed by his gaze.
KEYWORDS: History of Education, Press, Rio Preto.

1 I INTRODUÇÃO

Nos estudos organizados por Herschmann e Pereira (1994), está ressaltado que a filosofia positivista de Comte (1991) foi elencada por certos grupos sociais brasileiros, sobretudo no contexto do regime republicano da transição dos séculos XIX e XX, sob a prerrogativa de construir-se uma sociedade civilizada e moderna. Nisto, os membros de estas coletividades tiveram a imprensa escrita como um dos principais meios de difusão de seus ideais, bem como de canalização da pluralidade ideológica existente, no afã de, em uma aparente enunciação uníssona, mobilizar os cidadãos em prol dos objetivos que traçavam. Assim, por constituírem-se como um *corpus* coeso a princípios que balizavam projetos de urbanização do Brasil, os objetos tipográficos produzidos no referido período contêm, em sua própria materialidade editorial e discursiva, vestígios de pensamentos que permearam os núcleos de vivências de seus artífices.

Segundo Lorenzo e Costa (1997), o entendimento da modernização brasileira perpassa pelo exame das transformações ocorridas nos anos de 1920, porque, como a conjuntura que sucedeu o fim da I Guerra Mundial denotou a face negativa do progresso, foram dispendidos esforços para cimentar a urbanização como um melhoramento social. Dentre estas diligências, fundamentando-se em Lima (1993), estão os álbuns ilustrados, que, caracterizados pelo emprego de fotografias de uma dada urbe como a sua principal linguagem de socialização, foram instrumentos impressos utilizados com a finalidade de promover uma familiaridade com a civilização que seus produtores buscavam consolidar. Portanto, a imprensa ascende como fonte fulcral para a historiografia deste momento, na

medida em que permite perquirir o campo de grupos sociais que emergiram como frutos e produtores de tal cenário, cujas possibilidades e limitações estavam ancoradas, também, em condições técnicas de difusão de seus discursos jornalísticos.

Neste recorte, Campos (2015, 2017) assinalou que, em Rio Preto, foi produzido e comercializado o Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto, com os objetivos explícitos de promover uma propaganda social de toda a Zona Araraquarense, bem como de fixar o que seus organizadores denominaram de a verdadeira história da região. Com isto, os seus enunciadores tentavam firmar as respectivas plagas no imaginário reinante de progresso, apreendendo as mudanças visíveis da capital do Estado de São Paulo como passíveis de serem implementadas em terras longínquas e menos abastadas, cujo desenvolvimento, à época, estava em seus primórdios. Desta forma, com base em Campos (2004) e Davidoff (1984), a capital paulista era posta como o exímio exemplo de vida moderna, urbana e industrial a ser conquistada pelas demais localidades do Brasil, o que, em certa medida, propunha promover uma maior integração nacional, já que as referências não estavam mais separadas por distâncias oceânicas.

2 | SOBRE O ÁLBUM ILUSTRADO DA COMARCA DE RIO PRETO

Depois da experiência como editor da revista *A Flexa*, que foi fundada em parceria com o seu amigo Sylvio Floreal, o longroivense Abílio Augusto Abrunhosa Cavalheiro executou atividades de representante comercial de certos estabelecimentos, e tomou conhecimento das terras de Rio Preto, as quais, à época, eram propaladas como o abrigo da mais rudimentar selvageria. Em 1925, quando atingiu o solo desta plaga do Noroeste Paulista, que era a então última parada da Estrada de Ferro Araraquara, ele ficou deslumbrado com a divergência entre aquelas ideias que pululavam sobre tal quinhão e o que estava passível de apreensão pelos seus olhos. Com isto, segundo Arantes (2001), o lusitano planejou e iniciou, de imediato, a organização e a fabricação do *Album Illustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929)*[1], que, em termos consubstanciais, compreende os últimos três anos do decênio iniciado em 1920, e uma pluralidade de temáticas sobre o *modus vivendi* das paragens em foco.

Para tanto, conforme sinalizou Valle (1994), o artífice português contou com os auxílios de Theodoro Demonte, que se encarregou de efetuar os registros fotográficos, e de Paulo Laurito, que contribuiu, pelos subsídios de seu pai, Carmine Laurito, com a superação das lacunas financeiras deixadas por indivíduos e entidades que não pagaram pela respectiva publicidade. Assim, em atenção a apreciações e a anúncios veiculados no jornal local A Notícia, a primeira edição do aludido objeto tipográfico foi concluída após

1. A fim de evitar-se a repetição deste epíteto, serão utilizados, como equivalentes, ao longo de todo este texto, os seguintes termos: *Album Illustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929)* – em itálico, com iniciais maiúsculas e delimitação temporal, tal como está em sua grafia original; Álbum Ilustrado da Comarca de Rio Preto – com acento, iniciais maiúsculas e sem o estabelecimento espaço-temporal; Álbum Ilustrado – com acento, iniciais maiúsculas, mas sem demarcação espaço-temporal e qualquer tipo de grifo; e, Álbum – com inicial maiúscula e sem qualquer tipo de grifo.

quatro anos de produção, sendo composta por 5 mil exemplares, os quais puderam ser encomendados a partir do último quadrimestre de 1929, mediante o dispêndio unitário de 150 mil-réis. Compartilhando das mesmas características de seus congêneres estudados por Carvalho e Lima (2008) e por Campos (2015, 2017), o suporte deste artefato rio-pretense foi materializado em capa de couro, abrigando um interior feito em papel couché, tendo a particularidade de possuir 479 textos, 1093 páginas e 1935 iconografias.

Em virtude do objetivo do longroivense de demonstrar um enunciado dotado de credibilidade e, paralelamente, de atestar a sua notória posição como sujeito discursivo, ele estruturou uma obra de cunho contemporâneo, com base na caracterização delineada por Lima (1993), e arquitetou uma exposição em que letras, imagens e números são mostrados de maneira coligida, em uma sugestão de que a mensagem transmitida refletia um entendimento consensual e axiomático. Para o filósofo Michel Pêcheux (2006), os discursos articulados com algarismos estão tendidos à investida de constituição de um universo logicamente estabilizado, que se define, por sua aparência de real, pela suscetibilidade a séries exaustivas de descrições de respostas unívocas às questões factuais que veiculam. Logo, a entonação de homogeneidade, proporcionada pela utilização destes símbolos matemáticos, está deslindada à fundação de uma única interpretação, a ponto de assegurar a fidúcia do enunciador que o domina.

Complementarmente, a aglutinação de texto verbal e texto visual, em referência à Leite (1993, 1998) e à Brait (2008, 2011, 2013), concorre para o realce de esta uniformidade discursiva, na medida em que ambos, ao estabelecerem um plano de sincretismo de linguagens, tornam-se agentes constitutivos da produção de sentido. Em virtude disso, por exemplo, nos segmentos em que a temática educacional está abordada, foram incorporadas narrativas de autoria de personalidades letradas locais que labutavam na área, como o professor Dário de Jesus e o médico Espiridião de Queiroz Lima, as quais endossavam e eram reforçadas pelos outros códigos que as acompanhavam. Frente a este aspecto, e diante dos postulados de Bakhtin (2006, 2011), entende-se que, pela existência de outras vozes, foi intentada a criação de um simulacro de monofonia, uma vez que a manifesta contradição circunda a indissociável dimensão dialógica dos enunciados.

3 | SOBRE A SEÇÃO DESTINADA À MULHER RIO-PRETENSE

A seção destinada à mulher que vivia na cidade sede da Comarca de Rio Preto foi intitulada de “Rio Preto Feminino: galeria distincta consagrada à mulher rio-pretense”, e ocupa 6 páginas e meia do Álbum Ilustrado, o qual possui, ao todo, como dito, 1093 laudas impressas. Inserida no interstício da parte ocupada pelas personalidades masculinas e da reservada às crianças, a subdivisão feminina tem, no seu discurso, a predominância da associação direta entre gênero de seus sujeitos e beleza, o que reforça as considerações de Lipovetsky (2000) e Vigarello (2006). No texto de abertura de tal porção, em página

não numerada, Abílio Cavalheiro, além de contemplar e exaltar a importância da beleza feminina, propõe uma reflexão a si e ao seu leitor, por meio da seguinte questão: “Haverá, no idealismo criador do homem, alguma concepção perfeita, que não tenha sido inspirada sob a influencia da belleza ou da virtude feminina?”.

Embora esta parte da obra imagética estivesse consagrada à mulher residente na então Rio Preto, ela está ocupada por uma bem restrita quantidade de personagens, o que é justificado, em partes, pelo custeio financeiro que se deveria ter para tal divulgação fotográfica. Entretanto, aponta-se outro motivo para essa seleção, ao se analisar as características das mulheres fotografadas: só há solteiras, cujas semelhanças esbarram nos adornos, na indumentária e no penteado utilizados, e, até mesmo, na pose fotográfica feita, nas suas virtudes e prendas. Dentre elas, apenas uma foge de alguns destes aspectos: a professora, que, por ser uma profissional do extra-doméstico, suas qualidades morais não estão atreladas ao nome de sua família, como se verifica na maioria das suas companheiras de seção tipográfica.

FIGURA 1 - Snrta. Barthyra Viégas, uma das intelligencias mais robustas do nosso meio feminino, e um dos elementos mais queridos pela sua virtude e bondade, em todas as rodas sociaes, sendo actualmente elemento de destaque no Gymnasio de Rio Preto.

Fonte: Album Illustrado da Comarca de Rio Preto (1929).

A Figura 1 expõe a educadora Barthyra Viégas de Almeida, que foi capturada a partir de uma perspectiva centralizada e perpendicular, estando com o seu corpo levemente inclinado à própria direita, e com o rosto voltado para a câmera do fotógrafo. Veiculada em uma moldura oval, esta imagem está limitada a dois planos, em que o segundo, por estar desfocado, potencializa o outro nível da composição, realçando o alinhamento do corte e do penteado da professora retratada, os seus óculos de lentes arredondadas, o seu modesto colar, e a sua vestimenta de caimento equilibrado. Além disto, o semblante sério da docente impulsiona os dizeres das inscrições que se associam à específica gravura, circundados à qualificação da inteligência, da virtude e da bondade deste *elemento*, os quais frisam o seu deslocamento, ante as suas companheiras de porção do Álbum, as quais eram glorificadas por suas belezas fisionômicas.

FIGURA 2 - Snrta. Mariinha Jorge, um dos mais bellos e preciosos ornamentos da elite feminina de Rio Preto, irmã do nosso conceituado amigo Snr. Frederico Jorge Sobrinho, Escrivão da Collectoria Federal, e distincto cidadão residente entre nós. Para não enaltecermos apenas a belleza physica de Mariinha Jorge, registramos tambem a sua belleza de alma, perfumada com as mais nobres virtudes onde se reune a graça, á bondade e a jovialidade á sua cultura espiritural.

Fonte: Album Illustrado da Comarca de Rio Preto (1929).

Semelhantemente à professora Barthyra, a descrição verbal da senhorita Mariinha Jorge denota atributos de sentimentos nobres, os quais, por seu turno, embelezam e perfumam a sua alma desta, amalgamando um conjunto belo, uma vez que os seus aspectos físicos eram postos como um dos mais *preciosos ornamentos* rio-pretense. Dotada de uma legenda de caráter de colaboração, a dimensão visual da Figura 2 apresenta uma mulher com um singelo sorriso esboçado, a qual, captada em prisma central e perpendicular, está pendida à sua esquerda, com um penteado que deixa os seus aperolados brincos à mostra, e uma indumentária que oferece a apreensão do crucifixo próximo ao seu coração. Assim, tendo uma leveza sobrelevada por esta tonalidade mais clara dos seus trajes e do lugar de fotografação, bem como pela sua moldura oval, a imagem verbo-visual de Mariinha foi vinculada à personalidade egrégia e ao nome do seu irmão escrivão, Frederico José Sobrinho, o que endossava o seu papel social de adorno.

Destarte, a tônica da fotografação nominal feminina está estabelecida no assujeitamento da mulher como um enfeite da sociedade, cujas belezas físicas e de espírito se relacionam com a sua descendência paterna, com os seus laços matrimoniais estabelecidos, com a sua profissão e o seu conhecimento, e, inclusive, com a sua maneira de vestir-se e posicionar-se. Diante disto, como ratificação deste sentido veiculado verbo-visualmente, insere-se a sua estruturação na totalidade do Álbum, consumada no interstício dos fragmentos reservados aos homens e dos destinados às crianças, propondo a reflexão de que a existência das personagens femininas *inspirava* e *influenciava* qualquer criação urbana perfeita. Portanto, a semântica decorrente da junção entre textos alfabéticos e textos visuais preconiza que o aludido papel ornamental, ainda que aparentemente submisso ao de oficiais, fazendeiros e comerciantes locais, era de fulcral importância na estruturação social alentada por Abílio, na medida em que intermediaria a transição segura do então presente para o futuro.

Esta passagem para um tempo de prosperidade encontra-se fundamentada na teoria de Comte (1991), que sublinhou três estágios históricos sucessivos, ascendentes e intransponíveis, denominados de teológico ou fictício, metafísico ou abstrato, e científico ou positivo, sendo que este último era o alvo de sua argumentação. Enquanto, no período teológico, os fenômenos são compreendidos como produtos da ação direta e contínua de agentes sobrenaturais, pelo fato de os espíritos humanos se dirigirem à natureza íntima dos seres, eles são, no metafísico, imanentes apenas de forças abstratas dos seres do mundo terrestre, o que faz os humanos se voltarem para a empiria. Diferentemente destes dois, o espírito humano, no estado positivo, preocupa-se em tão-somente descobrir, pela combinação do raciocínio com a observação, os invariáveis nexos de sucessão e similitude dos fenômenos, tendo a sua explicação deflagrada pela concatenação destes com alguns fatos de consciência geral.

Em virtude disto, desponta-se a significância da mediação para este autor francês, uma vez que, em consideração às perquirições de Iskandar e Leal (2002) e Oliveira (2010),

o alcance do suprassumo grau de perfeição perpassava pela superação das etapas rudimentares do saber humano, imprescindíveis ao esfacelamento da anarquia intelectual. Para tal fim, Comte (1991) ponderou que era indispensável a reforma do sistema de educação, o qual, sob a presidência de sujeitos positivos e em conformidade com o pensamento da época, seria adaptado aos anseios da civilização moderna, e promoveria, pela via da racionalidade, o desvanecimento das crises políticas e morais das sociedades. Neste percurso, como reforçou Mello (2007), foi conferido um encargo peculiar e central às mulheres, o qual plasmava na função educativa que elas tinham para com a fundação e constituição da pleiteada ordem social, e que deveria ser direcionado ao campo escolar, como professora, quando esgotadas todas as possibilidades no seio da família.

Por isto, não é frívola a averiguação da presença e da distância expositiva de Barthyra Viégas, que, pelo papel de docente, aproximava-se das virtudes e da paramentação das moças fisicamente e moralmente lindas, ao mesmo tempo em que, pela sua conjecturada inteligência, estava restrita a uma ímpar representatividade. Assim, considerando o prestígio que o jornalista lusitano atribuiu à quantificação no Álbum, a qual está emparelhada até com a sua idiossincrasia discursiva de prolixidade, tal ênfase enunciativa salienta que a educação era o formoso destino das mulheres, o qual seria conduzido à escola pública, caso elas permanecessem somente como belos ornamentos. Consequentemente, fica-se reiterada que as orientações para a publicação de fotografias e legendas dimanavam de aspectos pecuniários, tendo em vista que a retratação de pessoas e de instituições particulares era feita mediante pagamentos em dinheiro, e de questões de afinidade ideológica, o que, na análise de Valle (1994), fomentou a baixa vendagem da obra.

Acerca deste tipo de situação discursiva, Leite (1993, 1998) advogou uma redescoberta da leitura dos documentos em que as supracitadas modalidades de texto estão coligidas, a fim de serem estimuladas a aprendizagem e a apropriação ampla, contínua e sequencial do objeto fotografado, visto que este é passível de clivagens internas e externas à sua materialidade. Nesta mesma direção, Sontag (2004) afirmou que uma investigação sistemática de fotografias implica em uma ordenação e em um tempo de exame, para que seja alcançada uma legibilidade visual adequada, na medida em que o seu enaltecido manto de provas incontroversas da realidade vem de deformações socioculturais da conjuntura em que foram produzidas. Deste modo, à luz das teses de Barthes (2007, 2014, 2015), as fotos acondicionam significados diversos, os quais estão apoiados nas formações discursivas que seus produtores e editores integravam, atribuindo-lhes um teor polissêmico, cujas codificações e possíveis decodificações das mensagens transmitidas perpassam filtros que atingem o nível dos seus leitores.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado contexto, e com respaldo teórico em Lipovetsky (2000), Vigarello (2006) e Sant'Anna (2012), depreende-se que o recorte que o organizador longroivense estipulou para o gênero feminino, com preponderância de iconografias nominalmente identificadas e focadas apenas no rosto de suas representantes, autentica um arquétipo de beleza social. Em tal, a graça era assentada como sinônima dos bons atos, e, o corpo da mulher, como a habitação do *afetivo prolongamento do poder divino*, o que as tornava perfeitas e extremamente requeridas em seus meios, a ponto de tornar-se desnecessária qualquer retratação para além do seu olhar, porquanto este era o canal de emanação da sua ascendência. Logo, a existência de senhoritas era a epígrafe da modernidade vistosa, justa e próspera de toda a propagandeada Zona Araraquarense, sendo que, por estar cingida à configuração de algum parente do sexo masculino, ou à do seu ofício no magistério, encetava-se o âmbito da participação de homens e crianças, quanto ao progresso de tais plagas paulistas, uma vez que eram a inspiração das criações perfeitas.

REFERÊNCIAS

A NOTICIA. São José do Rio Preto/SP. jan. 1927/dez. 1933.

ARANTES, L. **Dicionário rio-pretense**: a história de São José do Rio Preto de A a Z. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARTHES, R. **A câmara clara**. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

_____. **O império dos signos**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

_____. **O óbvio e o obtuso**. Tradução: Isabel Pascoal. Lisboa: Edições 70, 2014.

BRAIT, B. Olhar e ler: verbo-visualidade em perspectiva dialógica. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 43-66, jul./dez. 2013. DOI: 10.1590/S2176-45732013000200004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bak/v8n2/04.pdf. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. Polifonia arquitetada pela criação visual e verbo-visual. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 5, p. 183-196, 2011. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/viewFile/5397/5091. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. Contribuições bakhtinianas para a análise verbo-visual. In: BASTOS, N. M. B. (org.). **Língua Portuguesa**: lusofonia, memória e diversidade cultural. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2008. p. 257-269.

CAMPOS, R. D. **A "princesa do sertão" na modernidade republicana**: urbanidade e educação no Rio Preto dos anos 1920. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Os álbuns ilustrados do sertão paulista: a modernidade encarnada (1900-1930). **Educ. rev.**, Belo Horizonte, e162511, 2017. DOI 10.1596/978-0-8213-7536-5. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e162511.pdf. Acesso em: 30 out. 2017.

_____. **Relatório de Estágio de Pós-Doutorado**. 2015. Relatório (Pós-doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHO, V. C.; LIMA, S. F. **Fotografia e Cidade**: da razão urbana à lógica do consumo – álbuns de São Paulo (1887-1954). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

CAVALHEIRO, A.; LAURITO, P. (orgs.). **Album Illustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929)**. São Paulo: Casa Editora Duprat-Mayença, 1929.

COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo – catecismo positivista. Tradução: José Arthur Gianotti, Miguel Lemos. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 3-61.

DAVIDOFF, C. H. **Bandeirantismo**: verso e reverso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. M. (orgs.). **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ISKANDAR, J. I.; LEAL, M. R. Sobre Positivismo e Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 89-94, set./dez. 2002. DOI 10.7213/rde.v3i7.4897. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/4897/4855. Acesso em: 1 maio 2015.

LEITE, M. L. M. Texto visual e texto verbal. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. (orgs.). **Desafios da imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da USP, 1993.

LIMA, S. F. Espaços projetados: as representações da cidade de São Paulo nos álbuns fotográficos do início do século. **Acervo** – revista do Arquivo Nacional, v. 6, n. 1-2, p. 111-120, jan./dez. 1993. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/v6_n1_2_jan_dez_1993.pdf. Acesso em: 2 jan. 2015.

LIPOVETSKY, G. **A Terceira Mulher**: permanências e revolução do feminino. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MELLO, J. M. S. **O positivismo e a educação provida pelas mulheres como fator de transformação epistemológica operada entre os séculos XIX e XX**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

OLIVEIRA, C. G. A matriz positivista na Educação Brasileira: uma análise das portas de entrada no período republicano. **Diálogos Acadêmicos** – Revista Eletrônica da Faculdade Semear/ Unicastelo, v. 1, n. 1, p. 1-17, out. 2009/jan. 2010. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627110812.pdf. Acesso em: 15 jun. 2015.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

SANT'ANNA. D. B. Sempre Bela. Corpo e Beleza. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 105-125.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

VALLE, D. Jornais de Rio Preto (1903-1994). In: **A Notícia**. São José do Rio Preto: A Notícia, 1994.

VIGARELLO, G. **História da beleza**: o corpo e a arte de se embelezar, do Renascimento aos dias atuais. Tradução: Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CAPÍTULO 5

DA CAATINGA AO SERINGAL: LINGUAGEM, PODER, E PROPAGANDA NO ADVENTO DA BATALHA DA BORRACHA (1942-1945)

Data de aceite: 01/04/2021

Francisco Marquelino Santana
Doutor em geografia e vice – coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa, Modos de Vida e Culturas Amazônicas – GEPCULTURA do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR

De Fortaleza a humilde família partiu
De navio com destino a Manaus
A viagem estressante foi um caos
Deixando o povo tristonho e doentio
O nordestino naquele instante sentiu
A imensa vontade de voltar
Era tarde, não podia mais recuar.
Foi á luta, resistiu, chegou, venceu.
Amazônia á vista! A emoção bateu.
Teu filho ilustre acabara de chegar.

Francisco Marquelino Santana

RESUMO: O presente artigo traz no seu bojo um olhar introdutório sobre a influencia da linguagem através da propaganda ocorrida durante o período do estado novo no sertão nordestino e que culminou com o aparecimento da figura do "soldado da borracha", impulsionado pela política varguista, que atribuindo todo poder ao Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP, conseguiu fazer com que milhares de nordestinos-" vestidos de patriotismo", renunciassem á indústria da seca e ingressassem na batalha da borracha, atraídos por uma promessa de riqueza no" ilusório" mundo da extração.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem, história, poder, propaganda.

FROM THE CAATINGA TO THE SERINGAL: LANGUAGE, POWER, AND PROPAGANDA IN THE ADVENT OF THE RUBBER BATTLE (1942-1945)

ABSTRACT: The present article brings an introductory look at the influence of language through the propaganda that took place during the period of the new state in the northeastern hinterland, which culminated with the appearance of the figure of the "rubber soldier", driven by the Vargas policy, that by giving all power to the Department of Press and Propaganda-DIP, managed to make thousands of Northeasterners - "dressed in patriotism", renounce the drought industry and join the rubber battle, attracted by a promise of wealth in the "illusory" world extraction.

KEYWORDS: Language, history, power, propaganda.

INTRODUÇÃO

A batalha da borracha, ocorrida na Amazônia brasileira (1942-1945) é considerada um dos mais importantes capítulos da história do país. O governo Brasileiro e o capital internacional-representado pelos Estados Unidos - tinha naquele momento a urgente necessidade de atender aos "caprichos''

americanos no intuito de abastecer aquele mercado de borracha natural, devido a uma grande escassez desse produto, provocado pela segunda grande guerra.

É dentro desse contexto que procuro dar destaque a influência da linguagem persuasiva durante o Estado Novo Varguista e de que forma o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, conseguiu estabelecer suas metas sócio-ideológicas para atrair um enorme contingente de mão de obra nordestina para trabalhar na extração do látex no tão cobiçado "paraíso verde". " A língua do capital imperialista esforça-se para se impor crescentemente sobre as línguas das nações dominadas. " (CARBONI&MAESTRI.2005. p.117.118.).

Numa região que chegava a produzir cerca de até 100 mil toneladas de borracha por ano, o plano do governo federal estava pronto para entrar em ação e para tal, foi preciso criar o Serviço de Mobilização do Trabalhador para o Amazonas-SEMTA, para de início conseguir transformar 55 mil trabalhadores do sertão do Nordeste em "importantes" soldados da borracha.

1 | DE "CASSACO" A "SOLDADO"

Logo após o encerramento das quatro primeiras décadas do século xx, meio ao angustiante flagelo da seca nordestina, o sertão castigado pelo sol e pela fome "veste-se" de esperança e patriotismo, como se através de um toque de mágica, o governo Vargas tivesse encontrado uma solução definitiva para resolver o problema da seca.

O homem simples e trabalhador do Nordeste, também chamado de "cassaco", atribuição dada, devido à cassaca, pássaro típico da caatinga que consegue sobreviver a longos períodos de estiagem - tem agora a oportunidade de tornar-se "soldado da borracha" e definitivamente encontrar "dignidade" e "riqueza" através da produção em larga escala de borracha natural, bem no seio da floresta amazônica. Pelo menos era o que diziam as propagandas oficiais do governo Getúlio Vargas.

> "(...) o nordestino voluntário passava a ter de imediato, um emprego com um salário de meio dólar por dia e alojamento para toda família, até o dia da partida (...) prometiam ainda, que os imigrantes teriam 60% da borracha produzida 50% da castanha colhida, 50%da madeira derrubada, direito livre á caça, pesca, ás peles de animais silvestres e ainda um hectare de terra para plantar (SOUZA, 2004.p.21.22).

As propagandas oficiais avançavam desenfreada mente por todos os recantos do Nordeste; invadiam lojas, bares, estações rodoviárias e conseqüentemente os lares eram tomados por inteiro pela força avassaladora da linguagem dominante.

O senso comum do "cassaco", aos poucos se rendia aos caprichos do estado opressor, que por sua vez se rendera à hegemonia imperialista norte-americana.

Maestri e Carboni em a linguagem escravizada, mostram que "a dominação de classe se consolida e dar-se por meio da dominação de linguagem" e ainda concluem:

> "(...) a representação gráfica facilitou e facilita o aprofundamento da subalternização dos segmentos sociais explorados ágrafos, por meio da universalização das línguas e das visões de mundo das classes exploradas, senhores da arte de registrar, difundir e universalizar seus conceitos pela escrita (...)" (CARBONI; MAESTRI.2005. p.105.).

2 I LINGUAGEM, PODER E PROPAGANDA: OS CAMINHOS DA PERSUASÃO

Propagandas visuais, radiofônicas e discursivas, constantemente persuadiam famílias inteiras à migrarem para o "mundo verde". Desta forma podemos dizer que:

> "A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem. " (BAKHTIN,1986. p.35.36.).

Era preciso realizar uma grande mobilização na caatinga nordestina, utilizando principalmente, artifícios de caráter sócio-ideológicos, para que o Governo Federal dentro dos critérios estabelecidos pelo DIP, pudesse assim, garantir com bastante eficiência, a certeza de uma mão-de-obra barata, capaz de oferecer uma maior sustentação aos compromissos firmados anteriormente com o capital internacional. Dessa forma afirma secreto nos informa que:

> "(...) a propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia, teve duas dimensões: uma nacional e outra local. Na dimensão nacional, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos "espaços vazios" e nos esforços de guerra do Brasil. Na esfera local, a emigração de Nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates" (2007.p.125).

Desde a primeira metade do século XIX até 1913, época que marcou o primeiro ciclo da borracha, os primeiros nordestinos, principalmente os solteiros, já haviam migrado para a Amazônia em busca de melhores dias, tentando fugir do dilema da seca. Muitos, se quer conseguiam chegar até os seringais, adoeciam e morriam durante a viagem estressante e os que conseguiam chegar até suas colocações jamais tiveram o prazer de retornar para rever seus familiares.

Durante o segundo ciclo da borracha foram eles os responsáveis pelos primeiros ensinamentos atribuídos aos soldados da borracha nas atividades da extração do látex. Antes porem: "(...) a propaganda para recrutar os trabalhadores explorou alguns elementos

do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo. ” (SECRETO,2007. p.125.).

O serviço especial de mobilização de trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, - tinha um importante aliado; Jean Pierre Chabloz, pintor Suíço responsável por parte da arte da propaganda oficial do estado. Ele esteve indubitavelmente á serviço dos aparelhos ideológicos da comunicação, consolidando o poder político do estado novo, no que diz respeito ao fortalecimento da linguagem midiática no advento do segundo ciclo da borracha. Mais uma vez, Maria Verônica secreto – no seu artigo sobre, a ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha – ressalta a influência da arte de Chabloz durante esse período e diz que na “ilustração de Chabloz, o extrativismo é ilusoriamente apresentado como uma atividade complementar na economia camponesa, para a qual a agricultura é uma parte importante do cotidiano” (SECRETO, 2007. p.128.). A autora destaca ainda a força aliena tória expressa nos desenhos de Chabloz que estereotipava a figura do soldado da borracha:

> “(...) as representações de Chabloz nos trazem a terra, o homem (...) o protagonista é o soldado da borracha (...) ele aparece em formação militar, fazendo ginástica, sendo examinado pelos médicos, cortando o cabelo, fazendo a barba, sendo vacinado, jogando vôlei, luzindo o seu uniforme, marchando, nos caminhões. ” (SECRETO, 2007. p.129.).

E segue: “Chabloz escrevia: ” “rumo à esperança; ” “rumo à fartura” (ibidem). Os enigmas e estereótipos criados por Chabloz para mitificar o soldado da borracha “são símbolos axiomaticamente evidentes, com conotações estereotipadas que vão constituir – se em uma linguagem simbólica das imagens” (MOLES, 1974. p.25.).

Insistia-se exageradamente numa vida altamente patriótica, como se não houvesse amor pelo país meio àquele torrão ardente; insistia-se cotidianamente no advento de uma nova cultura, como se aquele povo de riquíssima cultura, não as possuísse, e insistia-se de forma ludibriosa e alienatória na implantação de novos costumes e de novos espaços, como se o convívio e a língua daquela gente, não se constituísse em mais um dos inúmeros e importantes dialetos existentes em nosso país.

Analisando o teor dessas propagandas oficiais, incluindo os discursos pela legitimação ao poder durante o Estado Novo, encontramos em Bakhtin, uma reflexão que traduz - através da dialogia discursiva e a polifonia – fortes mecanismos ideológicos de dominação, presentes nesses discursos de propaganda:

> “(...) tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (...) cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material. (BAKHTIN, 1986.p.31).

O signo ideológico expresso em Bakhtin, reflete todo o poder outorgado ao departamento de imprensa e propaganda por Getulio Vargas como uma forma ditatorial de manter o controle ideológico do Estado Novo, além de atentar aos nordestinos e ao resto da nação, uma possível ameaça comunista – principalmente através do recém-criado programa radiofônico obrigatório, intitulado a "hora do Brasil".

O sertão "banhou-se" de "cartazes tão fora da realidade, que mostravam os seringueiros em meio aos tambores com látex, carregados por caminhões e jeeps dentro dos seringais nativos, e essas imagens eram dos seringais de cultivo da áfrica, Malásia e Ceilão. " (SOUZA, 2004.p.22). O mesmo autor faz ainda outra importante citação:

> "(...) em meio ás propagandas visuais, ainda saltava aos olhos e aos ouvidos os apelos oficiais, por exemplo: 'trabalhador Nordestino! Aliste-se no SEMTA hoje mesmo e cumpre o teu dever para com a pátria'. A imprensa, especialmente rádio e cinema, faturou milhões de dólares para fazer essas divulgações, e, não dispondo de imagens da Amazônia, apostando também que ninguém iria conferir tangido também pela urgência para elaboração do material e ainda com a recomendação expressa de que deveria demonstrar um novo mundo, atraído e encantador; montaram as propagandas com as situações que melhor iludissem os trabalhadores nordestinos. " (SOUZA, 2004.p. 23).

A linguagem persuasiva paralisou milhares de trabalhadores e trabalhadoras; homens, mulheres e crianças estavam agora imbuídas de uma nova missão: conhecer e trabalhar no "paraíso verde". O sertanejo cheio de esperanças, queria agora percorrer os seringais nativos, conforme tinha mentalizado através das propagandas oficiais.

Não sabiam eles, que iriam se deparar com algo diferente do que viram e ouviram, principalmente no que concerne ás relações sociais de dominação e exploração do modo de produção capitalista, ali representados nas figuras de seringueiros e seringalistas, dominados e dominantes, todos à serviço do interesse americano pela borracha Brasileira, que "diante de um colapso da principal matéria prima para a indústria bélica, os estados unidos assinaram os acordos de Washington com o Brasil (decreto-lei nº 5813, de 14 de setembro de 1943), que entre outros acertos de parceria para a guerra, tinha por objetivo alistar homens do Nordestes brasileiro e enviar para a Amazônia para trabalhar na extração do látex e produção da borracha natural, pois a região era reconhecida como o maior reservatório natural de látex do planeta, podendo produzir até 100 mil toneladas de borracha por ano.

Visando essa meta, um plano de atração de mão-de-obra foi colocado em ação, capitaneado pelo governo federal, visando arrebanhar 55 mil homens Nordestinos para trabalhar na floresta amazônica". (SOUZA, 2004. p.23.). Sem duvida, a floresta agora também é nordestina, apesar dos dados mostrarem índices alarmantes: "(...) em 1945, a imprensa internacional denunciava o desastre da campanha da borracha, falava-se em 25 mil mortos ou desaparecidos". (SECRETO, 2007.p,131.).

A linguagem utilizada nos meios de comunicação durante o desenrolar do estado novo, teve papel decisivo rumo ao árduo caminho da terra prometida, percorrido por trabalhadores nordestinos. Segundo Carboni e Maestri:

> "(...) O domínio social dá-se por meio de diversos níveis lingüísticos. Em uma mesma comunidade falante, a definição, legitimação e gramatização de uma variedade lingüística como padrão, considerada superior e única correta, em oposição ás variedades não padrão, vistas como inferiores e incorretas, constitui extensão-consolidação da depressão e controles sociais e políticos das classes subalternizadas, pela repressão de suas linguagens. Reprimindo-se as formas de expressão lingüística das classes subalternizadas, reprimem-se suas formações discursivas e, portanto, visões de mundo. " (2005. p.105.).

Analisando ainda o relacionamento existente entre a língua e a história, o escritor russo de Oriol, assim define esta relação:

> "(...) cada palavra remete a um ou a diversos contextos, nos quais ela viveu sua existência socialmente subentendida. Todas as palavras, todas as formas, estão povoadas de intenções. ' E lembra, em forma ainda mais precisa: '[...] a palavra do outro deixa de ser uma informação, uma indicação, uma regra, um modelo etc., ela procura definir as bases mesmas de nosso comportamento e de nossa atitude em relação ao mundo (BAKHTIN: 1999 p. 161). "

Observemos que desde o primeiro surto da borracha (1850-1913), passando pelo segundo surto ou batalha da borracha (1942-1945) e chegando até, por exemplo, aos seringais nativos do rio mamu (Bolívia), colonizados até recentemente por brasileiros, sempre houve e há, uma visível exclusão social dos povos da floresta. Mesmo nos dias atuais, ainda nos deparamos com um acentuado preconceito lingüístico, tanto contra, nordestinos e nordestinas, tanto contra, seringueiros e seringueiras.

Sobre a valorização da variação linguística e a relevância de suas peculiaridades, seja da língua ou dialeto, Mikhail Bakhtin nos esclarece que:

> "(...) a cada época histórica da vida ideológica e verbal, cada geração, em cada uma de suas camadas sociais, possui sua linguagem; além disso, substancialmente, cada grupo etário tem seu falar, seu vocabulário, seu sistema prosódico que, por sua vez, variam segundo a classe social, o estabelecimento escolar e outros fatores de estratificação". (BAKHTIN: 1999, p. 112).

E o preconceito lingüístico continua evidente:

> "(...) no Brasil, continua-se discriminando em forma sistemática, até mesmo na própria escola, variantes fonéticas não padrão próprias das classes subalternizadas. Por exemplo, entre outros:
>
> - Redução dos ditongos [ou] e [ei]: [otro] por outro; [pexe] por peixe;
>
> -Vocalização das semiconsoantes línguo-palatais [lh]: [trabaiá] por trabalhar; [muié] por mulher;

> -Troca do [v] pelo [b]: [bassora] por vassoura;
>
> -Troca do [l] pelo [r]: [bicicreta] por bicicleta; [pobrema] por problema;
>
> -Assimilação de unidades lingüísticas pela presença de outras unidades: [ansim] por assim; [minina] por menina;
>
> -Perda do [r] final, sobretudo nos infinitivos: [andá], [dotô] etc.;
>
> -Facilitação da transição articulação aberta-fechada: [nóis] por nós; [mais] por, mas. " (MAESTRI; CARBONI. 2005.p.106.).

Podemos constatar que desde a colonização, ou descolonização-como preferem chamar alguns estudiosos o descaso iminente do poder público para com os menos favorecidos, continua de certa forma, muito presente em nossas vidas. E num país de muitas culturas e dialetos como o nosso, na verdade somos seres intermulticulturais, e como tais, devemos sempre lutar pela construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais plural e mais inclusiva, neste sentido, deixemos aqui, uma última citação, como forma de construir o mundo que queremos:

> "(...) a superação da linguagem escravizada constitui processo solidário, verdadeiro companheiro da luta pela liberação do próprio conceito, já que o processo de critica do mundo social e natural se dá por meio de ampliação da consciência apenas possível de ser organizada, processada e expressada sob a forma de linguagem. " (MAESTRI; CARBONI. 2005.p.98.).

A linguagem persuasiva invadiu os lares nordestinos com promessas não cumpridas e com uma propaganda enganosa que deixou rastros de sangue nos seringais amazônicos.

CONSIDERAÇÕES

Analisando, portanto, dentro do estudo realizado: "da caatinga ao seringal: linguagem, poder e propaganda no advento da batalha da borracha (1942-1945)", pretendemos mostrar - que além da importância de se poder investigar quatro importantes conceitos Relatados como palavras-chaves (linguagem, história, poder e propaganda) - o mais importante foi tentar contextualizá-las dentro de um mesmo período histórico, considerado de grande relevância para o país e em especial para toda região amazônica.

Da caatinga o caboclo do sertão tomou rumo à floresta amazônica, muitos esmaeceram e formam morar noutra dimensão da vida. Mas muitos resisitiram, lutaram e venceram, homens, mulheres e crianças embrenhados na mata em nome de uma hostil sobrevivência.

As populações tradicionais da Amazônia são almas remanescentes deste imenso processo migratório que ocorreu no país. As mulheres dos soldados da borracha que ainda restam, aguardam com empoderamento e resistência o título de soldada da borracha, pois enfrentaram as mesmas dificuldades de seus maridos durante o período da batalha da borracha.

Seus remanescentes durante as décadas de 1970 e 1980 foram escorraçados ou mortos de seus lugares tradicionais para que que o seu espaço de ação fosse transformado em capim e gado.

À margem da sociedade brasileira amazônica muitos seringueiros atravessaram a fronteira e foram acolhidos nos seringais do Departamento de Pando na Bolívia.

A falta de visibilidade de políticas públicas eficientes e inclusivas para os povos da floresta continuam sendo ineficazes, enquanto a violência contra ribeirinhos e camponeses continuam sendo o alvo principal da mira mortal do latifúndio amazônico.

Almas são assim desalojadas da cultura e da língua, populações originárias e tradicionais da Amazônia continuam sendo encurraladas e asfixiadas, enquanto o poder público assiste de forma inoperante à tristes cenas que vivem condenando famílias inteiras ao destino do pé na cova.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

CARBONI, florenci & MAESTRI, Mário**. A linguagem escravizada**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

MOLES, Abraham. **O cartaz**. São Paulo: perspectiva, 1974.

SECRETO, M. V. **A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: Ou “discurso do rio Amazonas” á saga dos soldados da borracha**. Rio de Janeiro: revista de Estudos histórico, nº 40. 2007.

SOUZA, R. F. Arigó. São Paulo: scortecci, 2004.

CAPÍTULO 6

COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA DE RAPHAEL ARCURI DE 1913 A 1930: ESTUDOS DOS ELEMENTOS DO ART NOUVEAU NA ARQUITETURA ECLÉTICA DE RAPHAEL ARCURI EM JUIZ DE FORA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 26/08/2020

Jonas Tadeu Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Mestrando pelo programa de pós-graduação em Ambiente Construído, Faculdade de Engenharia. Campus Universitário
Juiz de Fora – MG
http://lattes.cnpq.br/0684971684133536
https://orcid.org/0000-0003-2155-9236

RESUMO: O presente trabalho aborda o tema sobre a análise dos estudos de elementos (composição arquitetônica e ornamentação) do art nouveau em algumas arquiteturas ecléticas de Raphael Arcuri, em Juiz de Fora. Tais edificações sofrem uma leitura errônea na própria mídia, jornais e livros, sendo que a apropriação desses elementos por Raphael Arcuri, que não eram comuns na arquitetura eclética, mas que vieram enriquecer e embelezar as arquiteturas ecléticas de Juiz de Fora. O trabalho tem como objetivo despertar o interesse de identificar uma forma correta dos estilos arquitetônicos, uma maior compreensão na concepção do arquiteto, que teve maior contribuição para o patrimônio histórico de Juiz de Fora. O presente trabalho pretende incentivar a valorização e o reconhecimento dessa linguagem arquitetônica, contribuindo para conscientização da população, além de abranger o conhecimento técnico e estilístico e pode fomentar um diálogo entre especialistas e também promover debates para elaboração de projetos na área de proteção e salvaguarda das edificações mencionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Estilemas Arquitetônicos, Ecletismo, Ornamentação.

ARCHITECTURAL COMPOSITION OF RAPHAEL ARCURI FROM 1913 TO 1930: STUDIES OF THE ELEMENTS OF ART NOUVEAU IN RAPHAEL ARCURI'S ECLECTIC ARCHITECTURE IN JUIZ DE FORA

ABSTRACT: The present work addresses the theme of the analysis of studies of elements (architectural composition and ornamentation) of art nouveau in some eclectic architectures by Raphael Arcuri, in Juiz de Fora. Such buildings suffer an erroneous reading in the media, newspapers and books, and the appropriation of these elements by Raphael Arcuri, which were not common in eclectic architecture, but which came to enrich and beautify the eclectic architectures of Juiz de Fora. The work aims to awaken the interest in identifying a correct form of architectural styles, a greater understanding in the architect's conception, which had a greater contribution to the historical heritage of Juiz de Fora. This work intends to encourage the appreciation and recognition of this architectural language, contributing to the population's awareness, in addition to covering technical and stylistic knowledge and can foster a dialogue between specialists and also promote debates for the elaboration of projects in the area of protection and safeguarding mentioned buildings.

KEYWORDS: Architectural style, Eclecticism, Ornamentation.

1 I INTRODUÇÃO

O tema discutido neste artigo trata-se da análise dos estudos de elementos (composição arquitetônica e ornamentação) do art nouveau em algumas arquiteturas ecléticas de Raphael Arcuri em Juiz de Fora. Buscando analisar as influências de estudo e trabalho deste arquiteto que ajudou a colaborar com o cenário do patrimônio histórico de Juiz de Fora.

Embora a maioria dos ornamentos tenha origem renascentista, em cada estilo há certa apropriação predominante para determinadas formas: ex: o art nouveau usava ornamentos naturais, no maneirismo tivemos uma apropriação de formas marinhas e aquáticas, o barroco com sua ornamentação rebuscada, o art déco com suas linhas verticais livres de ornamentação, e assim cada estilo arquitetônico sendo marcado por uma linha de ornamentação. No art nouveau as ornamentações se apresentam como ornamentos entendidos como elementos naturais de uma forma orgânica sinuosa, marcante pela sua volumetria assimétrica em sua composição arquitetônica, esses elementos passam de uma forma despercebida e com pouco reconhecimento tanto para os leigos quanto para os profissionais das áreas da arquitetura e cursos adjacentes.

Nas trajetórias acadêmicas pouco se discuti o tema, devido à especificidade e a complexidade do assunto. O estudo apresenta muitas lacunas pelo estilo eclético não se apropriar direto do art nouveau, o estilo o florentino tem sua origem do final do século XIX e início do XX (aprox. de **1890 a 1910**); que chegou para substituir a arquitetura dos acadêmicos ecléticos do século XVIII e XIX, marcado por uma era de desenvolvimento industrial e de modernização, na Europa denominavam o estilo art nouveau de modernismo francês, e trazia um apreço pela sua linguagem floral e a experimentação do feminismo.

Essa situação se agrava, quando muitos priorizam os aspectos históricos e deixam de lado os aspectos técnicos, sendo assim não se deparam com o questionamento da ornamentação de Raphael Arcuri, sendo essa ornamentação um importante fator de composição arquitetônica, sendo uma arquitetura de conjunto rico em detalhes minuciosos, que merece uma atenção maior pelo seu valor e importância no cenário arquitetônico e histórico da cidade de Juiz de Fora, inúmeras obras que compõem um cenário estilístico de extremo valor pelos momentos e fases deste arquiteto que trouxe uma contribuição significativa para cada estilo arquitetônico concebido desde o ecletismo quanto às arquiteturas do art nouveau e do art déco que compõe o cenário da cidade.

Costumam-se em qualificar as obras de grandes arquitetos nominando apenas o estilo que foi concebido a edificação, sem ter uma discussão mais aprofundada em qual foi a referência da obra, quais foram os ornamentos utilizados, qual eram as influências do arquiteto na época e até fatores mais simples como a ordem de qual pertence o capitel de uma coluna, e da qual foi a apropriação dessa ornamentação, ainda mais de uma arquitetura eclética que possui uma quantidade maior de ornamentos em sua composição arquitetônica.

A arquitetura eclética se originou na Europa e se apropriava dos estilos que eram ensinados na escola de Belas artes que eram clássico, neoclássico, barroco, renascentista especificadamente, com isso já temos uma noção de ordenar e separar as influências do ecletismo das influências do estilo do art nouveau. O Ecletismo em Juiz de Fora é o emblema da industrialização no período entre 1880-1930.

Os proprietários o adotam como estilo, patrocinando a modernização, higienizando, racionalizando o espaço, construindo bairros residenciais, administrativos e comerciais para os operários, as moradias são impostas pelos proprietários das fábricas e refletem certa unidade de padrão, como pode ser observado nas vilas operárias e cortiços (SOUZA, 2003, p.3). Na segunda década do século inicia-se uma nova ocupação no largo da Praça Dr. João Penido, com construções que representariam um padrão plástico filiado ao ecletismo então vigente, principalmente o neoclássico e o art nouveau, aplicado com uma alta dose de criatividade e apuro plástico (PASSAGLIA, 1982, p.67).

É o caso, por exemplo, do conjunto formado pelo Hotel Príncipe e a Associação Comercial. A permanência destes monumentos representantes de nossa cultura é de fundamental importância para a memória e identidade do país (MELO, 2007, p1).

Consideramos como representantes do Estilo Eclético as edificações que mesclavam materiais como vidro, ferro, ladrilho hidráulico, entre outros, fornecidos pelo desenvolvimento industrial do século XIX. Estas edificações apresentavam uma ornamentação externa rica em detalhes ao conjugar elementos clássicos (greco-romanos, românicos, góticos, renascentista e barroco), (SOUZA, 2003, p.1). Nos interiores, fez-se uso, principalmente do papel de parede e de pinturas decorativas. O ecletismo foi capaz de proporcionar em um mesmo estilo, padrões diferentes de ornamentações devido ao poder aquisitivo das camadas sociais das regiões implantadas do ecletismo mais rebuscado para as camadas da alta burguesia, quanto ao ecletismo mais simplificado das camadas mais simples, das vilas e da província urbana. Nas regiões de menores poderes aquisitivos o ecletismo rebuscado fazia parte apenas dos palácios governamentais e institucionais, algumas edificações de Barões, pessoas ligadas à alta-sociedade provida de status. Diante desses fatores, no Brasil se encontra catálogo de uma demanda alternativa quando se trata de ecletismo.

Durante o séc. XX o Brasil sofria grandes transformações e o estilo já sofria um o rompimento, provocado pelas constantes transformações (modernização), (KOCH, 2009, p.63). Na Inglaterra com (Wiliam Morris 1834-96) toma-se impulso, em 1890 a tentativa de uma reforma global, de uma “humanização do espaço urbano através da arte”. Baseando-se no artesanato, Morris pretendeu estabelecer uma nova unidade entre arquitetura, pintura, escultura e artes decorativas, com a intensão de criar uma obra global. O estilo do art nouveau possuía vários nomes, dependendo da região ou país que se expressava: *Jugenstil* na Alemanha, *Liberty* ou Floral na Itália.

O art nouveau provavelmente a referência era o stile floreale (ou Liberty) – a manifestação italiana do movimento art Nouveau, que eclode com a exposição de artes decorativas ocorrida em Turim, em 1902 – e que, como já visto, era por aqui conhecido graças a repertórios como os dos Modelli d'arte decorativa (LIMA, 2008, p.184).

Surge como um estilo mais simplificado do que o eclético, com aplicação de novas técnicas como o aço e o vidro além de formas onduladas inspiradas em organismos vegetais (plantas aquáticas lírios, guirlandas), linhas sinuosas, ornamentos com imagens antropomórficas, zoomórficas, fitomórficas, ninfas, cabeça de leão, no que se trata de sua composição arquitetônica torna-se marcado pela assimetria e leveza nas suas linhas orgânicas sendo representado pela suavidade.

Na França, sob outras bases e motivações específicas, o movimento art nouveau foi o que incorporou as discussões estéticas e políticas em torno das artes decorativas e do ornamento em particular. Se do ponto de vista das discussões sobre o lugar do artesão o art nouveau guarda semelhanças com *o Arts and Crafts Movement*, o acentuado caráter político (e mesmo nacionalista) que marcou o movimento francês constitui a principal diferença em relação ao que vinha ocorrendo na Inglaterra (LIMA, 2008, p.160).

Na arquitetura europeia, a estética art nouveau foi antagônica à eclética, que buscou inspiração na história da arquitetura (NOBLE; et al; sem data, p.20). Os arquitetos vinculados ao art nouveau romperam com o ecletismo na medida em que se inspiraram na flora e na fauna e criaram composições assimétricas, explorando linhas sinuosas, curvas e contracurvas.

Tipicamente urbano, o art nouveau tenta, a partir do século XIX, à sua maneira, resolver a questão da presença de ornamento nos prédios e objetos que povoam a cidade. O artista art nouveau construiria "jardins", procurava inaugurar um novo e idílico período no qual a angulosidade, a dureza e a agudeza da cidade industrializada fossem suavizadas e embelezadas (OLENDER, 2011, p.200).

Quando Raphael Arcuri voltou para o Brasil em 1911, ele já tinha o conhecimento do estilo *art nouveau*, pois conviveu com este estilo em Nápoles onde ele trabalhou no escritório de Giovane de Fazio como estagiário. Com isso ele teve o conhecimento necessário para projetar e acrescentar ornamentos desse estilo em sua produção arquitetônica na Itália e em algumas arquiteturas ecléticas que ele tinha projetado em Juiz de Fora, uma vez que como a arquitetura eclética no Brasil era tardia, aqueles arquitetos que já tinham vivenciado as fases do ecletismo europeu e do art nouveau como Raphael Arcuri poderiam se apropriarem de uma ornamentação diversificado entre os dois estilos e produzir uma nova arquitetura eclética diferenciada.

Raphael Arcuri já tinha vivido essa transformação na Europa, por isso fazia sentido toda essa experimentação e obsessão pelo art nouveau e com isso caem em suas mãos à responsabilidade de trazer para Juiz de Fora o embelezamento arquitetônico que a cidade tanto almejava. Vale ressaltar que Raphael Arcuri, não tratava em suas obras apenas

da questão ornamental, trabalhava também explorando a sua composição formal, linhas curvas e assimetria em algumas edificações que fazia a remeter ao estilo art nouveau.

A composição e os estilemas próprios do art nouveau se integrarão às suas influências acadêmicas e as inovações dos materiais e das tecnologias construtivas na produção de sua arquitetura (OLENDER, 2011, p.204). Ele fornece para Juiz de Fora uma nova arquitetura diversificada que foi desde o estilo eclético, ao art nouveau até o *art déco*. Por mais simplificada que fosse sua arquitetura em relação à ornamentação, Raphael Arcuri não deixava de expor uma ornamentação floral que nos fizesse lembrar o estilo florentino, desde pequenas guirlandas, mascaras, laços sinuosos, frontões semicircular, balaustres, figuras antropomórficas, zoomórficas, fitomórficas, ferro fundido ornamentado, esses decorando os guarda corpos dos balcões e de vãos de ventilações geralmente das lojas nos pavimentos térreos de suas edificações, e outras ornamentações presentes a esse catálogo florentino.

Muitos dos ornamentos utilizados se obtiveram da importação de materiais ou da mão de obra dos emigrantes europeus que contribuíram com a técnica e as transformações nos cenários arquitetônicos, além da utilização de materiais da própria companhia de seu pai Pantaleone Arcuri, onde Raphael Arcuri trabalhou e que produzia diversos ornamentos decorativos e de acabamento usados por Raphael em seus projetos. Ressaltando que a empresa já estava consolidada no mercado juiz-forano e já tinha um grande alcance no cenário Europeu pela exposição dos seus ladrilhos na feira internacional de Milão em 1906, se tornou uma das grandes empresas brasileira na produção de ladrilhos hidráulicos.

Cabe nesse artigo relatar as obras de Raphael que ainda estão construídas no cenário da cidade e seguem o contexto estudado cronologicamente detalhando apenas a ornamentação que se refere à influência do art nouveau em suas arquiteturas, lembrando que essas obras também sofrem uma apropriação de outros ornatos que eram apropriados pelo ecletismo: Edifício Pinho (1913), Vila Iracema (1914), Paço Municipal (1918), Príncipe Hotel (1920), Associação Comercial (1920), Cia Dias Cardoso (1916 – 1921), Edifício Ciampi (1930) e Hotel Palace (1930). Valendo se destacar que a Vila Iracema é exemplo histórico e um marco de sua arquitetura em Juiz de fora por fazer parte de um art nouveau de primeira fase, e ser uma das principais referências de ornamentações para as suas obras posteriores.

Valem mencionar que muitos ornamentos foram perdidos com a demolição de algumas edificações em Juiz de Fora projetadas por Raphael Arcuri, muitas seguindo a linha dessa ornamentação que era o caso das edificações projetadas para o Sr. Ambrósio Bretas e a residência do Sr. José Spinelli na Rua Espirito Santo, ambas de 1915.

Essas edificações traziam composição valiosa desses ornatos florentinos, além das volumetrias terem em sua composição assimétrica alguns traços marcantes de sinuosidade, arcos semicircular, alguns óculos representados nas fachadas, e outras levam de ornamentos. Essas casas eram praticamente formalizadas como vilas, pois eram muito

parecidas principalmente na composição do torreão formalizado nas duas edificações, marcando um eixo principal, nos faz a remeter características marcantes de Raphael Arcuri que se repetiam em algumas de suas edificações como o castelinho dos Bracher, projetada no início do Século XX.

Nessas duas edificações da para perceber certa influência de ornamentos que Raphael Arcuri tinha usado na Vila Iracema, como a questão da porta-janela em arco semicircular e o torreão, principalmente na edificação projetada para o Sr. José Spinelli, valendo ressaltar a proximidade dos anos entre a Vila Iracema que é de 1914, e as duas edificações posteriormente de 1915. Esse aspecto próximo gerou características peculiares entre as edificações que se aproximaram do tempo de concepção projetual.

Outra questão a ser mencionada nessas edificações e nas obras de Raphael Arcuri era a repetição de materiais usado por ele que facilitava no reconhecimento dessa linguagem arquitetônica traduzida pelo arquiteto. Esses materiais que eram de uma fácil representatividade no mercado naquela época e eram gerados em grande escala, como as telhas de cimento amianto.

Outra edificação eclética de Raphael Arcuri que teve certa influência de elementos florais foi a residência que o arquiteto projetou para sua própria moradia. Esse sobrado situado na Rua Antonio Dias Tostes nº 310 faz parte do núcleo histórico do bairro Granbery, construído no segundo quartel do século XX. Essa residência embora não represente ornamentações rebuscadas conforme as outras edificações posteriores projetadas pelo arquiteto, ela marca um período imposto pela ruptura do rebuscamento e requinte devido às novas tendências tecnológicas propostas pela época. Na questão ornamental externa, Raphael Arcuri recorre mais uma vez a ornamentação floral na sua composição arquitetônica, com arranjos em flores, algumas guirlandas ornamentos fitomórficos nas pilastras e um capitel floral usado tipicamente no modernismo francês (*art nouveau*); coroando as colunas externas da edificação, capiteis mais finos com colunas lisas, ornamentações nas bandeiras das janelas, representadas por guirlandas em gesso protegidos por beirais acima dos vãos das janelas. Observando os detalhes projetuais da Casa de Raphael Arcuri, algumas das adaptações mencionadas na sessão anterior ficam notáveis como na implantação, que segue as divisões de jardim, moradia e quintal com o recuo lateral necessário para a entrada do veículo até a garagem. O esquema de habitação (em planta) transmite as modificações que passaram a ser incorporadas nesse período, como criação de novos setores de jardim de inverno. A fachada lateral esquerda diferentemente como ocorre na maioria das edificações, é pensada como fachada principal (MORATORI; FERREIRA; PAIVA; p.7, 8, 10).

O método construtivo dessas edificações era de extrema delicadeza, aperfeiçoados por uma mão de obra de influência imigratória, lembrando que os imigrantes europeus não apenas influenciaram os arquitetos brasileiros, como também tiveram uma rica contribuição para mudar o jeito de se construir no Brasil.

O Brasil pode experimentar uma ruptura com técnicas construtivas primitivas, seguindo o padrão tecnológico provido por uma nova era, dos mestres de obras e arquitetos com experiências no cenário europeu, trazendo em suas bagagens uma vivência sobre a arte e a técnica implantada em diversos estudos estilísticos e ornamentais, fazendo a leitura do que tinha de melhor a ser colaborado pelo cenário visual das cidades europeias. Assim, a capacidade desses profissionais nunca vistos até então no Brasil, foram capazes de urbanizar e embelezar diversas cidades de acordo com os padrões estéticos já estudados por esses novos profissionais posteriormente.

Outro fato de importante relevância era o catálogo de ornamentação providos da Europa. Esse catálogo de ornamentação eclética foi incorporado na arquitetura brasileira com as importações e difusão do movimento, com ornamentos mais rebuscados aos mais simplificados. O fato era que a proporção atingiu novas experimentações decorrentes de novos estilos implantados ou até mesmo da capacidade de se fazer uma arquitetura eclética diferenciada como foi o caso de Raphael Arcuiri em Juiz de Fora, uma preocupação contemporânea na época de se aproximar a arquitetura com o tempo, trazia novas fases nos seus traços e a capacidade de introduzir o moderno, ornamentação que representava uma nova linguagem para as fases e as tendências de embelezamento que aclamavam as cidades brasileiras. Sendo assim Juiz de Fora teve o privilégio de ser contribuída com essa riqueza de ornamentação.

2 I RECORTE CRONOLÓGICO DAS EDIFICAÇÕES 1913 A 1930

Figura 1: Esquerda: Palácio Pinho de 1913, Direita Vila Iracema de 1914.

Fonte: Autor

Figura 2: Esquerda: Paço Municipal de 1918, Direita Príncipe Hotel de 1920.

Fonte: Autor

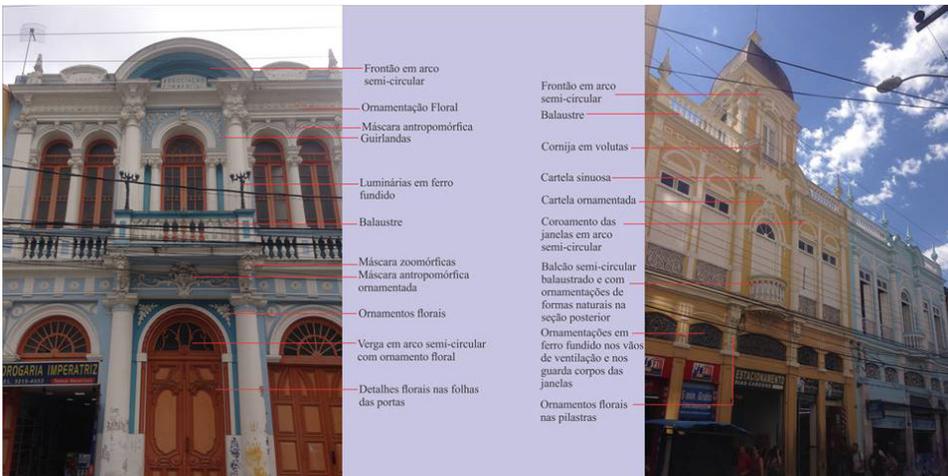



Figura 3: Esquerda: Associação Comercial de 1920,Direita Cia. Dias Cardozo de 1916-1921.

Fonte: Autor

Figura 4: Esquerda: Edifício Ciampi de 1930, Direita Palace hotel de 1930.

Fonte: Autor

Esse artigo assume importância na medida em que pretende contribuir com o estudo das obras arquitetônicas de Raphael Arcuri em Juiz de Fora, o assunto é de importância na questão estilística e histórica de Juiz de Fora. Além de proporcionar curiosidades e discussões sobre o tema.

O art nouveau foi um estilo próprio, vindo de uma era industrializada de ruptura com o historicismo. É bastante interessante ver seus elementos e ornatos serem introduzidos ou incorporados na arquitetura eclética do século XIX e XX. Essa ousadia só pode ter sido reproduzida por quem teve o contato direto com esse estilo, que foi o caso de Raphael, muitas vezes ignorados pela maioria da população, representa à arte, o feminismo, a composição de suas curvas de seus detalhes minuciosos, pela sensibilidade na forma de se construir que só nos restam a rememorar.

Hoje em dia em Juiz de Fora o *art nouveau* expresso em algumas obras de Raphael apresenta como legados mais frágeis e suscetíveis à degradação dentro do patrimônio histórico. Muitas edificações estão expostas ao descuido, algumas escoradas, sem uso, abandonadas ao tempo, outras esperando restaurações reféns da burocracia patrimonial, da falta de incentivos e recursos ou até da própria inadequação dos usos.

A questão do restauro é muito complexa principalmente para a cidade de Juiz de Fora, onde muitas edificações históricas passam por um processo de reforma e não restauro, pela condição da mão de obra específica e valor alto, com isso muitos projetos acabam sendo paralisados por falta de recursos. Esse fator só nos trás a responsabilidade de conservamos e cuidarmos do nosso patrimônio histórico para manter viva a história de nossa cidade e de pessoas que contribuíram de uma forma rica e significativa para a nossa região.

Lembrando que o cuidado faz parte de uma educação patrimonial que abrange a todos, não somente aos proprietários e os órgãos públicos, mas também ao engajamento da população na participação das discussões, nas tomadas de decisões que sejam favoráveis a proteção dos bens, e na conscientização da importância da educação patrimonial.

Espera-se com essa pesquisa incentivar a valorização e o reconhecimento dessa linguagem arquitetônica, contribuindo para conscientização da população além de abranger o conhecimento técnico e estilístico. Além de destacar as obras de Raphael Arcuri, responsável e contribuidor da imagem juiz-forana do início até meados do século XX, contribuindo como orientação para ações de recuperação histórica e proteção sistemática da arquitetura da cidade, a fim de sensibilizar amantes do patrimônio juiz-forano e da região. Na área central da cidade de Juiz de Fora, predomina um tipo de composição arquitetônica, de importância nacional denominada eclética marca a industrialização e o nosso pioneirismo empreendedor vinda dos imigrantes europeus. A cidade foi símbolo do progresso tecnológico e estético abrigando indústrias com uma participação efetiva no cenário brasileiro, tendo destaque nas suas produções e na economia.

Neste artigo pode se chegar à conclusão de um mesmo tempo que fosse uma nova experimentação de Raphael de elementos do art nouveau na arquitetura eclética, traz também uma ousadia e uma beleza estética para as edificações projetadas. Este artigo é um resultado de um esforço e interesse acadêmico em vivenciar as obras de Raphael, sua composição arquitetônica, de estudar as suas influências, de ver concretizadas suas ideias, de sentir a fenomenologia ao deparar com os detalhes e ornamentos presente em sua magnífica obra arquitetônica. O presente trabalho pode fomentar um diálogo entre especialistas, auxiliar uma produção que não seja errônea no que se refere à ornamentação e estilos arquitetônicos e também promover debates para elaboração de projetos na área de proteção e salvaguarda das edificações mencionadas.

Há uma importância relevância de expressar e deixar claro na pesquisa de como a ornamentação fazia parte da composição arquitetônica dos períodos passados e que hoje em dia o ornamento é um mero pastiche, sem nenhum valor de composição arquitetônica.

O artigo tem como objetivo geral analisar o estudo da ornamentação do art nouveau em algumas obras de Raphael Arcuri, no Município de Juiz de Fora, levantando o debate sobre o patrimônio histórico e sua proteção no âmbito local.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo foi essencialmente a pesquisa bibliográfica para conhecimento teórico. As fontes utilizadas nesse trabalho foram em princípio a leitura de livros específicos e pesquisas pessoais sobre a temática. Durante esse processo vale ressaltar a importância das visitas técnicas e estudos pessoais feitos para completar o desenvolvimento do artigo referente sobre as edificações mencionadas na pesquisa.

3 I CONCLUSÃO

Durante a pesquisa teve-se a preocupação de se responder questões e esclarecimentos do assunto para melhor entendimento da população juiz-forana e para as pessoas que de certa forma que admiram a temática e se interessam pelos estilos arquitetônicos pela ornamentação e pela história de seu projetista. Assim, o artigo contribui em aspectos importantes sobre a questão da proteção desses bens materiais, suas práticas e ações, levantando um histórico desses objetos arquitetônicos que integram a composição arquitetônica destes edifícios e ressaltando a importância de sua preservação para a memória local. Esse trabalho pode contribuir não só para a compreensão do tema abordado, como também servir de fontes de pesquisa para acadêmicos e profissionais interessados na temática.

A organização de um catálogo de ornamentação dessas edificações é de extrema importância não só no aspecto arquitetônico como também no aspecto histórico para o acervo de pesquisa da cidade. Por isso a importância de se fazer um inventário desses ornamentos para uma linguagem de consulta correta nas publicações acadêmicas e produções de livros não errôneos, que comprometam o ensino e a pesquisa de futuros estudantes.

O artigo se encerra na reflexão individual de como a identidade patrimonial é fruto de valor e cultura para o espectro morfológico e estilístico de formação das cidades e da memória adquirida pelas tradições peculiar de cada cidade, de uma imensa sentimentalidade e de um valor agregado aos bens patrimoniais de cada região.

REFERÊNCIAS

KOCH, Wilfrid. **Dicionários dos Estilos Arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 229p.

OLENDER, Marcos. **Ornamento Ponto e Nó:** da Urdidura Pantaleônica as Tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: Funalfa Editora UFJF, 2011. 312p.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: IPLAN/PMJF, 1982. 193p.

SOUZA, A.L, Fiorot de. **Estilo Eclético na Arquitetura de Juiz de Fora.** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – PB: João Pessoa, 2003. 4p. Disponível em: ANAIS. ANPUH.Org/wp-Content/Uploads/ANPUH. S22.Pdf. Acesso em: 16/04/2016.

LIMA, Solange Ferraz de. **O Transito dos ornatos: Modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?).** São Paulo: Anais do museu Paulista, 2008. 49p.

NOBLE, André Winter; et al. **Elementos funcionais e ornamentais da arquitetura eclética Pelotense: 1870-1931. Estuques.** 32p. Disponível**:** https://pt.scribd.com/document 344278220. Acesso em: 11/10/2018.

MELO. Carina Mendes dos Santos. **Técnicas construtivas do período eclético no Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação. Rio de Janeiro: AERPA Editora, 2007. 6p.

MORATORI, D.A, FERREIRA, J.T, PAIVA, C.R. **Entre a logica do o mercado e a preservação:** estudo de caso sobrado nº 310 no núcleo histórico do bairro Granbery – Juiz de Fora/MG. . In: Anais do Simpósio Científico 2018 – ICOMOS BRASIL - O estado da arte da preservação do Patrimônio no Brasil, 2018. 20p

CAPÍTULO 7

USO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA E IMAGENS AÉREAS NA CARACTERIZAÇÃO DA HISTÓRIA AMBIENTAL DE PARATY, BRASIL, NOS SÉCULOS XX E XXI

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 14/01/2021

Rodrigo Zambrotti Pinaud
Graduado em Ciências Biológicas, Mestre em Ciências de Engenharia de Planejamento Energético e Ambiental COPPE/UFRJ, integrante do Laboratório História e Natureza (LabHeN) do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ (PPGHIS/UFRJ) Membro do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP) e do Instituto Náutico de Paraty (INP)
http://lattes.cnpq.br/7895260552851393

RESUMO: O município de Paraty possuiu seu apogeu econômico nos séculos XVII e XVIII, através do seu Caminho do Ouro e dos plantios de cana-de-açúcar, banana e café. Pouco descrito, o impacto ambiental desses ciclos levou a degradação de praticamente toda a cobertura florestal do município, da mesma forma que provocou severas marcas na paisagem, com as encostas de suas montanhas praticamente desflorestadas e erodidas, em contraste com a cobiçada beleza cênica de suas praias, rios e remanescentes florestais ainda existentes. A partir da década de 60 do século XX, diversas iniciativas do governo brasileiro impactaram severamente o desenvolvimento do município de Paraty, principalmente com a construção das Usinas Nucleares de Angra dos Reis e do trecho da Rodovia BR-101, descortinando um litoral de extrema beleza cênica, com ocupação humana de extrema baixa densidade, que foi impactado pelo processo de “Acumulação por Espoliação” que vigorou na região através de agentes de capital privado internacional em íntima relação com o governo brasileiro à época, alterando a dinâmica das populações tradicionais existentes na região, promovendo a capitalização da terra. Paralelamente, a cobertura florestal, praticamente inexistente até a cota de 100 metros de suas encostas em meados do século XX, se regenerou a partir dos fragmentos florestais remanescentes, sendo que em 2020 o município possui florestas cobrindo praticamente 90% de seu território, principalmente na região da Juatinga, o palco dos principais casos de Acumulação por Espoliação ocorridos na região. O uso de técnicas de Cartografia Histórica e comparação de imagens aéreas antigas com as atuais vem a contribuir na caracterização da paisagem histórica e as mudanças no uso e ocupação do solo no município de Paraty nos séculos XIX e XX, suas mudanças ao longo do tempo e pode fornecer subsídios para o planejamento do desenvolvimento urbano e modelos de preservação e conservação ambiental para a região.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação por Espoliação, História de Juatinga - Paraty (RJ), Cartografia Histórica, Mata Atlântica, Paisagem Histórica.

USE OF HISTORICAL CARTOGRAPHY AND AERIAL IMAGES TO CHARACTERIZE THE ENVIRONMENTAL HISTORY OF PARATY, BRAZIL, IN THE 20TH AND 21ST CENTURIES

ABSTRACT: The municipality of Paraty had its economic apogee in the seventeenth and eighteenth centuries, through its "gold way" and the coffee, banana and sugarcane plains. Little described, the environmental impact of these cycles led to the degradation of the forest cover of the municipality, practically extinguishing the production of its famous brandy due to the lack of water, in the same way that it caused severe marks in the landscape, with the slopes of its mountains practically deforested and eroded, in contrast to the great and coveted scenic beauty of its beaches, rivers and forest remnants. Since the 1960s of the 20th century, several Brazilian government initiatives have severely impacted the development of the municipality of Paraty, mainly with the construction of the Nuclear Power Plants of Angra dos Reis and the stretch of Highway BR-101, unveiling a coastline of extreme scenic beauty.with extremely low density human occupation, which was impacted by the process of "Accumulation by Dispossession" that was in force in the region through international private capital agents in close relationship with the Brazilian government at the time, changing the dynamics of the traditional populations existing in the region, promoting the capitalization of the land. At the same time, forest cover, practically nonexistent up to the 100-meter height of its slopes in the mid-20th century, regenerated from the remaining forest fragments, and in 2020 the municipality has forests covering practically 90% of its territory, mainly in Juatinga region, the stage of the main cases of Accumulation due to Spoliation that occurred in the region. The use of Historical Cartography techniques and comparison of ancient aerial images with current ones contributes to the characterization of the historical landscape and the changes in land use and occupation in the municipality of Paraty in the 19th and 20th centuries, its changes over time and it can provide subsidies for urban development planning and environmental preservation and conservation models for the region.
KEYWORDS: Accumulation by Dispossession, Paraty and Juatinga Environmental History, Historic Cartography, Atlantic Rainforest, Historic Landscape.

1 | INTRODUÇÃO

Os mapas sempre estiveram, ou, pelo menos, o desejo de balizar o espaço sempre esteve presente na mente humana. A apresentação do meio ambiente e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo foram uma constante da vida em sociedade, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias (HARLEY, apud MATIAS, 1996, p. 31).

No Início do século XVII, Paraty já era descrita como uma pequena vila com menos de 50 casas térreas, a maior parte delas em taipa, cobertas com palhas, com o casario acompanhando o eixo inicial de ocupação. (CURY, 2002, p. 100).

Em 1799, o Rio de Janeiro possuía 616 engenhos de açúcar e 253 de aguardente, sendo 155 destes em Paraty (RIBAS, 2003, p. 23), sendo que à medida que se expandiam os canaviais, mais supressão vegetal era praticada, expondo o solo para a nascente cultura da cana-de-açúcar e já alterando o ciclo das águas em Paraty, pois muitas nascentes e cursos d'água secavam com o avanço da supressão vegetal nas encostas do município.

Devido à sua localização estratégica, durante esse período, Paraty garantiu importante posição, inclusive os metais preciosos de Minas Gerais que eram escoados para Portugal passavam primeiro pelo seu porto (MELLO, 2002, p. 06). Por essa época "o caminho marítimo-terrestre por Paraty, onde era vencida a serra do Facão pela antiga trilha guaianá, era o único que existia ligando o Rio de Janeiro a zona das minas recém-descobertas" (SOUZA, 1994, p. 12).

Aproximadamente no final do século XVII foi iniciada a abertura de uma nova estrada, ligando a cidade do Rio de Janeiro às minas, pela Serra dos Órgãos e mais tarde este caminho veio a ser chamado de Caminho Novo (RIBAS, 2003, p. 37).

Com a abertura, no ano de 1855, da Estrada de Ferro D. Pedro II, garantindo o acesso do vale do Paraíba ao Rio de Janeiro e encerrando a prosperidade de Paraty, pois nessa conjuntura os produtos oriundos do vale do Paraíba passaram a ser transportados para o porto do Rio de Janeiro através da nova ferrovia (SOUZA, 1994, p. 57):

> "De qualquer forma, a economia da cidade já havia entrado em colapso anteriormente e o movimento comercial na velha trilha guaianá já estava completamente abandonado. Os rios da cidade deixam de ter seus leitos limpos pela escravaria, tornando-se severamente assoreados e espraiam-se, transformando suas margens em grandes lodaçais onde impera a malária. Paraty passa a importar até o feijão, de que fora um dos maiores produtores. Começa um longo período de abandono e decadência." (RIBAS, 2003, p. 48)

O café avançou, portanto, pelas terras altas, de geração para geração, nada deixando em seu rastro além de montanhas desnudadas (DEAN, 1996, p.195-196). Tais fatores contribuíram para permanência do lugar em tal situação por algumas dezenas de anos, residindo e resistindo ainda ali muitas famílias empobrecidas, os caiçaras, e grupos negros remanescentes da escravidão que se ligaram as terras das fazendas abandonadas ou que até mesmo receberam por doação dos seus antigos senhores. Surge também, de forma incipiente, a monocultura da banana, em algumas das áreas abandonadas pelos antigos cultivos de cana e café. (FEITOSA, 2016, p. 35).

Por um decreto datado de 30 de outubro de 1857, o conselheiro Antônio Nicolao Tolentino – então presidente da Província – determinou aos engenheiros Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer a organização de uma Carta Chorografica da Província do Rio de Janeiro. Impressa em 1863, na forma de litografia, a Carta divide-se em quatro grandes folhas de papel (COTRIM, 2012, p. 101)

Ao redor do mapa da Província, aproveitando cada uma das folhas, foram litografadas as plantas das principais vilas e cidades fluminenses. A "Planta da Cidade de Paraty" é essencial para o estudo da evolução urbana local, pois indica importantes remanescentes do século XVIII.

Através da sobreposição da imagem da Carta de 1863 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps utilizando técnicas de Cartografia Histórica

com o software QGIS, podemos observar com clareza as modificações no contorno da costa da cidade, seu traçado urbano à época e, principalmente, a utilização das margens e conformação da foz do Rio Perequê-Açú.

Figura 1: Sobreposição da Carta de 1963 com o atual traçado urbano da cidade de Paraty

Da mesma forma, utilizando as mesmas técnicas de cartografia histórica, mas sobre trechos do Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty. datadas de 1965, obtidas da Força Aérea Norte-Americana (USAF), também comparadas com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps, é possível verificar o traçado urbano em 1965 e sua evolução até os dias atuais, onde já se pode observar o então limite da retificação do rio Perequê-Açú naquela data e seu curso meândrico e sinuoso a montante, onde passava pelo atual bairro do Caborê:

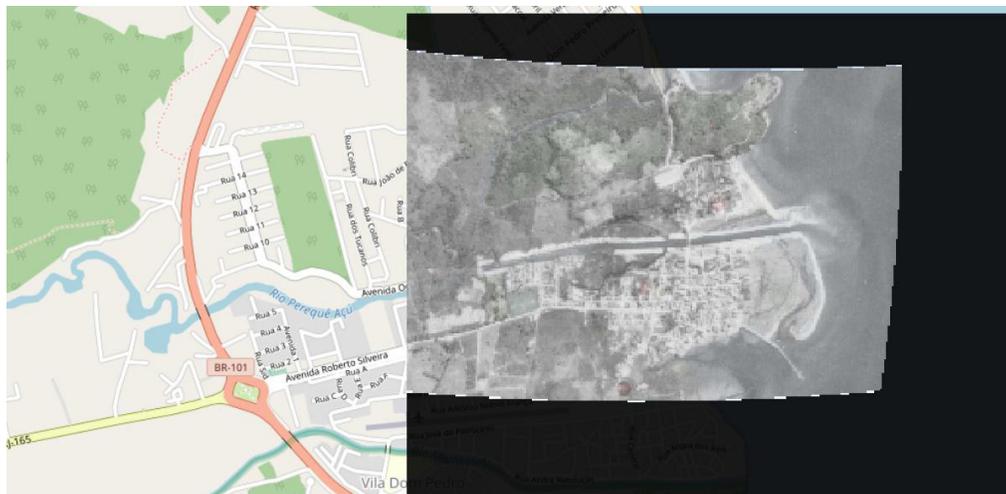



Figura 2: Sobreposição do trecho da sede municipal de Paraty obtida de ortofoto pancromática 1:25.000 de 1965 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps

2 I DESENVOLVIMENTO

Até o final do século XIX, não havia água encanada em Paraty, e como o seu assentamento estava próximo do mar, não era possível a construção de poços ou cisternas. As construções de dois chafarizes, no Largo da Santa Rita e na atual Praça do Chafariz, tiveram o papel de atenuar tal carência. E assim, isolada, mas com um passado vivo em suas heranças formais e simbólicas, Paraty ficou literalmente esquecida por mais de meio século, até a abertura de de uma precária estrada de terra subindo a serra, em sua maior parte aproveitando o antigo Caminho do Ouro, ligando o municíoio ao Vale do Paraíba no estadoi de São Paulo. Este isolamento de Paraty, assim como de inúmeros sítios caiçaras do litoral sul fluminense e norte paulista no mesmo período, permitiu a preservação das edificações do sítio histórico, assim como a conservação de um nicho particularmente muito bem preservado de uma cultura particular, material e imaterial e a disponibilização de toda uma paisagem natural em diversos estágios de alteração e conservação e baixíssima densidade demográfica, serviu como palco de uma sequência de acontecimentos que se constituíram em marcos históricos no desenvolvimento da região.

2.1 Projetos de Desenvolvimento Regional - Vetores de Impacto Social e Ambiental

2.1.1 Construção da BR-101

Aberta ao tráfego em meados da década de 1970, o trecho conhecido como Rio-Santos da rodovia BR-101 foi fator determinante para o fim do isolamento de Paraty: Era uma via moderna de transporte rodoviário. Intensificou-se então a entrada de capital,

principalmente estrangeiro, em todos os setores da economia da região, com todas as facilidades permitidas pelo governo, enquanto uma reforma agrária esboçada na década de 1960 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para a região foi deixada de lado (LHOTTE, 1982, p. 19).

Ainda na década de 60, vários fatores vêm tirar o caiçara de seu isolamento. As vias de acesso ao norte paulista são melhoradas. Além da BR-101, a Petrobras se instala na região (com seus Terminais marítimos em São Sebastião e Angra dos Reis) e também as as Usinas Nucleares de Angra dos Reis (atraindo pessoas de outras localidades em busca de novos campos de trabalho), fazendo com que pessoas de alto poder aquisitivo busquem outras áreas de lazer (SIQUEIRA, 1984, p. 62).

> "Na matéria "As favelas de caiçaras" publicada na revista Veja de 24/12/1975, lê-se que muitos dos caiçaras viviam isolados na praia do Sono, em Paraty, próximas à vila de Trindade, e que não conheciam o dinheiro até a chegada dos especuladores imobiliário. Com a construção da Rio-Santos. A partir do simples projeto da Rio-Santos, os proprietários de terras surgem como que do nada, demarcando áreas enormes a partir de pequenas escrituras, "grilando" terras, expulsando os lavradores com violência e ameaças ou mesmo com ofertas irrisórias a que os lavradores não resistiam, por não conhecer o valor exato do dinheiro. Estes, analfabetos em sua maioria, eram enganados de várias formas, inclusive assinando contratos de arrendamento, meia ou parceria, onde acabavam cedendo seus direitos de posse, sem saber" (BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL, 2017, p. 09).

Após a venda de suas terras, boa parte da população tradicional caiçara mudou com suas famílias para a cidade de Paraty, e só encontraram guarida nos bairros periféricos ou na zona rural do município. Esse processo histórico era baseado no conceito de "Acumulação por Espoliação", que consistia em:

> "(…) mercadificação, e a privatização de terra e expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado, em direitos exclusivos de propriedade privada (…), além de (…) isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo a terra para a corrente principal privatizada (HARVEY, 2004, p. 121-122).

Tal corrente principal privatizada, naquela época, em Paraty se constituiu em um exercício de força e que, em Paraty, teve como um de seus mais importantes vetores o conglomerado capitalista denominado "Atlantic Community Development Group for Latin America" – ADELA. (DREIFUSS, 1987, p. 61).

Nenhuma formação foi mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-industrial), que ocorria em meados da década de 50 e princípios da década de 60, do que a ADELA:

> “A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações de um *think-tank* encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil for New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (complexo Agnelli). Tal conglomerado foi posto em ação por parlamentares da OTAN e senadores dos Estados Unidos. A ADELA foi registrada no Grão-Ducado de Luxemburgo em setembro de 1964, operando na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru. A organização consolidou-se no fim da década de 60 e, em fins de 1972, os acionistas da ADELA incluíam 240 companhias industriais, bancos e interesses financeiros de 23 países (8 empresas do Brasil). A ADELA foi também capaz de exercer forte pressão sobre os governos dos países onde ela opera. As suas funções são explorar as oportunidades de investimento para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais” (DREIFUSS, 1987, p. 62).

2.1.2 Projeto Turis

A maior contribuição para o projeto de injeção de seu capital e domínio territorial da ADELA em Paraty teve início por iniciativa tomada em Março de 1972, pela Embratur, de firmar um convênio com a estatal francesa Société Centrale Pour L´Equipement du Territoire (SCET). No acordo Embratur – SCET estava previsto o levantamento da capacidade de ocupação e desenvolvimento econômico do litoral Rio de Janeiro até Santos. O objetivo era construir normas para a ocupação do solo e para a implantação de atividades turísticas para cada uma das faixas do litoral descortinado pela BR-101. O resultado do convênio ficou conhecido como Projeto TURIS (Fonte Documental).

A maior concentração dos estudos dizia respeito às praias. No total foram contabilizadas e descritas 220 praias entre os municípios de Mangaratiba, no Rio de Janeiro, e Bertioga, em São Paulo. Somam-se a esse número, as ilhas de Itacuruçá, Grande, Gipóia, Anchieta e São Sebastião. Para cada uma das praias e ilhas, foram analisadas e fixadas a densidade populacional, a capacidade total de leitos turísticos, as áreas de vocação ou não turísticas, entre outros aspectos. Tal Projeto incentivou a implantação de *Resorts* ao longo da BR-101, como Portogalo, Porto Frade, Portobello, Club Med e o Condomínio Laranjeiras. Por fim, as praias foram classificadas de acordo com três categorias:

> “a) praia para turismo de qualidade tipo enseada pequena, calculando-se sua densidade em <u>um banhista por 25 m2;</u>
>
> b) turismo médio, tipo enseada grande (como a praia de Botafogo, no Rio), <u>um banhista por 10m2;</u>
>
> c) turismo econômico, tipo “<u>praia linear, um banhista por 5m2</u>” (EMBRATUR/SCET, 1972, VOL III – Resultados. p. 74).

As principais praias e regiões costeiras de Paraty, logo as localizadas na região da Juatinga (o complexo de Trindade, com suas diversas praias, o Complexo de Laranjeiras, com também suas diversas praias, bem como as Praias do Sono, dos Antigos, Antiguinhos

e Ponta Negra tiveram Classificação “A” no Projeto TURIS e, com uma informação tão clara, foram enxergados pela ADELA como uma imperdível oportunidade de investimento em sua carteira.

3 I A REGIÃO DA JUATINGA COMO ALVO DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

As novas formas de capitalismo, que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais. O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista:

> “Através do seu controle oligopolista do mercado, as companhias capitalistas (Estados Unidos e Europa), o capital financeiro reinava supremo no círculo de hegemonia americana. A maior parte dos investimentos no Brasil era feito por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas ou tributárias. O processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse de terra, o que promoveu o processo de Acumulação por Espoliação na região” (DREIFUSS, 1987, p. 62)

3.1 Condomínio Laranjeiras

Mas o que determinou o interesse dos grupos econômicos estrangeiros foram os terrenos e as praias da antiga “Fazenda Laranjeiras”, praticamente na divisa dos estados do Rio e São Paulo, para a implantação de um condomínio de grande porte para clientes de altíssimo poder aquisitivo, o Condomínio Laranjeiras, algo sem precedentes no território brasileiro, removendo seus habitantes seculares de suas posses e reassentando-os longe das praias e posteriormente vedando seu acesso a elas e seu entorno mais próximo.

Figura 3. Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 destacando o terreno da Fazenda Laranjeiras e seu campo de pouso em 1965

Figura 4: Sobreposição do trecho da antiga Fazenda Laranjeiras obtida de ortofoto pancromática 1:25.000 de 1965 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps

Dessa forma, em uma época onde ainda não havia Legislação Ambiental específica no Brasil (ainda em meados da década de 1970) foi implantado o Condomínio Laranjeiras, com a “criação” de uma imensa marina privada em um local originalmente ocupado por terras emersas. Como ainda não havia sido criada a figura do EIA/RIMA no Brasil, que só seria exigido após 1986, com a Resolução CONAMA 01, uma grande transformação na paisagem foi efetuada, na época sem avaliação nem quantificação dos impactos ambientais e socioeconômicos.

Figura 5: Condomínio Laranjeiras *circa* 1976 com sua Marina recém-construída, ainda sem edificações de Condôminos

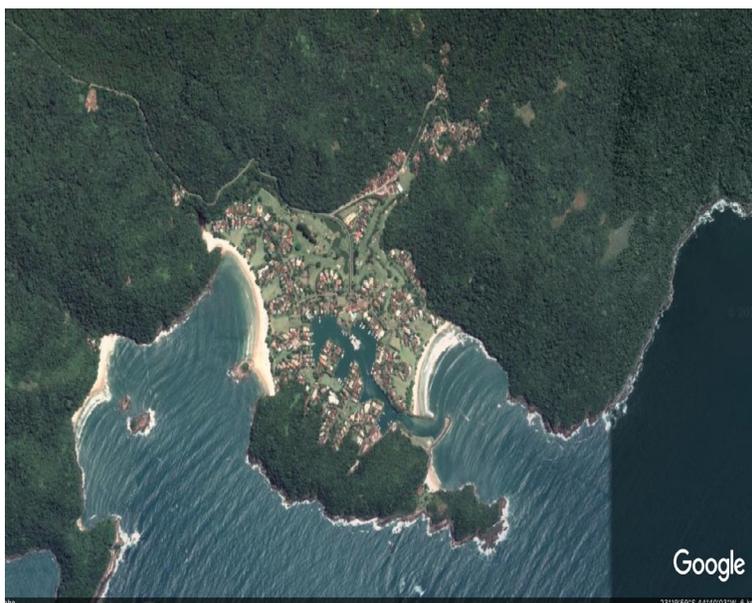



Figura 6. Condomínio Laranjeiras em 2018, ocupado por edificações de condôminos, principalmente ao redor da Marina implantada em meados da década de 70 (Google Earth website. Acessado em 09/01/2021)

4 | PRAINHA DE MAMBUCABA

A Prainha de Mambucaba, localizada às margens da rodovia BR-101, entre a estrada e o mar encontrava-se praticamente intocada, sem ocupação humana consolidada até pelo menos o ano de 2004. Constituía-se em uma das raras praias convexas da região, possuindo grande beleza cênica e uma muito bem preservada floresta entre o cordão arenoso e a BR-101. Entretanto, justamente a partir dos anos de 2004/2005, houve invasão desse território por pessoas, que cercaram, impediram o acesso da população em geral e deram início a supressão vegetal e parcelamento do terreno ao arrepio do Poder Público Municipal (não seguiu o Código de Obras do Município), Estadual (pois não havia Licença Ambiental do Órgão Ambiental Estadual INEA) e Federal, pois encontrava-se na área da Estação Ecológica de TAMOIOS, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO).

A partir dos anos de 2004/2005, a região da Prainha de Mambucaba foi intensa e progressivamente invadida e edificada, sem que o todas as esferas do poder público tivessem efetividade em evitar tal impacto, resultando na destruição da cobertura vegetal, interferência com corpos hídricos e parcelamento irregular do solo. É atribuído localmente a uma organização paramilitar espúria difusa denominada genericamente de “Milícia”[1], que possui a responsabilidade pela invasão, apropriação, parcelamento irregular e gestão pareaestatal da região. As figuras abaixo ilustram a situação aqui apresentada, que carece de estudos mais aprofundados para apuração de responsabilidades.

1. *“Desde que grupos de agentes do Estado, utilizando-se de métodos violentos passaram a dominar comunidades inteiras nas regiões mais carentes do município do Rio, exercendo à margem da Lei o papel de polícia e juiz, o conceito de milícia consagrado nos dicionários foi superado. A expressão —milícia se incorporou ao vocabulário da segurança pública no Estado do Rio e começou a ser usada freqüentemente por órgãos de imprensa quando as mesmas tiveram vertiginoso aumento, a partir de 2004. Ficou ainda mais consolidado após os atentados ocorridos no final de dezembro de 2006, tidos como uma ação de represália de facções de narcotraficantes à propagação de milícias. Para o delegado Marcus Neves, da 35ª DP, milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte alternativo, gás e tevê a cabo. Seu mote é a questão financeira, o lucro farto e fácil.”* (ALERJ, 2008, p. 34 e 35)

Figura 7. Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 destacando a região da Prainha de Mambucaba em 1965

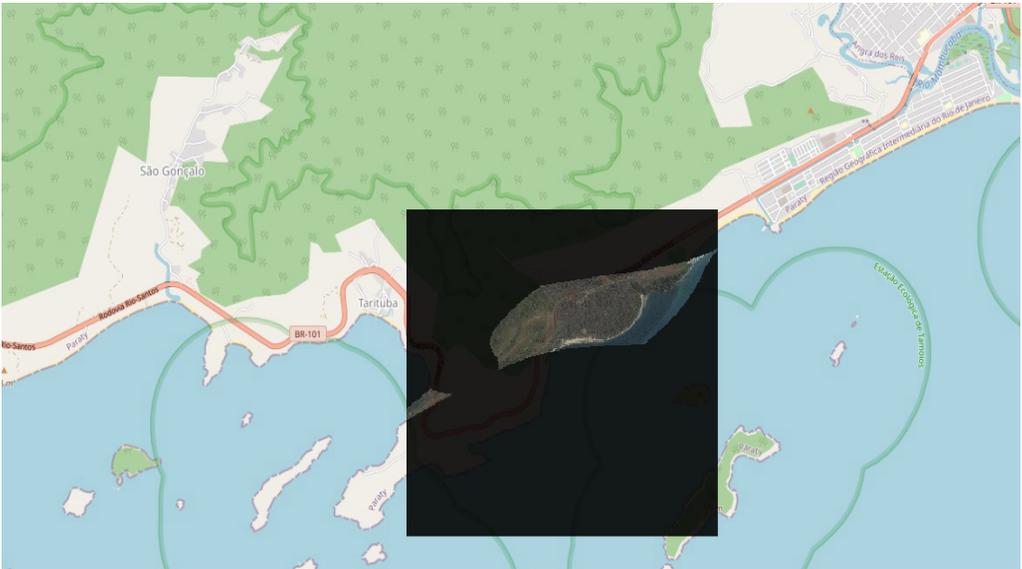



Figura 8: Sobreposição do da imagem obtida da plataforma Google Earth datada de 2004 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps

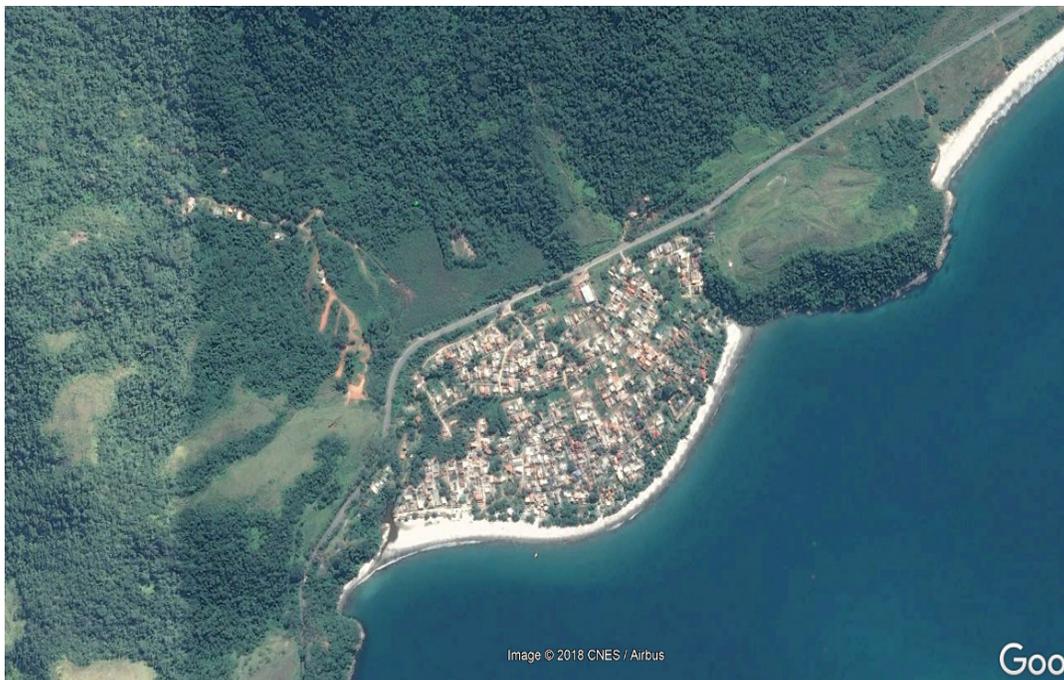



Figura 9. Região da Prainha de Mambucaba em 2018, completamente invadida, loteada e ocupada irregularmente (Google Earth website. Acessado em 09/01/2021)

5 I O PAPEL DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY

Com 81,91% do seu território inserido em Unidades de Conservação (UC's), no ano de 2017, o município de Paraty apresenta um ativo ambiental expressivo (FERREIRA e GUERRA, 2014, p. 857). Estão sobrepostos ao município de Paraty o Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina, primeira Unidade de Conservação do município, implantada em 1971 através do Decreto nº 68.172; Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, criada pelo Decreto n° 89.242, de 1983; Estação Ecológica de Tamoios, instituída pelo Decreto nº 98.864, de 1999; Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), criada pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 1992 e a APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, criada pela Lei Municipal nº 685, de 1984. Todos essas Unidades de Conservação, com as vedações de uso da terra preconizadas em seus respectivos Planos de Manejo, tiveram também papel importante na função em proteger os ecossistemas existentes no município de Paraty, garantindo a preservação e recuperação de grande parte da paisagem natural do município, preponderantemente nas áreas espoliadas na região da Juatinga.

6 | A RECUPERAÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE PARATY

Em 2007, em mapeamento elaborado pela então Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro, foi levantado que mais de 88% da área apresentava uso de Floresta, enquanto apenas 9,13% era destinado a atividades antrópicas – ocupações urbanas de média e baixa densidade e pastagens. Já para o ano de 2012, o uso de Floresta superou 90% (FERREIRA, 2016, p. 37).

Pode-se afirmar que as encostas de praticamente todo o município de Paraty, principalmente aquelas localizadas nas regiões correspondentes a Unidades de Conservação, permaneceram sem intervenção humana desde a década de 60 do século XX. Cessou praticamente a agricultura, exceto a de subsistência caiçara e a agricultura familiar, pontual e não impactante. Através da comparação de fotos atuais de uso e ocupação do solo com fotos antigas da região, principalmente com as ortofotos pancromáticas na escala 1:25.000 oriundas do levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Norte Americana (USAF), realizado em 1965 (Arquivo do Autor) fica evidente a regeneração florestal em grandes áreas do município de Paraty, principalmente na região da Juatinga. As Figuras 1, 2 3 e 4, ilustram de forma a evolução da cobertura vegetal da região Trindade e de parte da Península da Juatinga, no recorte de tempo de 1965 a 2020, através de comparação das imagens de época com imagens atuais obtidas no Google Earth em banda preta e branca, que através da utilização de técnicas de interpretação de imagens e cartografia histórica, terão tais áreas recuperadas e quantificadas oportunamente em estudos específicos por parte do autor.

Figura 10. Trecho de Ortofoto pancromática 1:25.000 com detalhe da Península da Juatinga, em 1965, com destaque para os trechos com vegetação suprimida nas regiões da Praia do Sono, Ponta Negra e Cairuçu de Pedras, a partir da esquerda.

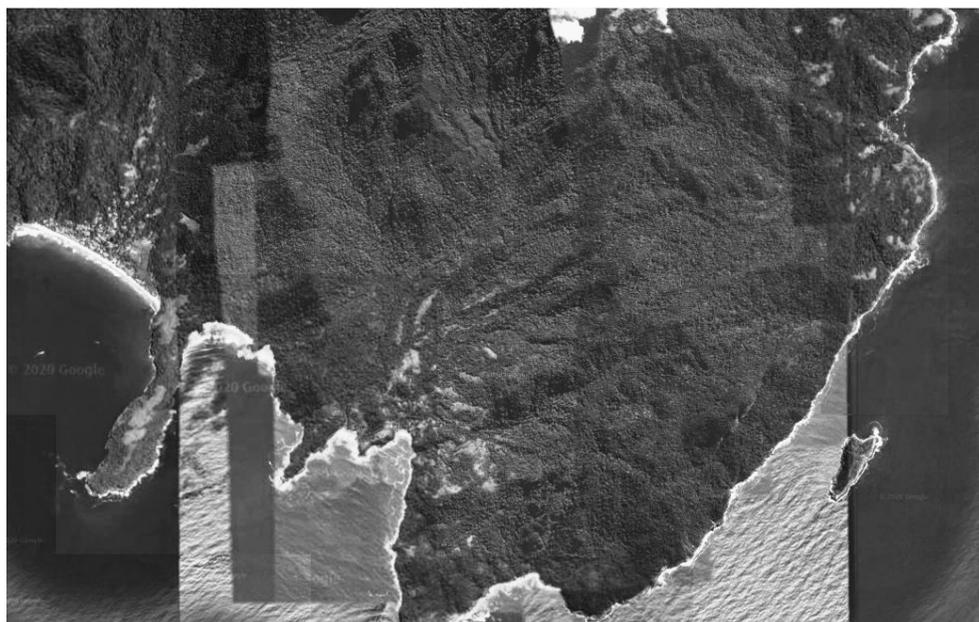



Figura 11. Detalhe da Península da Juatinga, em 1965, com destaque para os trechos revegetados com vegetação suprimida nas regiões da Praia do Sono, Ponta Negra e Cairuçu de Pedras, a partir da esquerda (Google Earth Website, acessado em 09/01/2021).

7 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da ação dos Órgãos Governamentais de Proteção ao Patrimônio Histórico e dos Órgãos Ambientais, a recuperação da cobertura florestal das encostas de Paraty também se deu pela vedação de seu uso por parte de seu ocupante tradicional, a população caiçara, pelo medo que os Conglomerados capitalistas e sua grilagem impunham. Estes três fatores em conjunto permitiram que a própria natureza fizesse seu papel, com as florestas se regenerando naturalmente em áreas antes desflorestadas, principalmente as encostas do litoral do município. Podemos considerar que a Acumulação por Espoliação, apesar de todo o impacto socioambiental provocado, algo abjeto e cujos impactos negativos se refletem até os dias de hoje no município, foi um dos vetores da conservação das paisagens do município de Paraty. Ressalta-se que apesar do ganho ambiental em termos de regeneração vegetal e florestal, na região da Juatinga a aplicação da legislação ambiental também acarretou impactos socioambientais que ainda perduram nos dias de hoje e estão longe de serem solucionados.

FONTES DOCUMENTAIS

EMBRATUR/SCET. **Projeto Turis.** EMBRATUR/Société Centrale Pour L´Equipement du Territoire (SCET), 1973. Fonte Documental, Arquivo do Autor

USAF/CPRM. **Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty. datadas de 1965**,. Arquivo do Autor

GOOGLE. **Google Earth website** (earth.google.com), acesso em 09/01/2021

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Dossiê Patrimônio Misto Mundial. Paraty, Cultura e Biodiversidade. Proposta de Sítio para a UNESCO**. Brasília. Ministério do Meio Ambiente-MMA/Ministério da Cultura-MinC. 120p, 2017

BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL. **Comunidade Tradicional. Caiçara. Sobreposição do Parque Nacional da Serra da Bocaina em área caiçara. Paraty/RJ. Análise documental e vistoria.** PARECER TÉCNICO Nº 236/2017- SEAP. Rio de Janeiro, 2017

COTRIM, C.R.M. Villa de Paraty. Ed. Capivara, Rio de Janeiro, 2012, 272p.

CURY, Isabelle. **A Evolução Urbana e Fundiária de Parati do séc. XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural**. Vol. I. Tese (Mestrado em Arquitetura), FAU/USP, São Paulo, 2002

DEAN, Warren. **A Ferro e a Fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira.** Companhia das Letras, São Paulo, 484p, 1996

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe**. Petrópolis, 814p, 5a edição, Editora Vozes, 1987.

FEITOSA, Anagesse de Carvalho. **Formas de resistência cotidiana: O caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro**. Tese (Mestrado em Geografia) Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ. 2016

FERREIRA, Stella Mendes. **Efetividade da Legislação Ambiental para a Conservação das Paisagens de Paraty (RJ)**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia/ UFRJ, 2016

FERREIRA, Stella e GUERRA, Antonio José Teixeira. **A Lei 12.651/2012 e seus Impactos sobre as Áreas Destinadas à Preservação no Município de Paraty (RJ - Brasil).** In: Anais do IV Simposio Iberoamericano de Geografía Fisica. Santiago, Chile. Eje 3 – Planificación y gestión para enfrentar los desastres naturales, p. 853 – 862, 2014

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada.** Companhia das Letras. São Paulo, 507p, 2002

GURGEL, Heitor e AMARAL, Edelweiss. **Paraty, Caminho do Ouro.** Livraria São José. Rio de Janeiro, 213p, 1973

HARLEY, J. B. **A nova história da Cartografia**. O Correio da Unesco, São Paulo, Unesco, ano 19, nº 8, p. 5, ago. 1991.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo, 201p, 2004

LHOTTE, Christine. **Trindade para os trindadeiros**. Tese (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 1982.

MATIAS, L. F. Por uma Cartografia Geográfica: uma análise da representação gráfica na Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia). USP, São Paulo, 1996.

MELLO, Diuner. **Paraty – Roteiro do Visitante.** Paraty. Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade – Prefeitura Municipal de Paraty. 29p, 2002.

PAES, Maria Teresa Duarte. **Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ).** In: Resgate - Rev. Interdiscip. Cult., Campinas, v.23, n.30, p. 105-118, jul./dez. 2015

RIBAS, Marcos Caetano. **A História do Caminho do Ouro em Paraty**. Contest Produções Culturais, Paraty, 143p, 2003

SIQUEIRA, Priscila. **O Genocídio dos Caiçaras**. 1a Edição, Massao Ohno – Ismael Guarnelli/Editores, São Paulo, 78p, 1984

SOUZA. Marina de Mello e. Paraty: a cidade e as festas. Editora UFRJ. Tempo Brasileiro. 84p., 1994.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ALERJ. ***RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (RESOLUÇÃO Nº 433/2008).*** 282p

CAPÍTULO 8

ALIANZAS COMUNITARIAS Y ECOLÓGICAS DE PAZ EN PUEBLO BELLO, TURBO

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 03/03/2021

Carlos Alberto Builes Tobón
Doctor en Artes, Letras y Lenguas de la Universidad de Rennes, Magíster en Estudios Políticos de la Universidad Pontificia Bolivariana. Docente Programa de Ciencia Política de la Universidad de Antioquia-Colombia
https://orcid.org/0000-0001-7439-4733

María Eulalia García Marín
Doctora en Filosofía, Magíster en Filosofía, Licenciada en Educación con especialidad en Sociales, Docente investigadora de la Corporación Universitaria Americana, integrante del grupo de investigación TES
https://orcid.org/0000-0003-2246-3789

Samir Ahmed Dasuky Quiceno
Doctor en Filosofía de la Universidad Pontificia Bolivariana, Magíster en Filosofía y Especialista en Ética de la misma universidad, Docente de postgrados y pregrado de la Universidad Pontificia Bolivariana, Psicólogo, integrante del grupo de investigación Epimeleia de la Universidad Pontificia Bolivariana
https://orcid.org/0000-0003-3116-3606

Polina Golovátina-Mora
Doctora en Historia de la Universidad Federal de los Urales, Profesora Titular de la Facultad de Comunicación Social-Periodismo de la Universidad Pontificia Bolivariana, integrante del Grupo de Investigación Comunicación Urbana, GICU de la misma Universidad
http://orcid.org/0000-0002-7686-9699

Yesenia Luna Oviedo
Representante Legal de la Fundación Arrieros por la Paz. Corregimiento de Pueblo Bello, tecnóloga en Dirección Comercial y especialista en Gestión del Talento Humano por Competencias del Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA)

Denisse Roca-Servat
Doctora en Estudios de Justicia de la Universidad Estatal de Arizona, Profesora Titular del Doctorado en Ciencias Sociales e investigadora del Grupo Territorio de la Universidad Pontificia Bolivariana, sede Medellín
https://orcid.org/0000-0003-2872-6471

El presente capítulo fue realizado en el marco del proyecto *Ecosofía en Pueblo Bello: memoria, restitución subjetiva y transformación social* con radicado número 247C-07/18-42, Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín.

RESUMEN: En el presente capítulo se conciben las actividades comunitarias hacia la paz desde la perspectiva del poshumanismo feminista en el que el mundo es una red de interrelaciones entre humanos y no humanos. Empleando las metodologías participativas, particularmente el árbol de problemas y los testimonios de los habitantes de la comunidad de Pueblo Bello, Turbo, Antioquia, Colombia, se advierte cómo los habitantes enfrentan sus experiencias de sufrimiento, producto del conflicto armado. La comunidad ha elegido, con un sentido ético,

hilar de nuevo el tejido social desde la deconstrucción de relaciones de poder, a menudo intuitivamente. Su resiliencia se nutre de las actividades realizadas por la comunidad y el reconocimiento de dicha interrelación entre humanos y no humanos. Este tipo de gobernanza demanda repensar el significado de violencia y justicia reconocidos por el Estado y la academia, presentando modelos de solución orgánica.
PALABRAS CLAVES: Ecosofía, justicia ecológica, salud mental, testimonio.

COMUNIDADE E ALIANÇAS ECOLÓGICAS DE PAZ EM PUEBLO BELLO, TURBO

RESUMO: Neste capitulo, as atividades comunitárias em prol da paz são discutidas a partir da perspectiva do poshumanismo feminista, que vê o mundo como uma rede de inter-relações entre o humano e o não-humano. Utilizando metodologias participativas, especialmente a árvore do problema e os testemunhos dos habitantes da comunidade de Pueblo Bello, Turbo, Antioquia, Colômbia, este artigo explora como os próprios habitantes enfrentam suas experiências de sofrimento causadas pelo conflito armado. Argumenta-se que a comunidade reconstrói o tecido social a partir de uma postura ética ao desconstruir as relações de poder, mesmo que intuitivamente. A sua sobrevivência é alimentada pelas atividades desenvolvidas pelos líderes comunitários e pelo reconhecimento da inter-relação entre humanos e não humanos. Essa governança exercida exige, tanto do Estado quanto da academia, um repensar do significado convencional da violência e da justiça por meio dos modelos de solução orgânica apresentados.
PALAVRAS-CHAVE: Ecosofia, justiça ecológica, saúde mental, testemunho.

COMMUNITY AND ECOLOGICAL PEACE ALLIANCES IN PUEBLO BELLO, TURBO

ABSTRACT: In this chapter, communal activities towards peace are discussed from the perspective of feminist posthumanism, which sees the world as a network of interrelations between human and non-human. Employing participatory methodologies, particularly the problem tree and the testimonies of the inhabitants of the community of Pueblo Bello, Turbo, Antioquia, Colombia, this article explores how the inhabitants themselves face their experiences of suffering caused by the armed conflict. It is argued that the community rebuilds the social fabric from an ethical stand by deconstructing power relations even if intuitively. Their survival is nourished by the activities carried out by the community leaders and the recognition of the interrelation between the humans and non-humans. This exercised governance demands both from the State and the academia to rethink the conventional meaning of violence and justice by means of the presented organic solution models.
KEYWORDS: Ecosophy, Ecological justice, Mental health, Testimony.

1 I INTRODUCCIÓN

El tema de la paz sigue estando en el centro de atención de la academia colombiana, tanto como el conflicto de Pueblo Bello (Builes Tobón *et al.*, 2019). El presente capítulo se enfoca en el tema trascendente para todos los conflictos armados: tendencias orgánicas de

la recuperación de las experiencias traumáticas. Empleamos en nuestro estudio el concepto de ecosofía (Guattari, 2000), entendido como el enfoque, la mirada al mundo como red de los actores, procesos interrelacionados y constantemente interactuados, "la relación entre los nodos es más importante que los nodos mismos" (Cilliers, 2007, p. 57[1]).

Desde esta mirada relacional, la naturaleza funciona como un organismo vivo con sus propias dinámicas y sentidos (Serres, 2013). Reconocer a la naturaleza como actante (Latour, 2008), o agente (Scott Marchand, 2018) es crucial en el proceso de paz, ya que a partir de ella se pueden crear relaciones de comunidad, no únicamente por las razones de preservación del medio ambiente, sino también, como la práctica del reconocimiento al Otro (Braidotti, 2010; Fromm, 1986), la cual permite formar la sensibilidad para poner límite a la violencia, la opresión, la exclusión y la injusticia (Roca-Servat y Golovátina-Mora, 2020). Es un ejercicio de descolonización de sí mismo, elaboración honesta y crítica del pasado, de la memoria, de rol en el conflicto, de sus raíces, sin la cual no es posible reconstruir la comunidad, reconciliarse con el vecino, seguir adelante después del sufrimiento traumático.

El presente capítulo plantea las diversas caras del sufrimiento humano y no humano resultado del conflicto armado en Pueblo Bello y la búsqueda de soluciones desde el relacionamiento con el Otro. La organización del capítulo replica la fragmentación del territorio con el fin de aumentar la sensibilidad que busca el capítulo a través de la coherencia entre el contenido y la forma de escritura (Richardson, St. Pierre, 2011).

2 | METODOLOGÍA

Como resultado de varios talleres ambientales y trabajo de campo con la comunidad de Pueblo Bello, entre 2016 y 2019, se generó la inquietud por comprender la justicia íntima y ecológica que informa el presente estudio. En estas actividades se observó el sufrimiento por los acontecimientos violentos de años anteriores y a la vez una preocupación por emprender proyectos asociados a la tierra desarrollando una sensibilidad como límite a la violencia.

Para lograr dicha comprensión, se realizaron varias visitas al territorio, se hicieron entrevistas y se escucharon testimonios con los integrantes de la Casa de la memoria y espacio comunitario "Remanso de paz", líderes de las corporaciones ambientales y distintos habitantes de la población; además se realizaron talleres de justicia hídrica, gobernanza y salud mental. Todas las actividades conforman el presente texto, sin embargo, por las limitaciones en la extensión del texto nos enfocamos en el taller de salud mental y el testimonio de la lideresa social de la comunidad para evidenciar la lucha orgánica con el sufrimiento.

Los testimonios, como práctica de sentido, tienen un carácter íntimo, de ellos "no podemos esperar una declaración en el sentido jurídico del término sino otro tipo de cosa, que está entre el lamento, la blasfemia, la expiación y el intento de justificación, de

1. Todas las traducciones son propias de los autores del artículo.

recuperación de sí mismos" (Agamben, 2000, 24). Evidencian el extenso sufrimiento en el conflicto y las fuerzas de la resiliencia.

Para el taller de salud mental se empleó el árbol de problemas (Unesco, 2017), que permite realizar una cartografía del tema en particular. Esta herramienta busca sensibilizar sobre el tema en cuestión y abrir espacios de diálogo, los participantes transmiten un saber desde sus vivencias y la manera en que esperan enfrentar sus vicisitudes. El ejercicio es valioso, ya que es la misma población la que propone las medidas de intervención a partir de las lógicas específicas de su comunidad.

3 l LA URGENCIA DE LA DESCOLONIZACIÓN

La lideresa social Embera, Eulalia Yagarí compara la guerra con "un huracán que todo lo arrasa" (citado en García Marín, 2018, 148). Desde la misma lógica, Alexiévich (2016) escribe, que en la guerra

> No hay héroes ni hazañas increíbles, tan solo hay seres humanos involucrados en una tarea inhumana. En esta guerra no solo sufren las personas, sino la tierra, los pájaros, los árboles. Todos los que habitan este planeta junto a nosotros. Y sufren en silencio, lo cual es aún más terrible. (8)

"Para nosotros, - testifica la lideresa indigena colombiana, - como pueblos indígenas la naturaleza es un todo" (cit. en García *et. al*, 2018, 21). La fragmentación del territorio y del bosque tiene una conexión directa con el conflicto (Clerici *et. al*., 2020). La distribución y el uso de la tierra y del agua son ejes centrales en el conflicto colombiano (CNRR, 2009; García, 2019; Pérez Rincón, 2014), que tienen origen en la inequidad (Roca-Servat, 2016). En la subregión antioqueña de Urabá la concentración de la propiedad de la tierra es evidente, según datos del 2004, el 89,5% de la superficie rural está en manos del 34,6% de los medianos y grandes propietarios (Mora, Muñoz, 2008; Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2016, Cap. 4).

La reparación administrativa como fruto de las acciones de reparación estipuladas en la sentencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos (CIDH, 2006 a, b) entre otros, ha tenido avances significativos: a la fecha han sido indemnizadas 410 familias del corregimiento (Flórez, 2016). No obstante, una de las demandas más cruciales de la reparación fue la solicitud al Viceministerio de Aguas y Saneamiento Básico de la construcción del acueducto para garantizar el servicio de saneamiento básico de agua potable y alcantarillado, la cual permanece sin resolver.

En el camino hacia la paz, la dimensión ambiental es clave para garantizar una paz territorial verdadera. Frente a esta situación, cabe preguntarse por la justicia ambiental e hídrica como su parte integral. Esto implica exponer las complejas relaciones de poder, percepciones, usos, formas de gestión, así como los significados del agua y del territorio que entran en disputa en un determinado contexto, en este caso, en Pueblo Bello.

El análisis se hace complejo por la multiplicidad de sentidos y significados que tiene el agua y el territorio tanto para los habitantes de Pueblo Bello, como para las entidades públicas y privadas, quienes se disputan su gestión o distribución a partir de características económicas, políticas o culturales.

El activista ambiental somalí, Abdi-Noor Mohamed denuncia el tratamiento cruel de la naturaleza por el ser humano. En el poema "Madre Tierra habla a la humanidad", escribe que el ser humano rompe sus compromisos con la tierra: viola los bosques, abusa del mar y de la atmósfera, hace las tierras estériles, las desnuda. "Soy la sombra de mi alma anterior" lamenta la tierra (Mohamed, s.f. a).

Así mismo, Magdalena (2017), botánico del Jardín Botánico Kew en Londres, escribe en su libro:

> En respuesta a su generosidad, les tratamos con atrocidad. Están poco apreciados y terriblemente subestimados. No les tratamos como servidores, sino como esclavos. Sus casas están destruidas, sus familias, diezmadas. Están forzadas a la producción masiva y están rociadas con sustancias químicas… (4)

Él habla sobre las plantas, pero con estas mismas palabras se podría definir una explotación del territorio indígena, la conquista, la invasión y el desplazamiento de las poblaciones.

La naturaleza como el Otro cercano y potencialmente peligroso y temido, a menudo por ser poco conocido, siempre regresa al espacio ocupado por el ser humano, sea el mar, el río, la mala hierba, insectos, animales aplastados en las autopistas, entre muchos otros. Como cualquier colonizador, el ser humano ignora los intereses de los colonizados, explota sus recursos, hace caso omiso de las dinámicas de sus territorios, silencia sus voces, sus memorias, erradica su pasado y reescribe su historia desde su perspectiva (Chakrabarty, 2016; Escobar, 2011; Haraway, 1988; Szerszynski 2019). La violencia, la opresión y sus discursos se transforman en normalidad: "Las semillas de la agresión están instantáneamente sembradas", lamenta el activista somalí (Mohamed, s. f., c). Es la violencia banal que trasciende todos los niveles y aspectos de la cotidianidad, hecha en uno, se replica en otro (Freire, 2005), a menudo sin saberlo, de manera oculta (Bourdieu, 1998).

En la perspectiva feminista poshumanista (Alaimo, 2018; Braidotti, 2010; Haraway, 2007) y perspectivas parecidas (Serres, 2013), se plantea que, el medio ambiente ofrece pensamiento, propone ontologías, enfoques, aliados directos e indirectos, compañeros (Haraway, 2007). A partir del diálogo verdadero (Freire, 2005) basado en saber escuchar y en el interés mutuo, se puede aumentar su potencial. No poder o saber notar sus indicaciones es resultado de las jerarquías en saberes establecidas por el pensamiento newtoniano-cartesiano y darwiniano (Shiva, 2016), permeado en el sistema educativo, que produce un equilibrio falso basado en la codicia (Abdi-Noor Mohamed, s.f. a, b).

La demanda de la lealtad por excelencia, la imposición violenta sobre objetos y personas, el tratamiento de todos como un recurso, es ante todo autodestructivo (Fromm, 1986). Los autores del poshumanismo feminista, junto con varios autores de la teoría crítica, ponen atención en las contradicciones inevitables en el discurso dominante basado en el silencio, incluso de sí mismo, de su propia naturaleza, de la modificación constante para justificar sus acciones, en otras palabras, la reconstrucción diaria de la violencia. Para romper este círculo es necesario un cambio en la mirada.

En el siguiente apartado presentamos el testimonio de la lideresa social de Pueblo Bello sobre las acciones en la formación de un nuevo tejido social. Guardamos inéditas sus palabras para demostrar la magnitud de la violencia y del sufrimiento del territorio.

4 I REFORESTANDO LA PAZ: TESTIMONIO DE YESENIA LUNA

Soy campesina, orgullosamente del campo, llevo el olor de la tierra en mi piel, el susurro del mover de los árboles, la textura de las piedras en mis pies al pisar el agua de la quebrada, ¡quebrada! Esa que solo quedaba a unos pasos de mi casa, el correr en los caballos por el pasto, seguir el camino por lomas, bajadas y planicies para llevar el desayuno a mi padre que cultivaba hortalizas, su pasión, y las cosechas sustento de la familia. Todo estaba alineado, la familia y la naturaleza, crecíamos en unidad y nos expandíamos en la inocencia de la felicidad natural.

En las noches mis padres me leían los salmos de La Biblia y quedó grabado en mi mente de niña un texto en especial "cuando las personas practican lo bueno, son como árboles plantados en las orillas de los ríos o quebradas, que sus hojas no caen, dan los frutos a tiempo, son frondosos, hermosos y llenos de vida" (Biblia de la América (1987) - Salmo 1:3). En mi interior exclamaba: quiero ser un árbol de los que siembran junto al río.

Cuando llegó la violencia de los diferentes grupos armados al margen de la ley, esa misma naturaleza habló, sintió, vivió el dolor de lo arrebatado, lo destruido en cada barbarie cometida. La tierra olía a sangre y se sentía el golpe de las pisadas a ritmo acelerado de las botas en las noches y todos en una cama en silencio, pero con el corazón más acelerado que los caballos cuando corríamos en el pasto, y decía mi padre: "Hagan silencio mis hijitos, vamos a jugar al mudo, no pasa nada todo está bien", pero eran ellos, esa gente que huía y otros que llegaban a destruir lo que éramos en nuestro campo. En la quebrada, empezó a verter una nueva corriente, pero de sangre. Los árboles lloraban o quedaban en un silencio horrorizante; las montañas destruidas por las bombas que caían tratando de derribar al enemigo, según lo legal de mi país, pero ese enemigo estaba lleno de mujeres y niños inocentes, llevados forzadamente a cumplir un deber en las filas de ese grupo armado.

El canto de los animales se convirtió en las alarmas para huir. Los caballos fueron tomados para cargar cuerpos de los tantos fallecidos que dejaban los combates, y debían

llevárselos para que el enemigo no supiera el número de muertos que había dejado ese enfrentamiento y seguir manteniendo una posición de poder, a precio de las vidas de nosotros los campesinos. Las montañas y bosques fueron derribados para cultivos ilícitos, el río contaminado y la madera vendida para financiación de esos grupos armados. Se impusieron las salidas, entradas, la alimentación, las relaciones: se perdió la libertad.

Nadie podía salir sin permiso de aquel que tenía el dominio del territorio, ya mi hermano se había salvado dos veces de que se lo llevaran a ingresar a las filas y faltaba la última oportunidad. Pero como siempre la naturaleza fue nuestra aliada, un zancudo provocó una enfermedad en pocos días, hubo que sacarlo muy grave de la vereda y me mandaron con él porque mi padre dijo: "La niña también tiene los mismos síntomas debe recibir atención". Aún me sentía sana, comprendí en mi corta edad, siete años, que era una salida sin retorno, ese día no pude disfrutar del paseo en el caballo, mi mente no se cansaba de pensar qué iba a pasar con mi vida, cómo iniciar en otra parte, sin parte de los que amaba… Con mucho dolor partí dejando todo para poder sobrevivir, quedó mi campo triste, maltratado, cada paso de esa salida marcó una herida en mi corazón.

Mis ramas fueron cortadas, mis hojas pisoteadas, removida como una plantita con pocas esperanzas de vida y de ser ese árbol frondoso que soñaba. El hombre y la naturaleza fuimos unidos en la lucha por sobrevivir, por conservar nuestra identidad y esencia de vida. Después de muchos años aprendí a reforestar cada área de mi vida, entendí que, devolviendo vida a la naturaleza, haciendo el ejercicio de reforestar y transmitir a una comunidad la necesidad de crear un ambiente sano por amor a nosotros mismos, reintegraba vida a mis sueños y los de otras personas.

Toda fuerza de trabajo parte de una identidad y las bases locales son el fundamento del éxito en el desarrollo de una comunidad. Un líder con sentido de pertenencia por su territorio, con arraigo, es capaz de identificar con facilidad la necesidad, pero también la motivación, cuando se tiene la oportunidad de retornar al lugar de tus raíces. Lo primero en que fijas tus ojos es en cómo están los árboles, la naturaleza, qué ha cambiado, qué fue destruido, qué fue abandonado, y antes de organizar tu casa o donde te vas a ubicar o establecer nuevamente, organizas todo lo que te rodea, tu ambiente natural. Cuando logras eso, sientes confianza para iniciar a organizar tu casa; cuando siembras árboles en esos lugares despoblados, cuando impartes vida a tu comunidad sembrando más y más árboles con conciencia, te lleva a iniciar un proceso de evaluación de tu vida, tus amigos y comunidad, en general de la importancia de trabajar en equipo, de volver a iniciar en los territorios abandonados, de volver a sembrar en nuestros corazones los sueños que fueron apagados, de volver a plantar las raíces en nuestro campo, de tomar la reforestación como terapia de resiliencia, de confianza para volver a empezar todas las veces que sea necesario. Logras entender que mientras tengamos vida hay esperanza, comprender que para tener vida los seres humanos debemos cuidar y unirnos a la naturaleza en el derecho

a la vida, disfrutar de la esencia natural en nosotros y dejar que la naturaleza nos abrace, compartiendo el sueño de la libertad, construyendo paz desde la ruralidad.

A pesar de las dificultades propias del limitado acceso al pueblo y las recurrentes agresiones por parte de grupos armados, Pueblo Bello, como lo muestran García-Marín y Garcés Giraldo (2018), emprendió un cambio significativo en el año 2005 con la constitución de cooperativas, fundaciones y corporaciones ambientales. De la misma manera, se propicia la construcción del tejido social cuando aparece en 2014 la fundación Arrieros por la Paz, la cual buscaba trabajar con la comunidad rural, víctima del conflicto, en la construcción de paz. La creación de estos espacios de convergencia en relación a prácticas campesinas y rurales buscaron integrar lo ambiental realizando campañas de reforestación con los niños, convites para limpiar el río Mulatos, volver a cultivar la tierra y la organización de foros ambientales. La reforestación y la revitalización de los ríos y el suelo se reconocen como las prácticas hacia la sostenibilidad del territorio y por eso hacia la paz. El activista somalí citado anteriormente, cree que solamente en la unión con la naturaleza se puede reconstruir la confianza en el vecino, en sí mismo y con esto crear de nuevo la comunidad después de un conflicto armado: “Tú y yo, somos hermanos de la paz, pero somos hermanos de aflicción, somos las víctimas de la guerra” (Mohamed, s.f. d). Con el lema “Hacemos Somalia verde de nuevo”, promueve la reforestación como proceso esencial de la recuperación del país, y de su comunidad, que incluye a todos sus habitantes: humanos y no-humanos.

5 I SALUD MENTAL EN ADOLESCENTES DE PUEBLO BELLO

Como otra forma de relato, la presente sección resume los resultados del taller de salud mental con adolescentes en Pueblo Bello para profundizar en el significado del conflicto armado y en la búsqueda del camino para la paz sostenible. La Organización Mundial de la Salud, OMS, define la salud mental como “un estado de completo bienestar físico, mental y social, y no solamente la ausencia de afecciones o enfermedades” (Organización Mundial de la Salud, 2013). De lo anterior se deriva una visión de individuo, como aquel que es “consciente de sus propias capacidades, puede afrontar las tensiones normales de la vida, puede trabajar de forma productiva y fructífera y es capaz de hacer una contribución a su comunidad” (Organización Mundial de la Salud, 2013), definición con la que coincide el Ministerio de Salud y Protección Social en Colombia (2013). Transitar en la vida cotidiana, desplegar los recursos emocionales y establecer relaciones significativas después de acontecimientos violentos no es fácil, aunque “no hay figuras universales del trauma” (Soler, 2009, 85).

Se trabajó con veinte adolescentes en edades comprendidas entre 13 y 20 años, elegidos de manera aleatoria, para identificar indicadores, causas y estrategias de intervención en su grupo etario sobre la salud mental. En los padres de familia y los líderes de la comunidad existe una preocupación por comportamientos, afectos e ideas que vienen

presentando dichos adolescentes. Frente a esta demanda del otro, se prioriza la voz de los adolescentes, valorando el saber que tienen desde sus decires y, a la vez, observar si es un problema real e importante para ellos.

Con respecto a la salud mental, los adolescentes plantean problemas de baja autoestima, que refieren de la siguiente manera: falta de seguridad porque no se conocen a sí mismos, falta de capacidades para entender las diversas situaciones que los rodean – conflicto social y familiar. Frente a ello muestran una gama de afectos, entre los cuales más destacados son: tristeza, soledad, desespero, ansiedad, miedo, rabia, odio, que derivan en autoagresiones: trastornos de la alimentación, ideas suicidas, intentos de suicidio, autolesiones y agresiones externas, intolerancia. Esta información coincide con una investigación realizada en 2009 sobre salud mental en Pueblo Bello (Corporación Vínculos, 2017, 70).

Lo que sugiere nuestra investigación en el 2019, es no solo la continuidad de las causas que inciden en la salud mental y que están en relación con el conflicto armado, sino que también hay una transmisión simbólica de quienes padecieron estos acontecimientos a sus descendientes (Muñiz; Dasuky Quiceno, 2019, 244). Los adolescentes no presenciaron lo que vivieron sus padres, pero comparten características sintomáticas de enfermedad mental, es decir, que existe una imbricación entre las herencias simbólicas, las experiencias vividas en el ámbito familiar, social y escolar y la significación subjetiva.

Frente a lo social, expresan diferentes factores que se presentan en la comunidad, uno de ellos en las relaciones interpersonales: acoso escolar*,* discriminación por preferencias sexuales, violación sexual, falta de aceptación social, es decir, situaciones que manifiestan exclusión e intolerancia por las diferencias. A ello le suman lo que nombran como “malas amistades” que inducen a las drogas, al alcohol y a los actos de violencia. Los adolescentes nombran sus comportamientos como “libertinos o desordenados y egoístas”. Cuando se refieren a las causas que afectan a la salud mental, las asocian al vacío en diferentes esferas: personal, familiar y social.

En lo personal, indican fundamentalmente falta de Dios y de espiritualidad, en el territorio existen dos iglesias, la católica y la presbiteriana. También señalan la falta de seguridad en sí mismos o de autoestima, ausencia de proyecto de vida, todo ello justificado, además de lo religioso, en falta de información y capacitación sobre los diferentes problemas que presentan, como también a la falta de conocimientos sobre lo que hacen, es decir, a no saber calcular las consecuencias de sus acciones: lo anterior lo asocian a la falta de orientación y presencia de los adultos – padres y maestros –, afirman “no tener quien los oriente”.

A lo familiar le dan gran relevancia, inclusive mayor que a lo social, como causa que incide en la salud mental. Ponen como centro la violencia intrafamiliar y la ausencia de valores éticos. Enuncian un conflicto permanente con sus padres y familiares, pero dicho conflicto tiene un carácter bidireccional. Indican, además, violencia entre sus

padres, agresiones, principalmente del hombre hacia la mujer. Como causa de la violencia intrafamiliar nombran la falta de amor, cariño, comprensión, escucha, consejos, aunque ellos refieren que “tampoco escuchan los consejos de los adultos”. Ello revela una falta de comunicación dentro de las familias, que justifican por “la mala educación de los padres” que ahora se las transmiten a ellos.

Los adolescentes en la actividad no refieren nada sobre el conflicto armado, no se habla de la violencia que han padecido sus padres y ellos. Es propia de las regiones donde se han presentado estos hechos la ruptura del lazo social y, con ello, surge la desconfianza entre los miembros de la misma comunidad y los forasteros, así, es mejor callar porque no se sabe quién es el otro, quién escucha. Por último, relatan la falta de apoyo por parte del Estado, sin desconocer los avances que ha tenido la población y sus proyectos de gestión, para enfrentar los problemas más acuciantes con ayuda propia y del Estado.

Los adolescentes sugieren algunas medidas de intervención para superar las dificultades que presentan su grupo etario, medidas que a la vez aborden las relaciones familiares, sociales e inclusive con el territorio como factores que intervienen. Proponen capacitaciones y talleres en los siguientes temas: trato entre padres e hijos, respeto y tolerancia, autoestima, pedagogía, toma de decisiones acertadas, proyecto de vida, autocontrol, formación en valores éticos, espiritualidad real o “la búsqueda de Dios”.

Ven con urgencia crear una red de apoyo psicosocial para padres y adolescentes en compañía del Estado, ya que no cuentan con profesionales como psicólogos, psiquiatras, trabajadores sociales permanentes en su territorio, que puedan realizar intervenciones a nivel individual, de pareja y de familia. La familia es el foco principal de intervención, porque los adolescentes indican que allí está la mayor causa de los problemas de salud mental: “Creo que todo se puede solucionar, si empezamos por nuestro hogar”, dice un participante. Los adolescentes desean tener tiempo familiar compartido y una educación que no sea a través de la violencia. Ven necesario realizar actividades en las que se integren como comunidad, donde creen proyectos que fomenten la paz, la armonía y la inclusión social para generar lazos de solidaridad, ayuda mutua y “amor al prójimo”.

En este diagnóstico se observa una demanda implícita en los adolescentes: la búsqueda para restablecer el orden en la vida cotidiana, en el ámbito social y familiar, como también un orden en sí mismos. Orden que funcione como límite a los excesos de goce que permitan un lazo social pacificado basado en las relaciones de confianza y cuidado mutuo. Los estudios cualitativos poshumanistas en salud reconocen los vínculos entre el ambiente físico y natural y la salud humana (Lupton, 2019), que amplía la noción de la subjetividad e integridad de la persona. A pesar de que los participantes del taller no mencionaron directamente los vínculos con la naturaleza, en las conversaciones informales, los recorridos por el territorio y el compartir en las casas fue evidente la fuerte relación que tienen con el territorio, el río, las plantas e inclusive con los seres no-humanos, como los animales domésticos, con los que cohabitan y le dan sentido a la vida cotidiana.

6 I DISCUSIÓN Y LAS CONSIDERACIONES FINALES: EL CAMINO HACIA UNA *JUSTICIA ECOLÓGICA*

"Toda persona sometida a actos brutales (…), experimente un profundo sufrimiento, angustia moral, terror e inseguridad, por lo que este daño no requiere pruebas," resume el fallo de la CIDH (2006a, 139, par. 255). La Corte no considera el sufrimiento de los habitantes no-humanos de la comunidad y cómo esto afecta el sufrimiento y la vida de los humanos, aunque evidencia la magnitud de la tragedia, la magnitud de las injusticias interrelacionadas.

Los ejemplos presentados en el capítulo demuestran la fragmentación profunda del territorio, de las comunidades, las familias y la psique de las personas. En las voces y maneras múltiples el territorio grita del sufrimiento. Cuando se rompen el orden social y la vida de forma forzada, se necesita el restablecimiento de nuevas condiciones para volver a rehacer la vida individual y social de la comunidad. Con la vida amenazada permanentemente (Cerón, 2017; Matta Colorado, 2015; Centro Nacional de Memoria Histórica – CNMH; Pueblo Bello, 2015; Flórez, 2016; Sánchez, 2013), la justicia planteada por el Estado no corresponde con el concepto de justicia vivido por el individuo desde su intimidad (CNMH; Sánchez, 2013). Con los múltiples interrogantes sin solución, la justicia sigue inconclusa, lo que hace difícil reencontrar el orden.

A pesar de las adversidades, la comunidad ha tomado la decisión de seguir adelante, buscando aproximarse al concepto de reciprocidad, se le devuelve a la tierra lo que se recibe de ella, para restituir la vida y con esto la comunidad misma a través del trabajo mancomunado entre la sociedad y la naturaleza (García Marín, 2016). La reconstrucción del hábitat en relación con su paisaje de borde, así como la potenciación de nuevas formas de organización entre vecinos, en un lazo de solidaridad y cooperativismo, ha posibilitado un nuevo comenzar el proyecto comunitario en Pueblo Bello.

Los líderes sociales de la comunidad realizan un trabajo consensuado en los diferentes campos de la vida: el agrario, el social y el institucional. Ejemplo de ello son las diversas organizaciones, fundaciones y cooperativas creadas a lo largo de casi dos décadas, que actualmente trabajan por el bienestar común, sin desconocer que en lo realizado se han superado diversas dificultades de toda índole como: económicas, sociales y de orden público (Arellano, 2012; Builes Tobón *et al.*, 2019; García Marín, 2018). Al buscar por sus propios medios las formas de resolver las múltiples dificultades, la población entra en la propuesta de una justicia compensatoria "en la forma de una garantía de indemnización, en la que se recogen todas aquellas tareas que las instituciones desprovistas de poder no pueden cumplir" (Hoeffe, 2015, 111).

La comunidad de Pueblo Bello empezó a realizar procesos de gobernanza, acudiendo a distintos organismos gubernamentales nacionales, internacionales, así como de fundaciones. Sus miembros se hicieron visibles en la sociedad colombiana a través de

sus líderes, en los medios de comunicación, en las rutas de la paz, con la participación en videos y documentales, con sus testimonios. Se tejen lazos y puntadas, no solo a través de la Casa de la memoria, sino con aquellas personas e instituciones como las redes de víctimas, las Casas de Memoria Colectiva y Museos Comunitarios de la Memoria a lo largo del país, que les ayudan a estar presentes en el lenguaje de la memoria en construcción de una comunidad resiliente.

Mediante el trabajo colaborativo buscan el cuidado de los ecosistemas, al realizar las campañas de reforestación, un cierto "civismo ecológico (…) una formación social (…) para heredar a sus hijos y a los hijos de sus hijos un mejor balance ecológico" (Hoeffe, 2015, 153). Así podemos hablar de la ecosofía en esta reconstrucción, a veces consciente, pero a menudo orgánico, como reacción resiliente en el contexto de la amenaza recurrente. Hablamos de la justicia ecológica, la cual "erige a la naturaleza como un sujeto de derecho y tiene por objeto su protección en forma independiente de los derechos humanos" (Cruz Rodríguez, 2017, 9). O más bien, desde la perspectiva del poshumanismo feminista se concibe los derechos humanos interrelacionados con los derechos de la naturaleza. Con estas acciones la comunidad busca un hogar en equilibrio: un espacio digno que puede integrar los distintos aspectos de vivir entre los humanos y no-humanos. Desde allí se inicia el recorrido de un camino hacia la justicia en construcción, para restaurar el caos de la violencia que se ha perpetuado y parece ensañarse con quienes habitan este territorio.

Los estudios, documentales, testimonios y registros fotográficos, que se encuentran en el Centro Nacional de Memoria Histórica y centros de la memoria, las conversaciones con los habitantes de la comunidad, observaciones de los entornos nos muestran la profundidad de la tragedia sucedida en Pueblo Bello, los ecos de la violencia continuada y difusa. Pero también nos muestran las soluciones alternativas, una búsqueda constante de la reconstrucción por la población misma tanto humana como no humana. El entorno mismo ofrece el problema y la solución. Es crucial querer y poder escuchar, dialogar, buscar alianzas en la deconstrucción de las asimétricas relaciones de poder, empezando a menudo por uno mismo.

REFERENCIAS

AGAMBEN, G. **Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo. HOMO SACER III**. Traducción: Antonio Gimeno Cuspinera. Valencia: Pre-textos, 2000.

ALAIMO, S. Trans-corporeality. En R. BRAIDOTTI y M. HLAVAJOVA (Eds.), **Posthuman Glossary**. Londres: Bloomsbury, 2018, 435-438.

ALEXIÉVICH, S. **La guerra no tiene rostro de mujer**. Traducción: Yulia Dobrovolskaia y Zahara García Gonzále. Madrid: Debate, 2016.

ARELLANO, E. **La dignidad de Pueblo Bello**. Otramérica, 2012. Recuperado de http://otramerica.com/radar/la-dignidad-de-pueblo-bello/1355 Acesso el 20 feb. 2021

Biblia de las Américas, 1997. Recuperada de https://bibliaparalela.com/lbla/psalms/1.htm

BOURDIEU, P. **Masculine Domination**. Nueva York: Polity, 1998.

BRAIDOTTI, R. Nomadism: Against Methodological Nationalism. **Policy Futures in Education**, 2010, 8 (3-4), 408-418. doi: https://doi.org/10.2304/pfie.2010.8.3.408

BUILES TOBÓN, C., GARCÍA MARÍN, M., DASUKY QUICENO, S., OVIEDO,Y., VERGARA SIERRA NARANJO, M., ROCA SERVAT, D. Y GOLOVÁTINA-MORA, P. Ecosofía en Pueblo Bello: restitución subjetiva y transformación social. En BUILES TOBÓN, C.; MUÑOZ, O. (org.), **Gobierno, territorio y seguridad**. Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana, 2019, 85-218.

Centro Nacional de Memoria Histórica (Productor) y Sánchez, G. (Director). No hubo tiempo para la tristeza [Documental]. Colombia: Concepto Visual, 2013. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=das2Pipwp2w Acesso el 20 feb. 2021

Centro Nacional de Memoria Histórica. Micrositio. Pueblo Bello, 2015. Recuperado de http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/pueblo-bello/

CERÓN, L. Pueblo Bello no olvida sus víctimas. **Centro Nacional de Memoria Histórica**, 2017. https://centrodememoriahistorica.gov.co/pueblo-bello-no-olvida-sus-victimas/ Consultado: 20 feb. 2021

Centro Nacional de Memoria Histórica (Productor) y SÁNCHEZ, G. (Director). **No hubo tiempo para la tristeza** [Documental]. Colombia: Concepto Visual, 2013 Video (1:04m). Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=das2Pipwp2w. Acesso el 14 jun. 2020.

CILLIERS, P. On the Importance of a Certain Slowness. En GERSHENSON, C.; AERTS, D.; EDMOTADS, B. (org.), **Worldview, Science and Us: Philosophy and Complexity**. Singapur: World Scientific Publishing, 2007, 53-65.

CLERICI, N. *et al.* Deforestation in Colombian protected areas increased during post-conflict periods. **Sci Rep** 2020, 10, 4971 . https://doi.org/10.1038/s41598-020-61861-y Acesso el 20 feb. 2021

Corporación Vínculos. **Informe final sentencia Pueblo Bello**, 2017. Recuperado de http://corporacionvinculos.org/index/wp-content/uploads/2017/08/INFORME-FINAL-SENTENCIA-PUEBLO-BELLO.pdf Acesso el 20 feb. 2021

Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Sentencia de enero 31. Caso de la masacre de Pueblo Bello vs Colombia**. Presidente García, S., 2006a. Recuperado de https://www.alcaldiabogota.gov.co/siprojweb2/sidie/imagesContenido/COLCasoMasacrePuebloBello.pdf Acesso el 20 feb. 2021

Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Sentencia de noviembre 25. Caso de la masacre de Pueblo Bello vs Colombia**. Presidente García, S., 2006b. Recuperado de http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_159_esp.pdf Accesso el 20 feb. 2021

CRUZ RODRÍGUEZ, E. Justicia ambiental, justicia ecológica y diálogo intercultural. **Elementos**, 2017, 24 (105), 9-16.

CHAKRABARTY, D. Postcolonial Studies and the Challenge of Climate Change. En P. Nayar (ed.), **Postcolonial Studies: An Anthology**. Hoboken: John Wiley and Sons, 2016, pp. 144-157.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 2011.

FLÓREZ, M. **Así va la reparación en el pueblo de Urabá que sufrió tres masacres**, 2016. Recuperado de https://pacifista.tv/notas/asi-va-la-reparacion-en-el-pueblo-de-uraba-que-sufrio-tres-masacres/ Acesso el 20 feb. 2021

FREIRE, P. **Pedagogy of oppressed**. Londres: Continuum, 2005.

FROMM, E. Anatomía de la destructividad humana. Ciudad de México: Siglo XXI, 1986.

GARCÍA MARÍN, M. **La ética ecológica en la perspectiva de Michel Serres: una propuesta de la reconciliación del ser humano con la Naturaleza**. Medellín: Universidad Pontificia Bolivariana, 2016.

GARCÍA MARÍN, M. La ecosofía: un aporte a la memoria de Pueblo Bello. Revista Lasallista de Investigación, 2018, 15(1), p. 143-153. doi: 10.22507/rli.v15n1a16. Consultado: 20 feb. 2021

GARCÍA-MARÍN, E.; GARCÉS GIRALDO, L. La construcción del hogar desde la ecología mental: entre la memoria y la creación del tejido social en Pueblo Bello. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, 2018, 55, 210-220.

GARCÍA, P. *et al*. (org.). **Perspectiva de los PUEBLOS INDÍGENAS Frente a la Deforestación y Degradación del Territorio Un insumo para la construcción e implementación de Bosques Territorios de Vida - Estrategia Integral de Control a la Deforestación y Gestión de los Bosques**. ONU-REDD; INSTITUTO DE HIDROLOGÍA, METEOROLOGÍA Y ESTUDIOS AMBIENTALES, 2018.

GARCÍA, Y. **Comisión de la Verdad documentará "el problema de la tierra" en Urabá,** 2019. Recuperado de http://www.ipc.org.co/agenciadeprensa/index.php/2019/06/26/comision-de-la-verdad-documentara-el-problema-de-la-tierra-en-uraba/ Consultado: 20 feb. 2021

GUATTARI, F. **The Three Ecologies**. Translated by Ian Pindar and Paul Sutton. Londres: The Athlone Press, 2000.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. Feminist Studies, 1988, 14(3), 575-599.

HARAWAY, D. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Otherness.** Chicago: Prickly Paradigm Press, 2007.

HOEFFE, O. **Justicia. Una introducción filosófica**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2015.

LATOUR, B. **Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LUPTON, D. Toward a More-Than-Human Analysis of Digital Health: Inspirations From Feminist New Materialism. **Qualitative Health Research** 2019, 29(14), 1998-2009. doi:10.1177/1049732319833368

MAGDALENA, C. **The Plant Messiah: Adventures in Search of the World's Rarest Species**. London: Viking, 2017, 4 p.

MATTA COLORADO, N. La masacre olvidada de las Farc. **El Colombiano**, 5 de mayo de 2015. Recuperado de https://www.elcolombiano.com/antioquia/la-masacre-olvidada-de-las-farc-2-BD1858614 Acceso el 20 feb. 2021

Ministerio de Salud y Protección Social. Ley 1616 de enero 21 por medio de la cual se expide la Ley de Salud Mental, y se dictan otras disposiciones. Diario Oficial n.º 48.680 de enero 21 de 2013. Recuperado de https://www.minsalud.gov.co/sites/rid/Lists/BibliotecaDigital/RIDE/DE/DIJ/ley-1616-del-21-de-enero-2013.pdf Acceso el 20 feb. 2021

MOHAMED, A. **Mother Earth Speaks Out**, s.f. a. Recuperado de http://www.authorsden.com/visit/viewpoetry.asp?AuthorID=12041&id=92820 Acceso el 20 feb. 2021

MOHAMED, A. **Mother Nature is Weeping**, s.f. b. Recuperado de http://www.authorsden.com/visit/viewpoetry.asp?AuthorID=12041&id=206200 Acceso el 20 feb. 2021

MOHAMED, A. **In the Shadow of War,** s.f. c. Recuperado de http://www.authorsden.com/visit/viewpoetry.asp?AuthorID=12041&id=148563 Acceso el 20 feb. 2021

MOHAMED, A. War Trauma, s.f. d. Recuperado de http://www.authorsden.com/visit/viewpoetry.asp?AuthorID=12041&id=182260 Acceso el 20 feb. 2021

MORA, T.; MUÑOZ, J. Concentración de la propiedad de la tierra y producto agrícola en Antioquia. 1995-2004. Ecos de Economía, 2008, 12 (26), 71-108.

MUÑIZ, O. y DASUKY QUICENO, S. La reparación: historia subjetiva, angustia y trauma. En A. IÁÑEZ DOMÍNGUEZ; A. PAREJA AMADOR (org.). **Mujeres y violencia en Colombia. La reparación a las víctimas del conflicto armado.** Madrid: Los libros de la Catarata, 2019, 230- 250.

OMS-Organización Mundial de la Salud. Salud mental, 2013: Recuperado de https://www.who.int/features/factfiles/mental_health/es/#. Acceso el 8 de junio de 2020.

PÉREZ RINCÓN, M. Conflictos ambientales en Colombia: inventario, caracterización y análisis. En L. GARAY (org.). **Minería en Colombia. Control público, memoria y justicia socio-ecológica, movimientos sociales y posconflicto**. Cali: Universidad del Valle, 2014, 252-325.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Antioquia. Retos y prioridades del departamento, 2016-2019, 2016. Recuperado de https://www.undp.org/content/dam/colombia/docs/Gobernabilidad/undp-co-antioquianueva-2016.pdf Acceso el 20 feb. 2021

RICHARDSON, L.; ST. PIERRE, E. A. Writing. A method of inquiry. DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, Lontoo & New Delhi: Sage Publications, 2011.

ROCA-SERVAT, D. Aproximaciones epistemológicas y metodológicas al estudio de la (in) justicia hídrica: construyendo conocimiento desde el sur global. En B. DUARTE, C. YACOUB; J. HOOGESTEGER (eds.), **Gobernanza del Agua. Una Mirada desde la Ecología Política y la Justicia Hídrica**. Quito: Abya-Yala, 2016, 373-390.

ROCA-SERVAT, D.; GOLOVÁTINA-MORA, P. Water Matters: thinking with water Class Experience. **Qualitative Inquiry** 2020, 26(1), 13-23. doi: https://doi.org/10.1177/1077800419869965

SÁNCHEZ, G. (org). ¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad. **Informe general Grupo de Memoria Histórica**, 2013. Recuperado de http://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2013/bastaYa/basta-ya-colombia-memorias-de-guerra-y-dignidad-2016.pdf Acceso el 20 feb. 2021

SCOTT MARCHAND, J. Non-human Agency. En R. BRAIDOTTI; M. HLAVAJOVA (org.). **Posthuman Glossary**. Londres: Bloomsbury, 2018, pp. 292-296.

SERRES, M. **La guerra mundial**. Madrid: Casus Belli, 2013.

SHIVA, V. **Who really feeds the world? The failures of agribusiness and the promise of agroecology**. Berkeley: North Atlantic Books, 2016.

SOLER, C. ¿Qué se espera del Psicoanálisis y del Psicoanalista? Conferencias y seminarios en Argentina. Buenos Aires: Letra Viva, 2009, 85 p.

SZERSZYNSKI, B. How the Earth Remembers and Forgets. En A. BOBBETTE y A. DONOVAN (org.). **Political Geology: Active Stratigraphies and the Making of Life**. Londres: Palgrave Macmillan, 2019, pp. 219-236.

UNESCO. **Árbol de problemas**, 2017. Recuperado de http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/%20cultural-diversity/diversity-of-cultural%20expressions/tools/policy-guide/planificar/diagnosticar/árbol-de-problemas/ Acceso el 20 feb. 2021

CAPÍTULO 9

CONFLITOS INTERNOS: DESDOBRAMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE PIRANHAS/AL EM DETRIMENTO DA INTERVENÇÃO DA CHESF (1980/2000)

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 04/01/2021

Monielly Suelen Gomes Barboza
Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas
Piranhas, Alagoas
http://lattes.cnpq.br/7222276870334449

* Artigo originalmente apresentado no V Encontro Nacional de História do Sertão, no ano de 2018, como produção científica do curso de mestrado. [Adaptado].

RESUMO: A presença da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), na cidade de Piranhas, interior do estado de Alagoas, em meados do século XX, causou, por conta da construção de uma usina hidrelétrica, diversas mudanças no cotidiano da população local, inclusive com a chegada de dezenas de trabalhadores de outras localidades que se instalaram em Piranhas para trabalhar na construção da usina, assim como também na infraestrutura, geografia e, principalmente, na estrutura social da população da cidade. O presente artigo busca demonstrar, e também, entender as mudanças sociais que ocorreram pela intervenção da Chesf, além de mostrar como essas mudanças levaram a população à conflitos internos, baseados nas imposições da Companhia.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, Conflitos, Chesf.

INTERNAL CONFLICTS: SOCIAL DEVELOPMENTS IN THE CITY OF PIRANHAS/AL IN DETRIMENT OF CHEF'S INTERVENTION (1980-2000)

ABSTRACT: Chef's presence (San Francisco Hydroeletric Company) in the city of Piranhas inland from the state of Alagoas, in the mid-nineteenth century, caused, due to the construction of a hydroelectric plant, several changes in the daily lives of the local population, including the arrival of dozens of workers from other locations who settled in Piranhas to work on the construction of the plant, as well as in infrastructure, geography and, mainly, in the social structure of the city's population. This article seeks to demonstrate, and also, understand the social changes that occurred through Chesf's intervention, in addition to showing how these changes led the population to internal conflicts, based on the Company's impositions.

KEYWORDS: Society, Conflicts, Chesf.

1 | SURGIMENTO DA CHESF E SUA CHEGADA EM PIRANHAS/AL

A Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf -, surge na década de 1940 com o intuito, e com a responsabilidade de atender as populações, principalmente da região Nordeste do país, com a produção e distribuição de energia elétrica, é com esse propósito que surge esse projeto de Companhia.

> A Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf -, com sede em Recife, capital do estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista [...] Com a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste. [...] A Companhia foi a principal agência executora da política energética na Bacia Hidrográfica do São Francisco, onde estão instaladas suas principais usinas hidrelétricas.[1]

Uma das primeiras e mais importantes usinas a serem construídas, foi a usina de Paulo Afonso I, no início da década de 1950, na cidade de Paulo Afonso/BA, que, ao longo dos anos seguintes, abriga o que chamamos de complexo hidrelétrico na cidade, que consiste nas usinas Paulo Afonso I, II, III e IV, conquistando um lugar importante no que diz respeito a distribuição de energia elétrica. Essa construção da primeira hidrelétrica em Paulo Afonso já propicia a Chesf a conhecer a cidade de Piranhas, no estado de Alagoas, e, desde então, se desperta o interesse em construir uma hidrelétrica também na região alagoana.

> Em 1951, a Câmara de vereadores de Pirapora (norte de Minas Gerais) envia ofício à Câmara de vereadores de Piranhas para tratar de gestões em favor da 'execução do plano geral de aproveitamento econômico do Vale do São Francisco'.
>
> No mesmo documento é solicitado aos vereadores locais que se dirijam à Câmara de Maceió e aos senadores pro Alagoas 'para que este estado seja beneficiado com energia elétrica produzida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco, na mesma época em que a receberão os estados de Pernambuco e Bahia'.[2]

Esse interesse em construir uma usina hidrelétrica em Piranhas se concretiza apenas no final da década de 1970, quando, nesse período foram liberados os recursos para a realização da construção da usina, inclusive os recursos hídricos, proporcionando assim que a maior usina do complexo Chesf fosse construída.

A partir da década de 1980, com a Chesf instalada na cidade de Piranhas, inicia-se as construções de bairros para abrigar os trabalhadores que iriam atuar na construção da usina, e com a chegada dessas pessoas e das ações da Companhia em Piranhas, ocorrem mudanças, em todos os âmbitos, na cidade e, por conseguinte, com a população, o que trabalhamos de forma inicial neste artigo são os conflitos sociais surgidos pelo "fenômeno" Chesf.

---

1. SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. **Piranhas de baixo, Piranhas de Cima, Nova Piranhas:** Conservação urbana patrimonial versus modernização em área de influência direta da UHE de Xingó, p. 45 pdf.
2. OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. **Nos trilhos da História do Baixo São Francisco:** Um ensaio sobre a estrada de Ferro de Paulo Afonso. Centro de ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Vol.4 nº 8 abril/setembro de 2003 – semestral, p. 272.

2 | DESDOBRAMENTOS SOCIAIS EM PIRANHAS EM FINS DO SÉCULO XX

A cidade de Piranhas fica localizada no interior do estado de Alagoas, fazendo divisa com o estado de Sergipe, sendo a cidade de Canindé de São Francisco sua vizinha, bem como é a cidade que, junto com Piranhas, abriga a maioria dos trabalhadores e suas famílias que se dirigem para a região para trabalhar na construção da usina de Xingó na década de 1980. Quando se torna independente da cidade de Pão-de-Açúcar, em 1887, recebe um fluxo maior de pessoas circulando por conta da ferrovia de Paulo Afonso - iniciada a sua construção em 1879 -, gerando assim um aumento no âmbito econômico e social da cidade.

> Em julho de 1981, os estudos de viabilidade e a elaboração do Projeto Básico do Aproveitamento Hidrelétrico de Xingó, foram adjudicados à firma PROMON ENGENHARIA S.A, a qual, por disposição contratual foi incumbida de promover a avaliação dos estudos anteriormente desenvolvidos e efetivar a indicação do melhor local para a implantação da obra.[3]

Para que se entenda o tamanho da influência da Companhia e quais foram os desdobramentos sociais em Piranhas por conta de sua chegada, é preciso, primeiramente, entender o contexto da vida em Piranhas no período pré-instalação da Chesf.

No período anterior a Chesf, a dinâmica em Piranhas era diferente, era típica de cidades de interior em períodos como o fim século XIX e início do século XX, portanto, não havia muita influência direta de outras localidades, a vida pacata e simples era vista em todo o território local. A população piranhense vivia basicamente da pesca, o que era facilitado pois a cidade fica à margem do rio São Francisco, além de existirem pequenos comércios e trabalhos direcionados pelo governo municipal.

> O lugar da implantação da cidade oferecia todas as exigências. Contava, primeiramente, com a presença do rio (dessedentação, higienização e limpeza, alimentação, comunicação e lazer). Sua vocação portuária tinha importância por ser o último porto seguro do Baixo São Francisco a proporcionar uma constante comunicação com os viajantes e outras comunidades. [...] As ocupações, em sua maioria, estão relacionadas a pesca, confecção de petrechos, covos, redes, tarrafas – e carpinteiros a beira do rio, que constroem e consertam embarcações. [...] É através do desenvolvimento da navegação a vapor, 1867, que Piranhas de Cima começa a se desenvolver, pelo estabelecimento de linha regular entre as cidades de Penedo e Piranhas, reforçada pela implantação da ferrovia poucos anos mais tarde. Essa cadeia associada mudou totalmente as condições de comunicação entre o litoral e o sertão, possibilitando o crescimento e autonomia de Piranhas.[4]

O maior ponto comercial e social da cidade desde fins do século XIX e que sustentava a base econômica da cidade era a ferrovia, que funcionava como transporte comercial dos produtos, o que proporcionava uma distribuição em maior escala e com mais rapidez.

3. Relatório para escolha do local de aproveitamento hidrelétrico de Xingó, p.4.

4. SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. **Piranhas de baixo, Piranhas de Cima, Nova Piranhas:** Conservação urbana patrimonial versus modernização em área de influência direta da UHE de Xingó, p.: 29 e 32 pdf.

> Em 5 de julho de 1879, através do decreto nº 7323, foi inaugurado o trabalho de construção da linha férrea de Piranhas e, cinco anos mais tarde era inaugurado o trecho final em Jatobá, atual Petrolândia.

> A referida estrada abrangia os Estados de Pernambuco e Alagoas, possuía 116 km de extensão e margeava o rio São Francisco. Era constituída pelas estações ferroviárias de Piranhas (km 0), Olho D'água do Casado (km 28), Talhado (km 41), Delmiro Gouveia (km 54) e Sinimbu (km 70), em Alagoas; Volta (km 84), Quixaba (km 102), Petrolândia (km 116), em Pernambuco. O trem era misto, transportava passageiros e mercadorias – sendo na estação de pedra, atual município de Delmiro Gouveia, um grande entreposto comercial.[5]

Essa dinâmica persiste até a década de 1960, quando, em 1964, ferrovia é desativada, deixando Piranhas em uma grande estagnação por volta de uma década. Esse panorama de estagnação só volta a mudar quando ocorre na cidade a instalação da Chesf, que propõe um novo tipo de modernidade em Piranhas e projeta vários empregos na cidade, por conta as obras realizadas pela Companhia no início da década de 1980.

> Com a desativação da estação ferroviária de Piranhas na década de 60, a cidade sofreu forte impacto nos aspectos sócio-cultural e econômico, testemunhando a saída dos trabalhadores da Rede Ferroviária, o esvaziamento das casas; a diminuição da população e a perda de figuras importantes que, ligadas à Estação, estimulavam a cultura local. (RODRIGUES, 1999, apud, BARROS, 2005, pg.87).[6]

Com o estabelecimento da Chesf na cidade, como visto acima, essa dinâmica começa a mudar. No prisma econômico, Piranhas volta a se reerguer, pois, aumenta-se a geração de emprego, o que leva a necessidade do comércio se expandir, melhorando assim a economia local. Por outro lado, no prisma social, a chegada de dezenas de pessoas para também trabalharem na construção e manutenção da hidrelétrica é o cerne da mudanças e conflitos sociais pois a dinâmica de interação entre essas duas populações – agora localizadas em Piranhas -, acontece de forma desigual.

Esses trabalhadores recém-chegados, ou como Norbert Elias[7] chama "estabelecidos", em seu livro *"Estabelecidos e Outsiders"*, onde ele estuda a interação de uma população local de Leicester e uma população recém estabelecida na cidade, pode ser aplicada, em certo nível, na leitura do que ocorreu em Piranhas. Portanto, esses recém-chegados, vindo de outras localidades e contratados pela Chesf se estabelecem em Piranhas, no acampamento Chesf[8]. Para abrigar essas pessoas, a Companhia promove a construção de dois bairros, são eles o Bairro Xingó (subdividido em duas vilas: Vila Sergipe e Vila Alagoas), e o Bairro Nossa Senhora da Saúde. A forma que se construiu esses bairros

---

5. SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. op-cit, p. 35-36 pdf.
6. SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. SICG - M102 - Contexto Imediato documento IPHAN. Oficina de Projetos Ltda. Agosto de 2014, p.10.
7. Professor e sociólogo de grande destaque no século XX.
8. Como ficou conhecido no período os bairros que foram construídos pela Chesf para abrigar esses trabalhadores de fora e suas famílias.

é o início de conflitos e rivalidades entre a população, pois, a forma que a Chesf dispõe as pessoas nesses bairros impulsiona uma relação de desigualdade ente eles. Podemos ver um pouco dessa relação na fala de um morador de Piranhas:

> Olha, a Chesf tinha uma visão extremamente reacionária, discriminatória; quando se começaram as primeiras hidrelétricas – começou em Paulo Afonso aqui no Nordeste -, a Chesf construiu o seu acampamento e discriminava quem era engenheiro, quem era advogado, quem era do segundo escalão, do terceiro escalão, uma coisa extremamente, é, inconstitucional até [...] com a construção da hidrelétrica de Xingó já não teve muro, mas continuou com esse mesmo pensamento, é, vila Sergipe eram os nobres, que eram os engenheiros, os mais qualificados profissionais que viriam trabalhar na questão da hidrelétrica, e, a vila Alagoas, exatamente ficava aqueles funcionários com menor poder aquisitivo.[9]

Primeiramente, a relação desses "estabelecidos" - para usar o termo desenvolvido por Norbert Elias -, com a população local foi de estranhamento, por conta das diferentes formas de vivência, ou seja, não existiu identificação entre esses grupos, por causa dessa não identificação, acaba ocorrendo um certo isolamento da população local pelos recém-chegados, dessa forma, os primeiros ficam desvinculados de todo o contexto e mudança que são trazidos e implementados nos novos bairros pela Chesf, isso ocorre pelo menos durante o período de maior atuação da Companhia na cidade.

> O Bairro Xingó era uma bolha, e quem estava fora da bolha era e se sentia excluído, tudo isso gerava um sentimento de segregação e exclusão, e quem está incluso era beneficiado pelo equipamentos públicos e serviços, gozavam de privilégios jamais oferecidos pelos serviços públicos e privados na região. Mesmo o público dito privilegiado no bairro vivia uma situação de segregação, uma vez que eram estabelecidos padrões de consumo entre as pessoas, era visível um materialismo no dia a dia das pessoas para enquadrar-se nos padrões de vida do bairro, um classismo exacerbado que não refletia a condição de vida real das pessoas, existia uma juventude numerosa e pujante, foram feitos muitos investimentos em entretenimento e esportes, existiam vários shows, campeonatos nos clubes, festas anuais como garota sertão, baile do Havaí, as tardes dançantes, manhãs de Sol, show de artistas de renome nacional e regional, entre outros eventos.
>
> Mesmo assim, todo este formato de segregação e separação social gerou conflitos significativos, alguns jovens se organizavam em grupos ou gangs, que se enfrentavam no fim das festas dos clubes, existia certa violência, brigas, conflitos, isso não só se estendia aos grupos da Vila de baixo-pobre (Vila Alagoas) e Vila de Cima-ricos (Vila Sergipe) como chamavam na época, mas também à jovens de cidades vizinhas, como Canindé de São Francisco, Olho D'água do Casado, Delmiro Gouveia, Poço Redondo entre outras. Tudo isso porque os mesmos também se propunham a acessar os serviços ofertados no bairro, participar das festas, frequentar os clubes, instalados em sua região, mas muitas vezes se deparam com dificuldades e até barrados no acesso, sem serem acolhidos, tudo isso tornava-se uma situação muito difícil para populações locais originárias da região.[10]

9. I.L. Entrevista concedida em Piranhas, em 10 de setembro de 2016.

10. JUNIOR, Luciano Cristovam dos Santos. Entrevista concedida à autora em 15 de abril de 2019.

Elias tem uma visão interessante sobre essa questão de isolamento em sociedades que se deparam com "outsiders":

> [...] Vez ou outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se auto representam) como humanamente superiores. [...] Essa é a auto-imagem normal dos grupos que, em termos de seu diferencial de poder, são seguramente superiores a outros grupos interdependentes. Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os "brancos" em relação aos "negros", os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres (antigamente), os Estados nacionais grandes e poderosos em relação a seus homólogos pequenos e relativamente impotentes, quer, como no caso de Winston Parva, de uma povoação da classe trabalhadora estabelecida desde longa data, em relação aos membros de uma nova povoação de trabalhadores em sua vizinhança, os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas "melhores", dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos "superiores" podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores.[11]

No caso de Piranhas, seguindo o estudo de Elias, quem se destaca como "superior" são os "outsiders", os recém-chegados, e a população local acaba se distanciando do contexto da Chesf, pelo menos em um primeiro momento, pois com o tempo, as relações se estreitam.

> Na realidade, a pequena e pacata Piranhas, adormecida desde a desativação da ferrovia na década de 60, não estava acostumada com a velocidade das transformações imposta pela construção da usina. O ritmo acelerado da obra, o vai-e-vem das pessoas, principalmente aquelas que estavam chegando para ficar – assustava e ao mesmo tempo fazia renascer momentos de prosperidade até então esquecidos. [...] Com a dimensão que o bairro de Xingó se tornou, passou a ser o centro das atenções e com a autonomia urbana do bairro de Xingó, concentração e comércio e serviços (não se falava mais em Piranhas como cidade, a escala do bairro assumia as proporções de cidade), e a parte mais antiga da cidade de Piranhas passa a ser frequentada por abrigar a Sede do Governo Municipal, pelos visitantes e pela sua prainha tida como a melhor da região. A vida em Piranhas continua calma pacientemente acomodada sobre as serras rochosas. Um certo isolacionismo é observado em relação àquela população atraída do bairro Xingó.[12]

Na relação entre os próprios recém-chegados, a forma como a Chesf os dispôs nos bairros – o que é feito seguindo a lógica do poder econômico e status quo -, faz com que, já de início, não aconteça uma identificação natural entre os mesmos, e isso gera mudanças comportamentais de uns em relação a outros, dentro dessa dinâmica pré-estabelecida pela Chesf, como demonstra um morador da cidade:

11. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed, 2000, p.: 19, 20.
12. SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. op-cit, p. 51 e 54 pdf.

> É, convivência tinha sua separação porque, já foi criado três tipos de residência justamente para alojar as pessoas de acordo com a classe né, por exemplo, [...] criaram os bairros (sic), vila Alagoas, vila Sergipe, justamente a vila Sergipe fizeram ela para separar de acordo com a classe, não a classe social assim, mas com a classe empregatice (sic), por exemplo, se fosse um doutor, um engenheiro e fosse daquela classe ali, tinha suas casas na vila Sergipe, morava na vila Sergipe, tinha o clube separado também, que era o clube Atalaia, e o pessoal que trabalhava já ne (sic) outra área, por exemplo, a de encarregado, assistente administrativo, já morava na vila Alagoas [...]. [13]

Essas divergências surgem por conta das diferenças econômicas que foram exaltadas pela Chesf, de início nas estruturas das casas nos bairros, como vemos na citação acima, até interferir no ir e vir de parcela dessa população. Como Silva explana em sua dissertação, “O conflito estabelecido entre esses dois mundos, Piranhas Sede do Governo e bairro de Xingó, nos reporta as coisas da realidade vivenciada pelos seus (velhos e novos) moradores, verdadeiros atores dessa dinâmica que o espaço físico territorial sedimentou”. (SILVA, 2003, p. 68).

Outro caso que demonstra essa separação impulsionada pela Chesf, além da distribuição das pessoas nos bairros, é a forma de transporte concedido pela Companhia para as pessoas se dirigirem ao trabalho, como podemos ver:

> ... também tinha aquela discriminação nos transportes, pra peãozada, que trabalhava no braçal mesmo, era caminhão grande, coberto de lona, e pra classe empregaticia (sic) de encarregado, auxiliar administrativo, encarregado de... e alguns da classe da outra também, da como é que diz, do, do seu ponto de emprego, até o pessoal de engenheiro, até engenheiro as vezes, engenheiro, médico, ia também de ônibus também, mas a maioria tinha seus carros próprios, próprio não, da empresa né.[14]

Esses casos servem para nos mostrar o tamanho da influência e do poderio rapidamente conquistado pela Chesf na cidade e como sua intervenção modifica, em essência, a forma da população piranhense se relacionar, através da distinção territorial e de poder econômico e, de forma mais destacada, pelo status quo que se desenha para a população a partir das ações da Chesf na cidade. São esses desdobramentos sociais que consideramos negativos em relação a participação da Chesf em Piranhas.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs, de forma inicial, a explanar quais foram os desdobramentos e consequências sociais provenientes da instalação e intervenção da Chesf na cidade de Piranhas.

Entendeu-se que a modernização trazida pela Companhia para a cidade, junto com a promessa de alavancar uma volta econômica para Piranhas – algo que ocorre

13. BARBOZA, Altamiro Gomes. Entrevista concedida em Piranhas em 16 de julho de 2016.
14. Idem.

por conta das gerações de emprego decorrentes da instalação da mesma o que faz com que a Companhia consiga um poderio grande e rápido na cidade -, porém, isso trouxe consequências sociais de desconformidade para com a população por conta de como foram impostas as condições para seus moradores, percebendo-se um teor excludente da Companhia relacionado ao status quo e poder econômico dessa população, principalmente a dos trabalhadores migrantes.

Essa visão de benefício econômico que, de fato, ocorreu na cidade e foi proporcionado pela Chesf, de certa forma, pelo que vemos, esconde as decisões tomadas nas relações sociais e culturais, que poderiam não ser interessantes para a população, como é o caso das distribuições dos bairros da Chesf. A dinâmica e estrutura dos bairros, em especial, do bairro Xingó, representou a consolidação de um novo período em Piranhas, fosse em relação econômica ou mesmo cultural e social, pois, esses conjuntos habitacionais construídos pela Chesf – bairro Xingó (vilas Sergipe e Alagoas) e bairro Nossa Senhora da Saúde -, abrigaram relações de poder estruturadas pela Companhia e aplicadas em favor ou contra parcela dos *estrangeiros* que lá residiam. Nesse sentido, o bairro Xingó, em certo momento, ganha uma dimensão enorme na região, sendo reconhecido como cidade[15], havendo ainda mais um silenciamento da população já estabelecida de Piranhas, ou seja, há um silenciamento do "antigo", do que veio antes da Companhia.

Esse poderio e influência se tornam tão grande, ganha uma dimensão enorme, que a própria população excluída não enxerga, conscientemente, a discriminação que os cercam, e que muitos deles sofrem, vendo apenas, de forma ampla, o que de positivo a Companhia realizou e trouxe para Piranhas.

REFERÊNCIAS

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e outsiders:** Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed, 2000.

BARBOZA, Altamiro Gomes. Entrevista concedida em Piranhas em 16 de julho de 2016.

I.L. Entrevista concedida em Piranhas, em 10 de setembro de 2016.

JUNIOR, Luciano Cristovam dos Santos. Entrevista concedida à autora em 15 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. **Nos trilhos da História do Baixo São Francisco:** Um ensaio sobre a estrada de Ferro de Paulo Afonso. Centro de ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Vol.4 nº 8 abril/setembro de 2003 – semestral.

OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. **A Chesf e o papel do Estado na geração de energia elétrica**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.32, nº 1, P. 10-35, jan-mar, 2001. Acesso em 08/12/2018.

15. SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. op.cit, p. 52.

RODRIGUES, Rosiane. **Piranhas:** O retrato de uma cidade. Maceió, ed. Cataventos, 1999.

SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. SICG - M102 - Contexto Imediato documento IPHAN. Oficina de Projetos Ltda. Agosto de 2014.

SILVA, Álvaro Antônio Moreira de. **Piranhas de baixo, Piranhas de Cima, Nova Piranhas:** Conservação urbana patrimonial versus modernização em área de influência direta da UHE de Xingó.

Relatório para escolha do local de aproveitamento hidrelétrico de Xingó.

CAPÍTULO 10

INVENTÁRIO DA CULTURA MATERIAL E IMATERIAL DOS IMIGRANTES ITALIANOS NA ANTIGA COLÔNIA PAIOL GRANDE – RS

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão em 05/01/2021

Graziela Vitória Donin
Mestre em História – UFFS
Erechim - RS
http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8562043U8

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discutir algumas questões pertinentes à construção da identidade do imigrante italiano na região da Antiga Colônia Paiol Grande (Erechim) no estado do Rio Grande do Sul. Produziu-se um levantamento dos lugares de memória e de associações culturais que evocam esta identidade. Para a realização da pesquisa efetuou-se um levantamento bibliográfico no que concerne a dados relevantes para a contextualização do tema em questão. Efetuou-se também o levantamento de lugares de memória que evocam a identidade e os símbolos constituintes da cultura material do imigrante italiano, além da identificação dos grupos culturais e folclóricos. Estes por sua vez desempenham um papel fundamental no que se refere ao reavivamento e ritualização cultural da etnia. Todos estes dados contribuem na discussão quanto à mobilização do patrimônio cultural e histórico destes imigrantes para a construção de sua identidade enquanto grupo, fora de seu país de origem e mantido por várias gerações.
PALAVRAS-CHAVES: Imigração Italiana, Alto Uruguai, Cultura Material, Identidade.

INVENTORY OF MATERIAL AND IMMATERIAL CULTURE OF ITALIAN IMMIGRANTS IN THE ANCIENT COLONY PAIOL GRANDE – RS

ABSTRACT: This article aims to discuss some issues relating to construction of the identity of the Italian immigrant in the area of the Old Colony Paiol Grande (Erechim) in the state of Rio Grande do Sul. There was a survey of places of memory and cultural groups that evoke the identity. For this research we performed a literature review regarding the relevant data for the contextualization in question.Also we held up the lifting of memory places that evoke the identity and the constituent symbols of the Italian immigrant material culture, besides the identification of cultural and folk groups. These one have a crucial role as regards the revival and cultural ritualization of this ethnic group. All these data contribute to the discussion on the mobilization of the cultural and historical heritage of these immigrants to build their identity as a group, outside their country of origin and kept for generations.
KEYWORDS: Italian Immigration, Alto Uruguay, Material Culture, Identity.

1 I INTRODUÇÃO

A problemática proposta neste artigo tem por enfoque efetuar um mapeamento da cultura material e imaterial dos imigrantes italianos e seus descendentes, no que se refere à importância deste na construção de uma identidade singular com forte presença até

os dias atuais. Elaborou-se um estudo quanto ao patrimônio histórico cultural material e imaterial da etnia italiana no Alto Uruguai gaúcho, tendo como enfoque os usos desse conjunto patrimonial na construção de identidade e diferenciação social e na ideia de pertencimento a uma nacionalidade. O recorte temporal corresponde ao período do século XX até os dias atuais.

Neste período, o Brasil estava iniciando o processo de branqueamento de sua população. Na região sul do Brasil, as primeiras colônias fundadas pelo governo na região serrana foram a de Silveira Martins, Caxias do Sul, Conde D'Eu e Princesa Isabel. Outro objetivo também era o de ocupar as terras consideradas pelo estado brasileiro como devolutas e assim, gerando produtividade, nomeando para isso companhias colonizadoras, responsáveis por demarcar e efetuar a venda dos lotes de terra. (Soares, 2007).

No sul do Brasil configurou-se um sistema de exploração baseado no minifúndio, ou seja, regime de pequena propriedade administrado pela mão-de-obra familiar. Mais tarde com o esgotamento do espaço, os imigrantes que continuavam a chegar e os descendentes dos aqui já estabelecidos, migraram para novas áreas, ou seja, para o norte do Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente, para o Alto Uruguai, para a antiga Colônia Paiol Grande. (Soares, 2007).

Os imigrantes do que se convencionou denominar de etnia italiana, saíram do antigo continente durante o processo de Unificação da Itália. Com isso migram para a América colonos que se identificavam como venezianos, sardenhos, sicilianos, etc., ou seja, com a identidade cultural da província, reinado ou ducado onde habitavam. O estabelecimento destes colonos em terras longínquas fora do alcance da imposição do crescente estado italiano tornou-se um local propício para que estes pudessem preservar, manter e reproduzir seus costumes e cultura. (Soares, 2007).

Quando estes imigrantes chegaram a uma região desconhecida e totalmente diferente para eles, depararam-se com povos de outras etnias, entrando em choque com eles. O processo de unificação cultural se deu de forma mais completa aqui em terras brasileiras do que propriamente na Itália, pois diante de tanta diversidade, a longa viagem de navio e o isolamento cotidiano, aliado ao apego as tradições trazidas consigo, possibilitaram uma certa unificação cultural desse povo e posteriormente a sua identificação com a pátria mãe.

Ainda sobre a identificação;

> "(...) a identificação também pode ser dada por critérios culturais, como é o caso dos bairros formados por imigrantes estrangeiros que reproduzem um modo de vida específico apoiados em referenciais de 'outros lugares', de outros países, que determinam comportamentos, valores, etc." (Carlos, 1996, p. 41).

É sob este sentimento que se dá a construção da colônia Paiol Grande (Erechim). A região do Planalto Setentrional, rumo ao Vale do Rio Uruguai, passou a ser ocupada nas

primeiras décadas do século XX. Ocorreu um processo de migração do tipo rural-rural[1], em torno dos novos locais ocupados pelos imigrantes criando-se novas cidades, como é o caso de Erechim, servindo de base de apoio a ocupação rural. (Soares, 2007).

O autor ainda diz que:

> "Trata-se aqui de uma migração do tipo rural-rural, gerada pela excessiva divisão dos lotes coloniais originais, que forçou os descendentes de segunda e terceira geração dos colonos chegados da Europa a se deslocarem em busca de novas terras." (Soares, 2007, p. 298).

Esta pesquisa pretende problematizar a identidade dos imigrantes italianos que se estabeleceram em Erechim como algo criado histórico e culturalmente. Contribuindo para com o mapeamento da cultura material destes colonos, tendo como fundamento a preservação de aspectos de sua cultura material e imaterial, antigos hábitos, costumes e locais de memória. Colaborando para que novas pesquisas relacionadas ao processo de ocupação territorial e desenvolvimento regional sejam proporcionadas. Trazendo novas informações e dados sobre a imigração italiana no Alto Uruguai. Efetuando o inventáriodos grupos culturais e dos locais de memória ligados a esta etnia na região em enfoque.

2 I O CONCEITO DE PATRIMÔNIO E SUA RELAÇÃO NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES

O conceito de patrimônio histórico e sua construção estão atrelados a um determinado grupo social, ao grupo que o evoca em cada momento e ao seu conjunto de significados. Este conceito é construído sócio e historicamente, sendo concebido por uma coletividade, sendo este conceito mutável. (Funari e Pellegrini, 2006).

Neste sentido o lugar é o espaço de convivência social, de produção, reprodução e manutenção do modo de vida e dos costumes. O habitante só existe enquanto enraizado a algum território, lugar de origem, torna-se referencia familiar, ele se reproduz enquanto lugar de vida. De acordo com Carlos (1996);

> "O lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa que diz respeito ao mesmo tempo ao local e ao global." (Carlos, 1996, p 38).

Existem registros de criação de espaços de socialização voltados para este grupo étnico, tais como clubes e associações, bem como de costumes que tinham como objetivo manter esta comunidade ligada entre si. Destaca-se a importância das escolas e associações onde suas atividades eram ministradas em um dialeto italiano, servindo para reproduzir e manter esse conjunto cultural. Atualmente este conjunto de obras compõe o patrimônio cultural da etnia italiana no Brasil, pois são inúmeros grupos, reconstruindo em parte a trajetória dessa população no país.

---

1. Este tipo de migração se dá quando os grupos de migrantes saem de uma zona rural para outra zona rural. (Soares, 2007).

Funari e Pelegrini (2009) fazem menção à ideia bíblica de nação como referência ao local de nascimento, que foi apropriada por estes imigrantes. Em solo brasileiro era preciso criar laços em comum, valores e costumes que ligassem esse povo, lhes dando um sentido de pertencimento e uma origem supostamente comum.

3 | CULTURA MATERIAL, MEMÓRIA, IDENTIDADE E ALTERIDADE

A cultura material é formada por artefatos, estes podem ser desde um prédio, um monumento ou um objeto doméstico, por exemplo. Ela não é um reflexo passivo da sociedade, mas cria a sociedade por meio da ação dos indivíduos. São nos artefatos que estão contidos os significados e as representações da sociedade ao qual pertence, trazendo assim informações sobre a vida cotidiana. O artefato em si não fala quem fala e atribui significado a ele é o pesquisador que o está interrogando. Seguindo seus pressupostos teóricos produz um discurso sobre ele. (Morales, 2008). O autor ainda diz que:

> "A fim de ser fiel ao objeto e ao seu significado 'real', ou, mais do que isso, a fim de ser preciso na descrição das sociedades passadas, o pesquisador deve descobrir como opera o objeto em relação ao entorno humano e físico, e em relação à estrutura econômica e social, construindo assim um sentido novo." (Morales, 2008, p. 04).

A análise da cultura material e a leitura que o pesquisador faz dela, contribui com informações que auxiliam na reconstrução de aspectos sociais e culturais da sociedade. Apresenta elementos que corroboram para o reconhecimento de identidades sociais. (Baumann, 2005)

A identidade é a definição daquilo que somos, é a noção de pertencimento. Para Silva (2000) é aquilo que se é, é a identificação do individuo com algo. Para o autor:

> "A identidade é simplesmente aquilo que se é: 'sou brasileiro', 'sou negro', 'sou heterossexual', 'sou jovem', 'sou homem'. A identidade assim concebida parece ser uma positividade, um 'fato' autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referencia a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente." (Silva, 2000, p. 74)

Neste sentido o estabelecimento de uma identidade posiciona o individuo frente ao outro, ao não-italiano, estabelece fronteiras entre o ser e não ser, entre o pertencer e não pertencer. A afirmação de identidade é seguida de uma seqüência de negação de identidades, ou seja, de expressões negativas quanto a outras identidades. Identidade e diferença (o outro) bastam por si próprias. A diferença então seria o processo de diferenciação, tendo em vista que o individuo tende a tomar aquilo que somos como molde e norma para descrevermos o que não somos. A identidade estará sempre acompanhada da alteridade, ou da diferença, do não ser "o outro". (Silva, 2003)

A identidade é algo produzido cotidianamente, por isso estar ligada a lugares de memória e a hábitos, costumes, etc., ela é produzida social e culturalmente. Ela está

relacionada de forma intrínseca a um sistema de símbolos, de significações. Sistema esse que está ligado ao estabelecimento de diferenciação e de imposição frente ao outro com o intuito de garantir privilégios sociais, poder e estabelecer hierarquia social. (Pollak, 1992).

A memória é um instrumento de manutenção de identidades, é um fenômeno coletivo e social, sendo construída coletivamente e submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes. (Pollak, 1992). A diferenciação social vem sendo usada historicamente como ferramenta para estabelecer grupos sociais hierarquicamente frente aos demais e instituir relações de poder, como afirma Silva (2003):

> "A afirmação de identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes." (Silva,2003, p. 81)

A memória é um fenômeno coletivo e social, é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Na região em questão a memória vem sendo passada de geração em geração pelas próprias famílias que incentivam e a reproduzem cotidianamente. Para Pollak (1992):

> "É perfeitamente possível que, por meio da socialização política ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada." (Pollak, 1992, p. 201).

Existem na região alguns locais onde é explorado o turismo ligado a cultura material dos colonos italianos, tais como a Cantina Trentin localizada na saída para a cidade de Três Arroios,a Cantina Slongono município de Erechim, o Vale dos Parreirais localizado na comunidade de Sede Dourado.Estes locais são lugares que guardam parte da memória dos colonos italianos no Alto Uruguai gaúcho e são centros de turismo rural ligado a produção artesanal de vinhos e produtos coloniais em geral. A região ainda abriga grupos de dança folclórica italiana, são eles o Grupo Stella Alpina, Grupo Gille e GrupoAvanti, entre outros.

4 I INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

Esses lugares de memória constituem parte do patrimônio material e imaterial dos imigrantes italianos na Colônia Paiol Grande. Tendo em vista a sua importância na constituição e perpetuação desta identidade, são elencados alguns deste abaixo.

4.1 A escola do professor Matovani

Fotografia 1- Vista frontal do prédio Escola do Professor Mantovani.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont.

O prédio que pertenceu à escola do Professor Mantovani localiza-se até os dias atuais na Rua Presidente Vargas no centro da área urbana de Erechim. A figura 1 corresponde à casa do professor Carlos Mantovani, primeira escola da localidade. Este veio inicialmente da Itália residindo nas Colônias Velhas onde exerceu seu ofício de professor. No ano de 1917 mudou-se para a Colônia Paiol Grande estabelecendo-se com sua família. Em 1919 foi construído em madeira o prédio da escola que passou a ser também residência da família deste professor. Este prédio de madeira ainda encontra-se em pé nos dias atuais, onde também funcionou a sua escola mista. Os anos entre 1920e 1930 prevaleceu o tipo de construção em madeira, encontrando-se matéria prima em abundancia na região.

4.2 A praça dos imigrantes

Fotografia 2- Vista geral da Praça dos Imigrantes.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont.

A Praça do Imigrante está localizada no lado nordeste passando o viaduto Rubem Berta, ao final da Avenida Maurício Cardoso. Nesta praça encontra-se o busto de quatro pioneiros pertencentes à etnia italiana, são eles Atílio Assoni, João Carlon, João Massignan e Bortolo Balvedi. Esta praça esboça a presença marcante do positivismo deixando clara a hierarquização das etnias, pois inicialmente foi feita em homenagem a imigração italiana. Foi somente mais tarde que dois monumentos foram agregados a ela em homenagem a presença polonesa. A praça foi construída na década de 1970.

4.3 Sociedade de mútuo socorso XX de Setembro

Fotografia 3 - Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Sociedade de Mútuo Socorso XX de Setembro.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont.

Localiza-se na esquina das ruas Valentim Zambonatto e Avenida Tiradentes, no centro de Erechim. Esta foi à primeira organização social italiana na antiga colônia, a Sociedade Italiana de Mútuo Socorso XX de Setembro. Criada inicialmente como uma entidade que objetivava o auxilio mutuo entre os imigrantes desta etnia no que se referia ao estabelecimento de novos cô-irmãos na localidade. Mais tarde deixou de ter esta função passando a ser apenas um clube recreativo. A sociedade foi fundada em 20 de setembro de 1915, data que marca a unificação do estado italiano. Em 1929 passou a se denominar Sociedade Italiana de Mútuo Socorso Carlo Del Prete. Com o Estado Novo e o decreto de Getúlio abolindo nomes estrangeiros, principalmente alemães e italianos de instituições, a sociedade passou a se chamar Clube Esportivo e Recreativo Atlântico.

4.4 Cooperativa de vitivinícultura boavistense

Fotografia 4 - Vista frontal e parcialmente lateral do primeiro prédio da Cooperativa de Vitivinicultura Boavistense.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont.

Localizava-se na Avenida Germano Hoffmann. A etnia italiana trouxe consigo alguns hábitos e costumes que foram implementados na nova colônia e que influenciou na economia local, um deles foi a cultura de videira e a vitivinicultura. Os produtores rurais produziam vinho em suas cantinas para consumo familiar e com o tempo a produção excedente passou a ser exportada através das cooperativas de vinho pela estrada de ferro. A cooperativa Viti-vinicola Boavistense foi fundada em 09 de setembro de 1932 para aproximadamente cinqüenta produtores de vinho. O prédio foi recentemente demolido.

4.5 Largo Vêneto

Fotografia 5 - Vista geral do Largo Vêneto.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont.

Localiza-se no cruzamento da Avenida Tiradentes com a Rua Torres Gonçalves. Em um dos canteiros existe uma pedra contendo cinco placas com eventos alusivos a etnia italiana. Foi criado em 1999.

4.6 Cantina Giacomel

Fotografia 6 - Vista frontal e parcialmente lateral do prédio onde posteriormente foi aberta a Cantina Giacomel.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont.

Localiza-se na Rua João Massignann. É a mais antiga construção em alvenaria, pertenceu ao Sr. Atílio Assoni, foi construída nos anos de 1911-1913. Atualmente o prédio foi reformado e abriga um restaurante que serve um cardápio típico italiano. Com algumas adaptações, evoca a memória das antigas cantinas com pratos e bebidas típicas.

4.7 Indústria de bebidas Balvedi

Fotografia 7 - Vista frontal do prédio da antiga Indústria de Bebidas Balvedi.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel IllaFont.

O prédio da antiga Indústria de Bebidas Balvedi está localizado na saída para o município de Aratiba na Rua Bortolo Balvedi. Bortolo Balvedi foi um dos pioneiros da localidade tendo em uma das praças da cidade o seu busto. A sua atuação como empresário no setor de bebidas e conseqüentemente o prédio histórico da sua empresa, é ligado à memória coletiva da etnia italiana, a valores sociais de labor e sucesso.

4.8 Cantina Villa Trentin

Fotografia 8 - Vista frontal do prédio da Cantina Villa Trentin.

Fonte: http://www.villatrentin.com.br/

Localiza-se no Vale Dourado as margens da Rodovia RS 420 km 06 no município de Erechim. A família Trentin mudou-se para a localidade em 1919 vindos de Garibaldi. Alguns anos depois a família estabeleceu uma casa colonial com pousada, restaurante e comercialização de produtos típicos da região. A idealização do espaço está ligada a figura do imigrante italiano. Atualmente o espaço passou por reformas e adaptações explorando o turismo cultural, mantendo presente a relação com a memória do imigrante italiano.

4.9 La Cantina Slongo

Fotografia 9 - Vista frontal do prédio da La Cantina Slongo.

Fonte: http://www.panoramio.com/

Localiza-se na RS 480 interior do município de Erechim. A família Slongo mudou-se para o interior do município de Erechim no ano de 1910, estabeleceu-se em uma propriedade rural abrindo uma vinícola mantida até os dias atuais. O espaço foi aberto ao publico no ano

de 2011 como um típico restaurante italiano, com venda de produtos artesanais. A casa de madeira em estilo colonial serve refeições e também explora o turismo ligado à memória e a cultura do imigrante italiano.

4.10 Vale dos Pareirais

Localiza-se na Linha Dourado interior do município de Erechim. A uva e o Vinho são símbolos ligados à cultura italiana. O Vale dos Parreirais é uma rota rural que explora o turismo ligado à memória do imigrante italiano, com visitas a propriedades no interior do município onde tem vinícolas artesanais e vastos parreirais.O passeio pela rota evoca a memória dos antepassados e liga-se a produção artesanal do vinho, bebida típica desta etnia, além da comercialização de outros produtos que são produzidos nesses locais. Anualmente a cidade promove a Festa di Bacco que está ligada a essa rota turística. O projeto passou a ser idealizado e desenvolvido na década de 1990, junto ao roteiro está atrelada a história de algumas famílias e suas propriedades, todas ligadas à produção de uva e vinho desde o início do século passado.

4.11 Grupo Italiano Masculino Gillé

Localiza-se no Município de Erechim. O grupo Gillé é o primeiro grupo italiano masculino de coral da antiga colônia, foi fundado em 1928, tinha como objetivo o canto de antigas canções do folclore italiano, além da manutenção cultural do folclore trazido pelos imigrantes.

4.12 Coral Stella Alpina

Localiza-se no Município de Erechim. Este grupo folclórico foi fundado em 1988 por casais descendentes de imigrantes italianos para resgatar e manter vivas canções e o folclore desta etnia. O grupo chegou a gravar um CD com músicas folclóricas e populares italianas.

4.13 Sociedade Cultural Ítalo-Brasileira Avanti

Localiza-se no Município de Erechim. Este grupo cultural foi fundado em 1990, tendo como objetivo não apenas o resgate, manutenção e reprodução do folclore e da cultura italiana, mas também como um centro de ensino de idioma, cultura, costumes, esporte e danças típicas desta etnia.

4.14 Grupo Vocal Imigranti

Localiza-se no Município de Erechim. Este grupo de coral misto surgiu em 1996, tendo como objetivo a manutenção e o resgate de canções típicas do folclore italiano.

4.15 Grupo I Contadini

Localiza-se no Município de Paulo Bento. Este grupo foi formado em 1997, é exclusivamente masculino de coral, têm no seu repertório canções folclóricas italianas.

4.16 La Piave Fainors

Desde 2014 a sede se localiza junto à Scuola FAINORS na Rua Torres Gonçalves, 731 em Erechim. No ano de 1994 os grupos Gillé, Stela Alpina e Avanti fundam a Federação das Associações Italianas do Norte do Rio Grande do Sul, La Piave/FAINORS. A instituição tem como objetivo preservar, fomentar e divulgar a cultura herdada de seus antepassados. A instituição é reconhecida pelo governo vêneto e ocasionalmente promove intercâmbios entre as regiões, além de ser um centro de ensino do idioma. Promove jantares típicos e também participa de eventos anuais como o encontro de Corais da Região do Alto Uruguai, o FESBRASI (FestivalSulbrasileiro de Cultura Italiana), e do Encontro de Radialistas do Talian. A entidade tem grande influencia como pólo cultural tendo inclusive espaço em colunas de um jornal local. Dentre os objetivos da instituição esta o estabelecimento de ligação com a região da província de Vêneto na Itália, local de onde teria se dado a imigração dos antepassados dos migrantes da antiga colônia Paiol Grande. O intuito então seria o estabelecimento de um programa de assistência aos descendentes vênetos da região, custodiar, tutelar e divulgar a língua veneta e a cultura dos antepassados dos imigrantes.

A Fainors desenvolve atividades culturais com intenção de manter relação com os descendentes e italianos. Faz trabalhos de divulgação da cultura italiana em entidades da região como escolas, universidades, clubes e prefeituras. Promove junto à ACIRS - Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul - Cursos de Língua e Cultura Italiana. A entidade agrega a ela várias associações e grupos culturais na região do Alto Uruguai Gaúcho nos mais diversos municípios promovendo eventos de integração entre eles com apresentações culturais vinculados a etnia.

5 | CONCLUSÃO

O espaço é um produto do trabalho humano histórico e social, portanto torna-se o lugar de reprodução de modos, hábitos e costumes. A valorização ou não valorização dos lugares está limitada a reprodução do modo social vigente, permitindo a este manter-se e reproduzir-se. Os traços culturais em comum servem para avivar a memória do grupo, tem o intuito de fazer com que o grupo se construa e se represente como tal, para se rearticular e uni-los em torno dos símbolos evocados. Cria-se no lugar uma identidade, uma memória histórica. O habitante só existe enquanto enraizado a algum território, a um lugar de origem, uma referencia familiar. (Carlos, 1996)

Neste sentido a antiga Colônia Paiol Grande tornou-se o lugar de vivencia do modo de vida destes imigrantes, onde seus descendentes permanecem reproduzindo até os dias atuais esta cultura. Sua identidade permanece atrelada a memória do colono que saiu da Itália para fazer a vida na América, ligada ao imaginário de luta e sofrimento em terras desconhecidas. O lugar e a identidade são ambos indissociáveis. (Carlo, 1993).

Percebe-se uma seqüência cronológica de surgimento dos espaços de memória, onde se tem a fundação de grupos ainda na década de 1990, quase 100 anos depois do início da fundação das primeiras instituições. Uma das primeiras associações criadas em 1915 foi a Associação de Mútuo Socorso Carlo Del Prete, em 1928 cria-se o grupo Gillé. Percebe-se desde o início a preocupação em criar espaços de unificação, socialização e identificação para os imigrantes italianos.

A criação destes permanece ao longo do século XX, tendo sido fundados outros espaços e grupos culturais ligados a esta memória ao longo de todo o século passado. A última instituição criada, em 1994, a La Piave Fainors mostra que esta identificação cultural do imigrante italiano permanece sendo reproduzida, apesar da distância temporal significativa entre a vinda dos primeiros colonos e a atualidade.

Novas identidades surgem quando estão em crise ou ameaçadas. Esse grupo de imigrantes, vindos de diferentes regiões do que hoje é a Itália sai de um país em disputa por uma identidade unificadora. Ao chegar ao Brasil vê a oportunidade de praticar sem repressão o modo de vida que trouxe na bagagem longe da interferência do estado, porém depara-se com outros grupos sociais. A identidade criada aqui funciona como instrumento de poder e coesão nas relações sociais, mantém unida a comunidade fundida por ideias frente a outros grupos sociais se estabelecendo com diferenciação.

A identidade torna-se aqui um destino compartilhado pelos imigrantes, ela surge do desejo de segurança, pois define um espaço como afirma Bauman (2005). Os colonos chegam a um território onde não há uma cultura dominante e imposta pelo estado. Estes conseguem manter seus hábitos e costumes de seu local de origem.

Segundo Pierre Nora (1993) os lugares de memória são remanescentes, restos, evocam e funcionam como receptáculo de memória. Eles servem para recordar o grupo social e reaviva-lo quanto a sua memória, seu passado e sua história, porém, seletiva.

Os lugares de memória são os locais onde a memória e a lembrança são evocadas e ritualizadas, atrelando o individuo a uma identidade. A memória passa a ser ritualizada numa tentativa de identificação, um exemplo são os jantares típicos italianos. Arévalo (2004) define o ritual como algo feito para configurar regras sociais e para lembrar ao grupo de seu elemento fundador. A ritualização tem a função de unificação.

O espaço social é construído histórico e socialmente, ele congrega as pessoas, as relações de poder e a interação humana. A identidade só existe ligada a este espaço, pois é lá que ocorrem os conflitos diários entre os diversos grupos sociais. O inventário do patrimônio material e imaterial do imigrante de origem italiana e seus descendentes pode identificar a relação existente entre este conjunto cultural e a construção desta identidade singular, como instrumento de diferenciação e coesão social.

REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Márcia C. da M. **Lugares de Memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto.** I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Mariana/MG, 2004.

BARTH, Frederik. **Grupos Étnicos e suas Fronteiras.**POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne.Teorias da Etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade:** entrevista a Beneditto Vecchi. Rio de Haneiro. Jorge Zahar. Ed. 2005.

CARLOS, A. F.**O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, Rovílio. **Antropologia Visual de Imigração Italiana.** Porto Alegre: UCS, 1976.

DE BONI, Luis A. **A Presença Italiana no Brasil.** Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, Porto Alegre; v. III. 1996.

DUCATTI NETO, Antonio. **A Vida nas Colônias Italianas.** Porto Alegre: EST; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

IBGE. **Geografia do Brasil. Região Sul**. V. 2. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990.

ILLA FONT, Juarez Miguel. **Serra do Erechim – Tempos Heróicos.** Gráfica Carraro LTDA. Erechim. 1983.

KARNAL, **Oscar da Costa. Subsídios para a História do município de Erechim.** 1926. Porto Alegre. Editora Barcellos, Bertaso e Cia.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

NORA. Pierre. **Entre memória e História: A Problemática dos Lugares.** Projeto História. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 12. 1993.

MORALES, Martha H. L. B. **Cultura material e discursos de identidade: contribuições teórico-metodológicas da Arqueologia para o estudo histórico da Fábrica de Louças Colombo.** IX Encontro Estadual de História. ANPUH-RS. 2008.

PEREIRA, Rodrigo Alves. **Subindo a Avenida e Lendo a Sua História – Oque contam os monumentos nas praças e canteiros no centro de Erechim. In. Café Cultural de Erechim.** Edelbra. Erechim. 2010.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Rio de Janeiro. V. 5. 1992. P 200-2012.

SANTINELLO, Jamile. **A identidade do individuo e sua construção nas relações sociais: pressupostos teóricos**. Revista Estudos Comun., Curitiba, v. 12, n. 28, p. 153-159, maio/ago. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **A produção Social da identidade e da diferença. In. Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** / Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward.Tradução, Tomaz Tadeu da Silva; Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 73-102 .

SOUZA, Paulo R. R..**Do Rural ao Urbano: Demografia, migrações e urbanização (1930-1985).** In: coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretor de volume René Gertz. – **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985).** Passo Fundo: Méritos, 2007. – v. 4.

ZANOTTO, Geizele (org.). **Mapeamento do Patrimônio Imaterial de Passo Fundo/RS.** Passo Fundo. Projeto Passo Fundo, 2016.

CAPÍTULO 11

DELEUZE, FILOSOFIA E ARTE

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 29/12/2020

Ana Beatriz Rodrigues de Britto
Pós-Graduação em História Social da Cultura – PUC-Rio Mestrado. Bolsa CAPES/PROSUP

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo demonstrar a diferença da filosofia de Deleuze em oposição a filosofia tradicional, que segundo Deleuze inibe a criação, pois funcionaria como máquina repressora do pensamento. A filosofia seria criação de conceitos e produção de problemas que não surgem da contemplação, mas da conexão com outro pensamento. E o pensamento começa quando algo violenta a sensibilidade e escapa as coordenadas convencionais. O afeto é que move a sensibilidade criadora. O pensamento começa, então, violentado, forçado a pensar algo que ainda não foi pensado. Pensar sem pressupostos quando a unidade do senso comum é quebrada. Pensar é potência que precisa de um encontro e o pensador precisa de um intercessor. E a filosofia e a arte são fenômenos raros que determinam novas possibilidades, novos campos de experiência.
PALAVRAS-CHAVE: Criação, Pensamento, Afeto, Filosofia, Arte.

ABSTRACT: This work intends to demonstrate the difference between Deleuze's philosophy in opposition to tradicional philosophy. According to Deleuze, conventional philosophy prevents creation as it works as a repressive machine of thougths. Philosophy should be the creation of concepts and production of problems which do not appear under contemplation but as a conexion with another thought. And thoughts begin when something violates sensibility and, then escapes conventional coordinates. Affection is what moves creational sensibility. Then, thought starts violated, forced to think something yet never thougth before. Thinking without assumptions in which the unity of common-sense is broken. Thinking is potency that needs an encounter and the thinker needs an intercessor. And we can say that Philosophy and Art are rare phenomena which determine new possibilities, new areas of experience.
KEYWORDS: Creation, Thought, Affection, Philosofy, Art.

Para Deleuze, "a filosofia é criação de conceitos" (*O que é a filosofia?*) e não deve prender-se a transformar tais conceitos em "verdade" como era usual na filosofia tradicional do Ocidente. A tarefa da filosofia realiza-se através de "encontros filosóficos" com questões pelas quais o filósofo se interessa. Deleuze acredita que a reflexão filosófica enseja a criação de novos conceitos inusitados, como no caso da sua filosofia - "diferença", "repetição", "rizoma", "ritornelo" entre outros. A filosofia enquanto criação de pensamento que se vale de conceitos deve ser potência criadora comprometida com as experiências da vida em

sua diversidade e seus jogos de força. As principais influências filosóficas de Deleuze foram Nietzsche, Henri Bergson e Spinoza. Assim como Nietzsche cria a personagem-conceito Zaratustra, Deleuze afirma ter criado com Félix Guattari o conceito de "ritornelo" - forma de reterritorialização (povoamento) e desterritorializaçao e outros conceitos supra-citados que são fundamentais para a compreensão da sua filosofia.

A filosofia de Deleuze é uma filosofia da imanência que se opõe a filosofia baseada na metafísica tradicional que busca verdades absolutas e a transcendência. Segundo Deleuze, não há uma natureza do pensamento. O pensamento não é natural - surge de um encontro filosófico. Na filosofia, não há nada de transcendente, de negação ou de falta, mas uma "conspiração de afetos " e uma "denúncia radical de poder". Discute formas de conhecimento, campo não exclusivo da filosofia, e questiona a lógica da representação e a saída das fronteiras do sujeito. A filosofia de Deleuze apresenta caráter extremamente original que procura dar um novo sentido teórico ao filosofar. O seu consiste em textos que podem ser divididos em dois grupos: monografias interpretando filósofos modernos como Spinoza, Leibniz, Hume, Kant, Nietzsche, Bergson, Foucault e estudos de obras de artistas como Proust, Kafka e o pintor Francis Bacon.

Um dos conceitos mais importantes de Deleuze é a "sociedade de controle". Deleuze formula a teoria de uma nova ordem social que denomina "sociedade de controle"*.* Para o filósofo, foi na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial que as sociedades disciplinares pensadas por Foucault deram lugar às sociedades de controle. Nesse momento histórico, surgem forças na sociedade que estabelecem uma nova ordem de controle social. Essas forças identificam-se com mudanças que aconteceram em todo o mundo capitalista, ligadas principalmente às inovações tecnológicas. O uso dessas novas tecnologias para o controle social seria a mais nova expressão do exercício de poder na sociedade contemporânea. Os mecanismos de vigilância aprimoram-se e passam, de um caráter institucional para uma vigilância geral. A proliferação de câmeras de vídeo em muitos espaços sociais, de aparelhos celulares e de comunicação pela internet facilitam o exercício de mecanismos de vigilância e controle cada vez mais eficientes.

Outros conceitos importantes para a filosofia de Deleuze são "diferença" e "repetição"*.* O pensamento de Deleuze se opõe a filosofia da representação que garante o primado da identidade sobre a diferença. Em *Diferença e repetição* (1968) e na *Lógica do sentido* (1969), Deleuze desenvolve sua concepção filosófica, em uma linha assistemática, problematizando a história da filosofia tradicional, seus pressupostos epistemológicos e ontológicos e propõe uma releitura dessa tradição, sobretudo a partir dos conceitos de identidade e diferença. Deleuze tem seu nome associado à filosofia da diferença, desde que concluiu o doutorado com a sua tese *Diferença e Repetição* (1968), seminal para toda a sua obra.

Cumpre analisar o novo sentido do conceito de "repetição" e "diferença", desenvolvidos no livro *Diferença e Repetição* (1968). Deleuze aponta que não há

identidade: na repetição, nunca temos como resultado algo idêntico ao original, mesmo na cópia há diferença, há o novo. A filosofia do tempo de Deleuze leva em conta a posição de Bergson e explicita sua forma de pensamento através dos conceitos de imagem-movimento e imagem-tempo. O cinema é a expressão inequívoca de tal conceito. Os vários fotogramas da fita cinematográfica estão para a fotografia como o devir está para o ser. Os fotogramas, ainda que aparentemente idênticos, ao sucederem-se no tempo proporcionam a perspectiva da mudança. Deleuze concebe um mundo onde o estático dá lugar ao dinâmico, o idêntico ao diferente.

A repetição não é concebida, como simples reapresentação do idêntico ao longo de um tempo concebido como pura sequência de instantes iguais. Essa postura, ao adotar a lógica tradicional da repetição, representa um retorno à primazia da identidade, que Deleuze pretende superar. Se a diferença passa a ser concebida como diferença-em-si, cabe novo papel à repetição, que assume o novo e o diferente e não mais o idêntico. Se a diferença é a essência do ser, somente quando os seres se repetem enquanto não idênticos, tal essência é revelada. A repetição é então concebida como a forma pura do tempo que não corresponde mais - nem às manifestações cíclicas da natureza nem à linearidade que recorrendo à memória constrói um tempo presente. Repetição como forma pura do tempo refere-se ao futuro em perspectiva que toma emprestada à Nietzsche - "eterno retorno" - não como desejo de repetição do mesmo, mas como entendimento de reprodução do ser enquanto mudança, enquanto devir.

Um conceito derivado do conceito de diferença é o de "unidade". Para Deleuze, unidade deve ser entendida como um conceito secundário, sob o qual a "diferença", mais fundamental, toma forma e da qual emerge. Trata-se, aqui, de reagir contra a postura da tradição filosófica - platônico-aristotélica - de conceder primazia à identidade relegando a diferença à segundo plano, como sua derivada. Portanto, a ideia de Deleuze é pensar a própria diferença como princípio e o conceito de identidade, como secundário. Diferença em si mesma tornando-se positividade. Assim, já não há unidade ontológica intrínseca a coisa alguma, já que o diferente difere, já de partida, dele mesmo. Seguindo a postura filosófica de Nietzsche, o ser não é, mas torna-se.

"Rizoma" é também um conceito epistemológico fundamental na teoria filosófica de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Segundo o modelo rizomático, a organização dos elementos não segue subordinação hierárquica, mas, ao contrário, qualquer elemento pode afetar ou incidir sobre qualquer outro. Em um modelo arbóreo de organização do conhecimento, como as taxinomias e classificações das ciências, o que os elementos de maior nível afirmam é necessariamente verdadeiro para os elementos subordinados, mas o contrário não é válido. No modelo rizomático, qualquer afirmação que incida sobre algum elemento poderá também incidir sobre outros elementos da estrutura, sem importar sua posição. O rizoma não tem centro, característica que torna-o particularmente interessante na filosofia da ciência e política, e também para a semiótica e as teorias contemporâneas.

“Ritornello” é o conceito que se refere a refrão, forma de reterritorialização (povoamento) e desterritorializaçao: próprio movimento de passagem, é o próprio sair de seu terreno, criar caminhos. O ritornello aponta para uma possibilidade de fuga de um território, novos encontros, mas ao mesmo tempo, uma “volta para casa” - fechar a porta e depois voltar. Contudo, nunca volta-se para o mesmo território, existe uma tensão permanente que refere-se à mudança constante. O eterno retorno, mesmo que para seu próprio território, é ainda um retorno que se dá na diferença.

Novos conceitos foram criados em colaboração com Felix Guattari. Escreveram o *Anti-Édipo*, questionando os pressupostos da psicanálise de Freud e provocando uma discussão crítica sobre o sentido da teoria freudiana e da prática psicanalítica, visando “liberar o desejo”. Deleuze busca revalorizar o corpo e o desejo, que considera excluídos da discussão filosófica. O desejo se cria, se faz, se expande. E quando o desejo cresce e transborda, toda criação acontece no real porque não há nada além da realidade. Não há negatividade na natureza. Por isso não falta nada ao desejo: todo desejo é produção de realidade. O *Anti-Édipo* confronta à psicanálise freudiana, que segundo o pensamento de Deleuze e Guattari reduz o desejo ao complexo de Édipo, e portanto, à falta de algo. A filosofia de Deleuze é considerada como uma filosofia do desejo.

O Anti-Édipo não nega a psicanálise, mas aborda novos caminhos para o estudo do inconsciente e do desejo. Segundo Deleuze e Guattari, *a psicanálise destrói todas as produções de desejo.* Este pensamento seria fruto de nossa sociedade moderna e funcionaria como um aparelho de repressão - agindo diretamente na produção desejante. Esta produção do sujeito ameaça as estruturas de nossa sociedade, então o capitalismo se apropria do desejo. O complexo de Édipo seria uma organização social capitalista que domestica as “máquinas desejantes” e impede o homem de experimentar. Produzindo um homem dócil, as estruturas sociais permanecem protegidas. Já vimos como o desejo para Deleuze não é falta, é produção, mas o corpo, afastado daquilo que pode, perde sua capacidade revolucionária para aceitar uma vida medíocre. Para Deleuze e Guattari, o desejo é revolucionário, todo desejo é produção do real e transborda para fora do sujeito transformando a realidade. *Para a psicanálise, há sempre desejos demais, ao contrário, consideram que nunca há desejos suficientes.* Pretendem liberar a potência do desejo, pois o inconsciente trata-se antes, de usina e não de “teatro”, impulsionado por máquinas desejantes.

A postura crítica do complexo de Édipo leva Deleuze a dedicar uma parte de sua reflexão à esquizofrenia, pois, segundo eles, o processo esquizofrênico faz o homem experimentar de modo direto as máquinas-desejantes. Tal homem é capaz de satisfazer e explorar as potencialidades do “corpo-sem-órgãos”. Neste ponto, Deleuze e Guattari valorizam a ideia do modelo esquizofrênico. Freud nunca “gostou” dos esquizofrênicos, porque resistem ao Édipo. O esquizofrênico é um nômade, não se deixa capturar, não cria raízes, não se deixa ser interpretado. A experimentação é mais importante que a

interpretação. Ele não se sacia com a repetição, as intensidades lhe são essenciais, este é o único modo de desorganizar-se e criar para si um corpo sem órgãos. O esquizofrênico foge à classificação e à organização do poder, não possui uma conduta gregária: perder-se é encontrar-se, mas sempre com o cuidado de não perder-se definitivamente. Esta é a diferença da esquizofrenia como " doença" e esquizofrenia como "modo de vida". Deleuze defende o modo de vida da esquizofrenia.

Em "*A Lógica do Sentido*, Deleuze procura estabelecer uma teoria do sentido a partir da obra de Lewis Carrol que utiliza o pensamento estóico. Lewis Carrol tem admiração pelos estóicos, pois foram iniciadores de uma nova imagem de filósofo e esta imagem está ligada a constituição paradoxal da teoria do sentido. Segundo Deleuze, os estóicos que romperam com os pré-socráticos, os socráticos e os platônicos contribuíram em um dos temas mais complexos da filosofia: a determinação da natureza e da constituição do sentido. O prólogo do livro afirma que o sentido é uma entidade que não existe, ou melhor, que existe mesmo com o não-senso. A partir dessa ideia, expõe um jogo do sentido e não-senso, fazendo a primeira encenação dos paradoxos do sentidos. A primeira série de paradoxos de Alice, *Do Puro Devir*, e *Do outro lado do espelho* trata de uma categoria de coisas muito especiais; de acontecimentos puros. O nome Alice; cujo significado em grego quer diz "a verdadeira" não é escolhido ao acaso. Deleuze diz que quando Alice cresce, torna-se maior do que era e ao mesmo tempo, menor. Pertence a essência do devir avançar nos dois sentidos ao mesmo tempo - Alice não cresce sem ficar menor. O bom senso afirma que em todas as coisas há um sentido determinável, mas o paradoxo dos sentidos, ao contrário é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo. Este puro devir - com a sua capacidade de furtar-se ao presente - é a identidade infinita dos dois sentidos ao mesmo tempo, do futuro e do passado, do mais e do menos, da causa e do efeito. Daí a explicação para as inversões que constituem as aventuras de Alice. Todas estas inversões tem uma mesma consequência: a constatação da identidade pessoal de Alice e a perda do seu nome próprio. E é a perda do nome próprio que dá a virada na aventura que se repete através de todas as aventuras de Alice. A razão dessa virada é que o nome próprio garante a permanência de um saber e este saber é encarnado em nomes gerais com uma relação constante. O que acontece quando tudo é puro devir? Toda identidade se perde. O paradoxo destrói o senso comum como designação de identidades fixas.

Na segunda série de paradoxos: *Dos Efeitos de Superfície*, Deleuze irá trabalhar com a noção dos estóicos que distinguiam duas espécies de coisas: os corpos com suas tensões, paixões e os estados de coisas correspondentes. Sendo que o único tempo dos corpos e estados de coisas é o presente, pois o presente vivo é a extensão temporal que acompanha o ato que exprime e mede a ação do agente e a paixão do paciente. Só o presente existe no tempo e reúne e absorve o passado e o futuro, mas só o passado e o futuro insistem no tempo e dividem ao infinito cada presente. Acontecem duas leituras simultâneas do tempo. Os estóicos operam uma leitura radicalmente nova da relação

causal - a unidade da causas entre si se chama Destino na extensão do presente cósmico. Eles desdobram esta relação, refazem uma unidade de cada lado. No começo de Alice procura-se o segredo dos acontecimentos e do devir ilimitado na profundidade da terra, poços que se afundam, misturas de corpos que coexistem. Porém, esses movimentos de mergulho e de soterramento dão lugar a movimentos laterais de deslizamento - de tanto deslizar, passar-se-á para o outro lado, e o outro lado não é senão o sentido inverso. Não há, pois, aventuras de Alice, mas uma aventura:sua ascensão a superfície, desmistificação da falsa profundidade, descoberta de que tudo se passa na fronteira. É diante das árvores, que Alice perde seu nome, é para uma arvore que o amolador de facas fala sem olhar Alice. Qual é a descoberta do sábio estóico? A continuidade do avesso e do direito substitui todos os níveis de profundidade e a superfície plana constitui o caráter de um discurso.

A filosofia que pratica é constituída pela interseção do seu pensamento com filósofos e artistas e cria os conceitos a partir desses encontros em que prevalece a afinidade. Esse é o traço marcante da filosofia de Deleuze - a constante intercessão com cineastas, pintores e literatos. Deleuze nos mostra, por meio de seus estudos, como a arte em sua relação privilegiada com o tempo, permite ao artista/pensador/ atingir os diversos mundos e pontos de vista que o constituem, demonstrando, assim que a obra de arte revela um processo que, ao menos inicialmente, é imperceptível àqueles que os vivenciam. Gilles Deleuze costumava dizer que não escrevia, propriamente, sobre arte, mas reservou à arte um campo de investigação. E cria o conceito de "percepto", definido, por ele próprio, em entrevista a Claire Parnet: "Há os conceitos, que são a invenção da filosofia, e há os perceptos que fazem parte do mundo da arte." O que são perceptos? O artista é uma pessoa que cria perceptos. Por que usar esta palavra estranha em vez de percepção? Porque perceptos não são percepções. O que busca um escritor, um dramaturgo, um pintor ou um romancista? Deleuze acredita que o artista busca construir um conjuntos de percepções e sensações que vão além daqueles que as sentem. Mudanças de percepção do mundo.

Essa parte do artigo irá se concentrar no estudo do livro, *Lógica da sensação*, de 1981. Deleuze empreende uma análise filosófica da obra do pintor Francis Bacon para mostrar como as pinturas carregam diferentes modos de pensar. Na sua pintura encontra-se um determinado exercício do pensamento caracterizado por procedimentos que neutralizam o caráter narrativo ou representativo da pintura. Deleuze nos mostra como o artista irlandês desenvolve uma problemática em que privilegia a Figura em detrimento à figuração - forma predominante ao longo da história da pintura. A figuração diz respeito exatamente a uma concepção ligada ao modo de pensar representacional. Ocorre quando as figuras e elementos da composição de uma tela se dispõem de forma a representar uma história, a ilustrar uma narrativa. Ao contrário, privilegiar a Figura seria, isolá-la, fazendo com que seja rompido o limite representativo. Assim, o que parece estar sempre em evidência na obra de Bacon é a liberação da pintura de um caráter representativo. Bacon

tinha plena noção de que alguns dos maiores quadros haviam sido pintados desse modo, e reconhece a sua importância, porém a questão que incomodava Bacon é que a narrativa ou a representação pareciam impedir a pintura de agir por si mesma. Do ponto de vista de Bacon, o papel mais importante de qualquer forma de arte, trata-se fundamentalmente de captar e evidenciar forças. O trabalho do pintor seria tornar visíveis as diferentes forças que agem nos corpos, modificando-os. Desse modo, ao pintar, o artista capta forças que não são necessariamente forças picturais, na medida em que elas violentam os corpos e, por conseguinte, a percepção e o pensamento. Daí o fato das figuras retratadas por Bacon serem constantemente deformadas: por meio delas o pintor não deseja mostrar uma imagem do mundo real, sonhado ou imaginado, mas deseja mostrar uma sensação. A tarefa da pintura é definida como a tentativa de tornar visíveis forças que não são visíveis.

O problema de Bacon trata-se de descobrir como é possível captar forças, enfim como retratar, por exemplo, o calor de uma determinada paisagem: mostrar o calor efetivamente agindo sobre os corpos, isto é, provocando sensações. Deleuze cita a pintura de Paul Cézanne que foi capaz de retratar diversas sensações em suas pinturas. Esse é o interesse de Bacon, pintar sensações, pois existe uma grande diferença entre representar uma cena e captar sensações produzidas por forças que não vemos. A sensação é aquilo que age diretamente no sistema nervoso, violentando o pensamento. Isto significa que a violência provocada pela sensação seria muito mais intensa do que qualquer violência representada em uma tela. A partir do momento em que há representação, perde-se toda a violência original produzida pela própria força, violência capaz de coagir o corpo ou o pensamento. Deleuze nos mostra então, como Bacon capta, em seus quadros, essa violência original provocada pelas sensações. É o que observamos, por exemplo, nas telas dos papas gritando, onde as figuras se encontram isoladas. Pintar o grito, mais do que o horror, é pintar a sensação própria ao grito, captar as forças que impelem a figura ao grito, forças que não são representativas de uma determinada cena. E é justamente o fato de não conseguir vê-las que as tornam ainda mais aterrorizantes. No entanto, a questão das forças e das sensações na pintura de Bacon levanta outra problemática importante - a relação que a arte entretém com o movimento e, ou, com o tempo. Ao pintar as forças, Bacon parece privilegiar o tempo em detrimento do movimento. O movimento seria justamente aquilo que é representado em uma tela, o que se passaria de um personagem a outro, de um objeto a outro, ou até mesmo em um único personagem ou objeto. A representação se utilizaria do movimento para, desse modo, ilustrar ou contar uma determinada história. Mas, para Deleuze, existiria algo ainda mais profundo que o movimento que é observado na figura que permanece imóvel e isolada. Se existe ainda alguma espécie de movimento nas figuras de Bacon, pode-se dizer que esse movimento não é um “movimento-representacional”, e sim um “movimento mudança”. Existe algo acontecendo com, e na figura. É perceptível o desenrolar de um movimento na tela, mas de um movimento que atesta as modificações sofridas pela figura em função das forças que agem sobre ela ao longo do tempo. O que

interessa à Bacon não é necessariamente o movimento, e sim o movimento como função do tempo.

Em relação à literatura, vale mencionar *Proust e os signos* (1964/2006) em que Deleuze busca analisar *Em busca do Tempo perdido*. A questão de Proust é a problemática do tempo. Deleuze nos mostra como o escritor francês constitui sua obra destituído dos pressupostos observados no pensamento representacional. No romance, Proust utiliza todos os recursos para a personagem partir em busca de verdades que serão reveladas por meio de um percurso, que em última instância, levará a constituição de sua própria obra de arte. A personagem-artista se depara com diferentes tipos de signos e pouco a pouco, desdobra a si próprio, isto é, se descobre, redescobre ou inventa as verdades que se encontram implicadas em seu próprio devir. Na trajetória de sua vida, os signos irão traçar uma relação essencial com o tempo. Tal relação se encontra expressa em todo o romance, e até mesmo nos próprios títulos e subtítulos da obra como, por exemplo, tempo perdido e tempo recuperado. Em busca do tempo perdido apresenta não somente uma concepção plural do signo, mas igualmente uma concepção plural do tempo que se contrapõe a uma concepção puramente cronológica. Deleuze nos mostra quatro tipos de signos – mundanos, amorosos, sensíveis e artísticos – e observa igualmente, quatro linhas ou variações do tempo - tempo perdido, tempo que se perde, tempo redescoberto e tempo original ou absoluto. A cada tipo de signo corresponde uma linha privilegiada de tempo. Por exemplo, os signos mundanos participam mais ativamente de um tempo que se perde - por serem signos vazios, denotam um tempo que o personagem “desperdiça” em seu percurso. Cabe ressaltar, que os tempos inerentes aos signos mundanos, amorosos e sensíveis são inseparáveis da trajetória, de aventuras vividas pela personagem. Fazem parte dos movimentos realizados pela personagem nos vários ambientes sociais, o que poderia nos levar a pensar no privilégio do movimento, o perambular do artista, mas o ponto principal é a descoberta do tempo. No entanto, se os signos mundanos, assim como todos os outros, possuem suas verdades, e por isso são essenciais no trajeto da personagem, essas verdades somente serão reveladas à *posteriori,* num tempo redescoberto.

Dito isto, Deleuze quer sublinhar aquilo que o escritor francês já havia mostrado com perfeição - que toda e qualquer verdade é uma verdade do tempo e no tempo. Afirmam um modo de pensar que se contrapõe ao pensamento representacional que busca verdades fora do tempo - a verdade necessita de tempos singulares para emergir. O filósofo confere certo privilégio aos signos artísticos, já que eles são capazes de revelar a essência do artista, da sua trajetória e da própria arte. Os outros signos possuem uma importância parcial na medida em que conduzem o artista, passo a passo, aos signos essenciais da arte. Isto também se verifica em relação às linhas do tempo - há um tempo absoluto ou original correspondente aos signos da arte. Tal tempo, possui certo privilégio em relação às outras linhas do tempo. Mas, se cada signo participa “mais ou menos” de todas as linhas do tempo, é justamente porque cada linha reage sobre as demais, revelando verdades

que não seriam acessíveis ao artista caso o aprendizado não envolvesse todos os signos e todos os tempos. É por isso que o tempo, em específico, o tempo original, possui um privilégio em relação às demais linhas do tempo, pois estas quase se confundem com os diversos movimentos-mundos vividos pelo artista. Já o tempo original é o tempo absoluto da obra de arte, o tempo "complicado" que contém todos os outros, que reage sobre todos os demais, revelando as verdades dos signos mundanos, amorosos e sensíveis, verdades até então desconhecidas pelo artista que, no momento em que sofria a ação desses signos, acreditava estar simplesmente "perdendo tempo". É no tempo absoluto da obra de arte que todas as outras dimensões se unem e encontram a verdade que lhes corresponde. Os círculos da obra, se desdobram, então, segundo linhas do tempo, verdadeiras linhas de aprendizado; mas, nessas linhas, interferem uns nos outros, reagem uns sobre os outros. A arte torna-se uma espécie de dobra dos signos e dos tempos vividos, tornando visível um tempo singular absoluto que lhe é inerente e que, apesar de inseparável dos demais tempos-movimentos, possui a potência paradoxal da essência, de um tempo irrepresentável.

É interessante notar como a discussão acerca das relações existentes entre a arte, o movimento e o tempo continuará nas obras de Deleuze, *A Imagem-movimento* e *A imagem-tempo*, de 1983 e 1985. Em ambos os livros, o filósofo utiliza conceitos da filosofia de Henri Bergson: movimento e tempo para estabelecer uma classificação das imagens e dos signos observados nos cinemas clássico e moderno. Em *A imagem-movimento* o filósofo nos mostra como a principal característica dessas imagens é justamente prolongar a percepção em movimentos ou ações. Do ponto de vista de Deleuze, o período inicial do desenvolvimento do cinema seria de fundamental importância na medida em que operava com um tipo ou tipos de imagens que privilegiavam signos de caráter predominantemente sensório-motores cuja propriedade fundamental seria traduzir-se imediatamente em estímulos motores. A consequência disto é que os diferentes tipos de imagem-movimento (imagem-percepção, imagem-ação, imagem afecção) atingem o pensamento de forma apenas indireta, já que elas privilegiam a reapresentação ou representação de clichês ou situações sensório-motoras, exigindo do pensamento somente o seu reconhecimento. Seria basicamente uma situação de estímulo-resposta em que o pensamento jamais chega a ser efetivamente confrontado ou abalado. Deleuze nos mostra, então, como o cinema passa a exigir cada vez mais do pensamento, ou exigir cada vez mais pensamento, provocando assim o colapso das imagens-movimento.

Na passagem do cinema clássico para o cinema moderno observa-se uma modificação no caráter técnico ou experimental do cinema. Com isso, um novo tipo de imagem se torna possível, uma imagem que privilegia uma nova espécie de signo. Não mais signos sensório-motores. O que constitui essa imagem é a situação puramente ótica e sonora que substitui as situações sensório-motoras enfraquecidas. Ao contrário do cinema clássico de ação, o cinema moderno exprime uma preferência por temas banais e cotidianos, situações em que os liames ou vínculos sensório-motores se apresentam cada

vez mais enfraquecidos ou difusos. Distante dos esquemas que exigiam do pensamento simplesmente um reconhecimento, o pensamento agora se vê confrontado. As situações óticas e sonoras puras violentam o pensamento, na medida em que a percepção é agora impedida de se prolongar em uma ação, isto é, de apresentar uma resposta motora à imagem.

No cinema moderno, as personagens vivem situações que constantemente extrapolam a sua capacidade de agir, deixando-as inertes. No entanto, essa diminuição em sua capacidade de agir, acarreta um aumento em suas capacidades de ouvir e de ver. As personagens são submetidas à visões que invariavelmente não podem se furtar. Quando se esgotam as respostas clichês decorrentes de esquemas previamente elaborados, não há mais como escapar do cotidiano, isto é, deixar de percebê-lo em toda sua beleza ou miséria - cinema de vidente mais do que cinema de ação. Se o cinema clássico apresentava uma montagem que privilegiava os cortes “racionais”, isto é, cortes que nos davam uma impressão de continuidade entre as imagens, o cinema moderno se caracteriza, ao contrário, por cortes “irracionais”. O que observamos agora são quebras que rompem o encadeamento ou a linearidade das imagens. É como se a percepção pudesse agora, efetivamente, captar a imagem em si, não mais a violência da história, mas a própria violência da imagem, tal qual nos quadros de Bacon. Isto se deve à maneira como esses signos se encontram articulados ao tempo. No cinema clássico, o tempo era apresentado simplesmente em função do movimento,pois a relação intrínseca existente entre os signos sensório-motores e o encadeamento das imagens permitia apreender um tempo predominantemente cronológico, linearmente pensado enquanto variações de um presente. Dir-se ia, o presente de uma imagem atual, decorrente de uma imagem passada, e que por sua vez, origina uma imagem futura. Porém, a partir do momento em que as situações óticas e sonoras puras do cinema moderno provocam um enfraquecimento das relações existentes entre a percepção e as situações sensório-motoras, o que se verifica no cinema moderno, é justamente o tempo absoluto. Cada uma delas não somente coexiste com as demais, mas reage sobre todas as outras. O tempo é apresentado então, em sua forma direta, e não mais representado em razão do movimento - imagem-tempo e não mais imagem-movimento.

Tomando como ponto de partida alguns conceitos fundamentais da filosofia de Bergson, a exemplo dos conceitos de atual e virtual, Deleuze nos mostra de que modo o cinema moderno e seu consequente desenvolvimento de uma imagem-tempo se encontra articulado à concepção de um tempo não cronológico. Uma das principais teses bergsonianas acerca do tempo é provavelmente a de que o passado se conserva em si próprio. Ao contrário de uma concepção puramente cronológica do tempo, em que o passado é pensado simplesmente como um presente que passou, isto é, como um presente que avança em direção a um futuro, Bergson nos apresenta a ideia de um passado que coexiste com o presente ou, mais ainda, de um passado virtual que coexiste com seu

presente atual. É importante lembrar que os conceitos de atual e virtual em Bergson não exprimem, de modo algum, uma relação de oposição ou contradição. Sabemos que na concepção cronológica do tempo, o passado não existe propriamente, não possui uma natureza real. O que existe são presentes que se sucedem, sendo que o futuro também é uma mera possibilidade, na medida em que ele pode ou não vir a acontecer. Entretanto, em Bergson, o virtual é tão real quanto o atual, ele comporta tanta realidade quanto o atual. Ora, se o virtual é real, é porque efetivamente existe. E se o passado é uma virtualidade que pode ou não ser atualizada, isto significa dizer que possui uma existência em si, que comporta uma realidade própria, independentemente de um presente no qual ele poderia se atualizar. A afirmação bergsoniana de que o passado se conserva em si mesmo diz respeito, em última instância, a este fato: o passado existe de forma concreta, ele é uma realidade, e por ser real, coexiste com o presente. Em Bergson o tempo não se desdobra somente de forma sucessiva, e sim de forma simultânea. A tese de Bergson sobre o tempo apresenta-se assim: o passado coexiste com o presente que ele foi; o passado se conserva em si, como passado em geral (não-cronológico), o tempo se desdobra a cada instante em presente e passado, presente que passa e passado que se conserva.

A partir do momento em que os signos óticos e sonoros puros destituem as situações sensório-motoras, impedindo que as imagens sejam percebidas enquanto uma sequencia cronológica de eventos, tornam-se capazes de apresentar o tempo em seu estado puro. Deleuze denominará este tipo de imagem - imagem-cristal. Uma imagem na qual é possível perceber a simultaneidade existente entre as diversas linhas do tempo. Devemos ressaltar que a imagem-cristal não é de forma alguma o tempo, e sim um tipo de imagem que permite visualizar o tempo em seu estado puro. Com o consequente rompimento de uma percepção cronológica, o passado deixa de ser captado somente como passado de um novo presente. Assim, o tempo se apresenta em toda a sua complexidade, pois agora se pode observar não somente dois passados, como também dois presentes: um presente atual, e um presente que parte em direção ao futuro. Já vimos que o presente se define em função do atual, isto é, que sua natureza é o puro devir. É como se o presente atual não pudesse se separar do passado que ele atualiza - coexistem no tempo simultaneamente. No entanto o presente é devir, ou seja, ele se atualizará novamente e irá trazer uma nova série do passado, com a qual coexistirá simultaneamente - tornando-se o novo presente atual com sua respectiva imagem virtual correlata. O que observamos aqui são as séries do tempo se desdobrando. Um presente atual com seu passado virtual coexistente, seu passado particular e um presente em atualização que transformará o passado particular anterior em um passado geral. O que constitui a imagem-cristal é a operação mais fundamental do tempo, já que o passado não se constitui depois do presente que ele foi, mas ao mesmo tempo. É preciso que o tempo se desdobre a cada instante em presente e passado. E o presente se desdobra em duas direções heterogêneas, uma se lançando em direção do futuro e a outra no passado - dois fluxos dissimétricos. O tempo consiste nessa cisão que se vê na imagem-cristal.

É comum nos depararmos com a ideia de que o passado constitui simplesmente uma lembrança psicológica. Afinal, se somente o presente é real, se o passado não comporta uma realidade, não haveria como o passado se conservar a não ser através de uma memória psicológica. Além disso, essa lembrança é, em regra, compreendida enquanto uma região "interior" cuja localização se atribui ao cérebro. Disso decorre a ideia de que o tempo é constituído por essa experiência interior subjetiva que seria constante acúmulo de memórias decorrentes da sucessão cronológica dos presentes. No entanto, se levarmos em consideração a concepção bergsoniana do tempo, o passado comporta tanta realidade quanto o presente: ele se conserva em si próprio. Existe efetivamente um "Ser do passado" ou um "Ser da memória", que permanece no tempo, independentemente de sua possível atualização em um presente. A existência de um Ser do passado ou de um Ser da memória implica a possibilidade de existência de uma lembrança pura, não mais meramente psicológica, e sim ontológica. Uma ontologia do tempo. Esse fato acarreta uma consequência extremamente importante, na medida em que o tempo agora nos é exterior. Deleuze nos mostra inclusive como a experiência que possuímos do tempo, essa memória psicológica que denominamos de uma experiência "interior" já é derivada desse tempo em estado puro, ontológico. Esse é justamente o conceito de "duração", tal qual pensado por Bergson - a experiência que possuímos desse tempo absoluto. A memória psicológica é decorrente, na verdade, de um salto nesse Ser da memória que é o tempo. Saltamos realmente no ser, no ser em si, no ser em si do passado. Trata-se de sair da psicologia; trata-se de uma Memória imemorial ou ontológica. É somente em seguida, uma vez dado o salto, que a experiência vai ganhar pouco a pouco uma existência psicológica: "de virtual, ela passa ao estado atual". Fomos buscá-la ali onde ela está, no Ser impassível, e damos-lhe pouco a pouco uma encarnação, uma "psicologização". O tempo não cronológico é esse tempo em que coexistem de forma simultânea um passado puro, lembrança absoluta e um presente que se atualiza em forma de um passado individual, mas em constante devir (presente que atualiza um passado puro).

Alguns filmes realizados permitem-nos aprofundar essas considerações. *Empire*, de Andy Wahrol que foi exibido na exposição do artista americano na Pinacoteca do Estado de São Paulo, produzido em 1964, apresenta o agora novamente mais alto edifício nova iorquino: Empire State Building. Enquadrado no centro da tela, a imagem "imóvel", o filme silencioso (mudo) por oito horas e cinco minutos não apresenta, à primeira vista nenhum movimento, nenhuma mudança, nenhuma diferença entre os sucessivos fotogramas, mas apenas o icônico monumento arquitetônico protagonizando monoliticamente a cena e estabelecendo o que parecia ser o império do idêntico e do imóvel em flagrante contraste com a agitação incessante da cidade. Com o tempo, entretanto, nota-se, ainda que com dificuldade, o passar da tarde, o diminuir das luzes, a luz natural sendo substituída pela luz artificial da grande metrópole com a chegada da noite. Tudo acontece de modo lento, praticamente imperceptível. Warhol aprofunda essa sensação ao estender o tempo do filme,

exibindo-o numa velocidade de 16 quadros por segundo, mais lenta do que aquela em que foi feita a única e interminável tomada; 24 quadros por segundo. Desse modo, o próprio dia parece não passar. Com um pouco mais de esforço é possível ainda observar uma luz que pisca no alto de um prédio vizinho, marcando a passagem do tempo. O invisível tornava-se, assim, visível. O aparentemente perene passava.

O pensamento de Deleuze conclui que, longe do que se costuma pensar habitualmente, não é o tempo que é interior ao homem, e sim, o homem que se move no interior do tempo. A subjetividade é, na verdade, uma dobra do tempo. Repetidas vezes se reduziu o Bergsonismo à ideia de que a duração seria subjetiva e constituiria nossa vida interior, Bergson precisou se expressar assim, ao menos no começo, contudo irá pensar algo bem diferente: a única subjetividade é o tempo, o tempo não-cronológico apreendido em sua fundação. O tempo não é interior em nós, o tempo é justamente o contrário, a interioridade na qual estamos, nos movemos, vivemos e mudamos. Proust saberá dizer que o tempo não nos é interior, mas somos nós, interiores ao tempo que se desdobra, que se perde e se reencontra em si mesmo, que faz passar o presente e conservar o passado. Subjetividade e Tempo - vimos como as intercessões com Bacon, Proust e Bergson levaram Deleuze a sublinhar a existência de dois planos, um ligado aos movimentos do sujeito em sua trajetória existencial, trajetória cheia de ações-sensório-motoras- levando-o a habitar mundos variados e tornando o sujeito cheio de lembranças psicológicas e outro plano em que os movimentos se paralisam revelando uma temporalidade para além do tempo cronológico, retomando a problemática da essência, sem desfazer-se dos movimentos vividos. Estes dois planos revelam também a existência de duas concepções de subjetividade: uma que considera o tempo interior ao sujeito, constituindo ou dando-lhe uma história pessoal representada pelas lembranças e dando-lhe a impressão que a duração é subjetiva, e outra na qual o sujeito ou subjetividade é o próprio tempo. Nesse caso, o sujeito é constituído no tempo e pelo tempo enquanto produto de forças invisíveis virtualmente reais.

Para concluir, não é o sujeito que explica a essência, é, antes, a essência que se implica, se envolve, se enrola no sujeito. Mais ainda, a essência enrolando-se sobre si mesma, constitui a subjetividade. Não são os indivíduos que constituem os mundos, mas os mundos envolvidos que os constituem. Esses mundos que, sem a arte, jamais conheceríamos. Logo, a experiência da obra de arte proporciona ao artista um salto ou uma experiência nesse tempo desdobrado em suas várias linhas coexistentes, uma visão do tempo em seu estado puro. Atinge diversos mundos, diferentes verdades que concernem a própria vida. Ao conceber a vida como acontecimento que se produz como um devir, Deleuze nos desafia com categorias não estabelecidas a priori - os acontecimentos são singulares e não previstos em um modelo no qual tudo está definido. Não se imita, pois, ao criar. O que acontece é abertura para outros processos que não o idêntico. Como vimos, a filosofia de Deleuze trata-se de uma filosofia do acontecimento, da multiplicidade. Suas

ideias e conceitos rompem com a filosofia do sujeito, da consciência e da representação incitando-nos a produzir espaços de criação. Deleuze nos convida a experimentar ideias, mas experimentar com Deleuze, implica em não fazer alianças permanentes. Assumir a potência do pensamento, pois um pensamento é tanto mais criativo quanto menor for seu abrigar.

Ao analisar a filosofia de Deleuze, lidamos com uma internalidade em que se procura, não o tempo dado pela continuidade, mas o tempo aberto pela atualidade, sem categorias determinadas na qual o sujeito torna-se diferente do que é, sendo ele mesmo. Não interessa criar modelos, impor soluções. O que importa é estabelecer rizomas, conexões entre as coisas, e não a preocupação com uma falsa totalidade. Deleuze nos provoca com a ideia de que o pensamento não tem uma natureza, pensamento é potência que precisa de um encontro. O pensador precisa de um interlocutor e o conceito surge a partir de um encontro com algo que nos afeta. Conhecer é pensar e criar conceitos, algo inventado, criado e que opera no âmbito de certas condições. Força ativa em um mundo reativo - as forças ativas são as forças criadoras e as forças reativas, as forças de conservação. Como intercessores, a condição é não se refugiar na “reflexão sobre”, mas operar, criar, experimentar, sem a atitude de “discutir conceitos já estereotipados.” Deixar emergir as multiplicidades e experimentações. Finalmente, a arte e a filosofia criam novos conceitos para que surjam novas questões que transtornam os pressupostos comuns. O pensar artisticamente produz sensações: perceptos e afectos - o artista altera, abre novos campos de experiência, novas possibilidades. É atividade que faz o homem escapar ao estabelecido. A arte é um caso de devir.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ovídio. Debates sobre a Filosofia de Gilles Deleuze nas aulas ministradas no Curso de Especialização em Arte e Filosofia - PUC-Rio de Janeiro, 2015.

CAPÍTULO 12

DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E A PERCEPÇÃO DO POVO PURUBORÁ

Data de aceite: 01/04/2021
Data da submissão: 24/02/2021

José Joaci Barboza
Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor Adjunto do Departamento de História - UNIR
Rolim de Moura – RO
https://orcid.org/0000-0003-4489-0589

Adriane Pesovento
Mestra em História e Doutora em Educação pela UFMT. Professora Adjunta do Departamento de História – UNIR
Rolim de Moura – RO
https://orcid.org/0000-0001-5452-5062

Gisele de Oliveira Montanha
Graduada em Educação Básica Intercultural, Graduada em Medicina Veterinária e Especialista em Gênero e Diversidade na Escola. Pesquisadora Indígena da etnia Puruborá
Seringueiras – RO
http://lattes.cnpq.br/7705105695517301

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo inventariar a legislação sobre a demarcação/regulamentação das terras indígenas – TI, do período colonial até a Constituição de 1988, bem como, apresentar as discussões sobre os avanços e recuos no tocante a demarcação das mesmas pós Constituição; além disso, discute o significado da terra para o povo Puruborá, que em muito difere da visão de mercado. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica e a História Oral Temática desenvolvida por José Carlos Sebe Bom Meihy (2005). Os resultados parciais da pesquisa apontam para um retrocesso em relação às demarcações de terras principalmente com a introdução no debate sobre o Marco Legal e o avanço dos interesses de madeireiras, mineradoras, e do agronegócio.
PALAVRAS-CHAVE: Puruborá, Demarcação das Terras Indígenas, História Indígena.

DEMARCATION OF INDIGENOUS LANDS A HISTORICAL APPROACH AND THE PERCEPTION OF THE PURUBORÁ PEOPLE

ABSTRACT: The present article aims to inventory the legislation about demarcation/regimentation of indigenous lands – IL, from Colonial period until 1988 Constitution as well as presenting the discussions on the advances and setbacks regarding their demarcation post-Constitution; further, it discusses the signification of the land for the Puruborá people, which differs greatly from the market view. The methodology used was bibliographic review and thematic oral history by José Carlos Sebe Borm Meihy (2005). The partial result of this research points to a retreat in relation to the demarcation of the land, mainly after introducing Legal Framework in the debate and the advance of interests of logging, mining, and agribusiness.
KEYWORDS: Puruborá, Demarcation of Indigenous Lands, Indigenous History.

> É evidente que em primeiro lugar deve se reconhecer que índio e terra são assuntos indissociáveis, só pode existir o índio (indivíduo) quando estiver preservada a sua coletividade (etnia) e esta conseguir manter um território próprio.
>
> (Manuela Carneiro da Cunha)

1 I INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a questão da demarcação das terras indígenas no Brasil fazendo um apanhado histórico enfatizando os aspectos legais marcados no *corpus* da legislação desde o período colonial até a Constituição de 1988, buscamos destacar também a percepção dos povos indígenas sobre a terra, pois entendemos que ela tem significados outros além do espaço de criação material ou da produção de riquezas na lógica do capital.

Como percurso metodológico procuramos inventariar a produção existente sobre a questão jurídica disponibilizados em artigos dissertações e teses, com o intuito de mapear o debate jurídico sobre o direito dos povos originários e as terras por eles habitadas milenarmente. Além dessa revisão bibliográfica nos utilizamos da História Oral Temática, desenvolvida por José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) com o intuito de investigar a percepção do povo Puruborá sobre sua história com a demarcação da terra e sobre o seu significado para eles.

Em decorrência da pandemia e do consequente isolamento social dos índios Puruborá, as entrevistas programadas por nós ficaram prejudicadas. Para contornar essas dificuldades, realizamos as mesmas por intermédio da pesquisadora indígena Gisele de Oliveira Montanha. Conversamos com a cacique Hosana Puruborá e perguntamos da possibilidade de escrever sobre o tema e se ela participaria, foi quando sugerimos então a parceria com a Gisele que é do grupo étnico e está residindo na aldeia, o que foi prontamente aceito por ambas.

Formulamos as perguntas e enviamos para a Gisele que gravou as entrevistas e nos encaminhou para transcrição. Durante a entrevista solicitamos dos narradores/entrevistados permissão para a utilização das entrevistas em sua totalidade. Depois de transcritas enviamos de volta para os entrevistados, bem como o presente artigo, mais uma vez a Gisele efetuou a leitura junto com os entrevistados e os mesmos aprovaram a publicação do presente texto.

Nossos entrevistados são lideranças do povo indígena Puruborá, residentes na aldeia Aperoi localizada no município de Seringueiras no Estado de Rondônia. Trata-se da Cacique **Hozana Castro de Oliveira Montanha**, filha de dona Emília, a grande responsável pela reorganização política do povo e que, após vários processos de expulsão de suas terras ancestrais, insistentemente retorna, até o contato com os membros do Conselho Indígena Missionário – CIMI e a partir desse fato, dessa resiliência, o processo de ressurgência.

Com o reagrupamento do povo alguém tinha de assumir o papel de falar em nome dele, de os representar nas instâncias da sociedade civil e perante os órgãos do Estado, alguém que representasse o espírito aguerrido, tivesse capacidade aglutinadora e fosse capaz de sintetizar os anseios do povo, essa pessoa escolhida pelos membros do grupo, mas também pelos ancestrais consultados pela liderança espiritual foi a cacique Hosana, que apesar das fragilidades físicas continua até os dias atuais organizando as lutas do povo.

O segundo entrevistado é Sobrinho da Cacique e, portanto, neto de dona Emília, **Mario de Oliveira Montanha**, é uma das lideranças jovens das mais proeminentes do povo; em virtude de seu interesse pela causa da reorganização política e social dos Puruborá foi um dos primeiros a aprender a língua materna do povo e é, atualmente, professor desse componente curricular na escola indígena existente na aldeia.

Por fim, pensamos ser pertinente falar de nossa filiação teórica, os três autores desse texto estão umbilicalmente ligados a perspectiva desenvolvida por diversos autores, mas aqui destacamos essencialmente dois por considerarmos pioneiros para a construção daquilo que costumou ser denominado de Nova História indígena, trata-se de John Manuel Monteiro (1995), que vai nos chamar a atenção para a presença de uma historiografia pessimista, portanto pouco interessada em pesquisas de folego sobre essas populações e essa é a marca da produção dos séculos XVIII ao XX, e vai alertar para uma nova história que surgia a partir do protagonismo indígena.

A segunda autora que vai nessa direção é a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992) que faz uma crítica contundente tanto a História como à Antropologia, predominante até a década de 1970, por ambas acreditarem que os povos indígenas ou estão congelados no tempo, logo sem história e outros por acreditarem ser os indígenas agrafos, portanto, indignos de observação. O desdobramento quase que natural dessas posturas é a apresentação do indígena como um ser ou um corpo passivo, portanto, sem nenhum protagonismo.

Nos inserimos nessa perspectiva de que os índios são protagonistas de suas histórias, e esse protagonismo aparece nesse texto de forma cristalina, através da posição que os Puruborá assumem ao tomarem a iniciativa de estabelecer o contato com os não índios, e até mesmo na sua resiliência tanto a sociedade e o Estado que os queriam eliminar fisicamente e historicamente, mas eles resistiram e continuam resistindo para terem novamente a posse de suas terras.

2 | HISTORICIZANDO A JURISDIÇÃO SOBRE A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

Na historiografia contemporânea é consensual a ideia de que os povos indígenas adquiriram um agenciamento importante no final da década de 1970 e, de modo especial,

na década de 1980, com destaque para as questões relativas à demarcações das terras, a um modelo de saúde e de educação diferenciado, à diversidade sociocultural e linguísticas.

O apoio de artistas nacionais e internacionais, de políticos e de cientistas às causas indígenas, associados à pauta já existente de defesa da Amazônia, tiveram ampla repercussão, acabando por assegurar direitos elementares aos povos indígenas, como nos traz Ramos:

> Amplamente divulgadas as campanhas internacionais envolvendo proeminentes figuras políticas, mostram as estrelas de negócios, os líderes religiosos e os especialistas em mídia gritar para a economia da Amazônia e, como uma extensão da mesma, os Ameríndios" (RAMOS, 2008, p. 07).

Como desdobramento dessas campanhas, chegamos de fato ao fenômeno corrente na literatura o reconhecimento de que a Constituição de 1988, ou Constituição Cidadã como ficou conhecida, do ponto de vista dos direitos indígenas conforme traz Almeida, ao se referir a presença dos índios na Constituição de 1988:

> Ainda que diferentes legislações garantissem as terras coletivas e alguns outros cuidados especiais para os índios enquanto eles não fossem considerados civilizados, a proposta de promover a integração e extingui-los como grupos diferenciados iria se manter até a Constituição de 1988. Essa foi a primeira lei do Brasil que garantiu aos índios o direito à diferença, marcando uma virada significativa na legislação brasileira. A nova lei, em grande parte influenciada pelos movimentos sociais e indígenas do século XX, veio, na verdade, a sancionar uma situação de fato: os índios, nos anos de 1980, contrariando as previsões acadêmicas, davam sinais claros de que não iriam desaparecer. (ALMEIDA, 2010, p. 18).

Entretanto passados trinta e três anos da aprovação da Constituição, muitos são os povos indígenas que ainda não tiveram suas terras demarcadas, além dos questionamentos dos limites definidos pois deixaram de fora porções caras para a manutenção da reprodução humana e cultural, terras por onde praticavam a caça e a pesca ou mesmo a agricultura, e ainda locais sagrados como antigos cemitérios, ou locais de realizações de rituais ancestrais.

Nos anos subsequentes à Constituição, temos um movimento de reação dos setores "produtivos" que avançam violentamente sobre as terras indígenas e buscam uma nova interpretação ou mesmo uma reescrita da peça constitucional, para tal se valem das lacunas deixadas propositalmente pelos constituintes que sobre o peso do lobby dos setores madeireiros, mineradores e principalmente da pecuária escreveram um texto cheios de lacunas a aberto a constantes reinterpretações.

Se, por um lado, a Constituição de 1988, sagrou práticas de reconhecimento do direito dos povos indígenas, o que consideramos um avanço em relação as demais constituições elaboradas desde a independência, por outro lado, percebemos uma involução nos trinta e três ano após a promulgação culminando com a questão atual do Marco Temporal, ou

seja, o princípio ou tese que as terras que podem ser pleiteadas pelos povos indígenas, são aquelas habitadas pelas várias etnias até o dia 05 de outubro de 1988, ou seja, as terras ocupadas em períodos anteriores mais não mais habitadas não podem ser reivindicadas. O marco inicial desse processo de reduzir as terras indígenas.se dá no ano de 2003 como nos relatam Egon, Loebens e Carvalho:

> No que tange à homologação das terras indígenas, o ano de 2003 foi marcado, no Brasil, pelo primeiro caso de redução de uma terra indígena no ato de sua homologação. Trata-se da terra Baú, do povo Kayapó, no Pará, e o fato pode significar um precedente para a redução de outras terras indígenas onde haja pressões dos setores contrários à demarcação da área. Na terra Baú, a redução ocorreu por meio da celebração de um Termo de Conciliação e Ajuste de Conduta, aceito pelos Kayapó – assistidos pela Fundação Nacional do Índio – em troca de um milhão e duzentos mil reais. A terra indígena foi reduzida em trezentos mil hectares. (EGON; LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 243).

Reconhecer as modificações na letra da Lei é significativo para que possamos lutar pela manutenção e evolução delas, assegurando os direitos dos povos indígenas a sua reprodução sociocultural e identificando os avanços das políticas negacionistas e restritivas de direitos. Nesse sentido, entendemos que avanços e descompassos no tocante aos direitos indígenas andam de mãos dadas:

> Nesses últimos 31 anos em que o Estado brasileiro se encontra sob um novo paradigma Constitucional, é de se reconhecer que nunca se avançou tanto no que diz respeito à positivação e aceitação de direitos na ordem jurídica que dialoguem com a dignidade e os direitos humanos. Por outro lado, tais avanços andam em descompasso com a efetivação dos direitos previstos, em que a realidade vivenciada pelos povos indígenas tem sido o mais nítido exemplo desse cenário. (SANTOS, 2020, p. 12).

Podemos falar mesmo de um processo de judicialização da questão das demarcações das Terras Indígenas, processo esse que ganhou fôlego a partir da Ação Popular (pet. 3.388) mais conhecido como caso Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima:

> Trata-se o referido caso de ação popular (Pet. 3.388) ajuizada pelo senador Augusto Affonso Botelho Neto do estado de Roraima, junto ao STF, com o objetivo de que fosse declarada a nulidade da Portaria nº 534/2005 editada pelo então Ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, em que ratificava, com ressalvas, a declaração de posse permanente dos grupos indígenas Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana e Patamona sobre a terra indígena (TI) e ainda determinava que os ocupantes não-indígenas deveriam ser retirados das TIs no prazo de um ano. Além da referida portaria, a ação popular também tinha por objeto a declaração de nulidade do decreto assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 15 de abril de 2005, que homologou a demarcação da TI. Em suma, a ação popular tinha o objetivo de que fosse declarada a nulidade do procedimento administrativo adotado para a demarcação da terra indígena em comento, o qual já se arrastava por anos, provocando um histórico de tensões e conflitos entre os povos indígenas, os fazendeiros e os interesses do Estado de Roraima. (SANTOS, 2020, p. 53-54).

Procuramos, sobretudo, a produção das décadas de 2000 até 2020 em artigos, em, dissertações ou teses de pesquisadoras e pesquisadores indígenas que discutam a questão na atualidade. Buscamos também compreender a lentidão em relação à demarcação das terras indígenas do povo Puruborá, residentes no Estado de Rondônia, ação iniciada no início do no de 2000 e até o presente não concluída.

Dentre os dez artigos mapeados, de 2004 a 2020, percebemos o reconhecimento e avanço conquistados pela nova Constituição na garantia dos direitos e no trato com os povos indígenas, embora percebam também um retrocesso que são as constantes interpretações dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal.

Ferraz Junior, ao realizar um mapeamento retrospectivo do reconhecimento dos direitos dos índios aldeados a terem a posse de duas terras que remontam a política das Sesmarias 1530-1822, onde as terras abandonadas ou pertencentes a Coroa Portuguesa, fossem entregues para a ocupação:

> [...] quando da regulamentação das sesmarias, quanto à propriedade da terra, expedindo-se o Alvará de 01.04.1680, ratificando o de 10.11.1647, que determinava que "os índios descidos do sertão" fossem senhores de suas fazendas, que lhes fossem designados "lugares convenientes, para neles lavrarem e cultivarem", desobrigando-os de pagarem foro ou tributo, mesmo em sesmarias, posto que considerados "primários e naturais senhores delas". (FERRAZ JUNIOR, 2004, p. 689-690)

O autor chama a atenção para o fato de que desse período até a constituição de 1988, os índios não haviam conseguido o reconhecimento de seus direitos à organização ou mesmo de peticionarem judicialmente as suas questões por serem considerados incapazes e serem tutelados pelo estado, "No seu contexto histórico, o constituinte reconhece aos índios sua organização social, seus costumes, sua língua, suas crenças, suas tradições e seus direitos sobre terras que tradicionalmente ocupam (CF, art. 231)". (FERRAZ JUNIOR, 2004; p. .691).

Dentro do processo de elaboração da Constituição, diversos são os interesses em jogo, com isso muitos acabam se agrupando e outros são eliminados, no caso dos direitos dos povos tradicionais ocorreram perdas e ganhos conforme nos diz Santana e Cardoso:

> Apesar de algumas supressões de temas caros aos indígenas, como o reconhecimento do estado plurinacional e multilinguístico, a Constituição consolidou uma vitória da luta indígena pela previsão de seus direitos na nova Carta Magna. Pela primeira vez inscreveu-se no texto constitucional o direito originário dos povos indígenas às suas terras e, também, a legitimidade dos indígenas e suas organizações para ingressarem em juízo. (SANTANA e CARDOSO, 2020; p.109-110).

O embate chega ao ponto de se supor as disputas envolvendo o questionamento das demarcações das terras indígenas residem na indicação dos antropólogos que fazem o inventário das terras ocupadas pelos povos indígenas seriam "injustas" a demarcação

e a ausência de investigação por parte da FUNAI, sobre se esses estudos foram ou não fraudados pelos estudiosos, como nos reporta Piva e Patrício:

> Pode-se ver com base nessa jurisprudência que ao se tratar de procedimento de demarcações de terras indígenas o Estado segue como sendo verdadeiro aquilo que está alegado nos laudos dos antropólogos, não havendo qualquer tipo de investigação para averiguar se houve ou não fraude no processo de estudo prestado pelos servidores da Funai, bem como, muitas vezes haver faltas de critérios, cautelas e possibilidade do proprietário particular de contrariar o referido apresentado e pugnar por uma possível nova perícia, isto é, que seja realizado um novo laudo antropológico. assim, a administração indireta continua a identificar territórios indígenas pelo país, sob o conceito de ocupação imemorial, em regiões que, de há muito tempo, não são mais consideradas como indígenas. (PIVA e PATRÍCIO, 2017, p. 68).

Na esteia das discussões sobre o direito à terra, destaca-se uma entre tantas etnias de Rondônia que vivem cotidianamente as celeumas causadas pelas discussões não totalmente encerradas no contexto da Constituição de 1988 e suas interpretações.

3 I O POVO PURUBORÁ E A DEMARCAÇÃO DA TERRA

O povo Puruborá é um grupo étnico residente em sua maioria no Estado de Rondônia, embora esteja espalhado nesse e em outros estados da federação, em virtude da diáspora, concluída quando da expulsão de suas terras tradicionais, ocorridas com a demarcação das terras do povo Uru-Eu-Wau-Wau[1] no ano de 1985, porém iniciada quando da junção dos três grupos ainda no início do século XX.

Segundo a literatura (LEONEL, 1995; RAMOS, 2019 e BARBOZA, 2017), apontam para o fato de que o contato do povo Puruborá se dá no ano de 1909, quando Rondon, durante o processo de construção da Linha Telegráfica, contatou-os às margens dos rios São Miguel e Manuel Correia. Antes desse período, eram considerados povos isolados e, algumas décadas depois foram dados como extintos pelo próprio órgão responsável por cuidar dos povos indígenas os dão como extintos, extinção que fora provocada pelo próprio órgão.

Aliás, todas as políticas públicas desde o Diretório dos Índios, visavam a assimilação dos índios; a miscigenação iniciada nos primórdios do período colonial, foi fortalecida, o que pode ser constatado com a criação das aldeias por Rondon. Almeida vai demonstrar que as estratégias das políticas públicas desde então variavam dependendo da região mais tinha como indicativo a assimilação:

> A proposta assimilacionista foi a grande inovação de Pombal em relação às leis anteriores. Seu objetivo era transformar as aldeias em vilas e lugares portugueses, e os índios aldeados em vassalos do rei, sem distinção alguma em relação aos demais. A nova legislação foi aplicada de diferentes formas,

1. Uru-Eu-Wau-Wau, é um grupo étnico do Estado de Rondônia, contatados em 1981 pelo sertanista José Apoena Soares Meireles, quando da abertura da BR 429, e teve sua terra demarcada em 1985, e homologada em 1991.

> conforme as especificidades locais e as características dos grupos indígenas para as quais se dirigiram, tendo encontrado reações diversas por parte destes últimos. Em algumas áreas, efetuavam-se descimentos e criavam-se novas aldeias; em outras, desencadeavam-se guerras estabeleciam-se acordos com os principais nos sertões; e em áreas de colonização mais antiga, a proposta era extinguir as aldeias, acabando com a distinção entre índios e não índios. (ALMEIDA, 2010, p. 108).

Esse processo de "extinção"[2]dos Puruborá está intimamente ligado a três fatores (a transformação da aleia em seringal, a mistura de vários povos indígenas e os casamentos forçados e; a proibição do uso da língua materna), o principal foi à exploração da borracha que faz com que ocorra a primeira expulsão do povo, pois desde o contato e a junção dos três grupos étnicos (Migueleno, Cabixi e Puruborá), essa foi a principal atividade econômica desenvolvida pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI conforme narra Bonita[3] em entrevista para Ramos:

> Foi na época que acabou a seringa e os patrões demitiu todo mundo, os seringueiros, que meu pai era seringueiro. Minha mãe era índia, mas meu pai era seringueiro, né? A gente vivia da seringa. Foi o tempo que acabou a seringa e teve que todo mundo ir embora. Aí a gente foi embora. [...] Naquele tempo também, minha mãe, assim, sabia que era índia, [...]. Aí eles viviam de seringa. Acabou a seringa, os patrões mandou embora, demitiu eles e eles tiveram que ir embora. Foi por necessidade mesmo[4]. (RAMOS, 2019, p. 124).

No início do contato, o povo Puruborá foi introduzido no trabalho com a extração do látex, esse processo era parte da política do SPI de "aculturação" com o intuito de os indígenas serem absorvidos pela sociedade nacional e, para tal, deveriam assumir outra língua, neste caso a língua portuguesa a aprenderem ofícios para que pudessem assegurar a sua reprodução material.

Outra prática comum foi a mistura desses indígenas com os não índios por meio de casamentos forçados. A literatura sobre a extração do látex na Amazônia vai falar da escassez de mulheres durante o primeiro ciclo da borracha (1870-1912). Souza assim nos relata essa carência:

> Numa sociedade carente de mulheres, também o sexo seria um privilégio. A presença feminina no seringal era rara e quase sempre em sua mais lamentável versão. para os seringueiros isolados na floresta e presos a um trabalho rotineiro, geralmente homens entre vinte e trinta anos, portanto, premidos pelas exigências do seu vigor, a contrapartida feminina chegava sob a forma degradante da prostituição. Mulheres velhas, doentes, em número tão pequeno que mal chegavam para todos os homens, eram comercializadas a preço aviltante. Enquanto o coronel podia contar com as perfumadas *cocottes*, além de suas esposas, o seringueiro era obrigado a optar pela sexualidade de homens confinados (SOUZA, 1994, p.139).

2. Uso a expressão extinção entre aspas levando em conta o que nos narra a liderança política e professor Mario de Oliveira Neto, ao nos informar que eles foram índios a vida toda, só a FUNAI, não queria saber disso!
3. Bonita é Agente de saúde na Aldeia e uma liderança ativa do povo.
4. Entrevista realizada por Anatália Daiane de Oliveira Ramos em 08/09/2014.

Brito em sua dissertação de mestrado, pesquisou exatamente o trabalho desse componente de gênero no segundo ciclo da borracha e em referência a questão nos informa que:

> Se no primeiro surto da borracha (1870-1912) ou até bem antes mesmo, o seringal era um ambiente majoritariamente masculino, Wellen woortmann chama o seringal desse período de 'território dos androceus'. Posteriormente já no período aqui estudado, à presença das mulheres nas atividades produtivas, modificou o trabalho nestas localidades. (BRITO, 2017, p.53).

No caso da população estudada, às mulheres foram objetos de premiação de seringueiros além daquelas cujo o encarregado do posto dava para que ocorresse de fato uma mistura ou um "embranquecimento"[5] conforme o desejado pelos órgãos de proteção ao índio quer no início ou até mesmo no final do século XX.

Tarsila dos Reis Menezes, que também pesquisou os Puruborá a esse respeito dirá que:

> Praticamente todas as mulheres Puruborá ao longo dos anos de 1919 a 1949 (da fundação do Posto até a morte de José Félix) casaram-se com seringueiros, o que acarretou na desagregação do grupo que vivia, até então, reunido em torno do Posto Três de Maio, com o fim do período áureo da borracha após a 2ª. Guerra Mundial. Meneses. (MENEZES, 2016. 103).

Após esse processo de dispersão, de casamentos indesejados, de mistura estimulada e até forçada, o povo Puruborá será dado como extinto pela FUNAI, e vai ressurgir como grupo étnico a partir do início do século XXI. Entretanto, segundo a narrativa da liderança Puruborá Mario de Oliveira neto, a ressurgência é um pedaço de papel, pois eles nunca deixaram de serem índios:

> Sim, claro a documentação, para os órgãos foi uma ressurgência, mais para mim não, para mim só faltou eles terem considerado nossa identidade né? Porque a gente não ressurgimos depois, ressurgimos indígenas, nós somos indígenas há vida toda né, mas, é de 200 anos que a gente tá nessa terra aí minha vó foi se embora com 69, 79 anos e, toda vida a gente tá aí. (entrevista concedida no dia 30 de outubro de 2020).

Ao se reagruparem em torno, inicialmente de Dona Emília, anciã contatada pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI[6] e posteriormente no entorno da aldeia Aperoi sobre a liderança da cacique Hosana e de desde o ano de 2001. Falando sobre esse contato a cacique nos diz que:

> [...], a gente agradece, eu mesmo, não é, agradeço demais o CIMI que é o órgão indigenista é, é o Conselho Indigenista Missionário né, da Igreja

5. Denominamos de embranquecimento o processo pelo qual o Serviço de Proteção ao Índio e Posteriormente a FUNAI, estimulou os casamentos interétnico e a aquisição de costumes e hábitos dos não índios como a proibição do uso da língua materna e a aprendizagem forçada do português.

6. O CIMI é um organismo vinculado a Conferência dos Bispos do Brasil – CNBB, e tem uma atuação junto a vários grupos étnicos na Amazônia.

> Católica, e aí tem os membros né, que trabalha para os povos indígenas em busca de reconhecer esse povo e ele veio né fazer uma visita aqui para o povo Migueleno e trouxe um índio [...], que é do povo Migueleno chamado Antônio Macirilo e, esse Antônio Macirilo, por ser conhecedor, para você vê, quando ele foi embora daqui não existia a BR 429, mas ele tinha uma memória muito boa, que quando ele passou ali em Seringueiras no rio Bananeira ele conheceu o Bananeira e lembrou que nesse trecho aqui morava uma índia, e ele tratava minha mãe de cabocla, né. E falou para o frei Volmir e aí o frei Volmir se interessou era o trabalho dele, se interessou pela conversa dele, e ele veio bater na casa da minha mãe. Quando chegou aí eles sentaram, conversaram e, tudo deu certo graças a Deus, através do frei Volmir com a Laura a Emília né, adepois eles trouxeram uma linguista né, chamada Ruth Monserrat.

Desde então o povo Puruborá está em luta para reaver a terra demarcada por Rondon, desde o início do século XX. Sobre as terras do povo Puruborá existem documentos que comprovam a delimitação da terra por Rondon feita quando da realização do contato. Alguns autores falam da existência da mesma (VANDER VELDEN; GALUCIO; MENEZES, 2015; RAMOS, 2019) e Menezes relata:

> Conforme uma carta do Marechal Rondon datada de 23 de junho de 1921 (localizada nos Arquivos do SPI/Museu do Índio), foi delimitada, na margem direita do rio Manuel Correia, abaixo da foz do igarapé da Cigana, uma área de terra para uso dos índios do rio São Miguel, entre eles os Puruborá. O que explica a região ficar conhecida pelos Puruborá como ***Cigana***. A área abrangia um raio de duas léguas, e seu centro estava no Posto Indígena Três de Maio, conforme foi denominado por Rondon assim que fundado. Nesta ocasião, os marcos de delimitação foram assentados, tendo sido confirmados por Benjamin Rondon, filho do Marechal, em 1925 (Galucio 2005, p. 160). Rondon deixou o Posto Três de Maio aos cuidados do Sr. José Félix Alves do Nascimento, "que por minha ordem vai se estabelecer definitivamente n"aquelle lugar [e] leva amplos poderes para exercer sua função", nas palavras do próprio então General de Brigada Cândido Mariano da Silva Rondon. (MENEZES, 2017, p. 97-98).

A terra para os povos indígenas tem outros significados, distintos dos que os povos não indígenas dão para ela. Para os não índios a terra sempre foi local de reprodução, caça, pesca e posteriormente de desenvolvimento da agricultura, chegou-se ao ponto de se imaginar que a única fonte de riqueza fosse a própria terra. No sistema capitalista a terra vira mercadoria, ou seja, troca-se, vende-se, seu papel é ser explorada para gerar lucro.

Para os povos indígenas a terra ganha outros significados:

> Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. A terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas,

> em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios. (BANIWA, 2006, p. 101).

Para os Puruborá a terra é um fator de resistência, motivo de aglutinação e principal reivindicação das famílias, na definição da cacique Hosana a terra indígena:

> Uma vida né, porque que eu falo uma vida? Porque o povo indígena ele trabalha com a terra, porque a terra é mãe, a terra é sagrada. E aonde a gente tira todos os alimentos, todos os remédios né, e pra nós a terra ela tem muito valor, muito significados, porque até a própria terra é ela um remédio né, pro nós povos indígenas. E aonde se ela for demarcada, vem o resto do nosso povo que está por aí, espalhado né, dentro do estado de Rondônia e até fora de Rondônia mesmo nós temos né, família, e a gente sabe, olha não tá muito longe, é ali na capital Porto Velho, onde se centraliza uma boa parte do povo Puruborá, a onde a gente, eu mesmo tenho a oportunidade, eu mesmo quando vou em Porto Velho fazer as visita e conversar com minhas primas, meus primos, é um momento de tristeza pra gente né, porque um fala meu filho ta com tantos anos preso, meu filho tá e ... e não mataram ninguém ainda, graças a Deus! Até agora né, é só envolvido com roubo, com droga, porque você sabe né, que quem podia por os filhos para estudar, estudava e aqueles que não podiam, o quê que os filhos aprenderam? Só o que não presta né, da rua, e talvez se vivesse com a gente dentro do mato, sabiam ao menos trabalhar, se não fossem sabido de quatro paredes, mas tinham uma inteligência mandada por Deus né, porque aqueles que não tem uma faculdade, tem uma faculdade imensa da vida né, da floresta. (entrevista concedida aos autores dia 30 de outubro de 2020).

Ao mesmo tempo em que a terra é o espaço da reprodução, da procriação, é também o espaço do sagrado, a própria mãe, fonte da vida. A terra aparece como uma grande universidade, capaz de dotar os indivíduos de sabedoria. A terra em sendo demarcada será a retomada de uma história interrompida pela diáspora.

O professor e líder do povo Mario de Oliveira Neto descreve a demarcação das terras como o retorno de uma história interrompida pela expulsão, pela invasão dos fazendeiros e pecuaristas que, na atualidade, ocupam o espaço, será também a possibilidade de reagrupamento do povo, que se mantem disperso em virtude da inexistência de um espaço próprio, vejamos a narrativa dele:

> Na minha concepção é o retorno da nossa história toda né a terra que sempre foi nossa né e tá na mão do não índio, e isso para mim é a volta de toda a história de todo o povo, o retorno de várias famílias para a terra, porque muitas famílias estão fora do território por a terra não ser demarcada, várias coisas a gente está perdendo, né a cultura mesmo a gente está perdendo, e essa demarcação pra gente é a coisa mais importante no momento para o povo, que é o retorno das famílias né, para a terra tradicional do povo. (entrevista concedia aos autores no dia 30 de outubro de 2020).

Outro membro do grupo e também professor na escola da aldeia Aperoi em informação prestada para Anatália Daiane de Oliveira Ramos, dois anos antes de nossas entrevistas, demonstra a posição que os membros do grupo têm em relação ao significado

da demarcação e homologação das terras Puruborá, vejamos a narrativa do professor David:

> Em relação ao nosso território, a gente vem em busca dessa conquista para que nóis possamos trazer os outros parentes que vivem longe, porque a terra para nóis ela é muito grandiosa, né. Não grandiosa em termos de números, de tamanho, mas sim que ela é muito... relacionada à nossa vida, porque nóis indígenas sem terra, sem o nosso território nóis não somos nada, nóis não vivemos sem os animais, nóis não vivemos sem a natureza, porque da natureza nóis podemos tirar nosso alimento. Nosso alimento através dos frutos, peixes, da caça (Informação verbal, DIÁRIO DE CAMPO, 03/03/2018). (RAMOS, 2020, p. 59).

A pesquisadora indígena Gisele de Oliveira Montanha em seu Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, onde estuda o protagonismo das mulheres Puruborá relata a usurpação do território pelos não indígenas, é enfática na denúncia do descaso da FUNAI, e da luta pela retomada do território:

> As e os Puruborá mesmo passando por agressões e as mais variadas formas de violência cultural, econômica e política do Novo Mundo, dito "civilizado", continuamos firmes, lutando pelos nossos direitos constitucionais e pela demarcação e homologação de nosso território tradicional que foi usurpado e saqueado pelos não indígenas. Reivindicamos constantemente o nosso reconhecimento enquanto etnia indígena, depois de sermos equivocadamente considerados extintos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (MONTANHA, 2019, p.12).

Como dissemos anteriormente, uma prática comum desde o período colonial, no tocante aos povos indígenas, foi o aldeamento, ou seja, o processo de trazer os índios das malocas na floresta para as aldeias, esse processo era simbolizado pelas reduções ou missões, onde os índios eram agrupados em locais perto das vilas de forma que fossem catequizados e arregimentados como mão de obra em atividades econômicas.

Essa prática vai se reproduzir nos períodos pós-independência e, de modo especial, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI em 1910, posteriormente substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI que, até as décadas de 1980, em Rondônia adotava a postura de atrair os índios com as antigas bugigangas, espelhos, facões, panelas para, depois juntá-los a uma determinada terra indígena.

Em Rondônia, multiplicam-se os casos onde encontramos vários grupos numa mesma terra. Nas aldeias do vale do Guaporé-Mamoré, encontraremos aldeias com a presença de diversos grupos, para não nos estendermos no assunto citaremos apenas algumas, Sagarana, Ricardo Franco, aldeias dos povos Wari,' porém, encontraremos habitando nelas Djeoromitxí (jabuti), Makurap, Cabixi e os vários grupos Wari'. Ou ainda na Terra Indígena Rio Branco, os povos, Arikapú, Makurap, Canoé, Tupari, Aruá.

As erras pleiteadas atualmente pelos Puruborá, são as mesmas delimitadas por Rondon e que foi ocupada pelos Puruborá, Migueleno e Cabixi, conforme nos relata a cacique Hosana:

> [...], desde a época de Rondon ele já veio misturando os povos né, aqui era só os Puruborá, aí ele já trouxe os Migueleno da margem do rio Guaporé pra cá, trouxe os Cabixi né, tinha esses dois povos pra banda de lá é o Rondon né, já misturou tudo, acho que ele queria fazer uma só aldeia com vários povos né

Além dessa mistura entre povos indígenas juntos no mesmo espaço territorial, outras irão ocorrer com os Puruborá, dentre eles destacamos com os remanescentes de quilombo existente ainda hoje nas proximidades da aldeia e, que servia como refúgio tanto para escravos como para os índios que fugiam do flagelo do trabalho, os escravos africanos dos garimpos e o indígena do seringal; ou os casamentos, já citados, entre as índias jovens, adultas ou crianças e os seringueiros nordestinos ou amazônicos, como descrito por Vander Velden:

> José Felix põe os Puruborá rapidamente para trabalhar na borracha mas, mais do que isso, atrai para o seringal dezenas de migrantes de diversas origens – cearenses, amazonenses, maranhenses – que, na primeira metade do século XX tentavam a sorte na economia gomífera da Amazônia. Pior ainda, José Felix dá início à perversa prática, ainda segundo os Puruborá, de premiar seus mais produtivos trabalhadores não índios com mulheres Puruborá, que são, então, dadas em casamento, ainda muito jovens, a completos estranhos (Henrique da Silva 2008; Barboza 2012: 7). Não sabemos o que aconteceu com os homens Puruborá que trabalhavam para José Felix – os Puruborá hoje especulam que teriam morrido todos, ou fugido em revolta, e até podem ter permanecido isolados nas matas da região. (VANDER VELDEN, 2013, p.04-05).

Após o processo de ressurgência ou etnogêneses, o povo deu início à busca pela demarcação do seu território tradicional, passando a integrar seu primeiro ponto de reivindicação, concomitantemente com a educação escolar indígena, a saúde indígena. Para Anatália Daine de Oliveira Ramos, não se trata de um processo de demarcação, pois essa terra já fora demarcada por Rondon no início do contato com esse povo, utiliza o termo (re)demarcação e explica:

> Queremos, inicialmente, explicitar novamente o porquê de utilizarmos o termo “(re)demarcação” do território. O empregamos porque apesar da Terra Indígena (TI) Puruborá nunca tenha sido oficialmente demarcada, registros históricos e coletivos do povo Puruborá apontam que a terra Puruborá foi demarcada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon – que os e as contataram por volta de 1909 – afixando pedaços de madeiras no chão. (RAMOS, 2019, 302).

Entendemos com Ramos que as terras reivindicadas pertencem aos Puruborá, não porque Rondon as demarcou mesmo que de forma simbólica, já que a documentação legal nunca foi emitida, mas porque eles a habitavam antes mesmo do contato com o Rondon, conforme nos relata a cacique Hosana:

> As terras do povo Puruborá se denominam assim pelas cabeceiras dos rios né, que eles moravam no rio São Miguel, rio Manuel Correria, rio Bananeira, esse é os espaços adonde eles moravam né, perambulavam pelas margens toda desses três igarapés. Aqui era só os Puruborá, aí ele já trouxe os Migueleno da margem do rio Guaporé pra cá, trouxe os Cabixi né, tinha esses dois povos pra banda de lá.

Desde a formação do Grupo de Trabalho – GT para a realização dos estudos até os dias atuais, duas equipes estiveram na área para realizar o levantamento das terras tradicionais do povo, porém os trabalhos são interrompidos por diversos motivos alheios ao povo Puruborá. No atual cenário político, as expectativas de demarcação de novas terras inexistem, levando em conta o fato de o país ter no executivo uma pessoa contrária às políticas de demarcação.

A cacique Hosana narra os descasos do passado, atribuídos a FUNAI, mas denuncia também os descasos no presente e aponta não só para os dilemas dos estudos demarcatórios, como para o papel que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vem desempenhando para complicar a demarcação das terras indígenas:

> Que com essa invasão, que eu falo uma grande invasão né, que essa invasão ela também foi só pela, ... esse descaso não foi só pela FUNAI, e sim pelo INCRA, onde o INCRA pega e distribui né as terras indígenas, ele não procura saber como é que é, porque aqui mesmo olha, na nossa região quando apareceu um programa chamado Terra Legal, eu me sentei com a pessoa né, que era a pessoa encarregada desse programa, e comentei pra ele né, que essa terra aonde ele estava fazendo o assentamento era terra indígena, que aqui a vinte e dois C e a vinte e dois A. São linhas né, aonde eles abrem uma linha e colocam um nome e aí eles fazem a demarcação dos lotes né, aí vai entregando para as pessoas, e essa terra aqui mesmo dessa linha 22C e 22A é uma linha nova e adonde quando o Programa Terra Legal veio fazer esse trabalho a nossa terra já tinha tido dois estudos né, pelos antropólogos, mais nem assim eles respeitaram esse trabalho né, que já tinha feito pelos antropólogos, dizendo eles né, eu fiz a pergunta, e eles disseram não Hosana não te preocupa porque não vai ter validade né, esses títulos que eles tão dando não vai ter validade, e é adonde a gente sabe que tem validade sim, porque eles fazem financiamento né, você vê as casas que os fazendeiros tem aqui dentro dessa linhas, você fica bobo, até parece casa de capital, de gente riquíssima que mora na capital, se você vê as casas aqui do pessoal, dos fazendeiros.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras pesquisadas demonstram os avanços e retrocessos no *Corpus* Legal no que tange ao direito à terra, especialmente aquele preconizado pela Constituição de 1988, entretanto, poucas foram as discussões sobre o significado da terra para os povos indígenas. Á luz da ótica ocidental, terra é mercadoria, tônica totalmente diversa da vivenciada pelos povos indígenas. Sem compreender o significado da terra para as populações indígenas é

difícil pensar alternativas ao modo agressivo que tem sido adotado em nossa sociedade no que tange a esse direito. Os Puruborá compreendem tal sentido, e por fazê-lo insistem em sua luta pela terra, outrora, erroneamente classificados como "aculturados" hoje, mais do que em outros momentos, compreendem os direitos que lhes forma negados e lutam por eles, como é o caso da Cacique Hosana e da jovem Gisele.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (coleção FGV de bolso. Série História).

AMADO, Luiz Henrique Eloy**. Situação jurídica das terras terena em mato grosso do sul**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 20, n. 41, jan./abr. 2020, p. 11-34.

BARBOZA, José Joaci. **Puruborá: narrativas de um povo ressurgido na Amazônia**. *in*: PINHEIRO, Zairo; BARBOZA, José Joaci e SANTOS, Alex Mota dos. **Tradições reinventadas**. Porto Velho: Temática Editora, 2017.

BRITTO Gladstone Avelino**. Direitos e erros na demarcação de terras indígenas, agrária**, São Paulo, No. 19, pp. 34-60, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASSIMIRO, Poliana Alves; BARBOZA, José Joaci. Grupo de Pesquisa em Educação da Amazônia – GPEA: **Puruborá um povo indígena resgatando sua identidade e cultura**. Revista Pesquisa & Criação, Porto Velho, v. 11, p. 316-322, 2012.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **"Terra indígena": aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico.** História, Franca vol.35nº 75, 2016.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Políticas para fronteira, história e identidade: a luta simbólica nos processos de demarcação de terras indígenas Terena.** MANA, Rio de Janeiro, V.15, nº 2, 2009: p.377-410.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO Priscila D. **Amazônia indígena: conquistas e desafios.** ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo, V.19, Nº 53, p 237-255, janeiro/abril, 2005.

JUNIOR, Tercio Sampaio Ferraz. **A demarcação de terras indígenas e seu fundamento constitucional.** Revista Brasileira de Direito Constitucional, N. 3, jan./jun. – 2004. (p. 599-699).

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil de hoje**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

MENEZES, Tarsila dos Reis. "**O passado, o presente e o futuro nas plantas Puruborá (Rondônia)**". 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005

MONTANHA, Gisele de Oliveira. **Protagonismo das mulheres Puruborá: desafios e experiências.** 2019, TCC (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola), Universidade Federal de Rondônia, Rolim de Moura, 2019.

MONTEIRO, John Manuel. **O desafio da história indígena no Brasil**. *In:* SILVA, Aracy Lopes da. GRUPIONE, Luís Donizete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1° e 2° graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

OLIVEIRA, Anatália Daiane de; CAETANO, Edson. **"tempo, tempo, tempo, tempo"1: concepção e utilização no povo Puruborá da aldeia Aperoi em Rondônia e em comunidades tradicionais de mato Grosso.** Revista Igarapé, Porto Velho (RO), v.5, n.2, p. 75-91, 2018.

OLIVEIRA, Anatália Daiane de; BRITO, Claudineia Gomes; BARBOZA, José Joaci. **Puruborá: indígenas ressurgidos e a construção da identidade**. P@rtes, São Paulo, jun. 2014.

OLIVEIRA, Anatália Daiane de; BRITO, Claudineia Gomes; BIAZATTI, Suzana das Candeias; BARBOZA, José Joaci. Mulheres Puruborá, índias e seringueiras: uma história de Gênero. In: **Anais do V Seminário de Educação**, Rolim de Moura, RO, 2012, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

OLIVEIRA, Maria Izabel Rangel de Souza, PORTÉRO, Cristina Schmidt Silva. **A presença indígena no Brasil e os conflitos em torno da demarcação da terra indígena do Jaraguá/SP**. Revista Internacional de Folkcomunicação - RIF, Ponta Grossa/ PR Volume 18, Número 40, p.165-182, Janeiro/ Junho 2020.

OSOWSKI, Raquel. **O marco temporal para demarcação de terras indígenas, memória e esquecimentos.** Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, V.22, Nº 2, 2017, p. 320-346.

PIVA, Bruno Gomes; PATRÍCIO, Mariza Giacomin Lozer. **Conflito material do direito de propriedade indígena.** Revista Prolegómenos - Derechos y Valores – Nueva Granada, pp. 55-71, 2017.

RAMOS, Alcida. From **Eden to limbo: the construction of indigenism in Brazil**. In: BOND, George Clement; GILLIAM, Angela (Orgs.). **Social Construction of the Past:** Representation as Power. London and New York: Routledge, 2008. p. 74-88.

RAMOS, Anatália Daiane de Oliveira. **A produção associada do povo Puruborá, aldeia Aperoi – RO: "trabalho de ganhar", "trabalho de viver", educação, saberes e resistência**. 2019. Tese (doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso), Cuiabá, MT, 2019.

SANTANA Carolina Ribeiro; CARDOSO Thiago Mota. **Direitos territoriais indígenas às sombras do passado.** Revista Direito e Praxis, Rio de Janeiro, Vol. 11, N.01, 2020 p. 89-116.

SANTOS, Samara Carvalho. **A judicialização da questão territorial indígena: uma análise dos argumentos do Supremo Tribunal Federal e seus impactos na (des)demarcação de terras indígenas no Brasil.** Dissertação de Mestrado em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília – UNB, 2020.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 133, set./dez. 2018, p. 480-500.

SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.

VANDER VELDEN, Felipe. “**O retorno das onças: os Puruborá e os desdobramentos recentes da diversidade étnica e cultural em Rondônia**”. Trabalho apresentado no IV Encontro internacional sobre Línguas e Culturas Tupí, Ji-Paraná/RO, 2013.

VANDER VELDEN, Felipe; GALUCIO, Ana Villacy; MENEZES, Tarsila. **Puruborá - Verbete** (Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil). Instituto Socioambiental (ISA), São Paulo - SP, 2015 (website)

CAPÍTULO 13

DOWN HOUSE, A CASA DE CHARLES DARWIN: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DAS CASAS-MUSEUS

Data de aceite: 01/04/2021
Data da submissão: 05/01/2021

Sílvia Sobral Costa
Universidade Federal de Jataí
Jataí - Go
http://lattes.cnpq.br/7706447622391615

João Bosco Ferreira Brandão
CESUT
Jataí – Go
http://lattes.cnpq.br/0714315145010354

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo compreender a importância da preservação da memória para a construção da identidade e do imaginário. Uma das formas mais comuns de alcançar este propósito é através dos museus. Entre seus vários tipos analisaremos mais profundamente as casas-museus. Uma casa-museu apresenta várias particularidades. Por ser aberta a visitação necessita de um trabalho expográfico, tanto para a definição de seus objetivos, quanto para a escolha do material e da forma como este será exposto. Mas, diferentemente de outros museus, busca, sobretudo preservar a memória de seu(s) antigo(s) morador(es). Por ser um lar, sua fruição por parte dos visitantes é diferenciada, afinal as moradias nos são familiares e nos remetem às nossas memórias e experiências. Para obtenção deste propósito fez-se uma profunda revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo, com a visitação ao local. A metodologia empregada foi dedutiva. Como forma de exemplificar nos ateremos à casa de Charles Darwin. Down House é uma casa-museu situada a aproximadamente 24 quilômetros de Londres. Foi o lar de Darwin, sua esposa Emma e seus dez filhos por quarenta anos. Nela o cientista não apenas viveu, mas também fez pesquisas, teve muitas ideias e escreveu os principais trabalhos de sua obra. Após sua morte (1882) e de sua esposa (1896) foi alugada para um colégio e permaneceu desocupada por um período. Em 1927 foi comprada com a finalidade de preservação. O atual museu funciona desde 1998 e tem por objetivo a salvaguarda da memória não apenas do pesquisador, mas também do homem Charles Darwin.
PALAVRAS-CHAVE: Down House, Casas-museu, Memória.

DOWN HOUSE, CHARLES DARWIN'S HOUSE: THE PRESERVATION OF MEMORY THROUGH HOME MUSEUMS

ABSTRACT: The goal of this research is to understand the importance of memory's preservation for the construction of identity and imaginary. One of the most common ways of achieving this is through museums. Amongst its various types, we will analyze more deeply the home museum. A home museum presents many particularities in relation to other museums. These locations are opened to the public and this action requires an expographic work, both to define its objectives, as well as to choose the material and how it will be displayed. But unlike other museums, its main goal is to preserve the

memory of its former resident (s). The experience of visiting a home museum is unique, after all, houses are familiar to us and remind us of our own memories and experiences. To achieve this purpose, a thorough bibliographic review was carried out, a field research, with visitation to the site. The methodology used was deductive. As a way of exemplifying, we will stick to Charles Darwin's house. Down House is a home museum. It is approximately 24 kilometers from London. It was the home of Darwin, his wife Emma and their ten children for forty years. Darwin not only lived in it, but also did his research, had many ideas, and produced the most important work of his life. After his death (1882) and his wife's death (1896) the house was rented to a college and remained unoccupied for some time. In 1927 it was purchased for the purpose of preservation. The current museum has been operating since 1998 and aims to preserve the memory not only of the scientist, but also of the man Charles Darwin.
KEYWORDS: Down House, Home Museum, Memory.

1 I INTRODUÇÃO

> *A noção mais singela de casa nos remete à ideia de abrigo. Uma casa é um abrigo contra os perigos da natureza e da cultura, contra os perigos imaginários e os bens concretos; mas uma casa também abriga e propicia sonhos, imaginações, lembranças. (CHAGAS, 2010, p. 4)*

Ao me aproximar, cansada de quase uma hora de caminhada no campo inglês, do museu "Down House – O lar de Charles Darwin"[1] (Fig. 1) uma intensa sensação de excitação e familiaridade me dominaram. A excitação é facilmente compreensível pelos anos de admiração pela obra do grande cientista, mas e a familiaridade? Por que esta sensação me inundou ao chegar a um lugar que nunca estive antes? A explicação para as duas emoções está relacionada: ambas surgem a partir da minha memória...

1. Home of Charles Darwin – Down House. Luxted Road, Downe, Kent, BR6 7JT. Site oficial: <https://www.english-heritage.org.uk/visit/places/home-of-charles-darwin-down-house/>

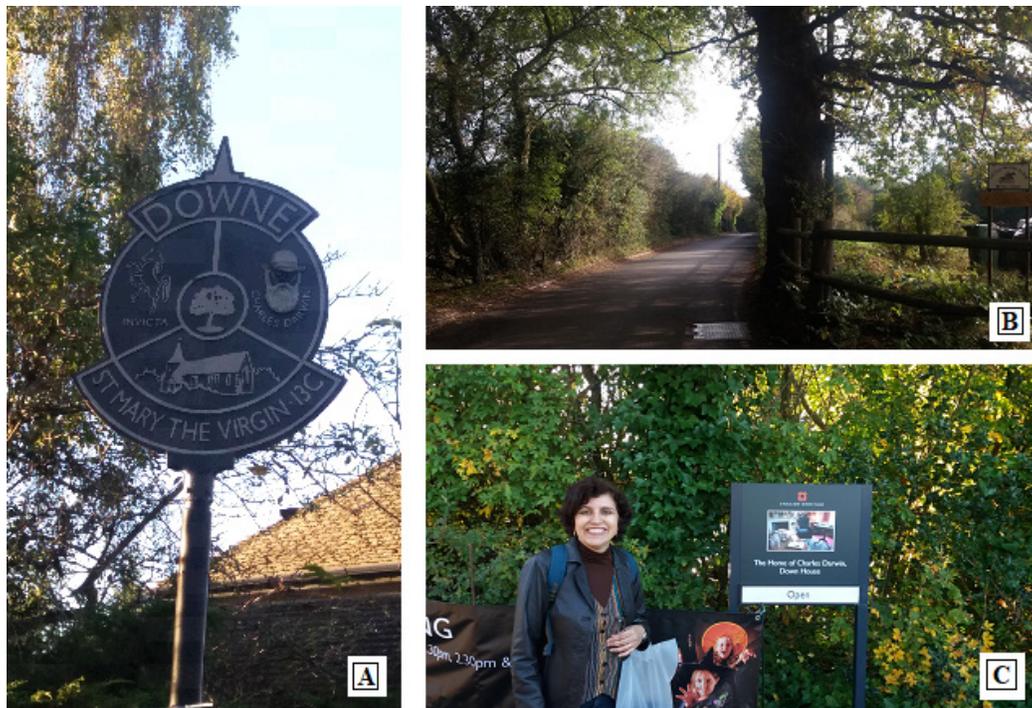



Fig. 1: **A**: Placa indicativa da vila St. Mary the Virgin; condado de Downe, Inglaterra. Povoado próximo de Down House. **B**: Estrada que leva ao museu. **C**: Placa da entrada do museu. Fotos **A** e **B** de COSTA, S. S.; e **C** de BRANDÃO, J. B. F. out de 2018.

2 I QUEM SOMOS NÓS? MEMÓRIA E IDENTIDADE

A "[...] memória é um processo psicológico fundamental [...]: é pessoal e interna. Sem ela não seriamos capazes [...] (de) manter uma conversa, reconhecer o rosto dos amigos, [...] agir a partir de novas ideias, realizar nosso trabalho ou até mesmo aprender a andar." (FOSTER, 2011, p. 8) Somos quem somos a partir de um conjunto único e pessoal de lembranças. Não apenas frutos de nossas experiências, mas principalmente do que nos lembramos delas. O neurocientista cognitivo Michel Gazzaniga afirmou que "Tudo na vida é memória, exceto a fina camada do presente" (Citado por FOSTER, 2011, p. 8).

Ela possui a "propriedade de conservar certas informações [...] graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (LE GOFF, 2013, p. 387). Conecta nosso presente ao nosso passado. Mas até que ponto pode-se confiar em sua acurácia? Segundo Leonard MLODINOW (2014, p. 80 e 81)

> *A visão tradicional da memória [...] é que ela é como um arquivo de filmes no disco rígido de um computador. [...] o cérebro grava um registro preciso e completo de eventos; se você não se lembra, é porque não consegue (ou*

não quer) encontrar o arquivo do filme certo ou porque o disco rígido foi corrompido de alguma forma.

Mas, depois de inúmeros estudos as conclusões alcançadas são outras:

> *Primeiro, as pessoas tem uma boa lembrança dos aspectos principais dos eventos, mas uma má lembrança dos detalhes; segundo, quando pressionadas pelos detalhes não lembrados, mesmo as pessoas bem-intencionadas, fazendo sinceros esforços para ser precisas, preenchem os detalhes inventando coisas; terceiro, as pessoas acreditam nas lembranças que inventaram (Münsterberg, citado por MLODINOW, 2014, p. 85).*

Ou seja, as reminiscências não são uma visão fiel do que realmente aconteceu, mas o resultado de constantes reformulações (acréscimos, deleções e ressignificações). "O trabalho da memória é [...] renovado a cada vez que se narra algo. Por esta razão, a totalização não é uma soma" (CANDAU, 2016, p. 76). O nosso passado é formado por um conjunto de fatos, previamente ressignificados e, vistos através da lente das nossas experiências atuais. Ela não é fixa, mas está em constante mudança, "[...] "é acima de tudo, uma reconstrução constantemente atualizada do passado [...]" (CANDAU, 2016, p. 9).

Às vezes é equiparada à história. Grande equívoco.

> *[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise do discurso crítico (NORA,* 1993, p. 9).

Ela é informal e espontânea, não tem um objetivo pré-estabelecido. A história é uma construção teórica e pensada. Carrega o peso de ser escrita por alguém, que tem um lugar de fala, que possui um objetivo.

Le Goff, (2013, p. 14) relata que "A matéria fundamental da história é o tempo [...]". E continua: "O tempo histórico encontra [...] o velho tempo da *memória*, que atravessa a história e a alimenta." A forma que temos de conhecer o passado é através das lembranças: de pessoas, ou de fatos rememorados pelos mais diversos tipos de documentos. Esta relação não é unidirecional. Dá mesma forma que a história é construída através das reminiscências "[...] a memória se alimenta do material fornecido pela história" (POLLAK, 1989, p.13).

> *Neste sentido, não podemos esquecer que as fronteiras entre história e memória não são rígidas e que a história, seguidamente, torna-se memória e serve como âncora para identidades individuais e coletivas. Porém [...] a memória tem um compromisso maior com o reforço das identidades (nacionais, étnicas, de gênero, políticas, institucionais, entre outras), enquanto que a história deve se voltar à historicização dessas identidades, evidenciando-as como construções históricas, e não como essências ou dados naturais [...]* (SCHMIDT, 2008, p. 191 e 192).

Por ser única e pessoal ela faz com que diferentes pessoas lembrem-se de formas variantes do mesmo acontecimento, pois "[...] mais do que preservar, a memória constrói o passado, que ela inventa, no sentido de conferir-lhe sentido, insisto, que ela monta e remonta, esquece e recalca os vestígios pretéritos" (SCHMIDT, 2008, p. 191).

"A memória, (como bem sabia Davis Hume) sem dúvida tem algo a ver não só com o passado, mas também com a identidade e, assim (indiretamente), com a própria persistência no futuro" (ROSSI, 2010, p.24). É através do nosso conjunto pessoal de lembranças que construímos as identidades, a própria, de forma individual e a de um grupo, em consonância com nossos coevos e nossos ancestrais. "A [...] memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coesão interior. Ela obriga a cada um se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade" (NORA, 1993, p. 9). Esta é constituída e se reforça a partir de uma memória coletiva.[2] A própria e a coletiva estão intimamente ligadas e se retroalimentam. "A forma do relato, que especifica o ato de rememoração, 'se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão'. O sentimento do passado se modifica em função da sociedade" (Guillaumin, citado por CANDAU, 2016, p. 77).

Esta formação identitária é bastante complexa, pois incorpora diferentes elementos em sua estruturação: memórias individuais; oficiais; subterrâneas, silêncios e esquecimentos - involuntários ou voluntários. Não pode ser constituída instantaneamente, embora possa ser modificada a partir de um trabalho intensivo do poder hegemônico. Ela é fruto de um longo processo de cismas e acomodações, de modificações rápidas e estases, de aquisições e esquecimentos, tudo influenciado por seus protagonistas: pessoas com período de vidas, relações pessoais e personalidades. A fusão destes e de muitos outros elementos produz a identidade do grupo e este por sua vez leva à coesão social e a sensação de pertencimento.

As memórias coletivas tanto podem se referir a pequenos grupos, como famílias, associações, bairros, ou a grandes aglomerados como nações.

---

2. Identidade é "[...] uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica como *Outro*". CANDAU, Joël. *Iden*. 2016, p. 9.
NORA, Citado por Lúcia Villas Boas define memória coletiva como: "a recordação ou o conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada por uma comunidade viva cujo sentimento do passado faz parte integrante de sua identidade"

> *Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis* (POLLAK, 1989, p.9).

"Por isso, é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade" (CANDAU, 2016, p. 77).

Da mesma forma que objetos e edificações são, em maior ou menor grau, temporários, tanto a memória quanto a identidade, por suas características intrínsecas, são mutáveis. Devido a isso "[...] nenhum grupo social, nenhuma instituição [...] têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver ao seu desaparecimento, [...] (alimentando-se) de referencias culturais, literárias ou religiosas" (POLLAK, p.11). Várias estratégias são empregadas para sua manutenção, tanto por pessoas ou grupos particulares quanto pelo poder público. Uma de suas formas mais populares "[...] é a constituição de espaços institucionais de preservação e de celebração dos vestígios do passado [...]: museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação, memoriais, rotas turísticas 'nostálgicas'..." (SCHMIDT, 2008. p. 188). Este cuidado fez com que muitos órgãos públicos e mesmo instituições privadas "[...] pass(assem) a investir na construção de espaços para exibição (ou, mais propriamente, para a construção) do passado, para a exposição de certas narrativas a respeito 'do que fomos', visando a solidificar uma determinada imagem 'do que somos'" (SCHMIDT, Benito Bisso, 2008, p.188).

3 | QUEM ÉRAMOS? MUSEUS E A HISTÓRIA

"Os museus passaram por grandes modificações a partir da segunda metade do Século XX, mudanças que aconteceram no conteúdo e na forma, no papel social e nos espaços utilizados" (BARRETO, 2008). Para que os objetivos deste "cuidado com o passado" possam ser alcançados se faz necessário uma "[...] reflexão sobre a interpretação da memória (o que) impõe uma investigação a partir do entrelaçamento de ideias das áreas da filosofia, da sociologia, da história da cidade e das mentalidades, da história da arte e arquitetura, visando uma análise sob a ótica museológica" (SILVEIRA, 2016, p. 3 e 4). Um museu é muito mais que um conjunto de objetos. Ele deve ter uma proposta. Ao conhecer uma destas instituições o visitante não deve se esquecer disso. Da mesma forma que um historiador, cada instituição também tem seu "lugar de fala".

Os primeiros estabelecimentos deste tipo, da civilização grega ao século XV eram usados para guardar tesouros das classes dominantes. A partir de 1700 algumas instituições como a Galeria Imperial em Viena, o Palácio Quirinal de Roma e o Escorial

na Espanha admitiam o público mediante o pagamento de uma taxa, enquanto outros, tanto públicos quanto privados permitiam apenas o acesso de convidados e/ou cientistas. A primeira construção especial para este fim foi a Galeria Ufizzi, em Florença, com um andar destinado a exibir as obras de arte da família Médici. O Louvre é considerado por muitos o primeiro museu – na definição atual. Surgiu a partir da estatização das obras da nobreza e do clero após a Revolução Francesa. Era aberto à população e gratuito. Na Inglaterra a realeza não se preocupou com esta vertente cultural, pois não estava disposta a financiar o "luxo para o povo". Mas o sucesso da Grande Exposição de Produtos Industriais de 1851 levou a criação da instituição em South Kensington (BARRETO, 2008).

Além dos objetivos primordiais ligados a memória e a cultura os interesses científicos e comerciais estão cada vez mais presentes. Eles passaram a ser locais de pesquisa e "Sem dúvida, a espetacularização do passado se tornou uma excelente estratégia de marketing, uma forma bastante eficaz de vender imagens, produtos e serviços" (SCHMIDT, 2008 p.188 e 189). A questão da utilização do passado de uma forma comercial merece maiores debates e estudos.

Entre os diversos tipos de museus (arte, científicos, híbridos) os históricos possuem características e trajetórias próprias.

> *Primeiramente, nos séculos XVIII e XIX, o interesse era pela história da Grécia, Roma e Oriente Médio nos tempos bíblicos. Depois veio a época do nacionalismo caracterizada por uma atitude romântica para com as guerras. Finalmente chega-se à etapa atual onde existe a convicção de que todo o que aconteceu, os grandes feitos, a pequena história, os detalhes do cotidiano da aristocracia ou dos seus serventes, tudo é importante não somente para entender o passado mas também para planejar o futuro* (BARRETO, 2008, p.11).

Mas, o que a História tem a dizer sobre os museus? Da mesma forma que a historiografia é feita de escolhas, falas, silêncios e tem uma intenção ao relatar/interpretar determinado fato, o museu também tem seus objetivos, que podem estar explícitos em sua apresentação ou não. Ele também é feito de escolhas e omissões. O historiador ao atuar em um destes locais deve ter

> *aquele tipo de olhar que, por dever de ofício, [...] (deve) lançar aos demais objetos que estudam: um olhar eminentemente histórico, que desnaturaliza os objetos (inclusive papeis), seus arranjos, combinações, organizações e classificações, mostrando que tais operações, aparentemente desinteressadas, resultam de gestos, de escolhas, de omissões e de silenciamentos determinados pelas lutas sociais e políticas presentes em cada contexto histórico* (SCHMIDT. 2008 p.190).

"O campo da Museologia envolve uma interdisciplinaridade entre diversas áreas do conhecimento, envolvendo um processo decisório que reúne: identificação, classificação, seleção, criação de coleções e exposição de objetos musealizados" (SILVEIRA, 2016 p.

3). Cada um destes estabelecimentos tem múltiplos papeis: político, social, educacional, preservacionista, etc... Cada museu conta uma ou muitas histórias. "Ele 'dá certo' quando dialoga efetiva e eficazmente com a sociedade. O museu não deve, pois, apenas ser portador de fragmentos de memória da sociedade em que está inserido, mas transcendê-la, apontando para o futuro" (MOTA, 2018. p.62). Quando se torna apenas mais um lugar turístico a ser rapidamente visitado ele perde sua principal força, pois o diálogo do estabelecimento com a comunidade – local ou temporária- é de fundamental importância. Fruir um destes locais é muito mais que uma visita apressada atrás de um guia com uma programação extensa...

4 I ONDE HABITAMOS: AS CASAS MUSEUS

Entre as instituições históricas as casas museus se tornam cada vez mais comuns. "Este gênero museal [...] abriga registros de uma memória social, exposta em aposentos geralmente representada por um personagem de destaque para uma comunidade, independente da sua condição social" (AFONSO e SERRES, 2016, p. 40). Mas porque uma residência deve ser preservada? Uma casa, é bem mais que um imóvel, é um lar. Possui uma representação pessoal e social. Quando é aberta a visitação agrega, além do patrimônio, também uma representação cultural. Não se torna somente um imóvel público, mas um marco de uma identidade cultural. Torna-se parte do imaginário coletivo local ou regional. Traz um sentimento de pertencimento (SCARPELINE, 2008, p. 19). Por tudo isso esta instituição se difere das demais, pois

> *É uma tipologia especial de museu; cada uma delas possui uma particularidade, um tipo de acervo; consiste num refúgio doméstico que expõe um recorte de determinada época, projeta a memória de um personagem social, evidencia uma coleção de valor inestimável, retrata a vida doméstica de determinado grupo, satisfaz a curiosidade dos visitantes em observar um aspecto de uma intimidade, entre outros* (AFONSO e SERRES, 2016, p. 40).

Percebemos que este tipo de edifício significa mais que um local: ele é uma "[...] paisagem, é um estado de alma. Neste sentido, as casas [...] estão enraizadas não só na realidade, simbolizando uma época, uma região e mostrando objectos pessoais, mas estão, também, presentes no nosso imaginário e na nossa cultura" (SARDO, 2019 p.85).

Todas as casas abrigam famílias, personagens históricos conhecidos ou não.[3] Existem vários motivos que levam algumas e não outras a serem preservadas. Questões ligadas à arquitetura (exemplares únicos ou alguns representantes do comum, ordinário), fatos históricos ocorridos em seu interior ou arredores, mas principalmente a manutenção da memória de uma pessoa ou pessoas que nela viveram. Mas o que uma moradia pode nos dizer de antigos habitantes? Uma construção e seu mobiliário são frutos de uma

3. Independente de ser conhecida ou não, todas as pessoas que já viveram ou vivem são consideradas neste texto como personagens históricos.

escolha – ou uma imposição. Ambas, a escolha e a imposição nos revelam muito, desde que adequadamente inqueridas.

> *A recuperação e conservação das construções que abrigam museus-casa devem estar aliadas ao processo de interpretação de seu acervo, permitindo a compreensão e o resgate material de sua conformação interna, recriando-a como um espaço de fruição da memória, espaço onde objetos, móveis e artefatos recebem um novo olhar* (SILVEIRA, 2016 p.3 e 4).

O motivo mais frequente para a transformação de um lar em museu é a relevância de um ou mais de seus moradores. “O processo que transforma uma moradia em um museu é dado pela potência política e poética que um personagem é capaz de produzir na memória local, regional ou nacional” (MARIUZZO, 2012). Nem todos os que escreveram seus nomes na história terão suas moradias preservadas. É necessário algo além da importância histórica: é preciso fazer parte do imaginário da comunidade. Scarpeline (2008 p. 18) afirma que casas museus são lugares de memória, sendo portanto mantidas “[...] como local onde o personagem está representado, através de um cenário montado baseado na história oficial e não oficial, onde o passado é reformulado no presente, re-significado, montado para dar veracidade à biografia do homenageado.” E continua, ali “[...] o tempo é permanente, o personagem pode ser lembrado e reverenciado todas as vezes que se visitar o local”. Mas nunca devemos esquecer que a construção de um acervo se faz por pessoas que podem ou não serem coevas do homenageado, tem sentimentos, interesses e imaginário próprios.

> *[...] em uma Casa-Museu, a interpretação que os visitantes têm do local está condicionada às decisões expográficas da equipe que administra este espaço. Os gestores de uma Casa-Museu podem, por vezes, enfatizar algumas qualidades do personagem homenageado em detrimento de outras, ocultar defeitos, criar um perfil que seja mais atrativo aos olhos do público visitante, forjando uma identidade que não se destaca da realidade, mas que pode não apresentar todas as suas faces* (AFONSO e SERRES 2016, p. 44).

Embora em alguns casos, como no museu Casa de Cora Coralina, a atmosfera de lar dá a impressão da presença da moradora (na casa da poetisa temos a sensação que a qualquer momento ela vai entrar pela porta, se sentar em sua cadeira preferida - onde ainda repousam sua bengala e chinelos - e nos oferecer um café ou um doce), temos que ter em mente que não estamos no lar da pessoa, mas em uma antiga moradia que foi transformada em um local de visitação pública.

> *Não há dúvida de que a casa museu encena uma dramaturgia de memória toda especial, capaz de emocionar, de quebrar certas barreiras racionais, de provocar imaginações, sonhos e encantamentos. Por isso mesmo, é preciso perder a ingenuidade em relação às casas museus: elas fazem parte de projetos políticos sustentados em determinadas perspectivas poéticas, elas também manipulam os objetos, as cores, os textos, os sons, as luzes, os espaços e criam narrativas de memória com um acento lírico tão extraordinário*

> *que até os heróis épicos, os guerreiros valentes e arrogantes, e os homens cruéis e perversos são apresentados em sua face mais cândida e humana; afinal eles estão em casa* (CHAGAS, 2010, p. 6).

Dá mesma forma os curadores e/ou organizadores da instituição tem que sempre ter isso em mente.

> *Uma Casa-Museu, por ser em essência uma casa, não isenta o museu de suas obrigações institucionais. Consiste em uma instituição de guarda que no passado abrigou as vivências e lembranças de uma pessoa/família, ou um local que reconstrói estas memórias. A missão de uma Casa-Museu pode variar, mas em suma estima-se que preserve o edifício, os bens culturais que abriga, exerça práticas museológicas, entre outros. Não menos importante, mas principalmente caracterizador deste tipo de instituição de guarda: deve manter viva a memória ali contida do seu homenageado* (AFONSO e SERRES, 2016, p. 41 e 42).

Mário Chagas, diretor do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus) disse que se faz necessária não apenas a preservação do imóvel, mas que este mantenha vivo o espírito do personagem, por meio de um diálogo com o presente. “Isso é mais importante do que preservar os aspectos materiais. Para manter uma casa-museu viva é preciso olhar não só para o seu interior, mas, por meio de suas janelas, enxergar o mundo” (MARIUZZO, 2012 p. 1).

Existem inúmeras formas de casas museus. Palácios ou castelos e lares menos luxuosos; moradias de personagens importantes ou montagens para representação de um estilo de vida. Algumas se transformaram em museus logo após a morte de seus donos ou que foram resgatadas *a posteriori*. Locais não mais habitados e outros que continuam de forma total ou parcial a serem ocupados. Outros que foram fechados pelos herdeiros e que podem ser parcialmente remontados em ocasiões especiais em outros lugares; etc... Cada uma delas tem características e importâncias próprias.

Palácios têm seus atributos próprios. O de Versalhes cujas origens remontam ao século XVII, foi sucessivamente um retiro de caça, um lugar de moradia e trabalho da família real francesa e sua corte e, a partir do século XIX, um museu (CHÂTEAU VERSAILLES, 2019). Neste local são exibidos mobiliários da época, obras de arte e exposições temporárias, além da visita aos jardins. É um castelo transformado em museu, podendo ser considerado uma casa-museu. O Palácio de Windsor é o maior e mais antigo castelo ainda habitado do mundo. Fundado por Guilherme, o Conquistador, no século XI, já foi o lar de 39 monarcas britânicos (WINDSOR CASTLE, 2019). Embora nos dias atuais a rainha passe nele a maior parte dos fins de semana, o mesmo fica aberto à visitação durante todo o ano. É um exemplo de castelo/casa-museu que ainda serve como residência.

Entre as inúmeras atrações da revitalizada Royal Albert Dock, na cidade de Liverpool, está a Piermaster’s House. Esta moradia foi construída originalmente em 1852 para o *piermaster* e sua família. Este trabalhador era responsável por auxiliar a entrada e

saída segura das embarcações que transitavam nas docas. A edificação é uma das quatro construídas com esta finalidade, mas a única que sobreviveu aos bombardeios da Segunda Guerra Mundial. Em 2003 foi decorada como um típico lar do período da Guerra, com móveis e objetos da época (ROYAL ALBERT DOCK, 2019). É um exemplo de casa museu mimética, que não está ligada a nenhum personagem famoso, mas foi projetada com o objetivo de retratar um período específico.

A maioria das casas-museus não se transformou de residência em instituição pública logo após a morte ou a mudança de seu proprietário. Um tempo, que pode ser de meses ou séculos, decorre entre um acontecimento e outro. Um exemplo, citado anteriormente, de moradia rapidamente institucionalizada é o Museu Casa de Cora Coralina. Isso fez com que permanecesse exatamente como foi deixada pela poetisa – com exceção de algumas técnicas museológicas empregadas para melhorar a experiência do visitante. Caso a mudança ocorra num espaço temporal distante da morte de seu habitante a preservação se torna mais difícil. O imóvel pode ter sido modificado, os moveis e objetos são em sua maioria perdidos. Alguns museus como o do Museu Casa de Alphonsus de Guimaraens, em Mariana (MG) apresentam basicamente o imóvel e um acervo documental sobre o trabalho do poeta.

O apartamento do poeta e músico Renato Russo foi desativado após sua morte. Nada foi modificado e ele não voltou a ser habitado. Em 2017/2018 uma exposição situada no Museu da Imagem e Som em São Paulo apresentou ao público vários objetos pessoais de Russo, inclusive seu quarto. O cômodo foi remontado com todos os móveis e objetos.

No Brasil temos várias instituições que podem ser classificadas como casas-museu: O Museu Imperial de Petrópolis, o Solar da Marquesa de Santos, a Casa de Chica da Silva, a Casa de Juscelino, o Museu Casa da Memória Viva de Ceilandia, o Museu do Catetinho entre outros. Em Goiás existem além do Museu Casa de Cora Coralina o Palácio Conde dos Arcos e o Museu Pedro Ludovico.

5 I DOWN HOUSE: DE CASA DE FAMÍLIA A MUSEU

Uma casa-museu apresenta semelhanças e diferenças em relação a outros tipos de museus. Por fazer parte da história, da memória e do imaginário de todas as pessoas, nossa relação com o lar é impar. É-nos familiar e nos remete à privacidade. Um local íntimo e particular que se torna público. São cenários domésticos, “[...] compostos de elementos diversos, objetos e pessoas, com temporalidades especificas, inseridas na sua própria história social e cultural de quem a produziu e de quem ali morou, fazendo parte da memória coletiva” (SCARPELINE, 2008 p.16 e 17). Neste sentido podemos entender a moradia como “[...] representação, um lugar de memória, uma fronteira entre o mundo público e o privado” (SCARPELINE, 2008 p.16 e 17).

Esta relação privado/público influencia nossa percepção.

> *Para Walter Benjamin, que visitou a casa museu de Goethe e sonhou, os museus são casas de sonho do coletivo. Por essa vereda, as casas museus podem ser compreendidas como casas que propiciam sonhos de casas e que unem universos individuais e particulares com universos coletivos* (CHAGAS, 2010, p.6).

Down House fica situada próxima à vila St. Mary the Virgin, no Condado de Downe, a cerca de 25 quilômetros de Londres. Foi construída no início do século XVIII, com um formato retangular. No ano de 1778 foi adquirida e posteriormente modernizada por George Butler. Foram construídos uma nova cozinha e um bloco de serviços. Os cômodos do andar térreo foram reorganizados e a escada foi para sua posição atual. Após a morte de Butler em 1783, a propriedade mudou de mãos várias vezes, até que foi alugada e posteriormente vendida para John Johnson. (Fig. 2) Em 1837 foi adquirida pelo Reverendo J. Drummond, vigário de Down. Ele contratou o engenheiro civil Edward Cresy para fazer algumas melhorias. Foi instalado um novo telhado, dois banheiros e um pátio (REEVE, 2016, p. 49).

Fig 2: Vista lateral de Down House. Desenho de W. A. Johnson. Por volta de 1835. <https://www.english-heritage.org.uk/visit/places/home-of-charles-darwin-down-house/history/>

Os Darwins mudaram-se para Down House em 24 de setembro de 1842. A família crescia (Emma estava grávida de seu terceiro filho) e a residência de Londres não mais

acomodava a todos. (Fig. 3) Eles permaneceram na casa até a morte de Charles Darwin em 1882. Até 1896, ano de seu falecimento, Emma voltava para passar os verões. Neste período várias modificações e melhorias foram feitas (HOME OF CHARLES DARWIN – DOWN HOUSE, 2019).

Fig 3: Fotografia de Charles Darwin em seu cavalo Tommy na porta de Down House1867.

REEVE, Tori. *Down House: the home of Charles Darwin*. London: English Heritage Guidebooks.. 2016, p. 45.

O imóvel ficou fechado até a virada do século. Vários arrendamentos se seguiram. “Em 1907 a casa tornou-se Downe House, uma escola para meninas administrada com sucesso por miss Olive Willis.” Em 1921 foi novamente desocupada quando a escola se mudou para acomodações maiores. Outro estabelecimento de ensino foi fundado, mas sem o mesmo sucesso do anterior. Após o fechamento deste a edificação ficou vazia e em crescente abandono (HOME OF CHARLES DARWIN – DOWN HOUSE, 2019).

Em 1927 Sir Arthur Keith, curador do Museu Hunterian no Royal College of Surgeons, em seu discurso na Associação Britânica para o Avanço da Ciência trouxe a público a situação de Down House. Sensibilizado, Sir George Buckston comprou e restaurou a residência, a um custo total de quase quinze mil libras. As mudanças que haviam sido feitas

no período da escola foram desfeitas e a reestruturação da casa foi feita com a ajuda de Leonard, o último filho sobrevivente de Charles e Emma. Com a ajuda de fotografias e da própria memória e com a doação de móveis e outros pertences da família tentou-se manter o imóvel o mais parecido possível com quando a família ali residia (REEVE, 2016, p. 49). Tal ato está de acordo com as técnicas de museologia, já que

> Nos casos de Casas-Museu que homenageiam uma personalidade ou uma família, estima-se que mantenham o mais fielmente possível o arranjo original da casa, expondo os objetos de cunho íntimo, levando em consideração as suas reminiscências, e permitindo ao público visitante uma interpretação verossímil do cerne da vivência daqueles indivíduos (AFONSO e SERRES, 2016, p. 45).

A casa foi aberta a visitação sob o nome de Museu Darwin, em 7 de junho de 1929 e assim permaneceu por quase sessenta anos. A visitação só foi interrompida durante a Segunda Guerra mundial. O Royal College of Sugeons cedeu a responsabilidade pelo local para o Museu de História Natural no final dos anos 80 (HOME OF CHARLES DARWIN – DOWN HOUSE, 2019). Este tipo de museu vai, na imaginação do visitante, além do imóvel e objetos vistos, pois "a casa como lugar de memória será capaz de revelar os mistérios de seu proprietário, tão cuidadosamente arrumados e conservados em seu interior. Visitá-la é penetrar nesse mundo particular, como um intruso pairando sob seu cotidiano íntimo" (SCARPELINE, 2008 p. 21). Ela

> *[...] também guarda cantos, antros (os abismos da cama e algumas árvores do quintal, por exemplo), espaços que se situam embaixo (o porão e as caves, por exemplo) e outros que se situam encima (o forro, o telhado e o sótão, por exemplo) e alguns outros que se situam no meio (o dentro dos armários, o dentro das gavetas e de outros móveis, por exemplo). Cada um desses espaços arquiva e aciona sonhos e memórias, preserva e acende imaginações e reflexões* (CHAGAS, 2010, p. 5).

Em 1996, a propriedade passou para os cuidados da English Heritage[4], que realizou grandes reparos estruturais para garantir a estabilidade do imóvel. Os quartos do andar térreo foram restaurados para terem aparência similar ao que teriam no tempo de Darwin, e uma exposição explorando sua vida e trabalho foi instalada no primeiro andar. A casa reabriu para os visitantes em 1998, e nesse ano um programa de trabalho de longo prazo foi iniciado para restaurar os jardins, que agora estão completos (REEVE, 2016, p. 50). (Fig 4)

4. A English Heritage surgiu no final do século XIX com o objetivo de colocar a herança histórica da Inglaterra à frente do interesse privado. Em seu início fazia parte do departamento do governo responsável pela arquitetura e construção. Em 1913 recebeu autorização do Parlamento para fazer uma coleção de locais e edifícios históricos da Grã Bretanha. Em 1983 foi transferida para um novo órgão e recebeu o nome de Henglish Heritage. Foi bastante aperfeiçoada e começou a ser superavitária. Hoje ela se autossustenta com entradas, associados e doações (ENGLISH Heritage, 2019).

Fig 4: Fotografia da frente de Down House, outubro de 2018. COSTA, S. S.

6 I CONCLUSÃO

A memória, o imaginário e a história estão intrinsicamente relacionados. O imaginário nada mais é do que uma releitura coletiva e interpretativa, individual ou compartilhada, da memória. É a forma como percebemos e ressignificamos o mundo a partir de nossas experiências e lembranças integradas à cultura na qual estamos imersos. A história é fruto da compilação sistemática da memória, integrada com o imaginário, tanto da comunidade retratada quanto de quem a retrata. Está impregnada de escolhas conscientes ou não e é um fato político.

Entre as diferentes demandas para a construção da identidade de um grupo está a manutenção do passado. Dentre as inúmeras formas de fazê-lo temos os museus, que são locais, públicos ou privados, e tem por objetivo guardar e expor (objetos, edificações, materiais de conservação de imagens e áudios, etc...). São consideradas casas-museus os museus que retratam lares, geralmente associados à personalidade(s) famosa(s). Não de qualquer pessoa, mas das que se tornaram presentes no imaginário e ligadas a uma comunidade.

Down House, a casa na qual Charles Darwin viveu por quarenta anos com sua família (1842-1882) foi transformada em museu em 1927, e com sua aquisição e doação à associação Britânica para o Avanço da Ciência torna-se o museu Darwin. Neste período descendentes de Charles e de sua esposa Emma doaram objetos e móveis originais para

a composição do acervo e dos ambientes. Grande parte das recriações se baseou em fotos do interior da casa, tiradas por Leonard Darwin, ainda durante a vida do pai. Em 1996, a propriedade passou para os cuidados da English Heritage, que após uma grande restauração reabriu a casa à visitação sob o nome de Down House: o lar de Charles Darwin (REEVE, 2016).

Este museu possui uma grande importância tanto para a história em geral quanto para a história científica. O lar de Charles Darwin foi muito mais do que uma casa do período vitoriano, onde ele e sua esposa criaram seus dez filhos; foi seu local de trabalho. Suas principais obras foram escritas nela. Nela também, ele fez experimentos, trocou uma vastíssima correspondência, recebeu outros cientistas e teve suas principais ideias. Embora seja uma casa-museu, este local se preocupa com a preservação não apenas da memória do homem, mas também da memória do cientista. Seu escritório, seus cadernos de anotações e muitos objetos usados em seus estudos e na viagem do Beagle estão expostos.[5] Nos jardins podemos visitar a horta e a estufa – original –, que acomodam plantas e experimentos similares aos feitos no séc XIX.

Mesmo não sendo um dos mais populares, entre os inúmeros museus britânicos, Down House, a casa de Charles Darwin propicia uma vivência unica. Caminhar em seus cômodos e jardins é uma experiência marcante para os amantes da ciência, mas também para as pessoas que gostam de história, de personagens históricos e seus lugares de memória.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Micheli Martins e SERRES, Juliane Conceição Primon. **Casa-museu, Museu-casa, Casa histórica:** um lugar de memórias. Vox Musei Arte e Patrimônio. Ano 1, n. 1 2016.

BARRETO, Margarida. Os Museus e a autenticidade no turismo. In: **Revista Itinerariun**. V. 1 2008. Disponível em: consultado em abril de 2019.

BÔAS, Lúcia Villas. **História, memória e representações sociais**: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. Cadernos de Pesquisa v.45 n.156 abr./jun. 2015, p. 250. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v45n156/1980-5314-cp-45-156-00244.pdf> Consultado em junho de 2019

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAGAS, Mario. A poética das casas museus de heróis populares. In: **Revista Mosaico**. Volume 2, n. 4. 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/ article/view/62790/61925> Acessado em abril de 2019

CHÂTEAU VERSAILLES. Official website. <http://en.chateauversailles.fr/> consultado em outubro de 2019.

5. Charles Darwin participou de uma expedição oficial da marinha britânica no navio HMS Beagle. Tal expedição ocorreu de 27 de dezembro de 1831 à 2 de outubro de 1836 e contornou a América do Sul, seguiu pelo Oceano Pacífico até a Austrália, contornou o Sul da África e retornou à Inglaterra após mais uma parada nas costas brasileiras. O conhecimento adquirido nesta viagem foi fundamental para o desenvolvimento da teoria evolutiva (DARWIN, 2008).

DARWIN, Charles. **A viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Vol. I e II. Porto Alegre : L&MP, 2008.

ENGLISH HERITAGE: OUR HISTORY <https://www.english-heritage.org.uk/about-us/our-history/> consultado outubro de 2019.

FOSTER, Jonathan K. **Memória**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

HOME OF CHARLES DARWIN – DOWN HOUSE: <https://www.english-heritage.org.uk/visit/ places/ home-of-charles-darwin-down-house/history/>. Consultado em junho de 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. Revista. Campinas: Editora da Unicamp. 2013.

MARIUZZO, Patrícia. **Janela indiscreta para vida de quem ficou para a história**. In: *Cienc. Cult*. vol. 64 n.1 São Paulo Jan. 2012 disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000100021>. Consultado em abril de 2019.

MLODINOW, Leonard. **Subliminar**: como o inconsciente influencia em nossas vidas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTA, Carlos Guilherme. Museus: memória e perspectivas. In: **Encontros brasileiros de Palácios, Museus-casas e Casas históricas***: 2014-2017*, São Paulo: Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e História**: A problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, (10). Dez 1993, p. 9.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silencio. In: **Estudos históricos***.* Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

REEVE, Tori. **Down House:** the home of Charles Darwin. London: English Heritage Guidebooks. 2016, p. 49.

ROYAL ALBERT DOCK, Liverpool, UK. The Piermaster's House. Albert Dock, Liverpool L3 4BB, UK. http://www.liverpoolmuseums.org.uk/mol/visit/galleries/piermasters-house.aspx> Consultado em junho de 2019.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo : Editora UNESP, 2010.

SARDO, Anabela Naia. *Turismo literário:* uma forma de valorização do património e da cultura locais. In: **Egitânia sciencia**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10314/3416>. Consultado em abril de 2019. p. 85

SCARPELINE, Rosaelena. Lugar de morada X Lugar de memória: a construção museológica de uma casa museu. In: **XI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association** - BRASA. 2008, p. 19. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication 259641620_Lugar_de_morada_X_Lugar_de_memoria_a_construcao_museologica_de_uma_Casa_Museu>; Consultado em abril de 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso O Historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, V 15, N. 28, p.187 – 196, dez 2008.

SILVEIRA, Maria Teresa da. **Museu Casa de Rui Barbosa:** interpretação, memória e esquecimento. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016 p. 3 e 4.

WINDSOR CASTLE. Royal Collection Trust. Disponível em: <https://www.rct.uk/visit/windsor-castle> Consultado em junho de 2019.

CAPÍTULO 14

NOTAS HISTÓRICAS DO DISTRITO DE MARRECAS, NO CEARÁ: DOS ÍNDIOS JUCÁS AO CAFÉ DAS PRIMAS

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 21/02/2021

João Álcimo Viana Lima
Professor da Universidade Estadual do Ceará; atualmente exerce o cargo de Secretário de Educação do Município de Tauá

RESUMO: Este trabalho, fugindo da linearidade temporal, se propôs e reconstituir aspectos da história de Marrecas, distrito integrante da estrutura geopolítica do Município de Tauá, no estado do Ceará. Metodologicamente, o conceito de anotações ou notas históricas que utilizamos incorpora a perspectiva de recortes de fatos e dados históricos, inseridos em variadas temáticas e trazidos a lume por meio de levantamentos bibliográficos e documentais, além da utilização do recurso da oralidade. Em que pese ao fato de serem enfatizadas várias datas, com exatidão ou aproximação, não foi adotado com rigor um padrão de sequências cronológicas, embora estas sejam perceptíveis em algumas passagens do trabalho. As "notas" foram alicerçadas na interdisciplinaridade, no reconhecimento dos diversos sujeitos históricos e grupos étnicos e sociais (incluindo o período anterior à colonização portuguesa) e na valorização da história local. Quanto ao recorte de fatos e dados levantados pela pesquisa, destacam-se: a população nativa dos índios jucás e sua relação com os colonizadores; o início da colonização, por meio da concessão de sesmarias a colonos portugueses; a criação da circunscrição distrital; o patrimônio arqueopalentológico e religioso; a escravidão no perímetro de Marrecas; a passagem da Coluna Prestes; e o protagonismo feminino no contexto da criação e expansão da povoação de Café das Primas.

PALAVRAS-CHAVE: Marrecas, Tauá, Notas históricas.

ABSTRACT: This work, fleeing temporal linearity, proposed and reconstructed aspects of the history of Marrecas, a district that is part of the geopolitical structure of the Municipality of Tauá, in the State of Ceará. Methodologically, the concept of notes or historical notes that we use incorporates the perspective of clippings of facts and historical data, inserted in various themes and brought to light through bibliographical and documentary surveys, in addition to the use of the orality resource. In spite of the fact that several dates were emphasized, with accuracy or approximation, a pattern of chronological sequences was not rigorously adopted, although these are noticeable in several passages of the work. The "notes" were based on interdisciplinarity, on the recognition of diverse historical subjects and ethnic and social groups (including the period before Portuguese colonization) and on the valorization of local history. As for the clipping of facts and data raised by the research, the following stand out: the native population of the Jucás Indians and their relationship with the colonizers; the beginning of colonization, by granting sesmarias to Portuguese colonists; the creation of the district district; the archaeopalentological and religious heritage; slavery on the Marrecas perimeter; the passage

of the Prestes Column; and female protagonism in the context of the creation and expansion of the village of Café das Primas.
KEYWORDS: Marrecas, Tauá, Historical notes.

1 I INTRODUÇÃO

Este trabalho, com anotações sobre a história de Marrecas, distrito integrante da estrutura geopolítica do Município de Tauá, no Estado do Ceará, foi suscitado por segmentos municipais, dentre eles a Câmara de Vereadores, quanto à necessidade de levantamentos históricos, incluindo abordagens como as que se referem às populações nativas, à colonização portuguesa, ao ato de criação distrital, à representação política, às relações sociais, à educação escolar, além de outras.

Tauá integra o Sertão dos Inhamuns, microrregião localizada no sudoeste do Estado. Sua elevação à categoria de município foi realizada em 3 de maio de 1802, tornando-se o 14º ente federativo municipal na estrutura político-administrativa da Capitania cearense. Na ocasião, seu topônimo foi alterado para São João do Príncipe. Com a implantação da República, subtraiu-se a homenagem ao membro da realeza e sua denominação foi alterada para São João dos Inhamuns, em 2 de dezembro de 1889. O restabelecimento da antiga terminologia, Tauá, ocorreu em 14 de outubro de 1898, por meio da Lei Estadual nº 485. (LIMA, 2020, p. 19-20).

Por seu turno, o topônimo Marrecas, que nunca mudou desde o início da povoação no século XVIII (SANTOS; FREITAS; CARACAS, 2006, p. 24-25), é decorrente do ajuntamento desse tipo de ave, que vinha pousar nas águas da lagoa, que ainda hoje existe na Vila, localizada a 22 km da sede do Município, cujo acesso se dá sucessivamente pela rodovia estadual CE-187 e pela rodovia federal BR-020.

O conceito de anotações históricas utilizado neste trabalho incorpora a perspectiva de recortes de fatos e dados históricos, inseridos em variadas temáticas e trazidos a lume por meio de levantamentos bibliográficos e documentais, além da utilização do recurso da oralidade.

Em que pese ao fato de serem enfatizadas várias datas, com exatidão ou aproximação, não foi adotado com rigor um padrão de sequências cronológicas, embora estas sejam perceptíveis em algumas passagens do trabalho. Fugindo da linearidade temporal, essas “notas históricas” alicerçaram-se na interdisciplinaridade, no reconhecimento dos diversos sujeitos históricos e grupos étnicos e sociais (incluindo o período anterior à colonização portuguesa) e na valorização da história local.

O conceito de “história local” não se resume ao “lugar”, que possui preponderância na produção de um determinado conhecimento histórico. Mas, sem dúvidas, nessa perspectiva historiográfica o “local” assume a posição de centralidade no processo investigativo. Sob essa óptica, não foram estabelecidas fronteiras geográficas e temporais nos múltiplos recortes retratados.

2 | A CRIAÇÃO DO DISTRITO

A povoação de Marrecas foi elevada à categoria distrital no âmbito do município de São João do Príncipe (atual Tauá) por força da Lei Provincial nº 831, de 22 de setembro de 1857, tendo por limites "os rios Puiu, e Roça com todas as suas águas, e a barra do riacho do meio pelo rio Jaguaribe acima até o lugar Poço da Panela"[1].

No contexto de sua condição como ente distrital, na área educacional, a Lei Provincial nº 890, de 23 de julho de 1859[2], criou uma cadeira do ensino primário para o sexo masculino na povoação de Marrecas, representando, com efeito, uma das poucas iniciativas públicas de investimentos na educação escolar.

Entre a manutenção e a perda do *status* como distrito de paz ou freguesia, a Lei nº 1.608, de 21 de agosto de 1874, revogou a criação da freguesia, enquanto a Lei nº 1.732, de 25 de agosto de 1876, restabeleceu o distrito de paz, com as seguintes fronteiras: "ao poente, com o riacho do Campo Preto até São Martinho; ao nascente com o termo de Maria Pereira; ao norte com os lugares Labelê *[Zabelê]*, Passos, S. João, do finado João de Araújo e S. Benedito; e ao sul com o termo de Arneiroz"[3].

Cabe destacar que embora se trate de um conceito eclesiástico, as freguesias, durante os períodos colonial e monárquico pós-independência e no contexto da inseparabilidade entre Estado e Igreja, assumiam funções civis e religiosas e ficavam subordinadas administrativamente às vilas (municípios).

A prerrogativa distrital foi mantida pelo Decreto Estadual nº 1.156, de 4 de dezembro de 1933, algo que foi ratificado pelo Decreto Estadual nº 448, de 20 de dezembro de 1938 e pelo Decreto-lei Estadual nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943, que dispuseram sobre a divisão territorial e administrativa do Estado.

3 | POPULAÇÃO NATIVA E REGISTROS ARQUEOPALEONTOLÓGICOS

O distrito está situado em uma das faixas geográficas pioneiras no processo de colonização do planalto dos Inhamuns. Suas populações nativas eram compostas pelas tribos dos jucás. De acordo com Antônio Gomes de Freitas: "o sertão dos Inhamuns era a pátria dos Jucás" (1972, p. 35).

Segundo Joaquim de Castro Feitosa, os índios do Trici "foram sendo empurrados pelos tupis, e depois pelos posseiros das terras, e se concentraram no sul dos Inhamuns, na região do Coronzó, no município de Parambu" (Apud FARIAS, 2002, p. 13). Além da migração forçada, o método do aldeamento, sob a direção de missionários religiosos, como ocorreu com os jucás nos atuais municípios de Arneiroz, Iguatu e Jucás[4], consistiu na proposta da Companhia de Jesus em doutrinar as populações nativas ao cristianismo

1. Cf. OLIVEIRA; BRABOSA (2009).
2. Cf. Ibid.
3. In: CONSTITUIÇÃO (4 out. 1876).
4. Cf. STUDART FILHO (1931, p. 53-102).

católico e de pacificá-los sob a estrutura do poder colonial que se instalava.

Os jucás são descritos por muitos autores por não terem se adaptado ao formato de trabalho imposto pelos portugueses e por suas inclinações belicosas, sendo “ferocíssimos em guerra”[5]. Essa característica, ao tempo em que gerava inconveniências aos lusos, por outro lado, revelou-se útil para estes, que os utilizaram em combates deflagrados contra outros nativos e outros colonos. Contudo, no processo de colonização, as populações jucás de Tauá e demais regiões, além de outros povos indígenas que habitavam o Brasil, foram gradativamente exterminados pelos colonizadores.

A presença das populações indígenas ficou registrada nas rochas, por meio de pinturas que resistiram às intempéries do tempo. Em 2006, a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, em parceria com o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), realizou o georreferenciamento de dois sítios arqueológicos no distrito, situados na localidade de Mocambo (TAUÁ, 2008). Há uma considerável variedade de inscrições rupestres, que se encontram bastante conservadas, atestando que, na informalidade que norteava suas vidas, nossos primeiros habitantes fizeram da natureza seus painéis de manifestações artísticas e culturais e de representação histórica.

Além dos registros humanos da pré-história, há comprovações de que a fauna de Marrecas foi habitada por animais mamíferos de grande porte. No final da década de 1990, trabalhadores rurais que perfuravam um cacimbão à procura de lençol freático, na localidade de Baixa Funda, na várzea do rio Puiú, encontraram dezenas de fragmentos de ossos fossilizados de uma preguiça gigante. Esta viveu, aproximadamente, nos idos de 4.400 anos antes do presente (FEITOSA, 2016), conforme datação realizada pela Universidade de Toronto, no Canadá, após análise feita pelo Centro de Energia Nuclear da Universidade de São Paulo (USP), por meio do método Carbono 14 (C-14). As articulações e os encaminhamentos foram providenciados pelo pesquisador Joaquim de Castro Feitosa, fundador do Museus dos Inhamuns. Os fósseis estão sob a guarda da Fundação Bernardo Feitosa e expostos no referido Museu, na cidade de Tauá.

4 I COLONIZAÇÃO DAS TERRAS MARREQUEIRAS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO DISTRITO

Na segunda década do século XVIII, o rio Puiú, o riacho das Roças e o riacho das Cacimbas serviram de referência para a instalação das primeiras propriedades rurais e povoações na extensão territorial de Marrecas. No contexto do sistema de latifúndios instituído na colonização brasileira, no ano de 1717 consta a concessão de duas sesmarias, com ambas possuindo três léguas de comprimento por uma légua de largura, dimensão predominante, pelo menos em termos oficiais, nos registros das terras distribuídas pelos representantes do Governo português aos sesmeiros que se estabeleceram no Brasil.

O quadro a seguir traz outras descrições acerca das sesmarias mencionadas:

5. Cf ARARIPE (2002, p. 13).

CARTAS DE SESMARIAS CONCEDIDAS NA ÁREA DE MARRECAS – 1717			
DATA DA CONCESSÃO	**REFERÊNCIA**	**LOCALIDADE**	**SESMEIROS**
07/07/1717	CE 0355	Riacho das Cacimbas	José de Almeida Vieira
07/07/1717	CE 0807	Riacho das Roças	Luís Coelho Vidal (que em outras datas de sesmarias aparece com o sobrenome Vital) e Manuel Coelho Vidal

Fonte: Ceará (1926); Plataforma S.I.L.B.

Cabe enfatizar que as descrições das terras requeridas eram feitas pelos próprios requerentes e revelaram-se imprecisas e incompletas. A identificação e as delimitações das localidades adotavam como referência os rios, riachos, olhos d'água, serras e outros acidentes geográficos, cujas denominações podiam divergir entre requerimentos diferentes. Embora em muitas das solicitações de sesmarias houvesse omissão parcial ou total na descrição dos confrontantes com os pontos cardeais, em vários casos foram informadas propriedades de terra com ou sem demarcação e com ou sem identificação do sesmeiro.

Nos documentos de concessão das duas sesmarias localizadas no território de Marrecas, foram informadas os seguintes confrontantes:

CONTRONTAÇÕES DAS SESMARIAS CONCEDIDAS NA ÁREA DE MARRECAS – 1717	
LOCALIDADE	**CONFRONTANTES INFORMADOS**
Riacho das Cacimbas	Norte: dois serrotes, localizados entre o rio Jaguaribe e o riacho dos Jucás. Sul: terras do capitão Francisco Muniz Barreto.
Riacho das Roças	Norte: terras do capitão Antônio Esteves, nas imediações do riacho Puiú.

Fonte: Ceará (1926); Plataforma S.I.L.B.

No processo de colonização, foram estabelecidos, no baixo Puiú, "os domínios do Ten. Cel. Custódio André dos Santos, e do Capitão Manuel Gonçalves dos Santos (ascendente do jornalista Geraldo S. Nobre, que depois trouxeram os seus parentes, da parte sul da região e fundaram nas Marrecas o clã dos Carcarás do S. João do Príncipe" (FREITAS, 1972, p. 45).

Acerca do referido grupo familiar, José Castelo Cidrão esclarece que:

> [...] Ele vem dos Caracas. Aquele povo viajou muito. E, antes de serem Caracas – que era apelido – porque vieram da capital da Venezuela, eram Braga, Fernandes Vieira, Bastos, Carvalho, Alves, Santos... Origem, origem

> mesmo, era de Portugal. Tudinho. De Portugal para Caracas, de Caracas para Pernambuco. Aos poucos essa gente saiu de Pernambuco e foi se ajuntando aqui no Ceará. Na vinda para os Inhamuns, passaram um tempo lá pras bandas do Saboeiro, numa propriedade chamada Várzea do Carcará. E o povo começou a dizer:
>
> — Lá vêm os Carcará! Os Carcará!
>
> Então, ficaram com dois apelidos: Caracas e Carcará. E desses nomes eles são chamados até hoje. (BECHELLI, 2005, p. 12-13).

A família Fernandes Vieira, que, nos séculos XVIII e XIX, manteve-se hegemônica em termos políticos e econômicos em Saboeiro (que historicamente integra o Sertão dos Inhamuns) e como uma das mais influentes no Ceará, a partir dos primeiros anos do século XIX passou a ocupar posições de destaque no Município de São João do Príncipe, cuja hegemonia pertencia aos Feitosas. Como exemplo, salienta-se que Francisco Fernandes Vieira, em 1810, foi nomeado juiz ordinário e tenente da milícia local (CHANDLEER, 1981, p. 72).

Na esfera política, no período imperial, os Carcarás de Marrecas, abrigados no Partido Conservador, opuseram-se no plano municipal à hegemonia política exercida pela família Feitosa, que integrava o Partido Liberal. Nas primeiras décadas da República, João Freire Cidrão, membro do Partido Republicano Conservador, foi nomeado pelo presidente da Província do Ceará como intendente de Tauá para o período de 1894 a 1896.

Dos descendentes de Marrecas, registra-se a atuação de vários representantes políticos, como deputados, prefeitos e vereadores. Dentre eles, o médico Júlio Gonçalves Rêgo foi prefeito de Tauá (1963-66), deputado estadual em sete mandatos consecutivos (1966-94), presidente da Assembleia Legislativa do Ceará (1991-92) e conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Na fase posterior ao fim da ditadura militar brasileira, que culminou com a implantação das assembleias constituintes, no plano nacional (em 1987), nos estados e municípios (a partir de 1989), a constituinte tauaense foi presidida pelo então vereador Júlio Alexandrino Feitosa Gonçalves, com bases eleitorais e familiares no distrito.

Procedentes do território marrequeiro, também, exerceram a chefia da municipalidade tauaense, Luiz Tomaz Dino (em 1996), Antônio Roney Reis Gonçalves (em 1999, tendo sido eleito vice-prefeito em 1996) e Júlio César Costa Rêgo (em 2016, tendo sido eleito vice-prefeito em 2008 e 2012).

5 | PATRIMÔNIO RELIGIOSO

Sobre a construção da primeira igreja do distrito, existem duas versões: a mais difundida entre os populares descreve a senhora Márcia de Oliveira, filha de um dos

primeiros habitantes de descendência portuguesa, como a principal responsável, tendo ela, inclusive, contratado um pedreiro na capitania de Pernambuco para essa finalidade.

Por seu turno, o historiador Raimundo Girão (1983, p. 315) descreve o senhor Manuel Cândido Pereira como o fundador da capela. Construída por volta do ano de 1717, passou a ter como orago a Sagrada Família (Jesus, Maria e José), vindo a tornar-se referência no Sertão dos Inhamuns e, também, como o templo religioso mais antigo do município de Tauá.

Atualmente, a celebração da missa e dos festejos dos padroeiros da vila de Marrecas está inserida no calendário do turismo religioso cearense, através da Lei nº 16.047, de 28 de junho de 2016. Trata-se da principal tradição do distrito, para onde se deslocam milhares de pessoas na propagada Caminhada da Fé, constituindo-se em uma das maiores romarias do Estado.

A Igreja de Jesus, Maria e José, desde 2006, está tombada pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará (COEPA)[6] e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural[7]. O templo da Sagrada Família possui planta retangular e uma estrutura arquitetônica barroca antiga, tendo ainda a pia batismal, sinos e madeiras originais. Dois cunhais em relevo, encimados por pináculos, se destacam nas laterais e um arco-cruzeiro faz a transição entre a nave e a capela-mor, que se desenvolve em dois níveis, ficando o altar em posição mais elevada. Aliado ao seu inestimável valor arquitetônico, a igreja conta com um extraordinário conjunto de imagens sacras.

6 | “CARCARASAL DOS INHAMUNS”

No contexto da existência da escravidão, em São João do Príncipe a mão de obra escrava era utilizada nas atividades agropastoris, nos serviços domésticos e em outros ofícios, tais como os de alfaiates, carpinteiros, costureiras, correeiros, ferradores, pedreiros e seleiros. No entanto:

> [...] Segundo informações dos Liberais de Tauá, por volta da metade do século XIX os escravos não precisavam mais fugir para o Piauí ou o Maranhão, pois era muito mais fácil se refugiarem sob a proteção dos Carcarás em Marrecas. Vez por outra, o jornal Cearense *[vinculado ao Partido Liberal e que circulou de 1846 a 1892]* publicava reclamações contra os Carcarás que empregavam escravos fugidos como trabalhadores livres. [...]. (CHANDLER, 1981, p. 72).

Nesse contexto e a partir de uma reportagem de um correspondente do aludido periódico em 1858, surgiu a expressão “Carcarazal dos Inhamuns”, em referência ao distrito de Marrecas e uma forma pejorativa de se referir a uma das famílias integrantes ao Partido Conservador, oponente do Partido Liberal, que em Tauá e nos demais municípios

6. Cf. CEARÁ. (Acesso em: 9 abr. 2019).
7. Cf. IPATRIMÔNIO. (Acesso em: 9 abr. 2019).

da microrregião tinha a família Feitosa como sua principal representação política. Vejamos o que publicou o jornal O Cearense (20 jul. 1958, p. 2):

> Em Marrecas anda um quilombo de negros, que está tomando muito corpo, que a não ser logo perseguido, em breve se tornará fatal. Seis negros fugidos andam agora em Marrecas sem que tenham sofrido até agora o menor incômodo. Dois deles foram mesmo dos carcarás dali, e pertencem hoje a um moço dessa capital chamado Ernesto Brazil de Matos, que há dias está gastando dinheiro, nutrindo vãs esperanças de os carcarás, ex-senhores dos negros, capturá-los novamente e entregá-los.
>
> Há tempos que Marrecas é refúgio dos negros alheios, que ali vão ocultarem-se sob a proteção de alguém, porém agora o escândalo subiu de ponto, os negros vivem publicamente naquela povoação, trabalhando para os que a eles prestam proteção, e insultando a aqueles que se revoltam com semelhante procedimento. Se isso se desse no Cococi ou Arneiroz, há tempos que os prelos do D. Pedro II tinham gemido com acusações aos Feitosas; porém este fato se passa no **carcarazal do Inhamum**, ninguém o tem denunciado. (Grifo nosso).

Cabe frisar, no entanto, que os dados da primeira década do século XIX apontam São João do Príncipe entre os municípios da Província cearense que possuíam o maior registro de população escrava[8]. A seu turno, a referida matéria jornalística revela a oposição que havia no Ceará, em meados do século XIX, aos movimentos abolicionistas.

No recenseamento de 1872, entre as paróquias (freguesias) que integravam o Termo de São João do Príncipe, Marrecas, proporcionalmente, possuía o menor número de escravos: 229 ao todo, o que representava 6,41% de seus habitantes. Enquanto isso, nas suas adjacências, Cococi e Arneiroz, possuíam 12,38% e 8,25%, respectivamente, de população escrava. Também acima do percentual de Marrecas, os escravos de Flores (na ribeira do Trici) e da Vila de São João do Príncipe representavam 7,61% e 8,64%, respectivamente, de seu contingente populacional (MELLO, 1 ago. 1872)

O relatório censitário daquele ano identificou em Marrecas uma população total de 3.570 pessoas, assim distribuída entre as raças tipificadas:

POPULAÇÃO DE MARRECAS EM 1872		
RAÇA	**QUANTIDADE DE PESSOAS**	**PERCENTUAL**
Parda	2.287	64,06%
Branca	568	15,91%
Crioula	393	11,01%
Preta	322	9,02%
TOTAL	**3.570**	**100,00%**

Fonte: Império do brasil (1872).

8. Cf. FUNES (2000, P. 103-132).

Constata-se, portanto, que os habitantes de sangue negro representavam 73,08% da população distrital. Somando as três paróquias integrantes do Município de São João do Príncipe (Nossa Senhora do Rosário/Sede, Nossa Senhora do Carmo/Flores e Jesus, Maria e José/ Marrecas), pardos e pretos totalizaram 63,80% do contingente populacional. Entre os 2.609 habitantes pardos e pretos do distrito, 91,22% foram classificados na condição de livres.

A redução da escravidão em Marrecas e em São João do Príncipe, a partir da segunda metade do século XIX, teve os reflexos diretos da venda de escravos para outras regiões, das crescentes alforrias, dos efeitos devastadores das secas intensas (como a que ocorreu entre 1877 e 1879) e da intensificação da campanha e da legislação abolicionista. A propósito, pouco mais de quatro meses após o marco libertador do então município cearense de Acarape (hoje Redenção), em reunião realizada na Câmara de Vereadores, foi celebrado o fim da escravidão na sede municipal, com a entrega de quarenta cartas de alforria[9].

Cabe enfatizar que nas demais localidades tauaenses a escravidão foi considerada extinta em março de 1884[10], data em que foi oficializada a abolição da escravatura na província do Ceará.

7 | TRAVESSIA PARA A COLUNA PRESTES.

Entre seus vários registros históricos, Gomes de Freitas (FREITAS, 1972, p. 116-119) relata a passagem da "Coluna Prestes", também denominada de "Coluna Miguel Costa – Prestes", pelo distrito, em fevereiro de 1926, com uma "volante" de aproximadamente 30 (trinta) homens, que foram rechaçados, na comunidade de Missão, localizada nas imediações do rio Puiú, "após nutrido fogo" contra uma tropa autorizada pelo prefeito da época e comandada por Quim Noronha (fazendeiro local).

No confronto, o movimento revolucionário perdeu um de seus combatentes, conforme descreve o padre e pesquisador Geraldo Oliveira Lima (2012), a partir da reconstituição desse episódio por Filomena Pires, que acompanhou parte do percurso da Coluna, entre a cidade de Parambu e o distrito de Marrecas. De acordo com ela:

> Os revoltosos chegaram em Missão de noite. Agora a polícia chegou de madrugada.
>
> [...]
>
> Foi a polícia *[quem atirou inicialmente].* Tropa volante *[grupo paramilitar do fazendeiro Quim Noronha].*

9. Cf. CHANDLER (1981, P. 188-189).
10. Cf. LIBERTADOR (25 mar. 1884).

> Da parte dos revoltos *[morreu alguém].* O nome dele era Evaristo, E disse que era soldado do Exército.
>
> [...]
>
> Eu tava mesmo assim, quando ele caiu. Deram três tiros nele, depois de perguntarem assim: 'É amigo ou inimigo?' Ele respondeu mesmo assim: 'É inimigo!' Aí eles atiraram nele, na calçada. Mas eu nunca me lembrei que ele trazia dinheiro. Agora, de manhã, quando chegaram, que cercaram tudo, o sargento que vinha na frente revirou ele e tirou duas bolsas que tavam cheias de dinheiro. (LIMA, 2012, p. 262).

Paes Loureiro registra que o "punhado de combatentes", que pernoitou em Marrecas, após o cansaço "de uma longa jornada a cavalo sob a chancela de um causticante sol dos sertões dos Inhamuns", provavelmente assim o fez "sem nenhum esquema de segurança" (2008, p. 132-133).

Oriunda do movimento tenentista e defensora da implantação de reformas políticas e sociais, a Coluna percorreu mais de 25 mil quilômetros em onze estados brasileiros, entre os anos de 1925 e 1927. No Ceará, seu itinerário, provindo do Estado piauiense, seguiu pelos municípios de Ipueiras, Ipu, Nova Russas, Tamboril (no distrito de Sucesso), Crateús, Novo Oriente, Quiterianópolis (incluindo a localidade de Algodões), Tauá (em Missão/ Marrecas) e Arneiroz. Loureiro (2008, p. 131) detalha que:

> [...] O trajeto que era de aproximadamente 23 léguas foi coberto em apenas 24 horas varando caminhos e veredas tortuosas das plagas dos Inhamuns. De Algodões, O Destacamento João Alberto *[um dos líderes do Marcha]* cavalga por sítios, fazendas e povoados, em direção a Arneiroz: Serrinha, Serrote Queimado, Central, São Lourenço, Novo Assis, **Missão, Marrecas**, Barra do Puiú, São Bento, Aroeiras, Estreito, Várzea do Estreito, e atravessando o Jaguaribe a vau, atinge Arneiroz, onde acantonou. [...] (Grifo nosso).

Posteriormente, a Coluna Prestes fez sua travessia pelo sertão central e vale jaguaribano, passando nas povoações de Boa Vista e Nova Floresta (em Jaguaribe) e na serra do Pereiro, para, em seguida, adentrar no Estado potiguar.

8 | O "CAFÉ DA PRIMAS"

Às margens da BR-020, foi fundada a povoação de Café das Primas, anteriormente conhecida como Riacho das Roças, em referência ao curso d'agua adjacente, que atualmente está identificado nos mapas oficiais como riacho São José.

A denominação atribuída à comunidade foi uma homenagem às amigas (identificadas como primas) Maria Júlia Moreira, Maria Gessina da Silva e Eridan de Brito, que instalaram uma barraca para a comercialização de café, bolo e pão de ló, além de outras opções, aos viajantes que passavam na antiga estrada, que foi substituída pela rodovia federal. Esta, cuja construção iniciou-se em 1958, no mandato do presidente Juscelino Kubitschek,

chegou ao Café das Primas nos últimos anos da década de 1960, promovendo um significativo impulso populacional.

A construção da rodovia fortaleceu a posição estratégica da povoação, localizada a 23 km da sede de Tauá e a aproximadamente 174 km da divisão do Ceará com o Estado do Piauí. Nesse sentido, a instalação de um comércio no setor de alimentação revelou o perfil empreendedor das três "primas", que tiveram a capacidade de identificar uma demanda potencializável. Ao mesmo tempo, trata-se de um exemplo de protagonismo feminino numa área rural do Nordeste do País nas décadas de 1960/70, com o enfrentamento de preconceitos para autoafirmar a presença da mulher na liderança de sua própria atividade laboral.

Inerente ao protagonismo e ao empreendedorismo, o sucesso da "vendinha de café" posta pelas "primas" "para garantirem seu sustento e de seus filhos"[11], ensejou a construção de uma pousada por parte de Maria Júlia, além de ter se estabelecido como referência para a edificação e expansão dos prédios residenciais e comerciais.

A propósito do empreendedorismo feminino, a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (2013) destaca que:

> Em geral, observa-se que as mulheres optam por abrir empreendimentos considerados tradicionalmente femininos, como: restaurantes e serviços de alimentação; comércio varejista de vestuário e acessórios; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza, e serviços domésticos [...] (FERNANDES et al., 2016, p. 4).

Em 1973, a denominação de Café das Primas foi alterada para Joaquim Moreira (em homenagem a um de seus primeiros habitantes e pai de Maria Júlia, uma das "primas"). Graças ao seu crescimento nas últimas décadas, atualmente se constitui como uma das maiores vilas de Tauá, sendo sede de duas escolas da rede municipal de ensino (EEIF Francisco Miguel dos Santos e EEF Luiza Maria da Silva), para onde convergem alunos de várias localidades do distrito de Marrecas.

9 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstituição de dados e fatos, à guisa de notas históricas, evidenciou a expressividade do distrito de Marrecas, a partir da presença dos índios jucás e da deflagração, na segunda década do século XVIII, do processo de colonização em sua circunscrição.

Sua localização geográfica é contemplada com as passagens dos rios Jaguaribe e Puiú, além de fazer fronteira com os municípios de Parambu e Arneiroz. Em 2018, sua população, tendo por referência a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de aproximadamente 4.775 habitantes, o que representava 8,15%

11. Cf. HISTÓRICO da Vila Joaquim Moreira (s.d.).

do universo populacional tauaense. Fazendo um comparativo com os dados do Censo de 1872, no intervalo de 146 anos, seu número de habitantes cresceu em 33,75%.

Ressalta-se, também, que foi em Marrecas que se iniciou o processo para a implantação de assentamentos rurais no município de Tauá. Dentre os que foram concretizados, a comunidade de Bonifácio se destaca pelo significativo número de famílias assentadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Detentor do templo religioso mais antigo do Município de Tauá, seu patrimônio histórico, de um modo geral, enseja pesquisas e investimentos de políticas culturais e de turismo, numa relação de diálogo entre passado e presente.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, T. A. **História da Província do Ceará**: dos tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

BECHELI, R. **José Cidrão: dito por dito, légua por légua no Sertão dos Inhamuns**. Fortaleza: [s.n.], 2005. p. 12-13.

CEARÁ. **Datas de sesmarias**. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926. Apud. Plataforma S.I.L.B. (Sesmarias do Império Luso- Brasileiro). Disponível em: <http:// www.silb.cchla.ufrn.br>. Acesso em: 9 jun. 2019.

______. Secretaria de Cultura. **Bens tombados – Tauá: Igreja de Jesus, Maria e José. Igreja das Marrecas.** Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/07/igreja-de-jesus-maria-e-jose-igreja-das-marrecas/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

CHANDLER, B. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns**. Tradução: Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

FARIAS, M. S. V. **A educação sistematizada na Vila de Flores, nas décadas de 40 e 50**. 2002, 84f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – UECE/CECITEC. Tauá, CE, 2012. p. 13.

FEITOSA, J. C. Fatos da pré-história de Tauá. In: FEITOSA, F. L. A.; FARIAS, M. S. V. (Orgs.). **Um tributo a Joaquim de Castro Feitosa – 100 anos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016. p. 163-166.

FERNANDES, V. D. C. *et al.* **Empreendedorismo feminino: um estudo de caso em uma indústria alimentícia na cidade de Uberlândia – MG.**

In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 9, 2016. **Anais...** Passo Fundo: RS: EGEPE, 2016.

FREITAS, A. G. **Inhamuns (Terra e Homens)**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1972.

FUNES, E. A. Negros no Ceará. In: SOUSA, S. (Org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000. p. 103-132.

GIRÃO, R. **Os municípios cearenses e seus distritos**. Fortaleza: Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará, 1983. p. 315.

HISTÓRICO DA VILA JOAQUIM MOREIRA. Tauá, CE*: [s.n, s.d].*

IMPÉRIO DO BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872** – Ceará. Disponível em: <https://biblioteca.ibge. gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 11 abr. 2019.

IPATRIMÔNIO. **Tauá – Igreja de Jesus, Maria e José. Disponível em:** <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/101/registros-de-tombamentoTau%C3%A1-CE.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2019.

LIBERTADOR. **Municípios livres**: quadro de luz. Fortaleza, 25 mar. 1884.

LIMA, J. Á. V. **Anotações históricas dos distritos de Tauá**. Fortaleza: Caminhar, 2020.

LIMA, O. G. **Marcha da Coluna Miguel Costa – Prestes através do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

LOUREIRO, P. **A Fortaleza da Esperança: o "QG" da Coluna Prestes do Ceará**. Fortaleza: Premius, 2008.

MELLO, M. N. Província do Ceará: Quadro da população segundo o recenseamento procedido nas diversas paróquias no 1º de agosto de 1872. **Revista trimestral do Instituto do Ceará**, Fortaleza, t. XXV, p. 50-57, 1 ago. 1872.

O CEARENSE. **Corresp. do Cearense.** Fortaleza, 20 jul. 1958.

OLIVEIRA, A. L.; BARBOSA, I. C. (Orgs.). **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1856-1861). Ed. fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. Tomo III, p. 147.

PARTE OFICIAL. Lei nº 1.732, de 25 de agosto de 1876. **Constituição** (Folha política, comercial e noticiosa). Fortaleza, 4 out. 1876.

SANTOS, A. S.; FREITAS, A. L. A.; CARACAS, M. E. C. Os festejos de Jesus, Maria e José: preservação, renovação e expansão. **Novas Histórias,** Tauá, CE, n.1, p. 24-25, 2006.

STUDART FILHO, C. Notas históricas sobre os indígenas cearenses. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, ano XLV, p. 53-102, 1931.

TAUÁ. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Empreendedorismo. **Georreferenciamento dos sítios arqueológicos e paleontológicos**. Tauá, CE, 2008.

CAPÍTULO 15

"DECAÍDAS", "EMBRIAGADAS" E "RAIVOSAS": A REPRESENTAÇÃO DA PROSTITUTA NA CIDADE DE SALVADOR (1960- 1978)

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 10/03/2021

Amanda Santos da Silva
Graduanda do curso de Licenciatura em História
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Salvador – Bahia
http://lattes.cnpq.br/6113019447366193

A presente publicação tem apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal. #premiofundacaopedrocalmon; #leialdirblancbahia; #programaaldirblcancbahia.

RESUMO: O presente artigo é uma adaptação do trabalho monográfico defendido em 2019 na Universidade do Estado da Bahia, sob orientação da Profª.Drª.Neivalda Freitas de Oliveira e se interessa por compreender as representações das meretrizes na cidade de Salvador entre os anos de 1960 a 1978. Nesse sentido, cabe problematizar as formas de prostituição nas regiões pobres da cidade, recorrendo aos registros da Delegacia Especializada em Jogos e Costumes, à documentação produzida pela Pastoral da Mulher Marginalizada e pela Fundação do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia. As representações nas fontes policiais e nos relatórios analisados descrevem meretrizes ora raivosas e insolentes, ora ocupantes de espaços insalubres necessitadas de um resgate. Nesse caminho, compreende-se que o lugar social criado e imposto às chamadas "mundanas" é um elemento preponderante na construção do imaginário da sociedade, por estar inserido na dinâmica do baixo meretrício. Na contramarcha da invisibilização de suas trajetórias, o silêncio das fontes permitiu invocar mulheres insurgentes com mecanismos de resistência em suas relações de sociabilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Prostitutas, representação, Salvador.

ABSTRACT: This article is an adaptation of the monographic work defended in 2019 at the State University of Bahia, under the guidance of Prof. Dr. Neivalda Freitas de Oliveira and is interested in understanding the representations of harlots in the city of Salvador between the 1960s to 1978. In this sense, it is necessary to problematize the forms of prostitution in the poor regions of the city, using the records of the Specialized Police in Games and Customs, the documentation produced by the Pastoral da Mulher Marginalizada and by the Foundation for Cultural Artistic Heritage of Bahia. The representations in the police sources and in the reports analyzed describe harlots who are sometimes angry and insolent, sometimes occupants of unhealthy spaces in need of rescue. In this way, it is understood that the social place created and imposed on the so-called "mundane" is a preponderant element in the construction of society's imagery, as it is inserted in the dynamics of low meretrício. In the counter-march of the invisibility of their trajectories, the silence of the

sources made it possible to invoke insurgent women with mechanisms of resistance in their relations of sociability.
KEYWORDS: Prostitutes, representation, Salvador.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é compreender as dinâmicas do baixo meretrício na cidade de Salvador durante segunda metade do século XX, na região conhecida como Maciel,localizada no Centro Histórico, Pelourinho.É necessário recorrer a documentações policiais e institucionais que compreendiam a dinâmica do comércio sexual pobre de maneira variada, criando assim representações dessas mulheres e seu modo de viver. Nesse sentido, argumenta-se que essas construções imagéticas necessariamente não representavam as dinâmicas cotidianas das prostitutas e a comunidade as quais elas faziam parte. Desse modo, intenciona-se uma leitura a contrapelo interessada em descortinar as relações de sociabilidades e resistências.

A pesquisa *Condições de vida dos moradores do Maciel,* produzida em 1982, pela Pastoral da Mulher Marginalizada em Salvador (PMM),apresentou dados importantes para o trabalho. Ao analisar a prostituição pobre na região do Centro Histórico, a Pastoral recorreu a diversos aspectos sociais e morais para caracterizar o baixo meretrício e entender seus mecanismos de funcionamento, sendo constante no corpo do relatório a associação aos espaços insalubres, à precária condição das moradias e ao tipo de cliente que recorria a tal serviço. Aquele documento auxiliou na identificação de alguns dos elementos que reforçavam a representação marginalizada das mulheres classificadas nas anotações como meretriz de “3ª classe”.

A prostituição de “mangue”, base da cadeia hierárquica do universo prostitucional, é uma categoria de comércio sexual associada à prostituta pobre, que oferta serviços sexuais ao cliente assalariado, geralmente instalada próximo à zona de comércio da cidade. Para além das relações carnais, a documentação estudada demonstrava ser comum a criação de laços afetivos, compartilhamento de segredos, anseios e problemas com clientes integrantes da classe trabalhadora[1]. Esse tipo de freguês descrito por Gabriela Leite (2009) como “homens brasileiros de todas as regiões do país que lutavam para sobreviver[2]”, faziam parte de uma dinâmica social que não permitia o acesso ou aceitação no alto meretrício, forma de prostituição mais sofisticada, normalmente disfarçada com atividades socialmente aceitas, encravada em um nível social e econômico que a isenta de preconceitos e discriminações.

Experiências incomuns no baixo meretrício, simbolizado pela oferta de sexo explícito, composto por mulheres de baixa renda, propondo prazer a preços cômodos,

---

1. PMM. **Pesquisa sobre a condição de vida dos moradores do Maciel.** Salvador, junho de 1982, p. 11.
2. LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta:** a história de uma mulher que decidiu ser prostituta.Riode Janeiro: Objetiva, 2009, p. 103.

características que permitiam homens menos favorecidos financeiramente satisfazerem desejos (in) contidos, mas também de violentá-las[3].

A "zona proibida" de Salvador era diferente da Vila Mimoza, região também de baixo meretrício no Rio de Janeiro, a qual Leite (2009) descreve como uma área da cidade que não demandava uma obrigatoriedade de trânsito, pois, conforme a descrição da autora, a Vila ficava:

> No entorno onde havia um monte de casas quase desabando, uma estação de metrô [...] e um terreno baldio no meio [...]. Em uma rua de terra, onde havia uma única casa e mato dos dois lados. De repente, surgiu um outro mundo. Uma rua pequena e estreita com muitas casas velhas dos dois lados[4].

Por sua vez, a "zona proibida" soteropolitana estava em uma região que conectava a cidade baixa à cidade alta, ligada pela Baixa do Sapateiro. Localidade da capital conhecida ainda nos dias atuais pelo seu número de lojas e comerciantes, mas também por ser uma área, no período estudado, de forte atuação do meretrício,ambiente de grande circulação, ora de clientes, ora de trabalhadores. Essa alta rotatividade garantia certa invisibilidade das identidades, ao passo que era uma área de curso e vazante de difícil identificação dos "peixinhos" ou dos "amigos nossos[5]", pois a condição de passagem além de fornecer uma gama de possíveis fregueses, tinha o poder de manter o anonimato dessas relações.

A precária estrutura física era um dos fatores que atenuavam a condição de "prostituição de mangue". Segundo o relatório, as oito ruas correspondentes à região do Maciel eram a representação da miserabilidade e falta de higienização com "casas em ruínas, várias delas transformadas em depósito de lixo, casas que se arruinaram e desabaram[6]". Esse cenário insalubre é ilustrado com a descrição do modelo de moradia comum na região, as casas de cômodos:

> As condições habitacionais são muito precárias [...] A umidade constante nos prédios associadas a falta de higiene são responsáveis pelo alto índice de doenças infecto-contagiosas (estimasse que 80% dos moradores são tuberculosos). [..] Nos prédios cada andar possui um banheiro com sanitário, 1 lâmpada serve para 2 quartos que na sua maioria não possui janelas[7].

Parte dessa descrição está imersa na missão da Pastoral da Mulher Marginalizada que trabalha com a ideia de "resgate" a mulheres em situação de prostituição, pressupondo uma realidade composta apenas de caos. De outro modo, apresenta o imaginário social do período, que compreende o âmbito do baixo meretrício enquanto "lodo"[8]. Recorre-se a argumentos como a precariedade da estrutura física, depreciação das meretrizes e de seus

---

3. ESPINHEIRA, Gey. **Divergência e Prostituição:** uma análise sociológica da Comunidade Prostitucional do Maciel. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984, p. 47.
4. LEITE, Op. cit., p. 106.
5. Apelidos atribuídos aos clientes.
6. PMM, Op. cit., p. 09.
7. PMM, Op. cit., p. 09.
8. Grifo nosso.

clientes, os quais, segundo Jeferson Bacelar (1982), eram também alvo de estigma, pois ao frequentar uma região representada pela "sujeira","miséria" e "perigo" esses homens também eram desabonados por manterem relações com as prostitutas pobres. Ainda que suas identidades fossem anônimas devido à condição de rotatividade da região onde a "zona" se localizava[9].

Nesse contexto de precariedade da estrutura física, iniciaram-se as reformas arquitetônicas e sociais com a chegada, em 1967, da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, atual IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia). Ao propor naquele período a reestruturação da região, o órgão público iniciou o afastamento das prostitutas do Largo do Pelourinho, parte principal da reforma correspondente ao Projeto Piloto. Oriundo desse planejamento maior, foi criado o*"Pelourinho: Projeto de vida",* em 1972, intencionando "elevar" as condições e o agrupamento da região do Maciel, conforme sinaliza Bacelar (1976):

> A afluência de novos grupos para o Maciel, determinados pela característica cultural que vem assumindo todo o Pelourinho: artistas, estudantes, intelectuais, etc. Daí os novos empreendimentos como pensões, ateliers, bares e restaurantes, etc. É um novo Maciel que se afirma na sua integridade como componente dinâmico da estrutura do Pelourinho[10].

É evidente que a restauração possibilitou a circulação de um novo público que não se interessava pela prostituição pobre, ocasionando o empobrecimento do baixo meretrício, levando à dispersão "voluntária" para outras zonas da cidade, conforme se pretende convencer no relatório do *Projeto Pelourinho* em 1972, ao afirmar:

> Sem medidas compulsórias, sem violência, o número de prostitutas na área diminuiu significativamente. [...] A quebra do cerco, do isolamento em que vivia o Maciel provocou mudanças na ambiência divergente, o que determinou o afastamento da prostituição para outras áreas, vez que, ela não podia viver fora do sistema que a cria e mantém [...] É o Maciel que se transforma assumindo nova ambiência, com a presença de grupos pobres, entretanto, com nova mentalidade e espírito comunitário[11].

Uma breve estatística trazida no relatório, no ano de 1969, informa que havia na região cerca de 449 prostitutas, contudo, em 1973 restavam 215. Isso nos diz sobre as estratégias de apagamento das trabalhadoras sexuais, criadas pelos órgãos governamentais da Bahia ao longo do período analisado. Os números testemunham que a diminuição quantitativa, associada a outros elementos sociais do projeto, retiraram a estigma do Maciel, bem como possibilitou a "regeneração" da região, propiciando um "espírito comunitário", dando a entender que sua existência contribuía para um ambiente insalubre de acordo com as impressões do projeto.

9. BACELAR, Jeferson A. **A família da Prostituta**. São Paulo: Ática; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982, p. 57.

10. BACELAR, Jeferson A. **Projeto Pelourinho:** um projeto de vida.Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, Fundação do Patrimônio e Cultural da Bahia, Coordenação de Planejamento e Pesquisas Sociais, 1976, p. 20.

11. Id. Ibid., p. 19.

2 I MODERANDO A SEXUALIDADE

Ao pensar os diversos artifícios de controle sexual que percorreram a história da humanidade, sobretudoo rigor canalizado ao cotidiano da prostituição, encontrei na obra de Jefrey Richards, *Sexo, Desvio e Danação: as minorias da Idade Média (1993)*[12], ensaios que se propõem a compreensão do universo dos judeus, homossexuais, leprosos, bruxos, prostitutas, entre outros. Ainda que esses grupos não fossem minoria no sentido populacional, o autor convida a uma análise do contexto em que esses sujeitos estão inseridos, pensando a negação de direitos e a resistência aos diversos aparatos de perseguição direcionados a essas comunidades.

Por esse ângulo, não seria diferente com as prostitutas, compreendidas pela igreja católica medieval e governantes como "mal necessário", sendo alvo de perseguição e sanções que limitavam, mas não se interessava pela extinção do comércio sexual, no máximo as dispersavam para localidades "fora dos muros da cidade"[13]. *A trabalhadora sexual,* nesse contexto e ao longo da história, teve a sua presença associada à desordem pública, sendo segregadas não apenas por julgamentos morais, mas por adereços que as distinguiam esteticamente das "moças de família".

> Em muitos lugares, a *aiguillette*, uma corda com nós pendente do ombro e de cor diferente da do vestido, era a marca da infâmia. [...] Em Toulouse era um nó branco; em Viena, um lenço amarelo; em Leipzig, uma capa amarela com adornos azuis; em Berna e Zurique, um chapéu vermelho; em Dijon e Avigon, uma braçadeira branca e de quatro dedos de largura. Em Milão, era uma capa branca; em Bérgamo, uma capa amarela, em Marselha, uma túnica listrada; em Bristol, um capuz listrado [...] [14]

Esses instrumentos de controle da sexualidade e distinção da conduta moral associados às vestes foram um dispositivo utilizado por dirigentes e legitimado pelo clero no cenário medieval. Na pesquisa de Margareth Rago (1991), que remonta ao final do século XIX e início do XX na cidade de São Paulo, foi possível encontrar elementos do controle da sexualidade baseados nas vestimentas, ao relacionar o uso de roupas comportadas à imagem da decência e pureza. Ainda que nesse contexto não se recorresse ao estabelecimento de cores ou a utilização de adereços específicos, havia a intenção de reforçar um abismo entre as "mundanas" e as "moças honestas", similar ao período medievo[15].

> [...] É verdade que essa preocupação com o traje feminino crescia na opinião pública, e não apenas em relação às meretrizes. Estamos entrando numa época em que as mulheres passavam a valorizar mais fortemente a elegância, a sofisticação visual, a atração que podiam exercer pela aparência e em que

12. RICHARDS. Jeffrey. **Sexo desvio e danação:** as minorias na Idade Média**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

13. Id. ibid., p.78

14. Id. Ibid., p. 124.

15. RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 20.

> várias vozes se levantavam em favor da decência e da moralidade. A roupa se transformava num sistema semiótico e a preocupação em definir claramente a diferença entre as "honestas" e as "mulheres de vida airada" ficava mais premente[16].

O entendimento do vestuário como uma expressão do recato é um juízo que se renovou ao longo da história, mas permaneceu como uma herança desse "antigo" imaginário,pois é constante nos registros policias da Delegacia de Jogos e Costumes tais objeções.Tanto assim que a motivação da prisão de Maria das Graças Alves Ferreira**,** de 20 anos levada no Terreiro de Jesus[17], foi sob o "motivo da referida estar em trajes menores", precisando então ser "detida pela guarnição[18]".

Os "trajes menores" que ocasionaram a prisão de Maria das Graças, mas também de Claudete, por estar de "calcinha" no Mercado Modelo[19], conduz a interpretação de que as vestimentas usadas por elas eram reservadas ao espaço privado,ao se tratar de peça íntima, e por expor o corpo feminino, comportamento que não era condizente com a conduta da "mulher decente".

Essa inibição da sexualidade e dos corpos era motivada pelas peças de roupas, pela condição de ser mulher e, sobretudo, pela não liberdade de circular em uma "zona"que deixava a decência de qualquer moça em dúvida. Pois, transitar na região do Maciel, na segunda metade do século XX, colocava as mulheres em condição de potenciais "decaídas", precisando em algumas situações de "bem feitores" para atestar a sua decência e legitimar sua passagem, conforme Espinheira (1984):

> ... uma mulher ser encontrada desacompanhada na rua a identifica como prostituta, vez que esse não é um costume das chamadas *moças de família.* A presença de seus homens impede, pelo menos, a acusação de estarem desacompanhas em atitudes "suspeitas".[20]

Situação similar ocorreu com Maria:

> Residente a rua 28 de Setembro n° 04, empregada do Sr. Jorge E. Britto, que aqui esteve justificando o motivo da mesma passar pela Zona Proibida. Feito as explicações as medidas tomadas pela Especializada, nesta zona pôs-se liberdade a referida empregada.[21]

A instituição policial revela ser uma entidade que baseava suas ações, na representação social da prostituta, alicerçadas na imagem da mulher "decaída" construída socialmente,e que precisa ter sua sexualidade reprimida, colocando enquanto suspeita toda iniciativa feminina que divergisse do imaginário de "moça de família". Ainda que essa

16. Id. ibid., p. 140.
17. Localidade integrante do Centro Histórico de Salvador que compreendia a zona de prostituição pobre mais famosa do período estudado, o Maciel de Baixo, de Cima e áreas adjacentes.
18. Delegacia Especializada Jogos e Costumes. Livro de ocorrências 08/04/78-02/12/78. cx. 45, p. 8.
19. Delegacia Especializada de Jogos e Costumes. Livro de ocorrências 08/04/1978 - 02/12/1978, cx. 45, ocorrência 219, p. 59.
20. ESPINHEIRA, Op. cit., p. 49.
21. Delegacia Especializada Jogos e Costumes. Livro de ocorrências 14/09/1959-24/05/1960, cx. 14, p. 1 (verso).

não estivesse apresentada inicialmente na ocorrência como "dissimulada" ou "mundana", características imputadas enquanto atributos naturais das "mariposas", Maria permaneceu presa, a fim de que se averiguassem a sua conduta sexual.

De qualquer modo,Maria precisou de um homem para atestar ser ela uma prestadora de serviço doméstico. Não muito divergente do modo de pensar do primeiro quartel do século, o qual entendia enquanto mulher caída em desgraça toda "dona de casa, que tentava escapar da miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo de 'mulher pública'"[22]. Nesse sentido, a condição de trabalhadora, fosse empregada doméstica, lavadeira, gari, entre outras profissões, não eliminava a possibilidade dessas laboriosas serem classificadas como "rameira". Essa condição de trabalhadora também as excluía do *hall* das "recatadas", ficando evidente na ocorrência que a liberdade de Maria foi intermediada pelo testemunho de um homem, caso contrário, ela permaneceria encarcerada na condição de prostituta.

Fosse Maria uma meretriz, estaria ela proibida na "zona" região da cidade onde teoricamente o trânsito sexual era algo permitido. Isso posto, os rastros induzem a ponderar que a tolerância do mercado prostitucional estava mais próxima dos espaços privados, os castelos, boates, os *hostels*, pois, no âmbito público, qualquer indício de desregramento sexual feminino era reprimido pelos agentes.

A manutenção da ordem e moral não era feita com a mesma energia quando as importunadas eram as moradoras do Maciel que, no caso analisado, não indicava ser a vítima uma meretriz, ainda que a condição de prostituta não possibilitasse legalidade para tais violações. Um bom exemplo é o do soldado da Base Aérea, Walter Gonçalves, que foi conduzido à delegacia após tentar manter relações sexuais forçadas com uma moradora da "zona proibida", sendo liberado após "esclarecimentos".

> [...] Quando rondava a Zona Proibida, acompanhado do Dr. Delegado e mais 2 soldados, fomos chamados a intervir, numa casa à rua Inácio Acioli (ladeira do Mijo), onde um soldado do Base Aérea, Walter Gonçalves Araújo agredia uma decaída, querendo forçá-la a praticar a copula carnal. Chegando ao posto, dado o esclarecimento deixou-se livre o citado militar.[23]

Essas ações demonstram um comportamento repressivo institucionalizado direcionado às possíveis e/ou prostitutas pobres que por essa condição se tornavam vulneráveis. Nos registros não foram encontrados queixa da vítima, nem informações do "esclarecimento" dado pelo soldado agressor. Ficando evidente uma rede de proteção entre as autoridades, sejam elas de alta ou baixa patente. Ainda que em nenhum momento da ocorrência a mulher estivesse identificada como profissional do sexo, o que de qualquer forma não justificaria o atentado empreendido por Walter, o caso descortina o modo de pensar e agir de uma sociedade que acreditava ter permissão sobre os corpos não somente

22. FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2017, p. 516.

23. Delegacia Especializada de Jogos e Costumes. Livro de ocorrências 14/09/1959- 24/05/1960- cx.14, ocorrência s/n, p.8.

das “mariposas”, mas de todas que habitam aquela região, pois a sua condição de mulher pobre a deixava suscetível aos diferentes aparatos de poder e abuso.

De acordo com Rago (1991), a representação social da prostituição do baixo meretrício como um lugar de “mangue”, “lodo”, revela a intenção social de retirar a humanidade das mulheres pobres, em sua grande maioria negras que viviam do comércio sexual e, desse modo, legitimar ações de violência, seja das forças públicas ou dos frequentadores desses espaços interessados em:

> [...] observar que o baixo meretrício é sempre constituído pela literatura, ou pela documentação em geral, como território do prazer delirante, embora ao mesmo tempo como região fronteiriça com a morte, através das metáforas do “lodo”, “charco”, “esgoto”, que exprimem a decomposição orgânica dos elementos vivos. Acredito que a violenta carga de estigmatização lançada sobre o baixo meretrício por um pensamento tão conservador acabou por reforçar a ideia de que as autoridades públicas e policiais deveriam ser mais severas com esses setores. [..]” [24]

Os modos de controle do desejo sejam eles a imposição do uso de roupas com cores específicas no medievo ou os encarceramentos ainda que remotos na primeira metade do século XX com as Delegacias de Jogos e Costumes ao implicar com os “trajes menores” das meretrizes, representam tentativas de moderação, interessadas em limitar o trânsito dessas mulheres em momentos e localidades que fossem compreendidos como inadequados. A respeito disso,Sizaltina Ribeiro,segundo as anotações policiais,foi encarcerada por “desfilar” em frente à Igreja São Francisco, no momento solene de uma formatura. “Às 19hs foi detida a decaída Sizaltina Ribeiro quando desfilava em frente à Igreja de São Francisco em plena formatura do Bacharelando”[25].

Afinal, foi o vestuário ou comportamento de Sizaltina que levou as autoridades a descreverem como “decaída” e a conduzirem à prisão, haja vista não ter sido apresentado relatos que pervertessem a ordem pública. Ora, não era necessário um comportamento mais incisivo das mulheres para que fossem taxadas de “decaídas” moralmente se pensarmos as características presentes nas ocorrências nos momentos das prisões. Bastava usar um estilo de roupa ou maquiagem, comportar-se livremente, falar determinadas palavras dirigir-se aos homens em pé de igualdade, frequentar locais públicos a qualquer hora do dia, transitar em espaços designados à prostituição, dentre outros, para que ocupasse no imaginário social um padrão divergente da “mulher honesta”.

A sociedade, através da força policial, a todo o tempo tentava “higienizar” a cidade do comércio sexual**.** A contradição se expressava quando a ação se dava nos espaços liberados para a prostituição, o que resultava na dispersão das ‘mariposas’ para áreas da cidade em que o comércio sexual não era tolerado, a exemplo do Cais do Porto.

---

24. RAGO, Op, cit., p. 245.
25. Delegacia Especializada Jogos e Costumes. Livro de ocorrências 14/09/1959 - 24/05/1960, cx.14, ocorrência s/n, p.2.

> As 11:30 foram revistadas e recolhidas ao xadrez as detidas Maria do Carmo Souza, 20 anos, residente na Ladeira da Conceição n°31 Marlene Silva Nascimento, 21 anos residente também na Ladeira da Conceição 31. As mesmas estavam fazendo vida no Cais do Porto,Comércio. Ficando as referidas à disposição do chefe S.V.I. Sr. Clovis Bonfim[26].

Diante das iniciativas policiais de "higienização", a dispersão da prostituição da "zona" de forma direta incentivava a prática do *trottoir,* modalidade que ofertava o sexo em qualquer esquina da cidade, por vezes em áreas da capital não toleradas, desencadeando assim a repressão institucionalizada e a violência dos clientes que se sentiam mais legitimados a terem comportamentos abusivos por estarem ambos distante da comunidade a qual a prostituta fazia parte.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa produção estimulou a reflexão acerca das (re)existências das prostitutas do baixo meretrício na cidade de Salvador. Ao investigar os interesses por detrás das representações das trabalhadoras sexuais, se propondo entender a dominação e o controle social, ao mesmo tempo em que deseja compreender a humanidade dessas mulheres e os mecanismos de insurgências e permanências no território em reforma e higienização social.

Nesse sentido, a sociedade soteropolitana controlava o comércio sexual, recorrendo a estratégias, como uso da força física e o encarceramento, associado a uma representação social que lhes atribuíam características pejorativas, tanto às prostitutas quanto aos frequentadores do meretrício, dos bares, dentre outros serviços oferecidos na região da "zona".

Tais elementos intencionavam associar a prostituição pobre ao espaço de "lodo", "sujeira", onde as doenças e a imoralidade faziam morada. Reforçando, desse modo, a situação de vulnerabilidade e marginalidade da trabalhadora sexual, pois robusteciam a imagem da mulher degenerada, embriagada e raivosa, legitimando abusos de diversas maneiras por parte da sociedade e suas instituições responsáveis pela manutenção da ordem e moralidade.

Com isso, esse estudo das representações das trabalhadoras do sexo não foi esgotado em suas possibilidades de problematizações, pois a concepção de prostituta vem se modificando conforme as visões sociais, econômicas, políticas, conjunturais e religiosas. Dessa forma, conduzi meu olhar para um caminho que propõe evocar as "mariposas" do baixo meretrício enquanto protagonistas de suas histórias, distanciando suas trajetórias do imaginário social e/ou de uma perspectiva marginalizada, interessada em apagar sua condição de mulher.

---

26. Delegacia Especializada Jogos e Costumes. Livro ocorrências (feminino) 03/02/1978 - 15/02/1980, cx. 45, p.50 (verso).

FINANCIADORES

FONTES

Sede da Pastoral da Mulher Marginalizada – Relatórios

PMM. **Pesquisa sobre a condição de vida dos moradores do Maciel.** Salvador, junho de 1982.

BACELAR, Jeferson Afonso. **Projeto Pelourinho:** Um projeto de vida. Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, Fundação do Patrimônio e Cultural da Bahia, Coordenação de Planejamento e Pesquisas Sociais. 1976.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBA) - Delegacia Especializada de Jogos e Costumes

Livro de Ocorrências- 14/09/1959 - 24/05/1960,cx. 14.

Livro de Ocorrências (Posto feminino)- 08/04/1978- 02/12/1978, cx. 45.

Livro de Ocorrências (Posto feminino)- 03/12/1978- 15/02/1980, cx. 45.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jeferson. **A família da prostituta.** São Paulo: Ática; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

ESPINHEIRA, Gey. **Divergência e Prostituição:** uma análise sociológica da Comunidade do Maciel. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

ESPINHEIRA, Gey. **Comunidade do Maciel.**Salvador: Secretaria de Educação e Cultura. Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 1971.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade:** a vontade de saber**.** Rio de Janeiro: Graal, 1984, v. 1.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del. (org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2017.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta:** a história da mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018. (Coleção Baderna).

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890- 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo desvio e danação:** as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1933.

SOIBET,Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CAPÍTULO 16

VIDA, NATUREZA, LITERATURA E LÍNGUAS AMERICANAS NA REFLEXÃO DE JOSÉ DE ALENCAR

Data de aceite: 01/04/2021
Data da submissão: 05/01/2021

Valdeci Rezende Borges
Universidade Federal de Catalão
Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais
Catalão – Goiás
http://lattes.cnpq.br/0857773389440773

Este texto foi publicado primeiramente na revista destiempos.com, México, maio-junho de 2010, ano 5 número 25, sob o título: La vida, la naturaliza, la literatura y las lenguas americana em lá reflexión de José de Alencar, sendo uma versão daquele e resultado de pesquisa, com bolsa produtividade, realizada com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

RESUMO: O escritor brasileiro José de Alencar (1829-1877), inserido no movimento romântico, ao refletir sobre sua prática literária, teceu várias ideias ao redor da literatura na América, da diversidade das línguas e da busca de linguagens apropriadas para expressar e representar o Novo Mundo, suas formas de vida, sua natureza e suas histórias. Em cartas, prefácios, posfácios e pós-escritos, referiu à escola americana ou indianista, às Américas, portuguesa, espanhola e inglesa, principalmente ao atrelar aspectos como: natureza e cultura, língua, linguagem, história, nacionalidade e independência política e cultural. Busca-se debruçar sobre alguns aspectos de tal pensamento e ainda indicar certas facetas da recepção crítica de sua obra por meio de escritos que remetem à America, como do português Manoel Pinheiro Chagas e do venezuelano Juan Vicente Gonzáles.

PALAVRAS-CHAVE: José de Alencar, Américas, línguas, natureza e literatura.

LIFE, NATURE, LITERATURE AND AMERICAN LANGUAGES IN THE REFLECTION OF JOSÉ DE ALENCAR

ABSTRACT: The Brazilian writer José de Alencar (1829-1877), inserted in the romantic movement, when reflecting on his literary practice, wove several ideas around the literature in America, the diversity of languages and the search for appropriate languages to express and represent the New World, its ways of life, its nature and its stories. In letters, prefaces, posts and postscripts, he referred to the American or Indianist school, to the Americas, Portuguese, Spanish and English, mainly by linking aspects such as: nature and culture, language, language, history, nationality and political and cultural independence . It seeks to examine some aspects of such thinking and also to indicate certain aspects of the critical reception of his work through writings that refer to America, such as the Portuguese Manoel Pinheiro Chagas and the Venezuelan Juan Vicente Gonzales.

KEYWORDS: José de Alencar, Americas, languages, nature and literature.

1 I INTRODUÇÃO

A América sempre figurou nas preocupações de Alencar. Ao longo de sua produção ficcional e reflexão teórica ele expressou muitas vezes esse interesse ao abordar a questão da produção literária. Fosse ao pensar sobre a "poesia americana", a "terra americana", o "sangue americano", a "natureza americana", a "literatura americana" e a "nacionalidade americana", tratando "do viver americano" ou da "imaginação americana", fosse remetendo a "vida americana", às línguas americanas e "ao "português americano". Ora falando da "terra sul-americana", do "império americano" e das "auras americanas", ora das "tradições selvagens da América", das "línguas indígenas", dos idiomas dos imigrantes e dos colonizadores ou das "línguas que dominaram na América".

Alencar, entre 1856 e 1874, escreveu diversos ensaios críticos nos quais buscou estabelecer uma forma para sua produção literária, em específico, e de outros autores brasileiros, no geral. Ao mesmo tempo se defendia das censuras que recebia em relação a seus livros que eram publicados. Vivendo no do Rio de Janeiro, capital do império e o mais importante centro urbano da América portuguesa, considerava a Corte, lugar da elegância e da cultura civilizada, cidade da intelectualidade brasileira. A seu ver os intelectuais tinham por missão contribuir para a "formação de uma nacionalidade" que consolidasse a independência política ocorrida em 1822.

2 I DA POESIA AMERICANA À PROSA

Nas "Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*", publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1856, acerca do poema de Gonçalves Magalhães, Alencar avaliou os pontos negativos da obra que veio a público sendo considerada como "o poema nacional" e fora encomendada pelo próprio imperador, D. Pedro II. Alencar, revisando a produção de outros autores, destacou as contribuições desses para a construção de uma nova forma de expressão, de uma literatura que fosse nacional e produzida com linguagem própria. Apontou as sementes desse propósito em Gonçalves Dias e não o viu em Magalhães.

O poeta incorrera em vários erros. Era necessário procurar uma forma de falar nova, diferente e original, em conformidade com o mundo americano e diferente daquela do Velho Mundo, para expressar essa nova ordem cultural e social. No intuito de construir um imaginário da nação, de definir uma identidade e um espaço nacional, a narrativa deveria procurar os elementos da natureza, da terra e da cultura americana, tão diversos da europeia, os quais, para serem expostos, necessitavam de uma língua e linguagem que permitisse manifestar experiências de vida plurais e de lugares variados no espaço territorial brasileiro.

No intuito de afastar-se da forma clássica, legada dos europeus, e encontrar a expressão pertinente à transformação da linguagem, carecia de algo de original, inspirado na própria natureza da americana. O poeta "devia arrancar [...] alguma harmonia original,

nunca sonhada pela velha literatura de um velho mundo". Compor um poema nacional requeria esquecer, por um momento, as ideias de homem civilizado e embrenhar-se pelas matas seculares da América, contemplando a natureza, em busca de inspiração. Se, tal experiência não "inspirasse uma poesia nova" e desse ao pensamento "outros vôos" diversos aos da "musa clássica ou romântica", o poeta deveria quebrar sua pena com desespero (ALENCAR, 1960, p. 864 e 865).

Julgou a forma que Magalhães usou no poema, imprópria, ineficaz e artificial. A pintura feita da vida dos índios não tinha a menor beleza e recorria-se aos recursos de um poeta épico, à imagens e aos tesouros poéticos existentes, gastos e usados. Magalhães falhara ao ignorar a natureza brasileira, mostrando-se incapaz de exprimi-la, amesquinhando-a. Não soube interpretar a beleza e vigor da poesia dos índios e nem mostrar seu heroísmo e sentimentos. Fora incapaz de explorar os recursos da epopéia e burlou as regras do épico. Descuidou da forma e faltou-lhe estilo adequado. Era preciso encontrar na natureza americana "um novo pensamento, uma nova criação", pois "o ouvido habituado ao roçar das árvores, aos murmurejos das ondas, aos cicios das brisas, a essas harmonias, não pode sofrer certos versos como ouvido acostumado ao rodar das segues e ao burburinho das ruas" (ALENCAR, 1960, p. 865, 866, 867 e 868).

Magalhães incorreu no erro de ter buscado tratar o Brasil com as fórmulas já existentes, gastas, artificiais, distanciadas de suas raízes e as usando mal. Era necessário edificar uma expressão estética nova, adequada à especificidade da realidade brasileira e despir-se das deformações da cultura dita civilizada. Faltava uma poesia simples e graciosa, inspirada pela natureza virgem da América, expressa com linguagem própria. Defendeu que, junto à natureza, escreveria um poema, "mas não um poema épico; um verdadeiro poema nacional, onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a forma, desde a imagem até o verso", pois a forma clássica não servia para cantar os índios, seu verso não podia "exprimir as tristes" melodias do Guanabara "e as tradições selvagens da América". Logo, clamava por achar "uma nova forma de poesia, um novo metro de verso" (ALENCAR, 1960, p. 869, 871, 875 e 876).

A nova forma de dizer e tratar o Brasil requeria uma linguagem atenta ao som, à forma, à cor, à luz, à sombra e ao perfume da terra americana. Magalhães não o fizera; intentara escrever uma epopéia e dera-lhe linguagem imprópria; "copiou sem embelezar, escreveu sem criar", deixou de pintar "a natureza brasileira e descrever os costumes indígenas com poesia e naturalidade". Assim, "a cor local, como a entendiam os mestres da arte, não existia n'A Confederação" (ALENCAR, 1960, p. 882-3, 886, 888-91, 909 a65, 866, 867 e 868).

Procurando por em prática tais propostas, em 1865, lançou *Iracema* (Lenda do Ceará), que, segundo ele, pertencia ao período da "literatura primitiva" ou aborígine, tratando das "lendas e mitos da terra selvagem e conquistada". Nesse mesmo ano escreveu a "Carta ao Dr. Jaguaribe", dando continuidade às reflexões presentes nas "Cartas" acima

tratadas. Comentou algumas questões importantes acerca de seu projeto de realização de uma literatura nacional. Declarava que esse escrito poderia chamar-se “como e por que escrevi *Iracema*” (ALENCAR, 1965, v1, p. 495-7; ALENCAR, 1964, v. 2, p.1125).

Do meio dessa reflexão, dentre tantas questões, ressurgia o aspecto fundamental que o preocupava, aquele de encontrar uma forma literária para expressar a nacionalidade, a realidade brasileira. Afirmou que desde cedo, uma “espécie de instinto” impelia sua “imaginação para a raça selvagem indígena” como a possibilidade de percepção do nacional. Mais tarde, discernindo melhor, lendo as produções que se publicavam sobre a temática indígena, percebeu que “não realizavam elas a poesia nacional, tal como [lhe] aparecia no estudo da vida selvagem dos autóctones brasileiros”. Muitas pecavam pelo abuso de termos indígenas acumulados que quebravam a harmonia da língua portuguesa e perturbava a inteligibilidade do texto. Outras eram primorosas no estilo, mas faltava certa rudez ingênua do pensamento e expressão da linguagem dos indígenas. Gonçalves Dias era “o poeta nacional por excelência”; conhecia a natureza brasileira e os costumes selvagens. “Em suas poesias americanas, aproveitou muitas das mais lindas tradições indígenas”. Entretanto, os selvagens de seu poema falavam uma linguagem clássica (ALENCAR, 1964, v.2, p. 1123).

Para Alencar, “o poeta brasileiro” tinha “de traduzir em sua língua as ideias, embora rudes e grosseiras, dos índios”, por mais que “nessa tradução” estivesse grande dificuldade. Em tal fonte, deveria beber o poeta e dela sairia “o verdadeiro poema nacional”. Mas o escritor questionava a própria poesia como gênero para apresentar as imagens. A investigação era laboriosa, feita em imperfeitos e espúrios dicionários, requerendo “contínua e aturada meditação”, e poderia ser um “ímprobo trabalho”, não levado em conta. Agia como um arqueólogo, “desentranhando da profunda camada, onde dorme uma raça extinta” e muitos poderiam pensar que aquele material “fora achado na superfície e trazido ao vento da fácil inspiração”. Era inconveniente essa empreitada; “escrever um poema devia alongar-se”, que podia “correr o risco de não ser entendido, e quando entendido não apreciado”, pois encheria “o livro de grifos que o tornariam mais confuso” e notas ninguém lia. Diante disso, “o que pareceu melhor e mais acertado foi desviar o espírito dessa obra e dar-lhe novos rumos”, lembrando-se “de fazer uma experiência em prosa”. *Iracema* era “pois, um ensaio ou antes mostra”, em que buscou realizar suas “ideias a respeito da literatura nacional”, achando “aí poesia inteiramente brasileira, haurida na língua dos selvagens” (ALENCAR, 1964, v. 2, p. 1122-5).

O romance, com seu propósito nacionalista e preocupação com história, exalta a natureza brasileira, trata das ideias e costumes dos índios, mesclando personagens reais com fictícios, ao abordar a formação do Ceará e o primeiro contato do povo nativo com o invasor europeu. Da relação de Iracema, que em tupi-guarani significa “lábios de mel”, com o português Martin, nasceu Moacir, filho da dor, simbolizando o nascimento da nova sociedade. Iracema, um anagrama da palavra América, é a personificação da terra

nova, virgem e selvagem, invadida e conquista pelos europeus. Do “consórcio do povo invasor com a terra americana”, formou-se as sociedades do Novo Mundo. Alencar inicia sua narrativa de fundação dessa nova sociedade descrevendo no primeiro capítulo um “barco aventureiro” singrando veloz nos verdes mares bravios da costa cearense, desta se afastando e levando “Um jovem guerreiro cuja tez branca não cora o sangue americano; uma criança e um rafeiro que viram a luz no berço das florestas e brincam irmãos, filhos ambos da mesma terra selvagem”. O barco que desaparece no horizonte deixava a “terra do exílio” e nela uma história, que passa a ser contada de ora diante (ALENCAR, 1964, v. 2, p. 1065-6, 1116; ALENCAR, 1965, v.1, p. 495).

3 I FACETAS DA RECEPÇÃO CRÍTICA DA PROSA AMERICANA DE ALENCAR

Ainda em 1865, logo depois do lançamento de Iracema no Rio de Janeiro, o venezuelano Juan Vicente Gonzalez, o homem de letras mais apaixonado da Venezuela no século XIX, escreveu um artigo sobre o livro na *Revista Literária*, por ele publicada, e considerada uma das principais publicações periódicas daquele país. O escritor ressalta a presença da natureza americana na produção de uma obra original:

> Sí, el nuevo império del Brasil, sobre el que reposan todas las esperanzas de grandeza i gloria para la raza portuguesa, debe contentar al espíritu observador, poco satisfecho de los destinos de la antigua metrópole. Cuando nos representamos la fuerza i el esplendor de la naturaleza en esa parte de América, esas inmensas selvas vírgenes, esos rios que parecem Mediterráneos, esas vastas riberas banãdas por el Océano, ese sol tan puro como el de la Grecia i mas ardiente, imaginase uno bajo esos palmeros i esos cocales gigantescos, uma poesia original, tan juvenil i grandiosa como las demas producciones de la fecunda tierra. La musa de 8aa [sic] de Miranda, de Antonio Ferreira, de Bernardes, y Gil Vicente, há desplegado su vuelo, hácia las riberas de América (GONZALES, 1865, p. 356)

Para Gonzáles desde o século XVII as colônias portuguesas adicionaram poetas aos que haviam nascido em Portugal e que naquele momento escritos recentes honravam o talento brasileiro, como *O Guarani* e o pequeno poema *Iracema*, que propunha analisar rapidamente.

> La obra está distribuida em treinta i dos cuadros, llenos de interes, naturalidad i gracia. La vida salvaje es o fondo del poema; i sus imágenes están tomadas de la espesura de los bosques, la rapidez de los torrentes, la magestad del mar, las sombras de los árboles, el ruido misterioso de las selvas, el canto de los pajaros, i hasta de la forma de las frutas. La Atala i los Naches daban uma idea ligera de la vida salvaje; com Iracema se vive em médio de la naturaleza primitiva, se asiste a las escenas terribles de los cielos i el mar, se vá aça i Allá por entre montañas o a lo largo de las riberas, i como que se siente um perfume de esa vida anterior a la vida civil, que el poeta há hecho dulce i embriagadora, idealizándola. Sus páginas que saben a la miel del Jaty, que respiran el olor de la vainilla, i que parecen escritas a las sombras del Oitysica,

> recuerdan al cantor de Morven i de los poéticos amores de Oscar e Malvina (GONZALES, 1865, p. 357-8).

Gonzáles inseriu Alencar no topo de um rol de autores brasileiros que, desde o período colonial, no século XVII e XVIII, esforçavam para produzir literatura nessa terra e de outros escritores, inclusive estrangeiros, que trataram dos selvagens do Brasil, como Lery, Montaigne e Anchieta. "El señor J. de Alencar se há puesto tambien em busca de la poesia indígena i nos ofrece em la vírgen *Iracema*, com uma prueba de sus esfuerzos i laboriosidad, uma muestra de su buen gusto i de su talento fino e cultivado" (GONZALES, 1865, p. 357)

Já, do outro lado do Atlântico, em 1867, saiu publicado, em Porto, o livro *Novos ensaios críticos*, de Manuel Pinheiro Chagas, no qual o escritor português, ao tratar da literatura brasileira, dedicou um capítulo a José de Alencar e focou sua análise em *Iracema*, lenda do Ceará. Nesse texto, Alencar recebeu elogios e honrarias pela escrita do livro, mas também foi censurado pela falta de correção no emprego da língua portuguesa.

Para Chagas, apesar dos muitos talentos que se avultavam na "nossa antiga colônia americana", não se podia dizer que o Brasil possuísse uma literatura nacional que refletisse "o caráter" de seu povo, que concedesse vida às suas tradições e crenças e que fosse "a alma" da nação, com "todas as dores e júbilos que, através dos séculos, a foram retemperando". O Brasil, como nação moderna e filha da Europa, não tinha "ainda uma existência bastante caracterizada, para que os seus incidentes, refletindo no espelho da literatura", pudessem "deixar nele imagem bastante colorida e enérgica." Faltava-lhe um "período laborioso de uma gestação dificílima", como ocorrera nas repúblicas espanholas na América, e "uma iniciativa no movimento civilizador do mundo" debatendo as "grandes questões" da humanidade, como faziam os Estados Unidos, que pudessem "na sua literatura deixar profundo sulco". Assim, faltavam-lhe elementos para inflamar sua literatura com o fogo do combate, o ardor, a veemência, o entusiasmo e as comoções das lutas, os quais comporiam as páginas de "uma epopeia sublime", coordenada, talvez, por um Homero e formando a "Ilíada gigante desses povos" (CHAGAS, 1867, p. 212-3).

Na América do norte, os Estados Unidos tinham voto na congregação dos povos que dirigiam a marcha da humanidade, a "voz de seus escritores" não morria no "recinto" de suas fronteiras, sua literatura tinha "certo caráter de apostolado", sendo marcada também pelo "estudo sério, e imparcial do passado", característico da moderna literatura europeia, e Cooper era "o representante dessa literatura patriótica", com o tipo que criou, Nathaniel Bempo, e as figuras que se agrupavam em torno deste vulto. Esse tipo "é o protesto vivo contra aqueles que da Nova Inglaterra querem fazer apenas a sucursal da antiga" e "que tentam assim afogar no seu germe a vivaz nacionalidade" (CHAGAS, 1867, p. 214-5).

Para Chagas, as nações americanas, se quisessem "verdadeiramente fazer ato de independência, e entrar no mundo com foros de países que tem nobreza sua", deveriam, como Bempo, "esquecer-se um pouco da metrópole europeia, impregnar-se nos

aromas do seu solo”, proclamar-se filhas adotivas, mas “ternas e amantes das florestas do Novo Mundo, e aceitar as tradições dos primeiros povoadores”. Na poesia desses povos primitivos, estava “a inspiração verdadeira”, que deveria “dar originalidade e seiva à literatura americana”. Foi isso que compreendeu Fennimore Cooper e fez seus romances tão apreciados por uma geração que desprezou “as estioladas e pálidas plantas de estufa, nascidas numa atmosfera falsa”. Fechando seu raciocínio, Chagas conclui: “É isso que deve dar ao Brasil a literatura que lhe falta, foi isso finalmente o que o sr. José de Alencar compreendeu e tentou na formosa lenda cearense, que abre um novo e desconhecido horizonte aos poetas e romancistas de Santa Cruz” (CHAGAS, 1867, p. 215-6).

O crítico considerou que, desde o *Caramuru*, de Santa Rita Durão, os poetas brasileiros tinham “entrevisto a mina riquíssima” de onde poderiam “arrancar diamantes literários”, mas que, até aquele momento, nenhum se impregnara “bastante nessa inspiração selvática” e tivera “ânimo para se banhar completamente nesse formoso lago poesia estranha às regras e aos hábitos europeus”. Os mistérios da poesia, os esplendores e sombras “da confusa floresta das tradições populares sempre assustaram a literatura elegante”, e foi necessário que uma “revolução sanguinolenta revolvesse a ordem do mundo, destruísse as antigas distinções” e agitasse o mar social para que os poetas “ousassem derrubar os seus palácios de Netuno, quebrar as conchas de Anfitrite [...]”. Tudo que “não era nobre, perfumado e delicado fora por tanto tempo considerado como antipoético” e não foi aproveitado “senão engastando-o cuidadosamente nas joias arrebicadas da literatura clássica”. Foi preciso nova geração, não viciada pelos climas de Paris, para que a poesia procurasse inspiração nas crenças do povo (CHAGAS, 1867, p. 216-8).

Chagas assegura que “o que sucedeu na Europa com a poesia popular, aconteceu no Brasil com a literatura indiana”, por meio de Magalhães e Gonçalves Dias, mas que, com a morte do último, “antes dele ter inaugurado verdadeiramente a literatura nacional no Brasil”, pertencia à *Iracema*, de Alencar, “a honra de ter dado o primeiro passo afoito na selva intrincada e magnificente das velhas tradições” (CHAGAS, 1867, p. 218).

Se os leitores de Cooper lamentavam que não houvesse, no Brasil, um poeta que soubesse aproveitar os tesouros da poesia espalhados por esse território e que, da mesma forma que aquele, desse relevo às tradições e crônicas desses povos, “Alencar livrou sua pátria desse labéu”, com *Iracema*, em que se revela estilista primoroso, pintor de paisagens natais e cronista simpáticos dos antigos povos brasileiros. “Pela primeira vez aparecem os índios, falando a sua linguagem colorida e ardente, pela primeira vez se imprime finalmente o cunho nacional num livro brasileiro [....]”. Portanto, “A musa nacional solta-se enfim dos laços europeus” e vem sentar-se à sombra das bananeiras vendo o sol apagar seu facho ardente na orla das florestas americanas (CHAGAS, 1867, p. 219-20).

Remetendo a uma crítica não identificada, veiculada num jornal do Rio de Janeiro, que apontava como “defeito” do livro a profusão de termos indígenas espalhados em suas páginas, Chagas o descaracteriza. Para ele, esse aparato não tornava ininteligível e nem

desagradável a prosa do autor e em nada prejudicam o interesse pela leitura: "não creio que possa macular por forma alguma o formosíssimo quadro do pintor brasileiro" (CHAGAS, 1867, p. 220)

No entanto isso não quer dizer que a obra não possuísse problemas e Chagas chama a atenção para um "defeito" que ele via "em todos os livros brasileiros", que era "a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais". Questionou os motivos para que um livro brasileiro se distinguisse na linguagem de um livro português, quando os livros dos autores americanos não se distinguiam dos livros dos ingleses, que "escrevem exatamente o mesmo correto inglês", ou, no caso dos escritores latino-americanos, que "entoam os seus inimitáveis versos no mesmo sonoro e altivo espanhol" (CHAGAS, 1867, p. 221-3).

Chagas avaliou os autores brasileiros como "escritores de primeira ordem, talentos verdadeiramente grandiosos", mas declarou que aproveitava esse "ensejo para dizer verdades", que, há muito, pesavam em sua consciência àqueles que estavam "à frente desta cruzada de novo gênero". Finalizando, voltou a Alencar, tratando da sua postura de revolta contra o português, de seu estilo, linguagem e lugar na criação de uma literatura nacional.

> Ainda que o sr. José d'Alencar não seja dos mais audazes revoltosos, ainda que o seu estilo verdadeiramente mágico resgate plenamente as incorreções de linguagem que lhe podemos imputar, desejaríamos que nem sequer essa leve mácula existisse num livro primoroso, num livro, que está destinado, como a *Iracema*, a lançar no Brasil as bases duma literatura verdadeiramente nacional (CHAGAS, 1867, p. 223-4).

Assim, mesmo vendo o romancista com um dos "revoltosos" contra os ditames da língua mãe, com vista a realizar um "ato de independência" cultural, de afastar e esquecer a metrópole europeia considerou que seu livro lançava as bases de uma "literatura verdadeiramente nacional".

4 I NOVOS COMBATES DE ALENCAR POR UMA LITERATURA AMERICANA

Já em 1870, no "Pós- escrito", à 2ª. edição de *Iracema*, diante de tal acusação de crime de insurreição contra a gramática da língua comum, levada a cabo pelos escritores brasileiros de modo geral, Alencar reivindicava uma independência lingüística ao afirmar a real existência de um processo de mudanças no Brasil, mas discordando que fosse produzido e originado nos escritores, delegando ao povo tal ação. Considerou que a tendência, não para formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existia no Brasil, sendo fato incontestável. Porém não atribuía aos "escritores essa revolução filológica" e remetia para a necessidade de buscar o germe dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo. Enfatizando a independência, o

romancista dizia que “A revolução é irresistível e fatal” e que “há de ser larga e profunda”, pois se os “povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se, também, a separação nas ideias, nos sentimentos, nos costumes, e, portanto, na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais.” Reafirmando a ideia da língua como fato histórico e como arma política para produção da independência cultural que reforçava aquela do campo político, defendeu que era um engano completo pretender que o inglês e o espanhol da América fossem os mesmos da Europa cuja diferença podia-se notar. Diante disso, ainda questionou: “E como podia ser de outra forma, quando o americano se acha no seio de uma natureza virgem e opulenta, sujeito a impressões novas ainda não traduzidas em outra língua, em face de magnificências para as quais não há ainda verbo humano?” (ALENCAR, 1964, v. 2 p. 1130).

Além dos fatores naturais e da formação da vida social e cultural na América, onde os contatos existentes entre línguas diferentes, não só entre indígenas e europeus, como aqueles resultantes dos processos migratórios, agiam na transformação de uma língua, Alencar ampliou sua concepção apontando que a literatura nacional devia nascer da mestiçagem, da mescla entre o índio, o branco e o negro. Ele salientava que “Cumpre não esquecer que o filho do Novo Mundo recebe as tradições das raças indígenas e vive ao contato de quase todas as raças civilizadas que aportam a suas plagas trazidas pela imigração.” No caso brasileiro, julgou que os estrangeiros eram “um veículo de novas ideias e um elemento da civilização nacional”, sendo aqueles que vinham de fora “os operários da transformação de nossas línguas”. Dizia que eram “esses representantes de tantas raças, desde a saxônia até a africana,” que faziam “neste solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e das línguas”. Deste modo, não se admirava “que um literato português note em livros brasileiros certa dissonância com o velho idioma quinhentista”, pois essa mesma dissonância os escritores daqui achava-se nas páginas portuguesas, como de Mendes Leal, marcadas pelo estilo clássico, que destoava “no meio destas florestas seculares, destas catadupas formidáveis, desses prodígios de uma natureza virgem, que não podem sentir nem descrever as musas gentis do Tejo ou do Mondego” (ALENCAR, 1964, v.2, p. 1130-1).

Alencar, engajado na luta contra os escritores portugueses e na querela do afastamento do padrão culto e clássico do português, defendia “o direito de criar uma individualidade nossa”, jovem e robusta, “muito distinta da velha e gloriosa individualidade portuguesa.” Tratou das acusações de Antonio Henrique Leal, que “contestou que os portugueses da América possuíssem uma literatura peculiar ou elementos para formá-la” e que reproduziam “a cansada censura” ao seu “*estilo frouxo e desleixado*”. Assim, o romancista, esboçava um molde de nacionalidade literária brasileira, que vazava nas obras que produzia e que se contrastava com o estilo clássico da língua portuguesa, defendia o “cisma gramatical” que consubstanciava a separação e a independência política e cultural brasileira (ALENCAR, 1964, v.2, p. 1131, 1133-5).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a reflexão alencariana informava seu fazer literário e expressava as intencionalidades que depositava em suas obras. Para ele a literatura era um monumento erguido na celebração da nação e um instrumento engajado na luta política pela emancipação cultural da sociedade brasileira em relação à cultura portuguesa. A literatura deveria ser fruto da confluência de elementos variados, mas, sobretudo das emanações da terra e da natureza americana, dos costumes dos povos diversos que foram invadidos em interação com aqueles dos invasores, dos povos trazidos forçadamente para cá e dos imigrantes que depois vieram. A língua e a linguagem literária, como fato histórico e social, deveriam ser capazes de representar esse conjunto complexo de elementos em interação e de trocas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. Cartas sobre *A Confederação dos Tamoios*. In: ALENCAR, José de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1960. v. 4, p.863-922.

ALENCAR, José de. Questão filológica. In: ALENCAR, José de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar Ltda, 1960. v.4, p. 939-961.

ALENCAR, José de. O nosso cancioneiro. In: ALENCAR, José de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Ed. José Aguilar Ltda, 1960. v.4, p. 961-9.

ALENCAR, Jose de. Iracema. In: ALENCAR, Jose de. **Ficção completa e outros escritos**. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1964, v. 2, p.1061-1122.

ALENCAR, Jose de. Carta Dr. Jaguaribe. In: ALENCAR, Jose de. **Ficção completa e outros escritos**. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1964, v. 2, p.1122-1125.

ALENCAR, Jose de. Pós-escrito à 2ª edição de *Iracema*. In: ALENCAR, Jose de. **Ficção completa e outros escritos**. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1964, v. 2, p.1125-1136.

CHAGAS, Manuel Pinheiro. Literatura brazileira – José d'Alencar. In: CHAGAS, Manuel Pinheiro. **Novos ensaios críticos**. Porto: Casa da viúva Moré, 1867. p. 212-224.

GONZALES, Juan Vicente. *Iracema por J. de Alencar.* **Revista Literaria**, Caracas, s/v e n, p. 354-359, 1865.

CAPÍTULO 17

DUAS HISTÓRIAS DE HARDWARE E SOFTWARE COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DA COMPUTAÇÃO BRASILEIRA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 14/01/2021

Marcia de Oliveira Cardoso
Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ
https://orcid.org/0000-0002-0799-9377

RESUMO: Na década de 1970, os planos de desenvolvimento do governo brasileiro para a área de ciência e tecnologia, principalmente a área da computação, tinham, como um dos objetivos, a capacitação local que reduzisse os efeitos da dependência de tecnologia estrangeira. E o resultado desse esforço em capacitar possibilitou a produção de equipamentos computacionais locais, e contribuiu para o estabelecimento de uma indústria nacional de computadores no país. Este trabalho apresenta duas histórias de construção tecnológica no Brasil que contribuíram para o desenvolvimento da computação: o minicomputador chamado Patinho Feio (*hardware*), construído nos primórdios da capacitação em computação na Universidade de São Paulo (USP), e o sistema operacional UNIX-compatível, chamado SOX (*software*), desenvolvido pela empresa nacional Computadores Brasileiros S.A. (Cobra). Neste trabalho enfatizamos a dinâmica das relações, as escolhas que foram feitas durante a construção e o uso desses artefatos como suportes dentro de um discurso de autonomia tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: História da Computação, Sistema Operacional SOX, Computador Patinho Feio.

TWO HISTORIES OF HARDWARE AND SOFTWARE TO SUPPORT A DOMESTIC INFORMATICS DEVELOPMENT IN BRAZIL

ABSTRACT: In the 1970s, the Brazilian development policies for science and technology, mainly computing area, had as one of its objectives, a local training to reduce the effects of dependence on foreign technology. The result of this training allowed the production of local computer equipment and contributed to the establishment of a national computer industry. This paper presents two stories of technological construction in Brazil that contributed to the development of computing: the mini-computer called Patinho Feio (hardware), built in the early days of computer training at the University of São Paulo (USP), and the UNIX-compatible operating system, called SOX (software), developed by the national company Computadores Brasileiros S.A. (Cobra). In this paper we highlighted the dynamic of relationships, the choices that were made during the construction and the use of these artifacts within a discourse of technological autonomy.

KEYWORDS: Computer History, SOX operational system, Patinho Feio computer.

1 I INTRODUÇÃO

No Brasil, a Política Nacional de Informática (PNI) que permitiria o controle da importação de bens e serviços da área de computação pelos próximos oito anos, entre outros instrumentos, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 4 de outubro de 1984. Com essa aprovação, o Congresso amparava legalmente a chamada reserva de mercado de informática, iniciada alguns anos antes através de portarias da Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (Capre). Um dos objetivos da aprovação da PNI seria incentivar e dar continuidade aos esforços em prol de uma **capacitação nacional**, estável e contínua, **na área da computação**.

O estabelecimento da PNI em 1984 foi favorecido pelas iniciativas das décadas anteriores, incentivadas pelas condições favoráveis oferecidas pela política governamental da época, chamada Plano Estratégico de Desenvolvimento, que abria espaços para a atuação da área de ciência e tecnologia (DANTAS, 1988, p. 2). O advento dessa política e a preocupação com os efeitos da dependência tecnológica, principalmente na área da computação, criavam incentivos para novas pesquisas, criação de laboratórios e de cursos de pós-graduação, que propiciassem a sonhada capacitação tecnológica na área. E os esforços frutíferos dessas iniciativas contribuíram, posteriormente, para estabelecimento de uma indústria nacional de computadores, surgindo empresas como a Itautec, a Scopus, e a Cobra, entre outras, que atuaram no desenvolvimento da computação brasileira, cada uma em sua especificidade. A Itautec, fundada em 1979, foi uma empresa brasileira fabricante de equipamentos de tecnologia da informação (TI) e de automação bancária principalmente. A Scopus, fundada em 1975, se especializou inicialmente no desenvolvimento e comercialização de terminais de vídeo. A empresa foi fundada por um grupo que fez parte do desenvolvimento de um dos artefatos que serão apresentados neste trabalho: o minicomputador Patinho Feio, construído nos primórdios da capacitação em computação na Universidade de São Paulo (USP).

A estatal Cobra, fundada em 1974 com o nome de Computadores e Sistemas Brasileiros, foi responsável pelo desenvolvimento e comercialização de diversas linhas de computadores, entre elas o Cobra 500/530. Foi a Cobra que desenvolveu o segundo artefato que será apresentado neste trabalho: o sistema operacional SOX, um UNIX-compatível desenvolvido em pleno vigor da PNI.

Neste trabalho, tanto o Patinho Feio quanto o SOX são considerados artefatos que contribuíram para a sustentação do desenvolvimento da computação, seja capacitando seus grupos de desenvolvedores, seja reinventando o desenvolvimento local. No trabalho, o retrato da trajetória de construção do Patinho Feio segue o modelo descrito por Michell Callon (1985), onde o processo de desenvolvimento tecnológico pode ser conformado em ciclos de concepção/adoção, concorrentes ou não, sequenciais ou não, nos quais a dinâmica de desenvolvimento é uma sequência de decisões após negociações. Assim, o

Patinho Feio aqui retratado é o resultado da dinâmica das relações (e escolhas feitas) entre os elementos humanos e não-humanos envolvidos no processo de construção das partes que o constituíram. E como o objetivo do trabalho é apresentar o minicomputador como um suporte para o desenvolvimento da computação, serão enfatizados os elementos de sua história que contribuíram para uma capacitação brasileira na área. Para a história do SOX, utilizamos o conceito de discurso sugerido por Paul Edwards (1996), que descreve esse discurso como um "conjunto heterogêneo, dinâmico que mistura técnicas, tecnologias, linguagens, metáforas, ações e possíveis fragmentos de outros discursos em torno de um (ou mais) suporte" (tradução nossa), e o artigo de John Law (1992) sobre a teoria ator-rede, onde "os efeitos sociotécnicos de um determinado objeto de estudo devem ser explorados através do tratamento das relações (incluindo o poder e a organização) como efeito de redes, materialmente heterogêneas, de associações que se estabilizam" (tradução nossa), mesmo que temporariamente. No caso do SOX, a história apresentada neste trabalho insere o sistema operacional em um discurso que era destacado em jornais e revistas especializados da época de sua construção - o discurso de autonomia tecnológica, que conjugava a necessidade de desenvolvimento local e capacitação de pessoal e possibilidade do país adquirir autonomia na área da computação. Nesse contexto, o SOX é apresentado como um suporte para o desenvolvimento da computação brasileira dentro do conceito de discurso de Paul Edwards, não olvidando o tratamento das relações, dado por John Law, no seu desenvolvimento aqui representado.

2 | O MINICOMPUTADOR PATINHO FEIO

O Patinho Feio foi desenvolvido no início da década de 1970, pelo Laboratório de Sistemas Digitais (LSD) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EPUSP), como um projeto final da recém-criada disciplina Arquitetura de Computadores. Essa disciplina fazia parte da estratégia de fortalecer a pesquisa na área de sistemas digitais, ainda insipiente no país, que precisava de um volume mais expressivo de pesquisadores. E como era comum na implantação de novos cursos na USP, a universidade contratou, como professor, o americano Glen Langdon, funcionário da empresa *International Business Machines* Corporation (IBM) e em doutoramento na *Syracuse University*, nos (EUA), para ministrar a nova disciplina. E, para acelerar a capacitação de professores na área de sistemas digitais, que poderiam ministrar cadeiras na graduação posteriormente, a disciplina também foi incluída no currículo da pós-graduação, em 1971. A disciplina "Arquitetura de Computadores" reuniu tanto um grupo de estudantes e pesquisadores que já trabalhavam no LSD, quanto interessados de outras unidades da USP, entre eles: Edson Fregni, Edith Ranzini, Lucas Moscato, Paulo Patullo, Célio Ikeda, Victor Mammana, Antônio Massola, Cláudio Mammana, Sílvio Davi Paciornik, Wilson de Pádua e Maria Alice Varella (CARDOSO, 2003, p. 33-37).

O trabalho final do curso do Glen Langdon, que deveria ser apresentado pelos participantes das aulas, foi a elaboração de um projeto de um sistema digital. Assim, os alunos foram distribuídos em equipes, cada qual responsável por elaborar uma proposta para a construção de partes de um minicomputador, entre elas, CPU, memória, interfaces de entrada e saída e unidade aritmética. Essa divisão de tarefas seguiu, aproximadamente, o esquema proposto por Von Neumann, em 1947, para as partes de um computador. Após a apresentação dos trabalhos, o professor Glen Langdon decidiu selecionar as melhores soluções de cada grupo para formar um projeto de computador que pudesse ser construído (CARDOSO, 2003, p. 39). Mais tarde, o projeto seria conhecido como o minicomputador Patinho Feio (Figura 1). E, embora esse projeto de computador tenha sido gestado no curso de arquitetura de computadores, foi o panorama desenhado para a computação no Brasil da década de 1970 que concorreu para que a EPUSP iniciasse a sua construção propriamente dita.

Figura 1: Sistema Patinho Feio – Computador com bits) de memória principal (paginada), leitora e perfuradora de fita de papel, impressora de cartões, vídeo-display, com software para serviços de teleprocessamento

Fonte: LSD (1980)

De fato, em 1968 a Marinha brasileira e o antigo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), atual Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), firmaram uma parceria para a construção de um computador para a Marinha. E na época do curso do professor Glen Langdon o projeto (MARINHA/BNDE) buscava parceiros para a construção do computador, que posteriormente viria a se chamar projeto G-10. Sendo assim, a EPUSP, através de seu próprio projeto de construção de um minicomputador, poderia ser uma candidata e uma possível parceira desse projeto Marinha/BNDE. Convencida a direção da Escola Politécnica, a construção do Patinho Feio foi iniciada no Laboratório de Sistemas Digitais (LSD), com apoio material e financeiro da própria EPUSP (CARDOSO, 2003, p. 49). Por outro lado, também para o LSD a construção do minicomputador seria uma recompensa pelo seu trabalho em prol da capacitação de pessoal na área de sistemas digitais, que começou em 1968.

Para o desenvolvimento do minicomputador, o LSD manteve o esquema do projeto já estabelecido durante o curso de arquitetura, e distribuiu a equipe para a construção destas partes. E, uma vez que, na dinâmica do desenvolvimento tecnológico,

> o acordo só pode ser alcançado no fim de um processo de negociação, durante o qual tanto a definição das técnicas e a lista de atores elegíveis para negociar tenham sido ajustadas e modificadas, ocorrendo uma adaptação mútua (CALLON, 1995, p. 315, tradução nossa),

cada uma destas partes constituiu um ciclo de adoção/concepção, onde foi possível observar o processo de escolha das técnicas utilizadas, as negociações necessárias e as mudanças dos atores em prol da construção do Patinho Feio (CARDOSO, 2003, p. 67).

Sendo assim, no ciclo de concepção/adoção da memória principal do minicomputador, a equipe responsável optou por comprar a memória de núcleo de *ferrite*, um modelo FI-21, da empresa Philips, com capacidade de 1024 palavras. A pesquisa no Brasil para a fabricação desse tipo de memória ainda estava bastante no início e a equipe ficou receosa de atrasar a construção do minicomputador. Porém, durante o ciclo de concepção/adoção dessa memória, o LSD manifestou interesse em estudar as técnicas de fabricação da mesma e produzi-las em laboratório, enviando alguns dos integrantes da equipe à empresas como a norte-americana *Borroughs Corporation* (Borroughs), fabricante de computadores, que havia criado um espaço em sua fábrica para recondicionamento de memórias de núcleo de ferrite. Ainda que esses movimentos tenham auxiliado a elaboração das dissertações de mestrado de alguns membros da equipe, todos estavam cientes da pouca confiabilidade que teria uma memória criada em um laboratório experimental e do curto prazo para a conclusão da tarefa com o qual estavam lidando. Desta forma, a melhor opção, na época, foi a adoção de uma memória comprada, considerada, aqui, o acordo final, após as negociações neste ciclo de concepção/adoção. Essa adoção promoveu uma nova concepção do Patinho Feio, uma vez que as demais partes que o constituíram foram adaptadas (CARDOSO, 2003, p. 71) – na realidade, a memória comprada incorporou à

rede do minicomputador uma especificação pré-determinada, instruída em um manual de uso.

Em outro ciclo de concepção/adoção, o da unidade central de processamento (UCP), a equipe responsável precisou fazer um redimensionamento após o anúncio da memória escolhida. De qualquer forma, as etapas acordadas pela equipe incluíam a definição do tipo de UCP, do tratamento de interrupções, das micro-operações e do ciclo da máquina (dependente da memória), entre outras. Além disso, foi criada uma tabela de instruções, para a posterior preparação dos programas, e pranchas dos circuitos elétricos necessários, tudo documentado e desenhado em papel. Nesse ciclo de concepção/adoção da UCP, as técnicas de fabricação de placas de circuito impresso também foram estudadas e, como resultado, foi idealizada a forma de se transpor os circuitos desenhados para as placas de circuito impresso que fariam parte do Patinho Feio. Como o prazo de entrega dos fornecedores locais de placas de circuito impresso era grande, o LSD optou por fabricar as placas na EPUSP. Assim, foram feitos estudos de otimização do processo de produção, um projeto para desenvolver uma tecnologia de montagem de placas de circuito impresso de face dupla e furos metalizados, além da redução do tempo de preparo do desenho básico da placa, ainda inexistente no Brasil. E uma fábrica de circuito impresso foi criada na EPUSP. Posteriormente, a tecnologia de face dupla e furos metalizados foi compartilhada com diversas empresas nacionais (CARDOSO, 200 p. 85-89), fato esse que pode novamente ilustrar a contribuição que a construção do Patinho Feio teve no desenvolvimento da computação brasileira.

A capacitação de pessoal durante o processo de construção do Patinho Feio também pode ser vista durante o ciclo de concepção/adoção dos programas que foram produzidos para tornar o Patinho Feio utilizável. Inicialmente, os primeiros programas eram inseridos no computador diretamente pelas chaves do painel de controle do Patinho, utilizando as instruções básicas da UCP. E a equipe responsável pela programação do minicomputador criou uma biblioteca que permitia a edição e inserção de novos programas, procurando acordar sobre os novos meios que auxiliassem a otimização do trabalho – um desses acordos foi a decisão de armazenar os programas já produzidos em fitas de papel. O conteúdo dessas fitas poderia ser carregado na máquina, sem necessidade de inseri-los através das chaves do painel de controle toda vez que se precisasse utilizá-los. Para que isso fosse possível, os programas do Patinho Feio eram editados em um computador IBM1130 e convertidos para a "linguagem" do minicomputador. Depois, os programas eram perfurados em cartões; e esses cartões eram lidos em um outro computador para que, assim, pudesse ser gerada a fita de papel. Por fim, o conteúdo da fita era "carregado" no Patinho (CARDOSO, 2003, p. 90-98).

O Patinho Feio foi "inaugurado" em 24 de julho de 1972 (LSD, 1972) e, pouco tempo depois, uma equipe do LSD ficou envolvida com o projeto G-10, de construção de um computador para a Marinha. E durante oito anos, o minicomputador ficou em funcionamento,

auxiliando ainda em pesquisas na área de sistemas digitais e no treinamento de professores e alunos dos cursos de graduação oferecidos pela EPUSP. Ao longo desses anos, o Patinho Feio sofreu modificações na sua configuração original (foi criado o Pato Feio II), como resultado do surgimento de novos projetos que geraram novas teses e dissertações dos novos alunos. Um desses projetos, de 1974, foi a construção de um sintetizador, utilizando a fábrica de circuito impresso (criada durante a construção do minicomputador) e o Patinho Feio como controlador dos dados (CARDOSO, 2003, p. 106-109).

Os esforços de capacitação do LSD e de ser candidato ao projeto G-10 obtiveram êxito.

3 | O SISTEMA OPERACIONAL SOX

No início da década de 1980, a empresa estatal Computadores e Sistemas Brasileiros S. A (COBRA) iniciou o desenvolvimento de um sistema operacional, chamado SOX, que viria a ser considerado similar ao UNIX, o sistema operacional desenvolvido pela empresa norte-americana *American Telephone and Telegraph* (*AT&T*). Essa similaridade foi também uma estratégia da empresa para que seu sistema fosse aceito pelos usuários brasileiros, visto que a cultura de uso do UNIX, na época, já era uma realidade no país. E, ao completar o ciclo de seu desenvolvimento, o SOX se estabeleceu como um sistema operacional portável (desenvolvido principalmente na linguagem de programação C), multiusuário e capaz de executar múltiplas tarefas simultâneas, considerado assim um UNIX-compatível, embora apresentasse, em sua arquitetura, conceitos como máquina virtual e máquina real não existentes no "UNIX original".

Neste trabalho, o lugar de fala do SOX é estabelecido buscando identificar as associações da rede que possibilitaram o desenvolvimento desse sistema operacional (CARDOSO, 201, p. 6), através da utilização do discurso de autonomia tecnológica como pano de fundo, apresentado no contexto da definição de discurso de Paul Edwards (1996). Sendo assim, nesse trabalho o discurso de autonomia tecnológica pode ser visto como "interação material, institucional e linguística, embora a realidade seja interpretada e construída por nós [...]" (EDWARDS, 1996 p. 40).

Se observamos parte das publicações da época, como a revista Dados&Ideias e o jornal Datanews, pode-se perceber que, no discurso de autonomia tecnológica, urgia uma nacionalização industrial e a consolidação de uma indústria de computadores com **desenvolvimento próprio** e local. Essas publicações discutiam os caminhos para o desenvolvimento tecnológico local e a necessidade de se estabilizar uma indústria nacional de computadores, entre outros assuntos que possibilitassem alcançar a sonhada autonomia. Tudo isso favorecido também pelos movimentos em prol de uma reserva de mercado (de informática). Nessa urgência de se estabelecer uma indústria nacional de computadores, surge a empresa estatal Cobra, criada em 1974, inicialmente para atender

às necessidades da Marinha brasileira que precisava manter seus equipamentos em funcionamento. A empresa logo passaria a fabricar computadores com relativo sucesso. Em 1982, por exemplo, suas linhas Cobra 300 e Cobra 500 foram responsáveis por 80% do seu lucro (RODRIGUES, *apud*. CARDOSO, 2013, p. 36). Assim, a Cobra acaba se posicionando como um suporte do discurso de autonomia tecnológica, nacionalista, lugar bem representado nas propagandas divulgadas pela empresa na época. Em uma dessas propagandas veiculadas, a empresa apresenta frases em inglês e japonês (representando os computadores e manuais importados), afirmando que "A vantagem de um país que faz seus próprios computadores é que você não precisa traduzir nada" (CARDOSO, 2013, p. 39). E, por ser desenvolvido pela Cobra, do SOX não se poderia esperar menos do que também atuar em prol do discurso de autonomia tecnológica, do qual se tornou suporte, nos termos do discurso de Paul Edwards (1996), dessa vez para software.

Assim, para alinhar a linguagem de construção do SOX à linguagem do discurso de autonomia tecnológica, o sistema foi criado a partir de uma dissertação de mestrado (FERREIRA, 1985) e da especificação de arquitetura do UNIX, descrita em papel, chamada *System V Interface Definition* (SVID), publicada pela AT&T. Ressalta-se que essas especificações eram um conjunto de regras e procedimentos necessários para o desenvolvimento de um sistema, reduzindo o problema de portabilidade dos aplicativos desenvolvidos para o UNIX. E ainda que a especificação estivesse sendo utilizada, o SOX não seria construído a partir do código programado do UNIX, prática esta utilizada por outras empresas brasileiras, que também estavam criando seus próprios sistemas UNIX-compatíveis.

Sendo assim, a equipe de desenvolvimento do SOX precisou construir as ferramentas necessárias para tornar possível a programação do sistema operacional em computadores da própria empresa. Como exemplos, para viabilizar a compilação do código do SOX, um compilador C foi desenvolvido para o sistema operacional do computador brasileiro Cobra 500 e, para facilitar na depuração e testes, uma série de programas de testes e um sistema de depuração também foram implementados. Resumindo, para manter sua posição em prol do discurso de autonomia tecnológica, a empresa recusou qualquer caminho que reduzisse o tempo de desenvolvimento, se esse caminho implicasse no uso de tecnologia estrangeira. Por outro lado, essas escolhas permitiram uma melhor capacitação dos envolvidos, que precisavam superar os obstáculos que iam surgindo. E isso, no escopo deste trabalho, reforçava a posição do SOX como suporte para o desenvolvimento da computação brasileira.

Em termos de arquitetura, resumidamente o SOX possuía uma máquina real e uma máquina virtual. A máquina real, programada de forma modular, fornecia os serviços, incluindo os acessos aos periféricos e rede feitos por programas controladores atuando em processos distintos, para a máquina virtual. A parte de compatibilidade com o UNIX ficou armazenada na máquina virtual e o usuário final utilizaria o sistema como se fosse

um UNIX, pois passava desapercebido as conversas entre as máquinas que formavam o sistema. Além disso, em 1987 a Cobra também implementou um *hardware*, de baixo custo, chamado PLACA-SOX, com memória suficiente para executar o sistema operacional, esperando facilitar o desenvolvimento de aplicativos e a disseminação do SOX (Figura 2), uma vez que ela poderia ser instalada tanto nos antigos computadores da Cobra, quanto em microcomputadores do tipo computadores pessoais (PC) (CARDOSO, 2013, p. 105).

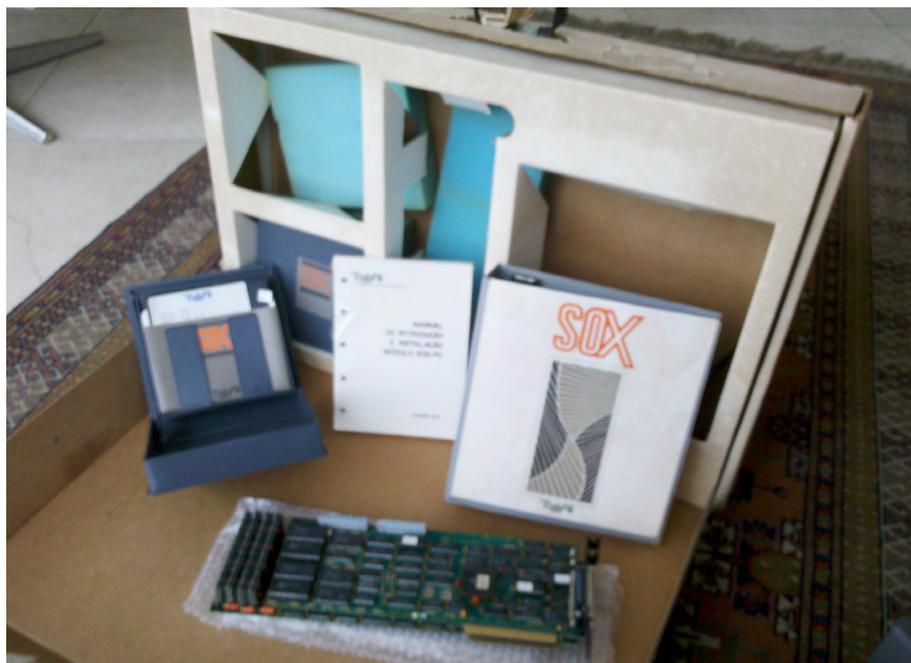



Figura 2: Embalagem de comercialização do SOX. Foram preparados manuais, disquetes com o sistema operacional e a Placa-SOX.

Fonte: Retirada da tese de Marcia de Oliveira Cardoso (CARDOSO, 2013, p. 104)

No final da década de 1980, ainda havia muita relutância das empresas desenvolvedoras de software com relação ao desenvolvimento de aplicações para o SOX, que afirmavam ser o processo de programação bastante diferente do já “naturalizado” processo de programação para o UNIX. Somado a esse fato, as empresas que haviam desenvolvido seus UNIX-compatíveis baseados no código do UNIX solicitavam ao governo federal o licenciamento do sistema norte-americano, uma vez que precisavam dessa licença para comercializar seus sistemas com o código do UNIX embutido. Por conta disso, surgiram manifestações sobre o SOX ser um padrão de sistema que estava sendo imposto pela Cobra (DISCRIMINAÇÃO, 1989, p. 6). Por sua vez, para se defender das acusações de querer ditar um padrão e precisando que o SOX fosse adotado pelos usuários brasileiros,

a Cobra decidiu obter uma certificação internacional que atestasse a sua compatibilidade com o UNIX. Dessa forma, ela submeteu o SOX aos testes de verificação baseados nas especificações do padrão *X/Open Portability Guide 2* (XPG2), definidas por um consórcio de empresas europeias. E, ainda que a certificação validasse o SOX como um sistema aberto, um padrão que procurava padronizar as diferentes versões do UNIX, para a Cobra, essa certificação garantia a possibilidade de dizer que o SOX era um sistema "UNIX-compatível", uma vez que as especificações iniciais para sistemas abertos estavam baseadas na própria especificação do UNIX. Assim, quando o SOX recebeu o selo de certificação X/Open 85, em 1989, a empresa divulgou-o fortemente, como forma de rebater as críticas ao SOX.

No início da década de 1990, o projeto de construção do SOX foi cancelado por estar "na contramão da história" (a requisição para o licenciamento do UNIX para a linha de computadores vendidos com o SOX, feita por empresas brasileiras, havia sido concedida) e as equipes de desenvolvimento da Cobra passaram a utilizar o UNIX (CARDOSO, 2013, p. 157).

4 | CONCLUSÕES

Este trabalho apresentou histórias da construção do minicomputador Patinho Feio (*hardware*) e do sistema operacional SOX (*software*), reforçando que estes dois artefatos foram suportes para o desenvolvimento da computação no Brasil e para uma autonomia tecnológica, no que diz respeito à capacitação de pessoal. Tanto o Patinho Feio, quanto o sistema SOX também podem ser considerados pilares para a capacitação tecnológica brasileira, tiveram seu lugar de fala e saíram de cena relativamente com êxito.

O Patinho Feio foi desenvolvido no início da década de 1970, pelo Laboratório de Sistemas Digitais – LSD, com uma memória de 4.096 palavras de 8 bits e composto de 45 placas de circuito impresso (LSD, 1972).

Ao dar historicidade ao Patinho Feio, pode-se perceber que seu desenvolvimento, em face do enredamento de diversos atores, possibilitou o fortalecimento e o fomento da pós-graduação da EPUSP, bem como o crescimento do LSD, que se tornou o Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais (PCS). Quanto à contribuição para o desenvolvimento da computação no Brasil do grupo de alunos/pesquisadores participantes do processo de construção do minicomputador, muitos fizeram parte do projeto G-10 da Marinha/BNDE, dando continuidade ao que haviam começado no curso da EPUSP. A maior parte da equipe também atuou (ou atua) como docente do PCS, formando novos alunos/pesquisadores. Em 1975, um dos integrantes da equipe, Edson Fregni, ajudou a fundar a Scopus, empresa brasileira que desenvolveu e fabricou os primeiros terminais de vídeo no Brasil, bastante atuante no cenário em defesa do desenvolvimento local da computação no país.

E o Patinho Feio? Ainda que a documentação sobre as suas reconfigurações seja escassa, o Patinho Feio pode ser apreciado no museu do corredor do prédio da administração da EPUSP.

Por sua vez, em pleno exercício da PNI surgiu o SOX, um sistema operacional UNIX-compatível brasileiro, desenvolvido pela Cobra independente do original da empresa AT&T, que foi homologado pelo padrão internacional XPG2, da X/Open, na década de 1980. Para efeito deste trabalho, o SOX havia cumprido seu papel como suporte para o desenvolvimento da computação brasileira. Posteriormente, integrantes do projeto de construção do sistema foram contratados pela IBM, que desejava utilizar o conhecimento adquirido por esses técnicos no desenvolvimento do sistema UNIX-compatível da empresa (CARDOSO, 2013, p.185-187).

Os movimentos que descontinuaram o desenvolvimento do sistema operacional na COBRA também podem ser explicados ao se historicizar o SOX dentro do conceito de discurso apresentado. No início da década de 1990, o discurso de autonomia tecnológica se tornava enfraquecido, uma vez que uma nova linguagem em defesa do uso de capital estrangeiro, de associações com empresas estrangeiras e de acusações sobre a falta de competitividade da indústria nacional de informática começava a se tornar hegemônica. Sendo assim, o SOX deixou de ser considerado uma alternativa de sistema operacional brasileira. Ao contrário, após 1991 as reportagens dos jornais especializados da época já não o posicionam como um sistema compatível com o UNIX (CARDOSO, 2013, p. 155). Era o prenúncio de extinção da PNI.

REFERÊNCIAS

CALLON, Michel, Technological Conceptions and Adoption Network: Lessons for the CTA Practitioner. In: RIP, Arie; MISA, Thomas J.; SCHOT, Johan (eds). **Managing Technology in Society**. Pinter 1995. p. 307-330.

CARDOSO, M. de O. **O Patinho Feio como construção sociotécnica**.139 f. Dissertação (Mestrado em Informática), Programa de Pós Graduação em Informática, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

CARDOSO, M. de O. **SOX: um UNIX-compatível brasileiro a serviço do discurso de autonomia tecnológica na década de 1980**. 288 f. Tese. (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia), Programa de Pós Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

DANTAS, Vera. **A guerrilha Tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Ed., 1988.

EDWARDS, P. **The closed world: computers and the politics of discourse in the Cold War America**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1996.

FERREIRA, L.A.A. **Proposta de uma arquitetura de um sistema operacional de tempo real**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação). Coppe. UFRJ. Rio de Janeiro, 1985.

LSD. **A USP constrói o primeiro computador brasileiro**. São Paulo: Laboratório de Sistemas Digitais. Departamento de Engenharia de Eletricidade. Escola Politécnica. Universidade de São Paulo, 1972.

LSD **Laboratório de Sistemas Digitais**. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Eletricidade. Escola Politécnica. Universidade de São Paulo, 1980.

LAW, J. **Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity**. Systems Practice 5, p.379-393, 1992. http://dx.doi.org/10.1007/bf01059830.

DISCRIMINAÇÃO contra quem mais investiu em tecnologia no país. **Mundo Unix**. Computer World do Brasil Serviços e Publicações Ltda., Ano I. n. 6 Setembro, 1989.

CAPÍTULO 18

HISTÓRIA DA CIÊNCIA MEDIEVAL EM PERSPECTIVA - A CONTINUIDADE EM EDWARD GRANT

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 04/01/2021

Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva
Doutor em História. Universidade Estadual Paulista
Assis – SP
http://lattes.cnpq.br/2958115754942697
https://orcid.org/0000-0001-8697-2799

Texto originalmente publicado nos Anais da XXXIII Semana de História “Pensando os Cem Anos da Revolução Russa”, realizado na UNESP/Assis em outubro de 2017 durante o mestrado.

RESUMO: A origem da chamada “ciência moderna” é tema de uma das maiores controvérsias da História das Ciências. Atualmente, a perspectiva teórica hegemônica é aquela que defende que a ciência moderna teve suas raízes na chamada “Revolução Científica”, porém, nas últimas décadas, esta visão tem sido reavaliada por alguns historiadores. Denominados “continuístas”, estes pensadores pesquisam as contribuições do campo intelectual medieval na construção de um pensamento crítico, lógico e racional, fundamental para a metodologia científica moderna. O presente trabalho tem como objetivo analisar estudos do historiador medievalista Edward Grant que, ao voltar sua atenção ao papel desempenhado pela filosofia natural na Baixa Idade Média, identifica os fundamentos das ciências modernas séculos antes da Revolução Científica. Para tanto, buscamos alinhamento com as diretrizes metodológicas relacionadas à História da Historiografia da Ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia Natural, História da Ciência, Continuísmo.

HISTORY OF MEDIEVAL SCIENCE IN PERSPECTIVE - CONTINUITY IN EDWARD GRANT

ABSTRACT: The origin of the conventionally called “modern science” is the subject of one of the greatest controversies in the History of Science. Currently, the hegemonic theoretical perspective is that which defends that modern science had its roots in the “Scientific Revolution”, but in recent decades this view has been reassessed by some historians. Called “continuists,” these thinkers search the contributions of the medieval intellectual field in the construction of a critical, logical and rational thought, fundamental to modern scientific methodology. This work aims to analyze studies developed by the medievalist historian Edward Grant who, highlighting the important role of natural philosophy in the Lower Middle Ages, identifies the foundations of modern science centuries before the Scientific Revolution. To this end, we seek alignment with methodological guidelines related to the History of the Historiography of Science.

KEYWORDS: Natural Philosophy, History of Science, Continuity.

INTRODUÇÃO

Como bem sinalizado pelo Professor Gildo Magalhães no livro *Ciência e Conflito: Ensaios sobre História e Epistemologia de Ciências e Técnicas* (2015), uma das maiores controvérsias da história das Ciências se refere ao momento do nascimento da Ciência Moderna. Muitos acreditam que a ciência começou em algum momento entre os séculos XVI e XVII e definem esse período histórico como Revolução Científica.

Mas, como em qualquer outra área de disciplina histórica, estabelecer marcos temporais é uma tarefa delicada. Identificar rupturas é sempre um trabalho árduo para o historiador de ofício, posto que qualquer tentativa de identificar uma descontinuidade, ainda que muito bem argumentada, não deixa de ser um recorte realizado arbitrariamente pelo historiador.

No que se refere ao nascimento das ciências modernas, podemos identificar duas grandes perspectivas históricas que dominam o debate. A primeira é a rupturística, ou descontinuísta, que entende que os séculos XVI, XVII e XVIII experimentariam, nas figuras de Copérnico, Galileu, Tycho Brahe, Francis Bacon, Descartes, Newton e outros, uma quebra em relação às formas medievais escolásticas de compreender o mundo, iniciando, assim, uma nova tradição científica. A outra perspectiva histórica é a continuísta. Essa, *grosso modo*, procura salientar a importância da ciência medieval, o que acaba minimizando a importância da Revolução Científica (BELTRÁN, 1995).

A presente reflexão tem por objetivo lançar luz sobre alguns elementos que compõem a postura continuísta de Edward Grant[1] e verificar em que medida o trabalho com o conceito de filosofia natural pode nos ajudar a resolver alguns problemas desse debate.

UM ESTUDO CONTRA-HEGEMÔNICO

Embora a ideia de que a Idade Média tenha vivido um período de estagnação intelectual – motivada, principalmente, pela Igreja e pelos dogmas cristãos – não tenha mais espaço nos debates acadêmicos sérios dentro da seara da historiografia medieval, isso não é verdadeiro para a História das Ciências (SHANK, 2012). Podemos verificar que a representação sobre a ciência cultivada na era medieval ainda é repleta dos estigmas que esse período carrega de outras épocas de produção historiográfica. Tanto divulgadores quanto historiadores das Ciências ainda delegam uma posição secundária para o período (SHANK, 2012). Abaixo citamos um exemplo que ilustra como o assunto é abordado em um desses livros que se propõem a realizar divulgação científica:

> A Revolução Científica foi uma revolta contra o modo de pensar dominante na época em que a Europa emergiu da Idade Média, uma era na qual as crenças a respeito do funcionamento do mundo não eram examinadas de maneira sistemática. (MLODINOW, 2011, p. 82-83)

1. Edward Grant é um historiador estadunidense nascido em 1926. Professor emérito do Departamento de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Indiana, tem uma proeminente carreira acadêmica.

Este trecho pertence a um livro de Leonard Mlodnow chamado *O andar do Bêbado: Como o acaso determina nossas vidas,* considerado um *best-seller* entre os atuais trabalhos de divulgação científica. Mas este tipo de representação também pode ser visto nos grandes manuais de história geral, muito utilizados na educação por conta de seu perfil didático. Citaremos aqui, como exemplo, o livro de Nelson Piletti e José Jobson de Arruda. Na Unidade VIII, que se propõe a trabalhar a Idade Moderna, mais precisamente no tópico 3, intitulado *O Renascimento Científico*, verificamos a seguinte redação:

> Parte considerável dos renascentistas dedicou-se ao estudo da natureza. Com base em observações e experimentos, esses primeiros cientistas construíram um conhecimento elaborado com a razão, em detrimento de um pensamento religioso (PILETTI; ARRUDA, 2003, p. 160).

Esse tipo de representação histórica, que desconsidera a importância da Idade Média na história do pensamento científico, está presente no campo da História e da Filosofia das Ciências há muito tempo. Embora Alexandre Koyré não tenha cunhado o conceito de "Revolução Científica", foi, certamente, o seu grande divulgador (SILVA, 2010). No final da década de 1930, com seus Études Galiléennes, e com o clássico *Do mundo Fechado ao Universo Infinito*, publicado na década de 1950, Koyré se tornou o principal nome da tradição rupturística da Ciência.

Em seus estudos, Koyré propõe que a Revolução Científica, protagonizada por nomes de peso como Copérnico, Kepler e Galileu, revolucionou a forma de se conceber o universo e, portanto, de se conceber o pensamento:

> [A Revolução Científica] causou a destruição do Cosmos, ou seja, o desaparecimento dos conceitos válidos, filosófica e cientificamente, da concepção do mundo como um todo finito, fechado e ordenado hierarquicamente [como, supostamente, Koyré compreende o período medieval] [...] e a sua substituição por um universo indefinido e até mesmo infinito que é mantido coeso pela identidade de seus componentes e leis fundamentais, e no qual todos esses componentes são colocados no mesmo nível de ser. (KOYRÉ, 1986, p. 14)

A tradição rupturista se expandiu muito rapidamente e, pelas décadas subsequentes, conquistou nomes de peso, como A. Rubert Hall, Thomas Kuhn, Richard S. Westfall, Bernard Cohen, Arthur Koestler e muitos outros. A perspectiva descontinuísta da História das Ciências acabou por endossar uma visão que destituiu a Idade Média de qualquer importância científica. Muitos desses pensadores defendem que a escolástica aristotélica acabou por inabilitar o desenvolvimento de ideias científicas e desestimular a emergência do pensamento crítico e racional. Sobre o possível declínio do "renascimento do século XIII", Koestler lamenta:

> O motivo de tão breve esplendor e tão longo declínio [do pensamento científico] pode ser resumido numa frase: o redescobrimento de Aristóteles havia mudado o clima intelectual da Europa encorajando o estudo da natureza; os ensinamentos concretos da ciência aristotélica, elevados a dogmas, paralisaram o estudo da natureza (KOESTLER, 1989, p. 69).

Contrários a essa forma de caracterização da Idade Média, a historiografia denominada continuísta[2] defende justamente o oposto. Historiadores e filósofos das ciências, tais como Pierre Duhem, Lynn Thorndike, Marshall Clagett, David C. Lindberg, Edward Grant e outros, valorizam, cada um a sua maneira, as conquistas científicas da Idade Média e de outros períodos, enfraquecendo o argumento de que a ciência moderna seria fruto exclusivo do período vivido na Europa Ocidental pós-renascimento. No presente texto, analisaremos alguns dos elementos argumentativos que compõem a concepção histórica de Edward Grant.

A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA NATURAL NA PERSPECTIVA DE GRANT

Edward Grant defende exatamente o oposto do que Koestler afirmou na citação acima. Em seu modo de pensar, os filósofos naturais da Baixa Idade Média, tais como Nicole de Oresme, Jean Buridan, Alberto da Saxônia, Alberto Magno, Thomas Bradwardine, e muitos outros, teriam produzido ciência, na qualidade de filosofia natural, para além das fronteiras de Aristóteles. Com uma forte formação em História Medieval, Grant dedica-se, desde a década de 1970, a investigar as profícuas contribuições da Baixa Idade Média para a construção do pensamento científico moderno.

Na perspectiva do autor, principalmente no que se refere a seu livro intitulado *História da Filosofia Natural: Do Mundo Antigo ao Século XIX* (2009)[3], a ciência moderna, aquela desenvolvida a partir do século XVII, deve ser encarada como a consequência direta da fusão entre a Filosofia Natural e as Ciências Exatas.

Mas o que seria filosofia natural? Ou melhor, qual seria o entendimento de Edward Grant sobre essa área de conhecimento? Afinal, muitos autores, inclusive rupturistas, já teriam desenvolvido reflexões sobre a temática. Cohen e Westafall, por exemplo, acreditam que Newton protagonizaria a substituição da filosofia natural aristotélica por uma nova, a mecanicista (COHEN; WESTFALL, 2002); o próprio Koyré utiliza a expressão “filosofia natural” para caracterizar trabalhos de Descartes, Newton e Galileu (KOYRÉ, 1977, p. 208).

É exatamente através do conceito de filosofia natural que Grant defende a sua visão continuísta em relação às origens do pensamento científico moderno. Ao executar uma regressão histórica, buscando as origens do termo, o autor não apenas conclui que a filosofia natural é um campo de conhecimento estabelecido muito antes do século XV,

2. Este tipo de categorização de historiografias da história das ciências é explicado de maneira mais pormenorizada no estudo de Antonio Beltrán (1995).

3. Publicado originalmente pela editora Cambridge University Press em 2007, sob o título *de A History of Natural Philosophy: From the Ancient World to the Nineteenth Century*.

como também que se deveria buscar suas origens em um passado consideravelmente mais longínquo.

Operando uma análise de longa duração, Grant inicia a sua regressão a partir de Aristóteles, já que este filósofo teria sido o primeiro a sistematizar o conhecimento de uma forma que possibilitou isolar o campo da filosofia natural dos demais campos investigativos. Façamos um pequeno resumo de como o filósofo grego teria estruturado sua separação do conhecimento.

Aristóteles teria pensado em três grandes áreas independentes na divisão do saber: a produtiva, que se dedicaria à fabricação de objetos úteis; a prática, que buscaria analisar a conduta do homem; e, por fim, a teórica. Esta última área de conhecimento contaria com mais três separações: 1 – a teologia (ou metafísica), preocupada com fenômenos imutáveis e, sendo assim, separados da matéria, como Deus e substâncias espirituais; 2 – a matemática, que também considera fenômenos imutáveis, mas, diferente da metafísica, buscaria compreender abstrações feitas a partir de objetos físicos reais; e 3 – a física (ciência natural), ou, como veio a ficar conhecida, filosofia natural, preocupada com os fenômenos mutáveis, que existem separadamente e carregam em si a condição inata para o repouso e o movimento.

> [...] para Aristóteles, a física, ou filosofia natural, abarca os movimentos dos corpos terrestres e celestes; os movimentos e transformações dos quatro elementos da região terrestre, e da geração e corrupção dos corpos compostos que eles continuamente produzem; também inclui fenômenos nas regiões superiores da atmosfera, logo abaixo da Lua, que foi sua preocupação em *Metereológicos*; e, finalmente, também inclui o estudo de animais e plantas (GRANT, 2009, p. 6).

A física, ou filosofia natural, seria utilizada para investigar o mundo material, levando em conta tanto objetos animados quanto inanimados. Assim, na perspectiva de Grant, Aristóteles teria inaugurado uma forma de divisão do conhecimento que serviria de base para os próximos dois milênios de investigação da natureza.

Mas, então, resta a pergunta: como a Filosofia Natural, sendo uma categoria originalmente aristotélica, teria sobrevivido até o século XVII? Edward Grant defende que esse campo de conhecimento não apenas foi conservado como também ampliado nos séculos que se seguiram.

A tradição filosófica neoplatônica do começo da Era Cristã teria, de certa forma, conservado os escritos de Aristóteles e de seus discípulos. Os neoplatônicos liam e comentavam as obras de Aristóteles com o intuito de promover o conhecimento. Havia uma recomendação de não considerar as querelas entre Platão e Aristóteles, mas de buscar conciliar as ideias dos dois filósofos. Entretanto, os neoplatônicos realizavam seus comentários na obra aristotélica a partir da perspectiva platônica, o que, de certa forma, deturpava as conclusões de Aristóteles. Destacamos, dentro da argumentação de Grant,

os neoplatônicos da Antiguidade Tardia que o autor considerou mais importantes para a filosofia natural: Alexandre de Afrodísias, Temístio, João Filopono e Simplício.

João Filopono, por exemplo, se destacou por seus comentários antiaristotélicos nos livros em que buscou refletir sobre a obra de Aristóteles[4]. Filopono, cristão, discordava da ideia de eternidade do mundo de Aristóteles e, também, não reconhecia a existência do éter celeste[5]. Não acreditava que o que movia os objetos era o ar, mas sim, uma força aplicada, o ímpeto, que exerceria importante influência na Filosofia Natural islâmica e latina, como veremos em seguida.

Assim, para Grant, os neoplatônicos tiveram um papel importante na história da Filosofia Natural: "Qualquer forma que os comentários aristotélicos da Antiguidade Tardia Grega tomassem, seu conteúdo estava destinado a ter um papel significativo na formação subsequente do desenvolvimento da filosofia natural" (GRANT, 2009, p. 85).

Já em relação aos povos que falavam latim, Grant defende que, com o esfacelamento do Império Romano Ocidental, durante a Antiguidade Tardia, a Filosofia Natural ocupou cada vez menos espaço no cenário intelectual.

Nos séculos subsequentes, os textos de Filosofia Natural relativos à tradição aristotélica seriam traduzidos para as línguas siríaca e árabe. Estes textos se disseminaram pelo Oriente Médio e pelo norte da África, gerando uma nova onda de desenvolvimento da Filosofia Natural. No século IX a Casa da Sabedoria seria fundada em Bagdá, dando ainda mais impulso a esse processo. Este esplendor iria se manter, segundo Grant, do século IX ao XII quando, a partir dos anos 1300, as tensões entre a Filosofia Natural e a tradição religiosa se acirraram e a Filosofia Natural começou a perder espaço.

Destacamos a atuação de uma série de tradutores e comentadores árabes que, durante esse período, não apenas cultivaram a filosofia natural aristotélica através de profícuos comentários, como também produziram grandes tratados científicos[6]. Entre eles, nomes como Al-Farabi, Avicena, Averrois, al-Razi e al-Ghazali são destacados por Grant como notórios continuadores da tradição da prática da filosofia natural.

A Europa Ocidental dos séculos XI e XII seria muito diferente do que a dos séculos anteriores. A maior produtividade agrícola acabou por aumentar a população do campo e conseguiu sustentar o crescimento das cidades. Acompanhando essa melhoria social, Carlos Magno, em 789, ordenaria o estabelecimento de escolas nos monastérios e catedrais, o que muitos consideram como o Renascimento Carolíngio. Para Grant, todo esse movimento culminaria em um período de revalorização do pensamento lógico-racional no século XII, protagonizado por pensadores como Hugo de São Victor, João de Salisbury e Pedro Abelardo.

---

4. Um dos primeiros métodos de se produzir filosofia natural foi o de realizar comentários críticos a trabalhos de Aristóteles. Entre os livros aristotélicos de filosofia natural mais comentados, temos: *Física, Da Alma, Da Geração e Corrupção e Metereológicos.*
5. Este seria o quinto elemento do Cosmos. Incorruptível, o éter ocuparia a região celeste, para além da órbita lunar.
6. Tais como o *Cânone da Medicina*, grande tratado médico produzido por Avicena.

Atrelado a esse fenômeno, o processo de Reconquista da Península Ibérica fez com que o Ocidente latino começasse a ter contato com a filosofia natural árabe. Assim, os grandes tratados aristotélicos, bem como uma imensa quantidade de literatura de comentários árabes, começaram a ser traduzidos para o latim.

Essas traduções dos grandes tratados de Filosofia Natural começaram a ser utilizadas nas recentemente inauguradas universidades medievais. Estes grandes centros de ensino, que começaram a surgir no século XII[7], incorporaram os livros de Filosofia Natural de Aristóteles às suas aulas. Para que os alunos pudessem se formar em Medicina, Direito ou Teologia deveriam, necessariamente, tornar-se mestres em Artes, o que se dava, basicamente, através do cultivo da Filosofia Natural presente nos textos aristotélicos.

E como se daria esse desenvolvimento da Filosofia Natural na Baixa Idade Média? Filósofos naturais poderiam realizar dois tipos de trabalhos: ou faziam comentários às obras de Aristóteles, ou elaboravam uma série de questões (*questiones*) para trabalhar algum tópico específico da literatura aristotélica. Os comentários eram muito parecidos com a forma adotada anteriormente pelos árabes. Escolhia-se um estudo de Aristóteles e, em seguida, se faziam comentários relativos ao próprio texto. Já o formato de questões se dava quando o filósofo se propunha a responder, de uma maneira racional e lógica, determinado questionamento relacionado à natureza[8].

É importante sinalizar que, quando da produção dos comentários, ou quando os autores escreviam tratados de questões, por mais que partissem tanto da estrutura cosmológica como da estrutura lógico-argumentativa de Aristóteles, desenvolviam a Filosofia Natural para além dos limites do que o próprio filósofo grego havia proposto. Isso porque os filósofos naturais medievais deveriam conciliar as diretrizes aristotélicas com os dogmas cristãos. Esse fato fez com que muita filosofia natural fosse produzida além dos limites do próprio aristotelismo.

Um exemplo disso se refere à teoria aristotélica do movimento natural. Para Aristóteles o que fazia com que um objeto que fosse arremessado e continuasse a sua trajetória, mesmo despois de perder o contato com o motor inicial do movimento, seria o ar. Este continuaria a impulsionar o objeto em sua trajetória mas, na medida em que o tempo passasse, esse sistema iria perdendo força, até que o objeto cairia no seu lugar natural, o chão[9]. Filopono, no século VI, discordaria de Aristóteles, propondo que o movimento do objeto se prolongaria por conta de uma força incorpórea que lhe é transmitida pelo motor inicial. O ar, muito pelo contrário, seria um agente que retardaria a realização do movimento.

---

7. As primeiras universidades medievais foram as de Paris, Oxford e Bolonha, sendo esta última a mais antiga, de 1088.
8. Um exemplo é a questão *Sobre a Possibilidade de Outros Mundos*, elaborada por Jean Buridan em seu *Questões a respeito de Sobre o Céu*. Para um relato detalhado de como o autor resolve essa questão, consultar páginas 238 a 243 de *História da Filosofia Natural:* Do Mundo Antigo ao Século XIX (GRANT, 2009).
9. Para Aristóteles, o lugar natural dos objetos dependia da própria estrutura cosmológica do universo que se dava a partir de quatro elementos: terra, água, ar e fogo. A terra, elemento mais pesado do cosmos, ocuparia o lugar mais próximo do centro geométrico do universo, que era o mesmo do nosso planeta. Assim, em um movimento natural, os objetos que fossem compostos por terra, deveriam naturalmente “cair” buscando atingir o seu lugar natural.

Essa força identificada por Filopono seria readaptada por Jean Buridan, no século XIV, que cunharia a famosa teoria do ímpeto. A partir dessa teoria, Buridan começa a descrever movimentos e a quantificar velocidades, desenvolvendo uma forma de se compreender a cinemática e a dinâmica muito parecida com as que Galileu e Newton desenvolveriam posteriormente.

Assim, a conclusão de Edward Grant é que a Revolução Científica, resultado da fusão entre a Filosofia Natural e as Ciências Exatas, só foi possível por conta do avançado desenvolvimento em que a Filosofia Natural se encontrava nos séculos XVI e XVII, muito por conta dos enormes esforços científicos dos filósofos naturais da Baixa Idade Média.

É importante salientar que Edward Grant não nega as sensíveis diferenças da ciência do século XVII em relação à praticada na Idade Média. Para o autor, os modernos teriam não apenas matematizado a Filosofia Natural como também inaugurado uma nova forma de experimentalismo empirista. De qualquer forma, isso não negaria a importância do legado intelectual medieval na consolidação desse processo:

> Sem o nível alcançado pela filosofia natural da Idade Média, com sua contundente ênfase na razão e na análise, e sem as importantes questões sobre outros mundos, o espaço, o movimento, o infinito, que eles primeiramente levantaram na Idade Média, e sem o tipo de resposta que eles forneceram, poderíamos até hoje estar esperando por Galileu e Newton (GRANT, 2009, p. 421).

Ao historicizar o conceito de filosofia natural, Edward Grant acaba por enfraquecer o argumento dos rupturistas, já que uma das grandes dificuldades dos adeptos da descontinuidade está em definir quais são as características mais elementares da ciência moderna para que possam, enfim, proceder à análise de quando começou a ser praticada. Mas qual seria a diferença entre Ciência e Filosofia Natural? Quando a Filosofia Natural teria acabado e a Ciência começado? Ora, não seria Newton reconhecidamente um cientista? Mas também, não teria Newton intitulado seu trabalho mais importante de *Os Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*?

A esse problema tão delicado, Grant fornece-nos uma resposta relativamente simples: a Filosofia Natural pode ser encarada como o espírito científico, ou seja, como o ímpeto que faz com que o homem investigue a natureza de maneira racional:

> Embora os cientistas nas diversas ciências tenham desenvolvido diferentes técnicas e procedimentos para responder ao desfile sem fim das questões que produziam, e sem as quais a ciência moderna não poderia existir, o espírito de investigação permanece essencialmente o mesmo que foi durante a Idade Média: um esforço para avançar em determinado tema, explorando e apalpando[10] com uma ou duas questões para as quais se buscam respostas, por meio das quais mais questões são propostas, e um processo que nunca acaba. (GRANT, 2009, p. 421).

10. Aqui Grant utiliza uma expressão em inglês “probing and poking around”, que seria igual a “questionando” ou “investigando a partir da imaginação e do questionamento”.

O que Grant sugere é que os historiadores das ciências deixem de se preocupar com o estabelecimento de marcos temporais rígidos para o nascimento da ciência moderna e passem a estudar o processo levando em consideração toda a bagagem de uma tradição de filosofia natural que é produzida há muitos séculos.

Parece-nos que esta forma de compreender o problema pode ser uma opção bastante produtiva, tendo em vista que busca analisar a influência do campo intelectual produzido em outras épocas na consolidação do pensamento ocidental contemporâneo. Este tipo de abordagem certamente evita o descarte, *a priori*, tanto das importantes contribuições científicas ocidentais mais antigas quanto das que provêm de outras civilizações.

REFERÊNCIAS

BELTRÁN, Antonio. **Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia**. Madri: Siglo XXI de España Editores S. A., 1995.

COHEN, Bernard; WESTFALL, **Richard S. Newton:** textos, antecedentes, comentários. Rio de Janeiro: Contraponto: EDUERJ, 2002.

GRANT, Edward. **História da Filosofia Natural**: Do Mundo Antigo ao Século XIX. São Paulo: Madras, 2009.

KOESTLER, Arthur. **O Homem e o Universo**: Como a Concepção do Universo se Modificou, Através dos Tempos. São Paulo: IBRASA, 1989.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1986.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudios de historia del pensamiento científico**. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 1977.

MAGALHÃES, Gildo. **Ciência e Conflito**: Ensaios sobre História e Epistemologia de Ciências e Técnicas. 1ª edição. São Paulo: Book Express Editora, 2015.

MLODINOW, Leonard. **O andar do Bêbado**: Como o acaso determina nossas vidas. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de. **Toda a História**: Historia Geral e História do Brasil. 3º edição. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

SHANK, Michael H. A igreja medieval impediu o desenvolvimento da ciência. In NUMBERS, Ronald L. (org.) **Galileu na Prisão e outros mitos sobre ciência e religião**. 1ª edição. Lisboa: Gradiva, 2012.

SILVA, Francismary Alves da. **Historiografia da Revolução científica**: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin. 2010. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte: 2010.

CAPÍTULO 19

QUEENSHIP: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM CONCEITO

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 04/01/2021

Danielle de Oliveira dos Santos-Silva
Doutora em História pela UFRRJ, Professora da Rede Pública Municipal de Maricá e da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro
Niterói - Rio de Janeiro
http://lattes.cnpq.br/4465251290111346.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo principal divulgar o conceito de *Queenship* para a comunidade acadêmica brasileira. Desde o final dos anos de 1980, uma série de trabalhos sobre este tema estão sendo realizados por estudiosos da realeza europeia medieval. De acordo com o conceito de *Queenship* as rainhas possuem prerrogativas de poder que dependem de fatores como origem familiar, maternidade bem sucedida, piedade pessoal e possibilidades de intercessão junto ao rei. Estes fatores, juntamente com a riqueza própria, o estabelecimento de uma clientela e influência sobre clérigos, filhos e cortesãos são o que diferenciam as soberanas se forem comparadas em termos de poder pessoal. Propomos neste artigo, uma breve análise de definições, contextos e historiografia sobre este conceito.
PALAVRAS-CHAVE: Rainhas, Poder, Realeza, Idade Média.

QUEENSHIP: CONCEPTUAL CONSIDERATIONS

ABSTRACT: The main objective of this article is to disseminate the concept of Queenship to the Brazilian academic community. Since the late 1980s, a series of works on this topic have been carried out by scholars of medieval European royalty. According to the Queenship concept, queens have prerogatives of power that depend on factors such as family origin, successful motherhood, personal piety and possibilities of intercession with the king. These factors, together with the wealth itself, the establishment of a clientele and influence over clerics, children and courtiers are what differentiate the sovereigns when compared in terms of personal power. In this article, we propose a brief analysis of definitions, contexts and historiography about this concept.
KEYWORDS: Queens, Power, Royalty, Middle Age.

Queenship é um conceito que abarca questões sobre as possibilidades de poder das rainhas e tem sido utilizado para aprofundar os estudos sobre as rainhas medievais. É um termo que, por analogia, está relacionado ao *Kingship*, o poder do rei. O conjunto de fatores que configuram o poder régio é bem conhecido e estudado. Exercer poder de mando e controle do exército, da administração, da coleta de impostos, sendo o reino considerado parte do patrimônio pessoal do rei. Ao rei são reputadas as funções jurídico-sagradas, que envolvem o papel quase sacerdotal que lhe é passado pela

sagração, a função guerreira de defesa e aquisição de territórios. A prosperidade do reino também era da alçada do monarca[1]. Desta forma, podemos observar claramente em que pilares se estabelece o poder do rei.

A questão que se impõe para a reflexão, aqui, é justamente sobre que patamares se situa o poder da rainha. O poder da rainha vem a ser muito mais fluido e indefinido que o poder do rei. A rainha não é apenas um adorno da corte e a reprodutora oficial da dinastia. Ela está envolta numa alta carga de poder simbólico. Invariavelmente, a soberana usufruía de bens e riquezas próprias, tendo suas terras, rendas e dependentes que correspondiam a poder econômico. As formas como uma rainha poderia vir a exercer sua influência e desfrutar do poder político fazem parte do que tem sido desvendado pelos estudos de *Queenship* que, em resumo, podem ser considerados como análise das prerrogativas de poder da rainha.

Existe uma farta produção na historiografia anglo-saxã, desde a década de 1990 sobre o conceito de *Queenship*, mas o fato é que não existe um termo adequado em língua portuguesa para definirmos de maneira concisa em nossa língua este conceito. A historiadora Núria Silleras Fernandez, foi a única que propôs um termo que poderia ser utilizado em espanhol e adaptado ao português: *Reginalidad*, ou Reginalidade[2], ou seja, o que vem a ser pertinente à Rainha e seu papel.

1 I ALGUMAS DEFINIÇÕES SOBRE O *QUEENSHIP*

O fato é que os estudos de *Queenship* estão, aos poucos, estabelecendo os parâmetros para as pesquisas voltadas para os possíveis papéis exercidos pelas rainhas medievais. E fica claro que, algumas rainhas, contrariando o senso comum, foram bem visíveis aos seus contemporâneos. Temos que compreender, como disse Theresa Earenfight que: *A história é contada pelos homens, sobre os reis, seu governo, seus conselheiros, e suas realizações (...) velhos livros de história descrevem famílias sem mulheres.*[3]

Esta mesma autora defende que estamos:

> (...) acostumados a pensar na monarquia como um mundo de homens (...) onde as mulheres são incluídas apenas quando é absolutamente necessário. O que acontece quando elas são simplesmente famosas demais para serem ignoradas, ou são consideradas lições morais do que *não* fazer. Então, quando os escritores medievais não negligenciam as rainhas, eles contam histórias *sobre* as rainhas: alguma história ou rumor infundado – rainhas luxuriosas, adúlteras, que deram maus conselhos envenenaram parentes e inimigos ou instigaram guerras civis.[4]

1. LE GOFF, Jacques. *Rei* IN: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: Edusc e Imprensa Oficial, 2002, pp. 395-414.

2. SILLERAS-FERNANDEZ, Núria. *Queenship en la Corona de Aragón en la Baja Edad Media: Estudio y Propuesta Terminologica*. Universidad Autonoma de Barcelona. **La Coronica**: v. 32.1 (Fall 2003), pp. 119-133.

3. EARENFIGHT, Theresa. **Queenship in Medieval Europe**. New York: Palgrave MacMillan, 2013, p. 2.

4. *Ibidem*, p. 3.

Na prática, as leis da maior parte dos países permitiram às rainhas em diversas ocasiões ao longo do tempo o direito de herdar e suceder. Segundo Armin Wolf[5], no século XIV, de 100 sucessões europeias investigadas, 12 foram levadas a cabo por mulheres. As exceções foram, de fato, constituídas pela França com a lei sálica[6] que abraçou como forma de afastar o pretendente inglês, Eduardo III, do trono francês, e o Sacro Império onde o monarca era, em tese, eleito e por consequência, não necessariamente o trono era hereditário.

Uma das críticas feitas aos estudos sobre *Queenship* é o fato de as rainhas não serem vistas como objetos por estudos históricos sérios, e serem mostradas como sentimentais, passionais e, frequentemente, desventuradas. Uma Grande Mulher casada com um Grande Homem. Assim, mesmo as biografias mais sérias poderiam soar mais como romances históricos[7]. Para seu crédito, no entanto, é preciso considerar que estes livros usam muito material arquivístico colaborando para o avanço dos estudos acadêmicos. Por outro lado, desde 1993 o volume de artigos publicados sobre *Queenship* mostra claramente que longe de serem acessórias, as rainhas eram fundamentais para o perfeito funcionamento do reino.

Assim vemos que entre os muitos papéis exercidos pela soberana, ela era considerada a **Rainha Consorte,** quando se casava com o rei; a **Rainha Mãe,** quando tinha filhos dele; a **Rainha Regente**, quando governava por ou com seu marido, possuindo a "soberania feminina". Quando seu marido morria, era a **Rainha Viúva**. Para complicar, uma rainha poderia ter um, ou todos os papéis, na sequência ou simultaneamente. Apenas uma **Rainha Reinante** ou **Imperatriz** permanecia sozinha. Todas as outras rainhas estavam posicionadas ao lado do rei.

Uma rainha era um laço entre o rei e seus súditos, um símbolo de como uma dinastia real pode criar coesão social e formar alianças. Rainhas frequentemente possuíam autoridade governamental pública. Eram mulheres poderosas, independentemente de como exerciam ou expressavam seu poder. Seu envolvimento aparecia na forma de patronato eclesiástico, intercessão legal ou negócios fiscais.

Um dos problemas que mais gravemente poderiam ameaçar a posição da Rainha era a infertilidade real, que quase sempre resultava numa crise de "quebra de dinastia", e podia ter consequências políticas e sociais potencialmente catastróficas. Se esta "falha" levaria ou não o rei a querer o divórcio em busca de uma nova união mais profícua, dependeria de uma série de fatores tais como a relação de afinidade entre o rei e a rainha, a influência e importância da família dela e seu peso nas alianças do reino. Muitos casais reais considerados santos, foram tidos como castos, tais como o Imperador Henrique II e

---

5. WOLF, Armin. *Reigning Queens in Medieval Europe: When, Where and Why* IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York: St. Martin Press, 1998. pp. 169-188

6. POULET, André. *Capetian Women and Regency: The Genesis of a Vocation In*: PARSONS, J. C. **Medieval Queenship**. New York: St. Martin Press, 1998, p. 112.

7. *Ibidem*, p. 4.

Cunegundes, e Eduardo, o Confessor e sua esposa, Edith. A realidade é que a impressão de castidade se dava mais por ausência de descendência do que por falta do uso da sexualidade entre os cônjuges.

Nos primeiros séculos após a queda de Roma, quando os reis começaram a criar reinos estáveis, o casamento não era formalizado e o status da rainha era inseguro. Poucos séculos depois, sob a influência do cristianismo, o casamento foi tomado sob os cuidados da Igreja e a rainha, como esposa do rei, legitimava a Dinastia. A Maternidade estava ligada à Dinastia e as rainhas tornaram-se essenciais para a legítima continuidade da família real. A família era uma área em que a rainha tinha um poder indiscutível e autoridade. A família real era um exemplo e um modelo para atitudes, estruturas e comportamentos relativos às mulheres em geral.

O fato é que numa monarquia o homem governa sempre e em toda parte com privilégios, e uma mulher governa apenas com discrição, e em última instância, a permissão de um homem, ou de um grupo de homens. O rei é o homem que governa e pode ter se tornado rei por conquista ou herança. Já a identidade da rainha deriva de sua posição na família – filha, esposa, mãe, viúva. Muitas rainhas foram regentes de seus filhos e maridos ausentes. A prevalência de rainhas regentes representava a lealdade a uma linha particular da dinastia, funcionava para manter o reino unido e representava uma convergência do poder que atraía a nobreza.

É importante lembrar que a influência informal pode ser tão poderosa quanto autoridade oficial. E, aparentemente, a forma mais apreciada do trabalho da rainha era a intercessão. Este era o elemento chave das prerrogativas da rainha. Não se tratava apenas de uma influência informal, mas era vista como uma influência oficial e era aceita como parte do *Queenship*. A intercessão era uma prova da parceria entre o casal real. A rainha era vista como uma confidente de confiança do rei. Ela poderia ser uma conselheira não oficial (Rainha Consorte, Rainha Viúva), poderia governar por doença, ausência ou um rei menor de idade (Rainha Regente e Rainha tenente).

Se a rainha fosse muito assertiva em suas posições, ou seu marido muito fraco ou considerado "insuficientemente" masculino, como no caso português de D. Leonor Teles de Menezes e D. Fernando, no século XIV, poderiam aparecer resistências internas, na corte, entre os magnatas, contra ela. Estas ansiedades, frequentemente, expressavam o medo de uma rainha muito poderosa vir a tomar conta da ordem social. Nestes casos, o rumor de infidelidade sexual estabelecia uma ligação entre a influência da rainha e um (possível) mau governo. Era inaceitável que qualquer um exercesse influência sobre o rei, mas a rainha era diferente de qualquer outro conselheiro real e era tratada de uma maneira específica ao seu gênero. Era esperado que o rei governasse o reino, assim como o marido à esposa. Se a rainha fosse percebida como tendo influência sobre o rei, era uma subversão da ordem natural das coisas.

Uma rainha poderia ter uma substancial parcela de poder como resultado de atributos pessoais, tais como inteligência, força da personalidade, vontade, carisma ou conexões familiares e riqueza pessoal. Fosse como fosse, sem a autoridade do status político, ela não seria hábil em exercer este poder. Era, em uma palavra, uma privilegiada, o que não a livrava das possíveis limitações pertinentes a seu gênero.

2 | *QUEENSHIP*: CONTEXTOS E POSSIBILIDADES

Durante o período medieval, o papel das rainhas nas sociedades cristãs foi se modificando. Nos primeiros séculos da Idade Média, a companheira do rei muitas vezes não possuía um título ou uma dignidade específica. A causa disto era, provavelmente, a ausência de leis sucessórias que regulassem quem seria o herdeiro do trono. Na Inglaterra da Alta Idade Média, por exemplo, a esposa do rei era tratada como “esposa do rei”. O termo “*cwen*” de onde veio a palavra *queen* foi usado esporadicamente nos séculos VII e VIII. Nem toda esposa do rei era uma rainha, neste período.

Esta situação deu mostras de se transformar, no século VIII, quando ao tomar o trono dos francos das mãos dos merovíngios, Pepino o Breve passou por uma dupla confirmação: a primeira das mãos de um bispo, e a segunda das do Papa, e em ambos os casos esteve acompanhado por sua esposa Bertrada, mãe de seus filhos Carlos (Magno) e Carlomano. A consagração de Bertrada demonstra a importância dada à rainha quando é necessário legitimar a dinastia[8]. Esta legitimação necessariamente passa pela posição da esposa do rei.

Na Inglaterra do século IX, Judith, filha do rei francês Carlos, o Calvo, foi enviada para se casar com o rei inglês, e uma das exigências da família da noiva foi um casamento com coroação e consagração, da mesma forma que aconteceu com Emma da Normandia, quando foi também para a Inglaterra, no início do século X, para casar com Aethelred. No caso de Emma, esta coroação permitia que os filhos que tivesse do rei, fossem considerados os herdeiros legítimos do trono, ainda que Aethelred tivesse filhos mais velhos que a própria Emma, de sua primeira esposa. Como ela não teve o *status* de rainha, os filhos dela perderam o *status* de herdeiros para os filhos de Emma.

Cada país teve uma determinada evolução em termos das atribuições e responsabilidades de suas rainhas. Na Inglaterra, seu papel foi muito importante quanto à legitimação da dinastia e confirmação do herdeiro. Na França, ela encarnou o papel de regente, de garantidora da linhagem, sempre que foi necessário. Em Navarra e Aragão, assumiram o papel de lugar-tenente do rei, sendo seu braço direito e mantendo a estabilidade da monarquia na ausência deste, em Castela, as rainhas foram chamadas a assumir o trono em seu próprio nome sempre que houve quebra na linhagem masculina. Em Portugal, o papel da rainha variou de acordo com as possibilidades individuais da

8. EARENFIGHT, Theresa. *Op. Cit.* p.91.

ocupante do trono, mas por serem donas das próprias terras e fortunas, eram sempre uma peça a ser considerada no tabuleiro político.

3 I ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA E TEÓRICA DO CONCEITO DE *QUEENSHIP*

O pioneirismo na área dos estudos de *Queenship* foi de John Carmi Parsons, que organizou, em 1993, a coletânea "**Medieval Queenship**"[9] com a colaboração de outros pesquisadores que foram se estabelecendo nesta área de estudos. Parsons afirma que os estudos de *Queenship* nasceram do crescente interesse pela história das mulheres, decorrentes do movimento feminista dos anos 1960. Os primeiros trabalhos, que vieram na esteira desta tendência, eram limitados por representarem as rainhas como adornos morais de seus filhos e maridos. Em "**Medieval Queenship**", Parsons argumenta que o "divórcio" entre a "história" da "história política" e o "poder" do "poder político" abriu as possibilidades de discussões sobre gênero e poder na Idade Média. Assim, ainda que a maior parte dos estudos levados a cabo sobre *Queenship* tenham abordagens biográficas, os autores buscam dissecar de que formas as rainhas perseguiram e exploraram as possibilidades de poder e de que maneiras suas ações foram vistas pelos outros, por seus contemporâneos. Na coletânea de textos reunidos por John Parsons que teve origem em um encontro na Universidade de Michigan em 1988, os autores convidados abordam diferentes aspectos do *Queenship*, que vem a ser a temática comum que perpassa todos os trabalhos, os quais se encontram, no entanto bastante dispersos no tempo e no espaço. Dos autores que contribuem para este livro, Janos Bak[10] tratou da função da rainha na dinastia Arpadiana da Hungria; Inge Skovgaard-Petersen[11] estudou o *Queenship* na Dinamarca medieval; Janet Nelson[12] trabalhou com o estatuto das mulheres na corte de Carlos Magno, a partir do caso das filhas do imperador que foram impedidas pelo pai de se casarem, formando uma útil rede de proteção feminina em torno do imperador. Segundo Nelson suas sete filhas formaram para ele um *entourage* de conselheiras cuja lealdade, inclusive em relação a seus irmãos do sexo masculino, era garantida e que caso se provassem inúteis eram facilmente descartáveis. O próprio Parsons[13] escreveu sobre a influência das rainhas como mães e avós na corte Plantageneta e afirmou que a influência da rainha nas questões matrimoniais, principalmente em relação à idade na qual as princesas estariam disponíveis para o casamento, era grande e respeitada.

---

9. PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York: St. Martin Press, 1998.

10.BAK, Janos. *Roles and Functions of Queens in Arpadian and Angevin Hungary* (1000-1386 A.D.) In: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave MacMillan, 1998, pp. 13-24.

11. SKOVGAARD-PETERSEN, Inge. *Queenship in Medieval Denmark* In: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave MacMillan, 1998, pp 25-42.

12. NELSON, Janet. *Women at the Court of Charlemagne: A Case of Monstrous Regiment* IN: PARSONS, John Carmi. *Op. Cit*. pp. 43-62.

13. PARSONS, John Carmi. *Mothers, Daughters, Marriage and Power: Some Plantagenet Evidence, 1150-1500* IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave-MacMillan, 1998. pp. 63-78.

Parsons considerou que as rainhas criavam para si uma rede de influência e sustentação a partir do casamento de suas damas com os aristocratas locais. E que este era um papel no qual as rainhas (da Inglaterra, principalmente), treinavam bem suas filhas, para que estas estabelecessem uma presença influente em sua futura casa (por casamento) e desta forma sustentassem os interesses de sua família[14]. Roger Collins[15], por sua vez, analisou o papel de rainha viúva e rainha tenente em Leão e Navarra no século X, onde personagens femininas tiveram a oportunidade de serem regentes em nome de filhos e sobrinho.

Outro capítulo, escrito por André Poulet, trata da maneira como as rainhas francesas, afastadas de qualquer possibilidade de governar em seu próprio nome, foram tornando o papel de Rainha Mãe uma instituição, de forma que entre Anna de Kiev, regente da menoridade de Felipe I e Branca de Castela, regente de Luís IX, o papel foi se estabelecendo e se fortalecendo a ponto de que Rainhas Regentes, que assumiram o poder séculos depois, tais como Catarina e Maria de Médicis, tiveram um acesso inquestionável ao poder. A ideia principal que se estabeleceu em relação ao papel da Rainha Regente é que uma mãe não apenas não prejudicaria o filho como lutaria com garra para a manutenção da dinastia e da linhagem cuja continuidade se daria através de seu próprio sangue. Poulet afirmou que

A vocação para a regência foi consolidada com a exclusão das mulheres da sucessão (...) a dinastia se tornou especializada com o rei para reinar e a rainha para secundá-lo e substituí-lo se ele fosse menor, ausente ou incapacitado.[16]

Elizabeth McCartney[17] retomou a questão da regência feminina na França medieval, enquanto Pauline Stafford[18] delineou as representações das rainhas inglesas entre meados do século X e do século XII, e Armin Wolf[19] analisou as sucessões que foram levadas a cabo por mulheres no século XII, comparando e estabelecendo os critérios que nos permitem compreender que oportunidades, que acontecimentos fazem com que uma mulher no trono seja a melhor opção.

A bibliografia sobre *Queenship* está crescendo e se multiplicando, e entre as que vieram após a pioneira "**Medieval Queenship**" estão as obras de Theresa Vann, Anne Duggan, Helen Castor e Theresa Earenfight. As duas primeiras são coletâneas como a obra de Parsons. Castor se aprofunda na Inglaterra Medieval e Earenfight faz a melhor, a mais aprofundada análise do conceito de *Queenship* até então disponível.

---

14. PARSONS, John. *Ibidem*, p. 75.
15. COLLINS, Roger. *Queens-Dowager and Queens-Regent in Tenth Century Leon and Navarre* IN: PARSONS, John Carmi. *Op. Cit.* pp.79-92.
16. POULET, Andre. *Capetian Women and the Regency: The genesis of a vocation*. In: PARSONS, J.C. *Op. Cit.*, p. 116.
17. McCARTNEY, Elizabeth. *The King's Mother and the Royal Prerogative in Early-Sixteenth-Century France* IN: PARSONS, John Carmi. *Op. Cit.* pp. 117-142.
18. STAFFORD, Pauline. *The Portrayal of Royal Women in England Mid-Tenth to Mid-Twelfth Centuries* IN: PARSONS, John Carmi. *Op. Cit.* pp. 143-168.
19. WOLF, Armin. Reigning Queens in Medieval Europe: When, Where and Why IN: PARSONS, John Carmi. *Op. Cit.* pp. 169-188.

O livro de Theresa Vann, "**Queens, Regents and Potentates**" foi o primeiro de uma série de livros focados no tema das mulheres e o poder real (*Women of Power*). Neste projeto, cada autor reexaminou a informação disponível sobre uma mulher específica da realeza e reavaliou seu acesso ao uso do poder e da autoridade, partindo do pressuposto que rainhas notáveis como Eleanor de Aquitânia e Branca de Castela são consideradas "anomalias" e não deveria ser assim, já que os estudos de *Queenship* sugerem que as mulheres da realeza dispuseram de considerável poder, senão de autoridade de fato. Através da Europa medieval as mulheres da realeza tinham certos poderes e deveres como governantes, consortes e regentes. Enquanto que algumas delas exerceram, publicamente, autoridade real direta, muitas outras influenciaram políticas domésticas ou externas, como esposas e mães. Os autores que colaboram na obra editada por Vann, examinaram como tempo, lugar e atitudes determinam os meios de expressão das mulheres da realeza. E sugerem que laços de linhagem ligam os reinos de Portugal, Flandres, Inglaterra e Castela, fazendo com que a experiência de analisar as relações entre mulheres e o poder real se espalhe por uma ampla área geográfica. Patricia Humphrey[20] e William Clay Stalls[21] demostraram que as mulheres da Catalunha e de Aragão dispuseram de uma ampla autoridade e possuíram real participação na formação de uma federação entre os dois países. Kagay[22] desembaraçou a carreira matrimonial da condessa Almadis, enquanto que Adair[23] usou o caso da condessa Clemência para mostrar que as condessas tinham poder em Flandres antes da introdução da lei romana. Nicholas[24] estudou as condessas Joana e Margarida, na França, para mostrar que condessas governaram apesar das limitações feudais. Jansen[25] estudou Isabella de Clifford e seu papel como xerife de Westmoreland na Inglaterra do século XIII. John Parsons[26] discutiu como as percepções públicas de piedade afetaram a popularidade de uma rainha inglesa estrangeira, Eleanor de Castela; Theresa Vann[27], analisou as operações de *Queenship* na teoria e na prática na Castela do século XIII; Goodman[28] reexaminou a cerimônia de sagração que Filipa de Lancaster fez a seus filhos, os infantes portugueses da Ínclita Geração.

Na bibliografia sobre *Queenship* podemos ressaltar também a obra editada por Anne Duggan, "**Queens and Queenship in the Medieval Europe**" que é o resultado de

---

20. HUMPHREY, Patricia. *Ermessenda of Barcelona. The status of her authority* IN: VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas: Academia Press, 1993, pp. 15-37.
21. STALLS, William Clay. Queenship and royal patrimony in twelfth-century Iberia: The Example of Petronilla of Aragon VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993, pp.49-62.
22. KAGAY, Donald J. *Countess Almadis of Barcelona: 'Illustrious and Distinguished Queen', or 'Woman of Sad, Unbridled Lewdness'* VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas: Academia Press, 1993, pp. 49-63.
23. ADAIR, Penelope. *Countess Clemence: her power and its foundation* IN: VANN, Theresa. *Op. Cit.* pp. 63-72.
24. NICHOLAS, Karen. *Women as rulers: countesses Jeanne and Marguerite of Flanders* IN: VANN, Theresa. *Op. Cit.* pp. 73-90.
25. JANSEN, Douglas C. *Women and public authority in the thirteenth century* IN: VANN, Theresa. *Op. Cit.* pp. 91-106.
26. PARSONS, John Carmi. *Piety, power and the reputations of two thirteenth-century English Queens* IN: VANN, Theresa. *Op. Cit.* pp. 107-124.
27. VANN, Theresa. *The Theory and practice of Medieval Castilian Queenship* IN: VANN, Theresa. *Op. Cit.* pp. 124-148.
28. GOODMAN, Jennifer R. *The Lady with the Sword: Philippa of Lancaster and the Chilvary of the Infante D. Henrique* IN: VANN, Theresa. *Op. Cit.*, pp. 149-165.

uma Conferência no King's College em Londres, em 1995. A conferência teve por objetivo viabilizar comparações através do tempo, do século V até o século XIV, mostrando o desenvolvimento dos aspectos principais do *Queenship*. O livro é composto de artigos que se organizam por afinidade temática: "Rainhas e Imperatrizes do Ocidente", "Imagem e Realidade no Oriente", "Imagens do *Queenship*" e "Rainhas e Cultura" são as divisões do livro por onde se distribuem os artigos. As contribuições são variadas. Pauline Stafford[29] faz um estudo sobre Emma da Normandia, rainha consorte da Inglaterra, e a mulher mais rica de seu tempo, que tinha poder para agir de forma independente e de interferir nos turbulentos eventos políticos da Inglaterra sob o domínio dinamarquês; Liz James[30] trabalha com o poder das imperatrizes bizantinas que emanava mais da liturgia do cargo do que de questões de personalidade individual. George Conklin[31] discutiu como mesmo a desafortunada Ingenburga da Dinamarca, esposa repudiada por Felipe II de França, pôde viver e desfrutar das rendas de suas propriedades e realizar obras pias. Paul Crossely[32] estabeleceu a ligação entre a rápida disseminação do estilo gótico francês pela Europa com as conexões e influência de Elizabeth da Turíngia. Janet Nelson[33], por sua vez, se ocupou dos ritos que foram sendo implementados a partir do início da Idade Média e de que forma estes ajudaram a estabelecer o formato do *Queenship* medieval. Cito estes autores pois se destacam entre outros, que tratam ainda de questões referentes ao *Queenship* das Imperatrizes do Sacro Império, das rainhas herdeiras do Reino Latino de Jerusalém, e da Itália, onde por falta de reinos estabelecidos e centralizados, constrói-se uma ligação entre Maria, Rainha do Céu, e o *Queenship* terreno, chegando Maria a ser a patrona de cidades como Siena.

John Carmi Parsons, organizou ainda a obra "**Medieval Mothering**" que também é uma coletânea de artigos e trata de forma interessante as questões ligadas à maternidade medieval, com textos específicos sobre a vivência da maternidade na realeza.

Duas obras mais recentes, entretanto, merecem destaque na bibliografia sobre *Queenship*. A primeira, "**She-Wolves: The women who ruled England before Elizabeth**", de Helen Castor[34], parte da sucessão inglesa de 1553, após a morte de Eduardo VI, quando todos os candidatos legítimos ao trono eram mulheres: Maria Tudor, Elizabeth e Jane Grey. Isto aconteceu por conta da política de Henrique VII e Henrique VIII de eliminar possíveis adversários e pretendentes ao trono, medida cruel, embora prudente, ao considerarmos o contexto da Guerra Civil no período que antecedeu a subida de Henrique Tudor ao trono

---

29. STAFFORD, Pauline. *Emma: The Powers of the Queen in the Eleventh Century* IN: DUGGAN, Anne. **Queens and Queenship in Medieval Europe**. New York: Boydell Press, 1997, pp. 3-26.
30. JAMES, Liz. *Goddes, whore, wife or slave? Will the real Byzantine Empress Please Stand Up?* IN: DUGGAN, Anne. *Op. Cit.*, pp. 123-140.
31. CONKLIN, George. *Ingeborg of Denmark, Queen of France, 1193-1223* IN: DUGGAN, Anne. *Op. Cit.*, pp.39-53.
32. CROSSLEY, Paul. *The Architecture of Queenship: Royal Saints, Female Dynasties and Spread of Gothic Architecture in Central Europe* IN: DUGGAN, Anne. *Op. Cit.* pp.263-300.
33. NELSON, Janet. *Early Medieval Rites of Queen-Making and the shaping of Medieval Queenship* IN: DUGGAN, Anne. *Op. Cit.* pp. 301-317.
34. CASTOR, Helen. **She-Wolves: The women who ruled England before Elizabeth.** Harper Collins, 2011.

inglês. Deste ponto de partida, Castor retorna ao século XII, quando a Imperatriz Matilda, filha de Henrique I, luta pelo trono da Inglaterra com seu primo Estevão, e consegue garanti-lo para seu filho Henrique II, embora nunca tenha conseguido a coroa para si mesma. Rainhas como Leonor da Aquitânia, Isabel de França, Margarida de Anjou são objeto de capítulos, cuidadosamente estruturados, que buscam demonstrar por que estas mulheres tiveram que assumir o poder em momentos cruciais da história inglesa.

Theresa Earenfight, por sua vez, escreveu "***Queenship*** **in Medieval Europe**". Professora da Universidade de Seattle, Earenfight tem o mérito de organizar uma obra que sistematiza os atributos de *Queenship* e os analisa ao longo do tempo, e por região. O livro estende a análise dos séculos V ao XV, e o faz executando recortes regionais. Cada capítulo abarca um período histórico de aproximadamente duzentos, trezentos anos, e a autora habilidosamente vai mudando o foco do *Queenship* de região para região: Império Bizantino, França, Inglaterra, Escócia e Irlanda, Países Escandinavos, Península Ibérica, Sacro Império e Reino Latino de Jerusalém são analisados em cada período, o que nos dá uma visão de conjunto e perspectiva em relação aos atributos e possibilidades de poder da rainha.

O livro de Earenfight, publicado em 2013, estabeleceu os principais atributos da *Queenship*, concordando com as colocações de Parsons em "**Medieval Queenship**". Para a autora, origem familiar, casamento/maternidade, piedade e intercessão são as principais características a serem analisadas e definem os muitos possíveis papéis das rainhas medievais. E esta análise pode ser o ponto de partida para os pesquisadores que desejarem realizar futuras pesquisas nesse campo.

REFERÊNCIAS

ADAIR, Penelope. *Countess Clemence: her power and its foundation* IN:VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993, pp. 63-72.

BAK, Janos. *Roles and Functions of Queens in Arpadian and Angevin Hungary* (1000-1386 A.D.) IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave MacMillan, 1998, pp. 13-24.

CASTOR, Helen. **She-Wolves: The women who ruled England before Elizabeth.** Harper Collins, 2011.

COLLINS, Roger. *Queens-Dowager and Queens-Regent in Tenth Century Leon and Navarre* IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave MacMillan, 1998 pp.79-92.

CONKLIN, George. *Ingeborg of Denmark, Queen of France, 1193-1223* IN: DUGGAN, Anne. **Queens and Queenship in Medieval Europe**. New York: Boydell Press, 1997, pp.39-53.

CROSSLEY, Paul. *The Architecture of Queenship: Royal Saints, Female Dynasties and Spread of Gothic Architecture in Central Europe* IN: DUGGAN, Anne. **Queens and Queenship in Medieval Europe**. New York: Boydell Press, 1997 pp.263-300.

DUGGAN, Anne. **Queens and Queenship in Medieval Europe**. New York: Boydell Press, 1997.

EARENFIGHT, Theresa. **Queenship in Medieval Europe**. New York: Palgrave MacMillan, 2013, p. 2.

GOODMAN, Jennifer R. *The Lady with the Sword: Philippa of Lancaster and the Chilvary of the Infante D. Henrique* IN: VANN, Theresa. VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993, pp. 149-165.

HUMPHREY, Patricia. *Ermessenda of Barcelona. The status of her authority* IN: VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas: Academia Press, 1993, pp. 15-37.

JAMES, Liz. *Goddes, whore, wife or slave? Will the real Byzantine Empress Please Stand Up?* IN: DUGGAN, Anne. **Queens and Queenship in Medieval Europe**. New York: Boydell Press, 1997, pp. 123-140.

JANSEN, Douglas C. *Women and public authority in the thirteenth century* IN: VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993, pp. 91-106.

KAGAY, Donald J. *Countess Almadis of Barcelona: 'Illustrious and Distinguished Queen', or 'Woman of Sad, Unbridled Lewdness'* IN: VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas: Academia Press, 1993, pp. 49-63.

LE GOFF, Jacques. *Rei* IN: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: Edusc e Imprensa Oficial, 2002, pp. 395-414.

McCARTNEY, Elizabeth. *The King's Mother and the Royal Prerogative in Early-Sixteenth-Century France* IN: PARSONS, John Carmi. *Op. Cit*. pp. 117-142.

NELSON, Janet. *Women at the Court of Charlemagne: A Case of Monstrous Regiment* IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave MacMillan, 1998 pp. 43-62.

NELSON, Janet. *Early Medieval Rites of Queen-Making and the shaping of Medieval Queenship* IN: DUGGAN, Anne. **Queens and Queenship in Medieval Europe**. New York: Boydell Press, 1997 pp. 301-317.

NICHOLAS, Karen. *Women as rulers: countesses Jeanne and Marguerite of Flanders* IN: VANN, Theresa. VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993 pp. 73-90.

PARSONS, John Carmi. *Piety, power and the reputations of two thirteenth-century English Queens* IN: VANN, Theresa. VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993, pp. 107-124.

PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York: St. Martin Press, 1998.

PARSONS, John Carmi. *Mothers, Daughters, Marriage and Power: Some Plantagenet Evidence, 1150-1500* IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave-MacMillan, 1998, pp. 63-78.

POULET, André. *Capetian Women and Regency: The Genesis of a Vocation In*: PARSONS, J. C. **Medieval Queenship**. New York: St. Martin Press, 1998, p. 112.

SILLERAS-FERNANDEZ, Núria. *Queenship en la Corona de Aragón en la Baja Edad Media: Estudio y Propuesta Terminologica*. Universidad Autonoma de Barcelona. **La Coronica**: v. 32.1 (Fall 2003), pp. 119-133.

SKOVGAARD-PETERSEN, Inge. *Queenship in Medieval Denmark* In: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave MacMillan, 1998, pp 25-42.

STAFFORD, Pauline. *The Portrayal of Royal Women in England Mid-Tenth to Mid-Twelfth Centuries* IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York, Palgrave MacMillan, 1998 pp. 143-168.

STAFFORD, Pauline. *Emma: The Powers of the Queen in the Eleventh Century* IN: DUGGAN, Anne. **Queens and Queenship in Medieval Europe**. New York: Boydell Press, 1997, pp. 3-26.

STALLS, William Clay. Queenship and royal patrimony in twelfth-century Iberia: The Example of Petronilla of Aragon VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993, pp.49-62.

VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993.

VANN, Theresa. *The Theory and practice of Medieval Castilian Queenship* IN: VANN, Theresa. **Queens, Regents and Potentades**. Dallas, Academia Press, 1993, pp. 124-148.

WOLF, Armin. *Reigning Queens in Medieval Europe: When, Where and Why* IN: PARSONS, John Carmi. **Medieval Queenship**. New York: St. Martin Press, 1998. pp. 169-188.

CAPÍTULO 20

SAT: DA REALIDADE

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 05/01/2021

Alina Silva Sousa de Miranda
Professora Adjunto IV da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus São Bernardo. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo – USP (2013). Coordenadora do grupo de pesquisa “Hístor: cultura e epistemologia” dedicado, entre outros temas, ao estudo da cultura védica. Curso de Licenciatura de Ciências Humanas.
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
São Bernardo – MA
https://orcid.org/0000-0003-3791-8563

Este texto foi originalmente apresentado no 1º Simpósio Eletrônico Internacional de História Oriental, realizado por meio da plataforma www.simporiente2017.blogspot.com.br, gerenciado pelo LAPHIS–Laboratório de Aprendizagem Histórica, situado na UNESPAR, Campus União da Vitória, entre os dias 09 a 13 de outubro de 2017, sob o título de *Da realidade, no Viśuddha-vedānta-aṣṭakam*.

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de explorar o quinto *śloka* do *Viśuddha-vedānta-aṣṭakam*, um *stotra* composto de oito *ślokas*. Nesse verso específico dessa composição, o tema é o termo *sat*. *Sat* significa ‘realidade’ e ‘existência’, tal como é explicado nos ensinamentos provenientes da tradição védica. Para explorar esse termo, porém, é preciso, antes, comentar brevemente algumas questões acerca do universo cultural e histórico que envolve a composição, sem as quais o estudo do verso não alcança sua grandeza e importância.

PALAVRAS-CHAVE: *sat*, realidade, tempo, *vedānta.*

SAT: ABOUT REALITY

ABSTRACT: This article aims to explore the fifth *śloka* of *Viśuddha-vedānta-aṣṭakam*, a *stotra* composed of eight *ślokas*. In this specific verse, the theme is the term *sat*. *Sat* means ‘reality’ and ‘existence’, as explained in the teachings from the Vedic tradition. To explore this term, however, it is necessary, first, to comment on some questions about the cultural and historical universe surrounding the composition, without this study does not reach its greatness and importance.

KEYWORDS: Sat, reality, time, vedānta.

1 I INTRODUÇÃO

Os cânticos e os hinos na tradição védica estão separados mediante a origem (se estão nos *Vedas* ou se são composições à parte de pessoas que vivem e pertencem a essa tradição) e a métrica, a maneira de cantar. Quando dizemos pessoas à parte, ressalve-se, estamos falando de pessoas como Śaṅkara (750-850 d.C.), grande professor de *vedānta* que não só escreve grandes textos, incluindo poesia, mas torna-se um enérgico reformador do pensamento védico, daí estar envolvido em muitos debates à sua época, e eventualmente

ser estudado em comparação aos filósofos ocidentais, o que garante uma enorme limitação para o real entendimento da sua contribuição à tradição. Assim, é denominado *mantra* somente àquilo que está nos *Vedas*, apesar da popularização que o termo tomou por toda parte, e há uma forma específica de aprendê-lo e de cantá-lo, no que diz respeito à forma tradicional. E, de outra parte, para todas as composições que não são parte diretamente dos *Vedas*, denomina-se *śloka* um verso que, respeitando a pronúncia do sânscrito, não possui forma rígida no canto; e, chama-se *stotra*, composições poéticas maiores, como um poema à maneira ocidental, cujos temas centrais variam a depender do autor. A maior parte dos *ślokas* são retirados de *stotras* e alguns são bem famosos. Nosso interesse nesse artigo é pelo *stotra Viśuddha-vedānta-aṣṭakam*, escrito por Jonas Masetti, também conhecido por Vishwanath, um professor tradicional de *vedānta* que há mais de quatorze anos se dedica ao estudo e à tradição védica e atualmente é um braço desse tradicional rio de conhecimento aqui mesmo no Brasil. Essa composição foi escrita durante seu regime de internato no *ashram* indiano sob a condução do Swami Dayananda Saraswati, um dos maiores professores desse tema que se tem notícia, ambos herdeiros das enormes contribuições que Śāṅkara legou à tradição védica.

2 | O *STOTRA* E SEU UNIVERSO CULTURAL

O papel da Índia na Ásia já foi comparado ao da Grécia na Europa/Mundo Ocidental quando a narrativa tem como ponto de partida a própria narrativa histórica ocidental. Só essa comparação deveria nos fazer desconfiar da grandeza dessa civilização tendo em vista o apreço que se costuma ter pela história da Grécia. Apesar disso, a mais simples menção a esse universo milenar ainda hoje traz à mente todo o fascínio que o Oriente distante e misterioso – com suas línguas, religiões e costumes os mais diversos – exerce sobre a imaginação ocidental. Da mesma forma, só a persistência desse imaginário estereotipado e fantasioso já deveria exigir o estudo dessa civilização com acuidade, o que infelizmente ainda não ocorre a contento, menos ainda usando as fontes dessa própria tradição compreendidas a partir do seu próprio repertório conceitual e explicativo. Sendo uma plataforma de observação válida, é verdade, essa afirmação, já pisoteada pelo tempo – 'Índia equivalente à Grécia' –, não deveria despertar também o mínimo de curiosidade de conhecer o ponto de vista inverso? Ao que a Grécia é comparável quando é a história indiana/védica que é a plataforma de observação?

Apesar de levantarmos essa questão, deve-se iniciar este texto afirmando que, tendo em vista o que pode nos trazer o estudo tradicional dos *Vedas*, o qual essa civilização indiana é repositório e guardiã, é muito pouco se dedicar a ele mantendo-se no combate ao "preconceito clássico", termo já bem definido como a incapacidade intelectual do ocidental de transpor o Mediterrâneo e, com isso, fundar a ideia de uma autenticidade civilizacional com os gregos – o chamado "milagre grego" (GUENÓN, 2015, p. 19-21). Não seria essa, na

verdade, a verdadeira mistificação da História? Também é pouco fazer a pergunta inversa. É preciso, para além disso, encarar o desafio de estudar os *Vedas* por suas próprias fontes, o que inclui conhecer a história tradicional indiana, procurar entendê-los a partir do seu repertório e descobrir o valor que eles possuem por si e mesmo para reoxigenar a própria história ocidental de linhagem greco-romana e europeia, quiçá chegando mesmo à conclusão de nunca se tratou de conhecer a 'história da Índia' adequadamente, nunca se tratou sequer de uma visão da alteridade. O valor da Índia e de seu extraordinário vigor em proporcionar o conhecimento tradicional dos *Vedas* é, antes de tudo, nos ajudar a retornar para nós mesmos, para além da história. Compreenda-se: é muito mais que dizer que seu valor está 'para além dessa história que venceu'. Não se trata de uma guerra ou de um complemento de narrativas, nem mesmo de uma revisão apesar de, como afirma Thomas McEvilley (2020, p. 30), "under these circunstances it is not surprising that the story of the relationship between Greek and Indian philosophies has remained a closed book to this day. Eighteenth- and nineteenth-century scholars, lacking adequate source materials for the Indian side of the relationship, were feeling their way in the dark".

O *śloka* que aqui propomos o estudo exige, pois, a ênfase em dois aspectos da cultura indiana tradicional: a pouca relevância da História, no sentido de historiografia; e a permanência da oralidade. Isso, por sua vez, desafia a teoria historiográfica ocidental a refletir sobre a realidade para além de si mesma: para além do tempo e para além da escrita.

Em termos de historiografia, o mundo indo-gangético tradicional sempre causou desconforto ao Ocidente pela ausência do método histórico, tal como o desenvolvemos aqui. Ademais, a existência de diferentes cronologias sempre foi argumento de que é difícil estudar esse mundo pela falta de fontes adequadas. Porém, apesar da irrelevância e até da ausência da historiografia, a tradição védica (que se confunde em muitos aspectos com a história indiana por ser esta sua guardiã) oferece uma boa reflexão ao ofício da História, aos historiadores. O fato dessa civilização indiana permanecer ainda hoje ligada por mil fios a seu longínquo passado, presentificando-o a todo momento, provoca a questão basilar dessa área de estudos que se importa tanto e tão pouco ainda em questionar o próprio conceito de tempo. Assim, extrapolar a questão de saber se o passado é útil porque explica o presente ou se ele o é apenas por ser uma referência de realidade ao qual o presente lança questões, como a noção mais moderna ou pós-moderna dos estudos históricos reivindica, é fundamental e mais que necessário.

Como a Índia, em particular a veia da tradição védica, mantém vivo e à salvo no presente seu passado milenar? Se as velhas civilizações do Nilo, do Tigre e do Eufrates encerraram, há milênios, suas glórias, o Indo e o Ganges vivem, ainda hoje, a força de sua tradição. A despeito de toda e qualquer mudança e apesar das influências externas e seculares vindas do Ocidente, a mesma tradição que se perde nos obscuros inícios da história indiana se mantém. Como? O que é o tempo e a realidade para essa civilização?

Como as fontes nos ajudam a responder essas interrogações e qual o sentido disso na experiência espaço-temporal dos indianos? No limite, como pensar a história fora da 'História'? Uma vez lançadas essas interrogações, mesmo que preliminarmente, deveríamos avançar e perguntar como o entendimento dessa experiência pode ajudar a reoxigenar os conceitos de tempo e realidade do mundo ocidental, em particular, nas ciências humanas e na atividade historiográfica.

O segundo aspecto é a permanência da oralidade. Só é possível que essa presença do passado seja tão evidente devido a tradição oral, tradição viva ainda hoje na Índia e fora dela. E essa observação já nos afasta de uma fantasia purista antropológica que pretende encontrar uma cultura não assediada pelo seu exterior. A tradição mantém-se viva justamente pela sua capacidade de se adaptar sem perder sua ligação com seu princípio, com a fonte de conhecimento que são os *Vedas*.

Entendida, pois, para além de uma faculdade humana, uma vez que nos comunicamos nessa modalidade, a oralidade é o local onde repousa o conhecimento. Na tradição védica, a tradição oral é a própria tradição viva de ensino. Não se trata, pois, de uma metodologia oral para recuperar um saber que não está escrito. Mas sim: ainda que os versos estejam escritos, eles nada significam sem a tradição oral que os respaldam. Nesse entendimento, é muito claro que o conhecimento está disponível para todos que se comprometem a adquiri-lo, nunca para aqueles que, ainda que expostos, não tomam a iniciativa de ouvir e isso de maneira transnacional. A escrita e o saber não são sinônimos. O processo tradicional de estudo exige a escuta e, longe de expressar que o conhecimento está na pessoa do mestre – da figura do "guru" vulgar, mais um termo popularizado e descontextualizado – revela que o gesto verdadeiro e autêntico é colocar-se aos pés da oralidade, num ritual realizado há milhares de anos que exige a presença e o consentimento de ambos os envolvidos: o professor e o aluno na corrente do *paramparā*, ou seja, da tradição. A confiança está sempre na tradição, e não na figura do professor, que é só um instrumento para que um relacionamento se estabeleça e a mensagem dos *Vedas* seja passada. Inclusive, o termo tradicional refere-se a isso. "Tradicional é precisamente mais que (uma perspectiva) histórica, transcendendo o estatuto de uma contingência histórica, o que implica dizer que ela incorpora um elemento de Revelação (...) e da eternidade", como bem afirma Smith (2017, p. 19). Porém, o sentido dessa qualificação "eternidade", só explica nos termos da própria tradição. E esse é o tema do *śloka*: sobre a realidade, realidade esta que está para além do tempo.

Nesse sentido, para compreender essa sociedade oral e o próprio *śloka*, é necessário mais que um exercício de erudição. À tradução pura e simples, é preciso estar imerso no exercício de escuta, identificando-se tanto quanto possível à mentalidade daquele que o pensou, remediando as incompreensões. Creditar toda a verdade à escrita, ao texto, é esquecer que o ensinamento oral precedeu em quase todos os lugares o ensinamento escrito. De modo geral, um escrito tradicional não é, na maior parte dos casos, mais que a

fixação relativamente recente de um ensinamento que era transmitido primeiro oralmente e ao qual é bem raro que se possa assinalar um autor. É ainda Guénon (2015, p. 30) que afirma:

> A pretensão à originalidade intelectual, que contribuiu em grande parte para o nascimento dos sistemas filosóficos é, mesmo entre os Ocidentais, algo totalmente moderno, que a Idade Média ignorava ainda; as ideias puras e as doutrinas tradicionais nunca constituíram a propriedade de tal ou qual indivíduo, e as particularidades biográficas daqueles que as expuseram e interpretaram são da mínima importância.

Assim, a autoria não é mais relevante que a mensagem, mesmo no Ocidente era assim. E essa desimportância da individualização das concepções é um forte argumento para explicar a 'ausência' de História. Às afirmações de que a literatura védica não se elevou acima do nível das crônicas e dos romances pomposos, e que detalhes de lugar e datas nunca foram fixados, mesmo em se tratando da vida dos grandes homens – afirmações antes demeritórias à elevação intelectual da Índia e da cultura védica como um todo -, ocorre hoje o reconhecimento de que 1) a poesia e a palavra ofertada em hinos e cânticos sempre foram superiores à marcação cronológica sublunar à maneira ocidental/grega; 2) o hindu não tem a mesma noção de cronologia compreendida no sentido rigoroso que o ocidental prefere atribuir-lhe, nem a experiência imediata tem valor de verdade. Como afirma Guha (2002, p. 63), "experience stands for truth in the European narrative". O valor dado ao sentido histórico e sua relação com a experiência humana no mundo, à falta de termo de comparação, é ofuscado quando se esquece que a Índia, por exemplo, até a conquista inglesa, desenvolveu sua civilização fora da História (ARIÈS, 2013, p. 114). A contingência da vida humana é desprezível quando comparada à ênfase no Absoluto que impele todo o pensamento védico.

Para compreender, então, a tradição védica em seus próprios termos, o estudo minucioso dos *stotras*, ou mesmo *ślokas*, é extremamente relevante. À falta de cronologia rígida, devemos nos ater à enorme literatura salvaguardada pela civilização indiana, que mesmo sendo uma sociedade marcadamente oral, guarda o significado profundo e metafórico do que é realidade também em textos e versos que, se estudados de forma apropriada, estão abertos ao entendimento.

3 I A VISÃO DE *SAT* NO *VIŚUDDHA-VEDĀNTA-AṢṬAKAM*

É no quinto verso dessa composição que o autor trata do aspecto *sat*, da 'existência', da 'realidade'. É importante frisar que as palavras em todo o método de estudo da tradição védica não têm o papel de explicar, mas de apontar para o entendimento do que se pretende dizer. A fala, a palavra, são apenas meios para compreensão, utilizada para negar enganos, não para apontar qualidades. A palavra é *lakṣaṇā*, ou seja, uma indicação. No

caso, tratar de *sat* é uma maneira de apontar para o entendimento do que é a Realidade. Sendo absoluto, *sat* não tem características, não pode ser descrito, não pode ser adjetivado. Adjetivos imprimem limitação ao objeto: se for largo, não é estreito, tudo que é comprido, não é curto, e assim por diante.

Para entender o *śloka* (sem desconsiderar que este é um estudo introdutório e a própria escrita cria limites maiores que a explicação oral), segue a escrita em sânscrito, a transliteração convencional e a tradução.

> □□□□□□□□□□□□ □□□ □□□□□□□ □□□□□ □□ □ □□□□□□□□□□□□□□ □□□□
> □□□□□□□□ □□ □□□ □□□ □□□
>
> *sannāsatassato vāpi nāmāntā viṣayā uta | anirvāṅmahimā yasyā māyāvinyai namo namaḥ ||5||*
>
> Saudações de novo e de novo para a ilusionista, da qual a glória é indescritível. [E de que forma é indescritível? Assim:] “o que existe não surge do que existe nem mesmo do que não existe”. Os objetos são aqueles dos quais o fim é o nome [e não somente o início].

Anirvāṅmahimā yasyā māyāvinyai namo namaḥ. Quer dizer, saudações à ilusionista que é capaz de criar a aparência de realidade através da individualização, essa é sua glória indescritível. A que isso se refere?

Vamos a um exemplo. Uma árvore. O que é uma árvore? Raiz, caule, folha, flor e fruto, juntos. Se, dessa árvore, tirarmos todas as folhas, o que temos? Sem folhas, mantemos a ideia de árvore em nossa percepção. Mas, ao olhar para as folhas, não podemos afirmar que temos uma árvore. Da mesma forma, se retirarmos as flores e os frutos, ao olharmos para o que foi retirado, flores e fruto, eles não são árvore, mas ainda mantemos o conceito ‘árvore’ à vista. Se retirarmos o caule, porém, provavelmente a ideia de árvore começa a desaparecer. Ao tirar cada uma das partes, não tiramos “árvore” em nenhuma ocasião. Então, que é a árvore? Caule é árvore? Não é. A árvore é um conceito individualizado, uma forma que criamos na mente e interagimos com ela. Damos realidade a ela, mas essa realidade é uma realidade dependente, dependente de cada parte do conjunto, no caso, árvore depende, para existir, das partes, mas as partes não são árvore, por sua vez. Essa capacidade de fazer existir onde não há existência – que é chamada de *māyā* – é reverenciada no início do verso.

Estudar o termo *sat* é parte da indagação acerca da verdade, *tattva-viveka*. Acompanhando o raciocínio de Glória Arieira, nos comentários do *Tattvabodhah*, texto de Śāṅkara (2014, p. 44), que trata o tema, compreendemos: a palavra *sat* vem da raiz verbal *as*, que significa ‘ser’.[1] A verdade, *tattva*, para a tradição védica, é que existe um único real, *satya*, e tudo o mais é aparente, *mithyā*. *Viveka* é a discriminação do que é *tattva*, a

1. No *Apte Sanskrit Dictionary Search* o primeiro significado desse termo (1.2.P; *asti, aasiit, astu, syaat*) é: ‘ser’, no sentido de mostrar a existência. Disponível em http://www.aa.tufs.ac.jp/~tjun/sktdic/, acessado em 05 de janeiro de 2021.

verdade, ou seja, a discriminação entre *satya* e *mithyā*. *Sat* é sinônimo de *ātmā* e de *satya*, e todos fazem referência à verdade que é eterna, imutável e absoluta. *Sat* é o sempre existente, aquilo que nunca muda e, portanto, não pode ser negado nos três tempos: presente, passado e futuro, *trikāla-abādhitam*. *Sat* é a base do próprio tempo.

Esse conhecimento, apesar de abstrato, tem uma implicação muito concreta na vida mesma, como também para a ideia de História. O conhecimento sobre o *ātmā*, ou a reflexão sobre o que é *sat*, a verdade, é feita por aquele que deseja *mokṣa*, ou seja, a liberação. Liberação de que? Liberação do sentimento de limitação e de insatisfação que atormenta a vida e causa sofrimento. *Mokso me bhuyāditcchā*, significa exatamente isso: o desejo de que 'haja liberação em mim'. Este é um desejo urgente daqueles que querem aprender a lidar com o fluxo inexorável de mudanças da vida: mudanças no corpo, nos pensamentos, nas decisões, nas conclusões, etc. Mudanças, no fim, cujo significado está na base da palavra "história".

Só podemos historiar algo se nos apercebemos das mudanças do objeto e, nessa medida, "fazer história" é sempre partir do ponto de vista do indivíduo que percebe e articula tempo/mudança e narração. A liberação que se fala na tradição védica é sempre da mudança, do *samsāra*, no limite, da história. Daí a tradição védica e, portanto, a civilização indiana tradicional, não ter historiografia, uma escrita da história, e, ao mesmo tempo, ela dedicar atenção ao significado de *sat*, aquilo que não muda, que é imutável.

Samsāra não é a vida em si, mas a interpretação errada de si mesmo e do mundo. A liberação que a tradição védica fala é desse julgamento equivocado da nossa identidade, que nos aprisiona a um círculo de sofrimento. Uma vez que o entendimento do que é o ser humano está alinhado ao que é a realidade, *sat*, a história, tal como entendemos seu objeto no Ocidente – a vida humana no tempo – tem uma realidade *mithyā*, aparente. *Mithyā* não é o falso, mas o que é passível de experimentação mediante sua realidade dependente. Tendo discriminação, mais importante, então, é dar ênfase ao que é a própria realidade em si. Como afirma Dasgupta (1932, p. 4),

> the appearance of the world as reality is therefore true only in a limited manner during the period when the veil of ignorance (*loka-saṃvṛta*) is not removed from our eyes; and this is signified by designating the truth (*satya*) of the world as only *loka-saṃvṛta*. This world-appearance is however relatively true when compared with the ordinary illusions of perception (when e.g., a piece of rope is perceived as a snake, or when one sees a mirage in a desert).

Ademais, o desejo de liberação advém da argumentação lógica de que para toda mudança ocorrer é preciso algo que suporte esse movimento, algo que seja fixo, que seja a base. Advém, também da percepção empírica individual: apesar do fluxo de mudanças que ocorrem na vida de cada um, na história de cada um, há sempre o reconhecimento de que o indivíduo sabe quem ele é, todo mundo acorda diariamente reconhecendo-se o mesmo. Na visão dos *Vedas*, essa permanência é chamada de *ātmā*, ou *sat*, e está para além da memória e do tempo. *Sat* ou *ātmā*, como afirma Glória Arieira (2014, p. 77),

é como o Sol e está sempre presente. Mesmo quando as nuvens o cobrem, ele continua lá; o encobrir é em relação a nossa visão do Sol, não a ele mesmo. Da mesma forma, mesmo quando a plenitude parece ter sumido, devido à presença de vários pensamentos de preocupação e insatisfação, ela permanece lá como o Ser.

Ātmā não é aquilo com o que nós nos identificamos: nosso corpo, nossos pensamentos, nossas ações e, por ser diferente disso, seu conhecimento oportuniza a pessoa a encontrar um centro em sua vida, centro do qual vem toda sua força e liberdade. A liberdade é, então, ver-se livre de um modo de pensar e estar no mundo que aprisiona – que faz crer que é possível “adquirir” liberdade. Esse verbo, “adquirir”, não pode ser usado com liberdade porque, uma vez que se precise adquirir, significa que não se tem; e uma vez que se pretenda adquirir, sanciona-se a ideia de que alguém ou algo pode “dar” liberdade às pessoas. O conhecimento do *ātmā* esclarece que a liberdade só é possível se ela já estiver presente na pessoa que a busca, sendo, portanto, um problema da ordem do conhecimento, da mudança de cognição, da eliminação da ignorância que a impede de perceber essa presença. A liberação não é uma conquista, não é um produto da história. É uma liberação da história.

A segunda parte do *śloka* aprofunda ainda mais o entendimento. Faz isso fazendo referência à *Madukya Upanishad*: “o que existe não surge do que existe nem mesmo do que não existe”, o verso afirma, os objetos são aqueles dos quais o fim é o nome [e não somente o início]. *Sannāsatassato vāpi nāmāntā viṣayā uta*, refere-se à ideia de que, sem causa, se algo existe, não pode se modificar.

Afirmar que o que existe não vem daquilo que não existe nega o engano de acreditarmos que algo pode surgir do nada. O verso relembra que essa afirmação não está de acordo com a nossa experiência. Tudo que ocorre, ainda que não vejamos, tem uma causa. É ilógico um efeito sem causa, não há evidências empíricas de algo que, subitamente, tenha surgido do nada.

Agora, mais profundamente, o verso afirma que o que existe não pode vir do que existe. Nesse ponto o verso quer explorar, para além da relação de causa e efeito – a partir da ideia de transformação que aparentemente ocorre na criação das coisas, por exemplo, se alguém tem barro, pode transformá-lo em pote – a questão da imutabilidade do que existe, do que é real. No clássico exemplo do barro que se transforma em pote, o verso nos convida a pensar que o que está ocorrendo não é a transformação do barro em pote, transformação da causa em efeito. O barro continua sendo barro mesmo depois do pote pronto. A causa continua senso causa no efeito. De onde, então, vem o pote?

O entendimento do conceito de *mithyā* já é pré-requisito aqui. A questão não é afirmar que o efeito é aparente. Pode-se analisar isso empiricamente: o barro não se transformou “realmente” em pote. O ensinamento é que a realidade é una, não se altera, nem se divide. Esse movimento de causa e efeito não é possível para o que é *sat*. Se algo vem de algo e se transforma, se o que é real vem de algo que também é real, isso equivale a dizer que a

realidade não é absoluta. Não pode haver espaço entre duas coisas que existe e, por isso, *sat*, é, por princípio, imóvel.

Assim, o verso afirma que os objetos são aqueles cujo fim é o nome. Aqui o autor faz referência à ideia bem explorada no universo de *vedānta* de que o objeto passa a existir depois que se dá um nome a ele. Uma forma, se nos é dito que é algo, criamos um conceito e ela passa a existir, tal como a árvore e o pote. Já reconhecendo a realidade relativa do objeto, o *śloka* afirma que o objeto passa a existir a partir do momento que se dá realidade a ele, e deixa de existir – é o "fim" dele –, quando se reconhece que ele só existe quando se dá um nome a ele. Afirmar que a coisa existe porque lhe foi dado um nome, apela, então, à percepção da não-realidade dos objetos e à imutabilidade do Ser, *sat*. Assim, *sat*, é aquilo cuja grandeza é indestrutível, indescritível, mas ainda assim, passível de ser cognitivamente apontada para liberar o homem do fardo da história, dando-lhe liberdade para viver sua história.

AGRADECIMENTOS

Para a confecção do artigo, agradecimentos ao Prof. Victor Mattos, professor de sânscrito do Instituto Vishva Vidya pelo apoio na tradução e ao próprio *Āchārya* Jonas Masetti, que gentilmente cedeu sua composição poética em forma de *stotra* para servir de fonte em nosso estudo a respeito do conceito de realidade, *sat*, na tradição védica. Para a transliteração do sânscrito para o português, utilizamos o alfabeto internacional IAST (em inglês, International Alphabet of Sanskrit Transliteration.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **O tempo da história**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GUÉNON, R. **Introdução geral ao estudo das doutrinas hindus**. São Paulo: Instituto René Guénon de Estudos Tradicionais, IRGET, Editora e Distribuidora, 2015.

GUHA, Ranajit. **History at the limit of world-history**. New York: Columbia University Press, 2002.

ŚĀṄKARA. **Tattvabodhah:** o conhecimento da verdade. Tradução e comentários da Profa. Glória Arieira. 2º edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Vidya Mandir, 2016.

SMITH, Wolfgang. **A sabedoria da antiga cosmologia**. Trad. Adriel Teixeira, Bruno Geraidine e Cristiano Gomes. Campinas, SP: Vide Editorial, 2017.

SCHARFSTEIN, Bem-Ami. **A comparative history of world philosophy**: from the Upanishads to Kant. Albany, State University of New York Press, 1998.

MCEVILLEY, Thomas. **The shape of ancient thought**: comparative studies in Greek and Indian philosophies. USA, Nova York: Allworth Press, 2002.

CAPÍTULO 21

VESTUÁRIO E GÊNERO: NOTAS SOBRE BINARIDADE NA HISTÓRIA DA INDUMENTÁRIA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 15/01/2021

Vitória Baratto Ribeiro
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/6977727839358298

Valdecir Babinski Júnior
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/3236784093903342

Daiane Evangelista Vieira de Matos
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/7251846400271067

Lino Gabriel Nascimento dos Santos
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/5428313856679199

Camila Leithold
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/8012096134721912

Helena Kappaun
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/3426204685010650

Lua Pessatto da Silva Burtet
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/0460013832342963

Sabrina Lopes Bueno
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Jaraguá do Sul - Santa Catarina
http://lattes.cnpq.br/4359682433996696

RESUMO: Por meio de uma revisão bibliográfica narrativa e assistemática, o presente artigo possui como objetivo evidenciar, por intermédio do discurso histórico, como a binaridade de gênero surgiu na indumentária da sociedade ocidental desde a Antiguidade até a primeira metade do século XIV. Para tanto, o artigo segue uma postura epistemológica interpretativista. Isto permite compreendê-lo, metodologicamente, como pesquisa básica, bibliográfica, qualitativa e descritiva. Diante do exposto na literatura investigada, infere-se que na Antiguidade a indumentária esteve atrelada à tradição e à ancestralidade e que, em meados de 1350, os trajes feminino e masculino começaram a se diferenciar, principalmente, por meio da anatomia humana: este representava a virilidade de seu portador e aquele simbolizava a prontidão para a maternidade de sua usuária.
PALAVRAS-CHAVE: História da indumentária, Binaridade, Vestuário.

APPAREL AND GENDER: NOTES ABOUT BINARITY IN THE HISTORY OF CLOTHING

ABSTRACT: Through a narrative and unsystematic bibliographic review, this article aims to show, in a historical discourse, how gender binarity emerged in the clothing of Western

society from Antiquity to the first half of the 14th century. To this end, the article follows an interpretative epistemological stance. This allows us to understand it, methodologically, as basic, bibliographic, qualitative and descriptive research. In view of what was exposed in the investigated literature, it appears that: (I) in Antiquity, clothing was linked to tradition and ancestry; and (II) in the middle of 1350, female and male costumes began to differentiate, mainly through human anatomy: this represented its carrier's virility and that symbolized its user's readiness for motherhood.
KEYWORDS: History of clothing, Binarity, Apparel.

1 I INTRODUÇÃO

Compreendido como a forma de expressão material do fenômeno moderno denominado Moda, o vestuário constitui-se no reflexo dos anseios, das ideologias, das crenças e das visões de mundo acerca de uma determinada sociedade em um dado período da história. Apoiado em Laver (1989), Debom (2018) sustenta que o vestuário se diferencia da Moda por ser seu espaço vestível e vislumbrável em forma e feitio, enquanto ela estabelece-se como um sistema complexo e intangível baseado no gosto pela novidade, na afirmação de subjetividades e na construção de aparências.

Em observação às subjetividades e às aparências possibilitadas pelo vestuário na construção de identidades, Assunção (2017, p. 55) afirma que "[...] as roupas são capazes de apresentar mensagens que se referem às maneiras pelas quais mulheres e homens consideram seus papéis de gênero, ou como se espera que elas/eles os percebam [...]". Nesse sentido, a autora menciona que o uso previsto das peças de vestuário, subjetivamente ou explicitamente, tende a indicar a conformidade ou a transgressão ao gênero do indivíduo que anseia ou rejeita a ideia de adequação mediante um dado grupo social.

Empiricamente, percebe-se que, não raro, quando o vestuário subverte a hegemonia dicotômica das esferas feminina e masculina e se faz presente como mensagem para transgredir as fronteiras da binaridade de gênero, há uma contrapartida hostil e sistemática por parte do grupo predominante. Segundo Arcoverde (2014, p. 6):

> [...] ao 'falhar' em reproduzir a aparência esperada do gênero que lhes foi atribuído, há um rompimento com esse gênero 'original' — podendo, muito bem, simbolizar uma traição (ainda que inconsciente) ao presumido determinismo biológico.

Como exemplo do exposto, cita-se o caso da estudante de artes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Matheusa Passareli, assassinada em 2018, aos 21 anos de idade. Ativista na causa da comunidade Lésbica, Gay, Bi, Trans, *Queer*/Questionando, Intersexual, Assexual/Arromântica/Agênero, Pan/Polisexual, entre outros (LGBTQIAP+) e integrante do projeto "Corpo Estranho", Matheusa possuía na escolha do vestuário um elemento de construção de sua identidade e uma forma de comunicar à sociedade seu anseio contra hegemônico (FERRAZ; TOMAZI; SESSA, 2019). Ferraz, Tomazi e Sessa

(2019, p. 936) descrevem que a estudante “[...] declarava-se pertencente ao gênero não binário (nem homem, nem mulher, nem gay, nem trans, porém entrecruzada em todos eles) e homossexual.”

Em nota publicada em redes sociais, o centro acadêmico do curso da UERJ, que passou a ser denominado Centro Acadêmico Matheus Passareli, referiu-se à estudante por meio da aparência construída no uso de peças de vestuário. A saber, citou-se que as roupas de Matheusa eram amplas, coloridas e transparentes. Em 2017, Matheusa chegou a desfilar para o estilista brasileiro Fernando Cozendey na Casa de Criadores (MESQUITA, 2018) (Figura 1).

Figura 1: Matheusa Passareli desfila criação de Fernando Cozendey

Fonte: Mesquita (2018, s. p.).

O assassinato de Matheusa (Figura 1) não apaga sua contribuição para a questão da binaridade no vestuário. Assim como a estudante, outros indivíduos declaradamente não binários também ganharam ascensão em desfiles e revistas de Moda, recentemente, a exemplo de Andreja Pejić e Rain Dove. Até 2014, Andreja Pejić descrevia a si mesma como “alguém vivendo entre dois gêneros”. A modelo australiana era considerada, até sua transição, como um modelo andrógino, tendo sido fotografada por revistas de circulação mundial, tais como Vogue, Out e People. Por sua vez, Rain Dove Dubilewski foi descrito pelo jornal The New York Times como um modelo não conformista de gênero (*gender-nonconforming*) que prefere ser chamado por pronomes neutros. Depois de desfilar pela primeira vez em 2014, para a marca Calvin Klein, Rain ganhou destaque nas semanas de Moda de Nova York, Londres e Milão (BROMWICHI, 2018).

Os exemplos de Matheusa Passareli, Andreja Pejić e Rain Dove ilustram como o vestuário pode ser utilizado como mensagem para superação da lógica dicotômica. Para Arcoverde (2014), essa lógica — macho-fêmea, masculino-feminino, homem-mulher — pode ser visualizada em diversos discursos sociais, estejam eles voltados para a educação, para a política ou para a religião. Nesse sentido, a autora cita que: “[...] o discurso indumentário, como parte fundamental da construção das subjetividades, serve também como manobra para produzir e reproduzir aparências e estilos hegemônicos” (ARCOVERDE, 2014, p. 5). A autora ainda acrescenta que:

> [...] pensar em um “masculino” e um “feminino” nas roupas só faz sentido quando se localiza o discurso histórica e culturalmente — a indumentária nas sociedades ocidentais sofreu diversas alterações segundo o período em que se encontravam, quase todas elas (não sem resistência) acabando por ser incorporadas à cultura dominante (ARCOVERDE, 2014, p. 6).

Diante do exposto e em consonância com Arcoverde (2014), o presente artigo tem como objetivo evidenciar, por intermédio do discurso histórico, como a binaridade de gênero surgiu na indumentária da sociedade ocidental desde a Antiguidade até a primeira metade do século XIV. Cabe sublinhar que, adota-se neste artigo, a compreensão de indumentária disposta por Assunção (2017): debruçada sobre os estudos de Castilho (2006), a autora afirma que a indumentária pode ser visualizada enquanto conjunto de peças que agrega trajes, adornos e acessórios.

Na perspectiva de Gil (2008), este artigo enquadra-se como: (I) pesquisa básica, acerca de sua finalidade; (II) pesquisa qualitativa, quanto à sua abordagem; (III) pesquisa descritiva, do ponto de vista de seu objetivo; e (IV) pesquisa bibliográfica, quanto ao procedimento técnico empregado para a coleta de dados. Importa ressaltar que os dados foram analisados por meio de postura epistemológica interpretativista e que o corpo de conhecimento do artigo foi composto por intermédio de uma revisão bibliográfica narrativa e assistemática, para a qual não foram estabelecidos critérios de seleção ou privilegiadas bases de dados específicas.

Destaca-se, também, que este artigo foi originado a partir dos estudos sobre vestuário e gênero desenvolvido pelas estudantes Camila Leithold, Helena Kappaun, Lua Pessatto da Silva Burtet, Sabrina Lopes Bueno e Vitória Baratto Ribeiro no contexto do Programa de Iniciação Científica “Conectando Saberes”. O programa está atrelado ao curso técnico integrado de modelagem de vestuário, ofertado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Jaraguá do Sul, centro. No período de 2019-2020, as estudantes foram orientadas pelos professores Lino Gabriel Nascimento dos Santos, Daiane Evangelista Vieira de Matos e Valdecir Babinski Júnior.

Assim, a seguir, apresentam-se algumas considerações acerca do discurso histórico do vestuário para, logo em seguida, adentrar-se no recorte pretendido da história na busca por responder ao objetivo traçado. Findada a fundamentação teórica, tecem-se considerações finais e apontamentos para futuros estudos.

2 | HISTÓRIA DA INDUMENTÁRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Debom (2018) indica a existência de duas correntes teóricas acerca da história do vestuário: a primeira encontra seu marco histórico no surgimento da Alta Costura com o *couturier* (costureiro) Charles Frederick Worth, entre 1850 e 1870. Nessa perspectiva, a história divide-se em História da Indumentária (período anterior ao surgimento da Alta Costura) e História da Moda (período posterior). Debom (2018) aponta como principal autor dessa corrente teórica Gumbrich (2002). Empiricamente, observa-se que Gumbrach (2009) e Leventon (2009) também compartilham desse posicionamento.

A segunda corrente teórica identificada por Debom (2018) versa sobre a história do vestuário por meio de uma divisão em "Eras". Nessa lógica, há três marcos históricos importantes: (I) o abandono da tradição, por volta de 1350; (II) o surgimento da Alta Costura em, aproximadamente, 1860; e (III) a democratização do acesso ao vestuário com informação de moda atualizada, ocorrida a partir da década de 1960 (Figura 2).

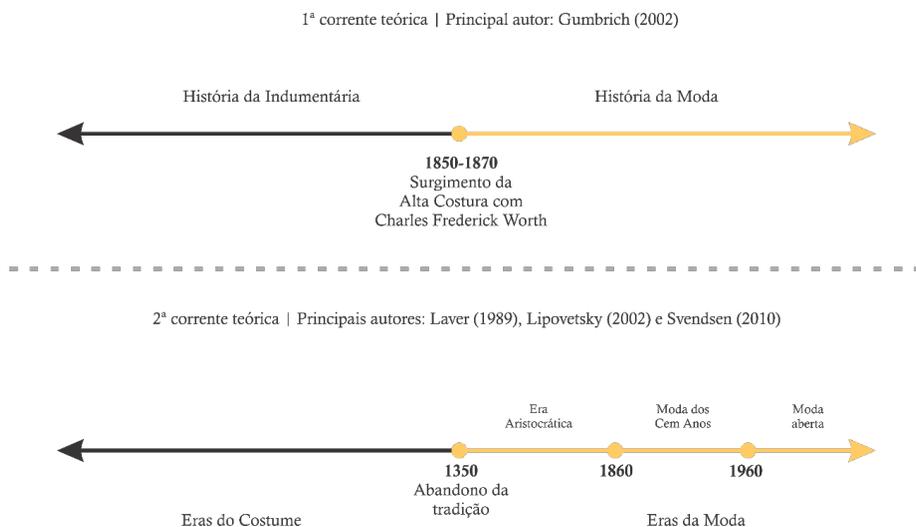



Figura 2: Correntes teóricas acerca da história do vestuário

Fonte: adaptado a partir de Debom (2018).

Conforme é possível observar na Figura 2, ao período anterior ao primeiro marco histórico, denomina-se Eras do Costume e, em seguida, Eras da Moda — que, por sua vez, subdividem-se em: (I) Era Aristocrática; (II) Moda dos Cem Anos; e (III) Moda aberta. Entre os principais autores que compartilham dessa visão estão Laver (1989), Lipovetsky (2002) e Svendsen (2010).

Nas Eras do Costume, que tiveram início com os povos primitivos e perduraram até o século XIV, o vestuário representava a manutenção das tradições e a permanência

dos costumes coletivos. Nesse período, os símbolos do passado eram honrados e o traje baseava-se na ancestralidade, assim como, no prestígio do grupo social no qual se nascia — o que era compreendido como determinação divina e, portanto, de caráter inquestionável (DEBOM, 2018).

Na Era Aristocrática, que se estendeu da passagem da Idade Média para a Idade Moderna até meados do século XIX, o vestuário deixou de ser utilizado até estar puído e passou a representar a busca incessante por novidades em diversos aspectos da vida privada e pública. O gosto pelo novo, no entanto, estava circunscrito apenas à realeza, à nobreza e à burguesia, isto é, camponeses e artesãos eram excluídos desse sistema (LIPOVETSKY, 2002). Debom (2018) menciona que nobres e monarcas chegavam a usar uma peça de vestuário uma única vez. Durante o período, o vestuário era projetado sob medida para ser montado no corpo do indivíduo, técnica que influenciou os primeiros anos da Alta Costura.

Já no decorrer da Moda dos Cem Anos, que perdurou de 1860 até 1960, a Alta Costura e seus modelos originais e inéditos dividiram holofotes com a crescente escalabilidade industrial do vestuário destinado às massas a um preço razoável. Todavia, o gosto ainda era ditado pelos *couturiers* a partir de rígidos padrões de beleza e de elegância (LAVER, 1989; LIPOVETSKY, 2002; DEBOM, 2018).

No período da Moda aberta, a produção industrial do vestuário alcançou escalas globais e o traje passou a refletir o prazer hedonista, individualista e imediatista que subjugava o coletivo. Com a explosão do *prêt-à-porter* (pronto para vestir) a partir de 1960, o vestuário deixou de ser o campo de domínio da Alta Costura e tornou-se democrático: agora, ele poderia transparecer crenças ideológicas, comunicar posicionamentos políticos, representar aspectos da juventude e manifestar o lado artístico de seu portador, entre outras finalidades (LAVER, 1989; LIPOVETSKY, 2002; SVENDSEN, 2010; DEBOM, 2018).

Neste artigo, adota-se a compreensão do discurso histórico do vestuário como sendo dividido entre História da Indumentária e História da Moda, isto é, parte-se da primeira corrente teórica identificada por Debom (2018). Todavia, quanto à segunda corrente teórica, é inegável que o marco histórico que caracterizou a renúncia da ancestralidade em prol da busca constante por novidades favoreceu mudanças significativas em termos de trajes, adornos e acessórios. Tal período, da Antiguidade até o século XIV, será aprofundado no próximo tópico do artigo.

2.1 Da antiguidade ao século XIV

Na Idade Antiga — período compreendido entre 4.000 a.C. e 476 — e, em especial, na Antiguidade Clássica — entre 800 a.C. e 476 —, a indumentária manifestou pequenas diferenças em relação ao gênero (LAVER, 1989; BRAGA, 2007; COSGRAVE, 2012). Na visão de Debom (2018, p. 12), para as mulheres e homens da época, "[...] a roupa, os acessórios e [a] postura eram calcados na imitação dos ancestrais, ou seja, o olhar estava voltado para o passado [...]".

As mulheres das culturas romana e grega possuíam costumes e tradições similares, tais como o casamento arranjado e a tarefa de cuidadoras do lar. Essas mulheres também desempenhavam o papel de costureiras e artesãs têxteis, uma vez que eram incumbidas tanto da indumentária quanto dos artigos para o lar. Todavia, enquanto para a mulher grega de classe alta era permitido o livre acesso aos ambientes compreendidos como masculinos, a mulher romana era cerrada em casa e tratada como pertencente ao pai ou ao marido (LAVER, 1989).

A indumentária grega, em geral, era marcada pela presença de túnicas, que se apresentavam ora tingidas, ora bordadas ou, ainda, ora ornamentadas com elementos decorativos de formas geométricas. Sobre tal túnica, Cosgrave (2012, p. 43) afirma que:

> Usado por homens e mulheres, o *quíton* era simplesmente uma peça grande e retangular de tecido de lã, drapeada sobre o corpo, que cobria o braço esquerdo, deixando o direito descoberto. O comprimento do *quíton* variava da altura dos joelhos aos tornozelos, de acordo com a posição social da pessoa que o trajava.

O *quíton* feminino diferenciava-se do *quíton* masculino pelo volume de tecido. Enquanto a mulher grega utilizava lãs cortadas em um formato retangular com uma largura de, aproximadamente, 180 centímetros e um comprimento correspondente à metade de sua altura — indumentária também conhecida como peplo dórico —, o homem grego vestia formatos amplos e exibia excessos de tecido. Esses excessos na largura do *quíton* formavam as mangas da túnica, cuja cintura era delimitada por cintos que criavam um efeito de saia e blusa (LAVER, 1989).

Ainda que pudesse haver pequenas diferenças, acredita-se que a distinção da indumentária grega não se dava, marcadamente, pelo gênero do indivíduo, mas, sim, pela sua classe social. De acordo com Cosgrave (2012) enquanto trabalhadores e guerreiros vestiam uma túnica mais curta, as túnicas dos aristocratas eram alongadas e compridas. Isto permite reforçar a visão de que a binaridade de gênero no vestuário parte de uma construção histórica.

Acerca do traje dos guerreiros gregos, Laver (1989) indica que estes eram coloridos e ornamentados, comumente, com fios de ouro e prata. A indumentária também poderia receber cordões amarelos, violetas, vermelhos, púrpuras ou índigos. Similar à da Grécia Antiga, a indumentária romana encontrava-se dividida pela classe social e era constituída por duas partes: (I) a *indumenta*, que pode ser compreendida como um traje vestido pela cabeça e retirado antes de dormir; e (II) o *amictus*, um tecido drapeado ou enrolado em volta do corpo do indivíduo.

A diferenciação entre feminino e masculino na indumentária romana ocorria, principalmente, por intermédio das cores. Confeccionado a partir de materiais leves, tais como algodão e seda, o traje feminino variava entre azul escuro, amarelo e vermelho. Nesse sentido, Cosgrave (2012, p. 72) aponta para o fato de que:

> Diferentemente das roupas masculinas, o vestuário feminino em Roma passou por algumas mudanças. A base do guarda-roupa era a estola; feita, inicialmente, de lã, mais tarde tornou-se disponível em algodão ou linho e mulheres ricas usavam a estola de seda [...].

Já os homens romanos utilizavam uma túnica adaptada do *quíton* grego. A função do traje masculino estava em representar a posição social do indivíduo em eventos coletivos e anunciar seu pertencimento ao posto de cidadão romano. Por consequência, mulheres, escravos e estrangeiros eram proibidos de trajar tal peça (LAVER, 1989). Em termos de adornos e acessórios, Debom (2018, p. 9) acrescenta que "[...] no mundo greco-romano, a paixão por diferentes penteados foi o primeiro estágio do que tarde chamou-se de Moda [...]". Para o autor, ornamentos e peças decorativas em penteados que mudavam regularmente já esboçavam o desejo pelas novidades que viria a caracterizar a Moda séculos mais tarde.

Com a Idade Média — período que se estende de 476 até, aproximadamente, 1450 —, a indumentária passou a combinar e recombinar elementos de diversas culturas, em especial, da germânica, da grega e da romana do final da Antiguidade. Na Alemanha da Idade Média, por exemplo, os homens vestiam túnicas largas, camisas ajustadas ao corpo que poderiam ir até os tornozelos, mangas longas e, sobre estas vestes, uma capa. Em geral, o traje era confeccionado em lã, linho ou seda e poderia incluir meias de tamanhos diversos (KÖHLER, 1993).

Por sua vez, as mulheres alemãs vestiam uma camisa longa com um pequeno decote e com mangas curtas. Sobre a camisa, vestiam-se casacos ou túnicas de mangas longas e justas. A túnica do traje feminino era mais longa e mais justa do que a do traje masculino, contudo, de feitio similar. Esta configuração permaneceu inalterada até o fim do século XI (KÖHLER, 1993).

Com o sucesso mercantil galgado pelas Cruzadas — que duraram de 1095 até 1492 —, a intensificação do comércio e o Renascimento cultural, a indumentária começou a refletir o desejo pela individualidade e pelo hedonismo da Idade Média Tardia. Debom (2018) afirma que, nesse período, a circulação de novas mercadorias e o câmbio constante das atividades mercantis proveram uma movimentação inédita nas esferas do pensamento e do gosto. Segundo o autor,

> Desde os povos da antiguidade até o início do século XIV, as roupas eram muito semelhantes para ambos os sexos. Havia diferenças, entretanto, se encontravam em pequenos detalhes. Nas últimas décadas do medievo, homens e mulheres passaram a se trajar em modelos específicos que destacavam suas diversidades corporais [...] (DEBOM, 2018, p. 13).

Debom (2018) observa que as mudanças comportamentais influenciadas pela dinâmica de centros urbanos como Paris e Florença provocaram o abandono das vestes clericais adotadas pela aristocracia e passaram a evidenciar a beleza individual, o que contribuiu para marcar a binaridade na história da indumentária. Segundo Köhler (1993), em meados do século XII, as mulheres de classes abastadas já desfrutavam do acesso a

vestes mais longas e mais ajustadas do que as de outrora. Com curvas que acompanhavam a silhueta feminina, dos ombros aos quadris, o traje feminino começou a distanciar-se do masculino. Braga (2007, p. 39) destaca que:

> Se a indumentária para os dois sexos em quase nada se diferenciava na Alta Idade Média, no período da Baixa Idade Média, ela começou a ganhar uma distinção: as roupas masculinas sutilmente começaram a se encurtar e, com o tempo, próximo ao final da Idade Média, isso de fato aconteceu; ao passo que as femininas se mantiveram longas, atingindo o chão.

Entre os séculos XIII e XIV, a indumentária feminina proveu alterações significativas: (I) surgiram decotes que evidenciavam o colo feminino; (II) o uso de casacos como sobrevestes foi abandonado em favorecimento de mantas; (III) popularizou-se o vestido longo, fechado e justo ao busto; e (IV) as mulheres da aristocracia e da nobreza passaram a utilizar trajes de cor única, enquanto camponesas e plebeias vestiam peças de cores e tecidos diferentes. Importa ressaltar que as cores dos trajes não eram escolhidas livremente: cada cor indicava o escudo de armas da família à qual estavam ligadas aquelas mulheres (LAVER, 1989; KÖHLER, 1993; DEBOM, 2018).

Outra modificação importante observada na indumentária feminina estava na busca por evidenciar atributos físicos relacionados com a fertilidade: entre as mulheres mais abastadas, tornaram-se comuns enchimentos que simulavam a gravidez, pois havia determinada valorização social da maternidade sob influência da Igreja Católica (LAVER, 1989; LIMA; SILVA, 2013). Acerca desses artifícios, Lima e Silva (2013, p. 2) afirmam que: "[...] muitas vezes, saquinhos com enchimento eram utilizados por baixo do vestido — acompanhados por seios achatados num [*sic*] decote alto, além da pele alvíssima e testa alta [...]". A exemplo, cita-se o retrato do casal Arnolfini, pintado por Jan Van Eyck em 1434, no qual Giovanna Cenami apresenta vestes com volume no ventre e em cor verde, ambos elementos que simbolizam a fertilidade feminina (Figura 3).

Figura 3: O casamento de Giovanni Arnolfini e Giovanna Cenami, 1434

Fonte: The National Gallery (2021, s.p.).

No mesmo período, o traje masculino também sofreu modificações: (I) as túnicas receberam fendas frontais, capuzes e elementos decorativos — e passaram a ser denominadas de *jacket*; (II) tornaram-se populares meias coloridas e apertadas que destacavam as pernas; (III) começou-se a usar uma espécie de colete, denominado gibão; e, (IV) em oposição ao traje feminino, a indumentária masculina passou a ser vivaz e efusiva (LAVER, 1989; KÖHLER, 1993). Braga (2007, p. 39) destaca outra alteração expressiva, o surgimento da *braguette* (Figura 4) que cumpria uma função visual erótica e "[...] era, de fato, um detalhe para evidenciar, ou melhor, exibir toda a masculinidade e virilidade do portador [...]".

Figura 4: *Braguettes* do traje masculino do final do século XV

Fonte: Leventon (2009, p. 87).

Para Lima e Silva (2013, p. 2), a *braguette* pode ser compreendida como um "[...] adorno que destacava o órgão sexual masculino justificado pelo encurtamento do casaco que compunha a veste. Com o tempo o *codpiece* passa a ser enfeitado, estruturado e cada vez mais destacado". Debom (2018, p. 14) corrobora com o exposto por Braga (2007) e Lima e Silva (2013) e acrescenta:

> [...] [os] calções [passaram a ser] tão justos ao corpo que, para evitar o constrangimento de um momento de excitação sexual em público, colocavam na parte da frente uma espécie de tapa-sexo recoberto pelo mesmo tecido da calça, conhecido como *braguette* na França, *codpiece* na Inglaterra e porta-pênis em Portugal. Aos poucos, passou a ser utilizado em tamanhos maiores para evidenciar a virilidade de seu usuário. Essa peça foi usada por pelo menos um século e meio.

Acerca dos adornos e dos acessórios, mulheres e homens estiveram sob influência do período gótico da Idade Média, que perdurou do século XII até o século XV. Incentivada pela nobreza italiana, a verticalização da indumentária permitiu aos homens o uso de

sapatos de bicos finos e prolongados — que chegavam a ter até 25 centímetros — e às mulheres trajarem o *hennin*, um chapéu cônico cuja ponta ostentava um véu engomado e que poderia adicionar até 20 centímetros ao semblante da portadora (LIMA; SILVA, 2013).

Assim, a partir das modificações criadas nos trajes, nos adornos e nos acessórios na primeira metade do século XIV, em especial, com o surgimento da *braguette*, a anatomia humana passou a ser considerada na diferenciação entre a indumentária feminina e masculina — o que ocorre, aproximadamente, em 1350 (LIMA; SILVA, 2013; ASSUNÇÃO, 2017; DEBOM, 2018). Assunção (2017) esclarece que, desde então, a binaridade de gênero tornou-se uma norma vestimentar frequentemente utilizada para solidificar modelos sociais dicotômicos e hegemônicos.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de uma revisão bibliográfica narrativa e assistemática, acredita-se que o corpo de conhecimento do artigo alcançou o objetivo proposto que estava estipulado em evidenciar, por intermédio do discurso histórico, como a binaridade de gênero surgiu na indumentária da sociedade ocidental desde a Antiguidade até a primeira metade do século XIV.

Nesse percurso, observou-se que até as primeiras mudanças significativas instauradas no âmbito da diferenciação entre gêneros ocorridas na passagem do século XIII para o século XIV, a indumentária esteve vinculada à representação das funções sociais do indivíduo e seu papel era o de mantenedora das tradições e dos costumes, bem como, ser portadora de elementos de ancestralidade.

A partir do exposto, a literatura investigada permite inferir que, por volta de 1350, os trajes, os adornos e os acessórios para mulheres e homens distinguem-se expressivamente. Marcados pela valorização da anatomia humana e por um anseio por individualizar-se, o traje feminino recebe enchimentos artificiais para simular um corpo grávido, o que simbolizava o potencial de sua usuária para a maternidade, e o traje masculino passa a apresentar o *braguette* em representação à virilidade esperada por parte de seu usuário.

Para formação de uma agenda de pesquisa acerca do tema, os autores sugerem que futuras pesquisas abordem as consequências e os desdobramentos da diferenciação de gênero ocorrida no século XIV para o discurso histórico do vestuário. Indica-se, também, que a fundamentação teórica seja revisitada a fim de serem incluídos novos estudos e outras perspectivas.

Por fim, os autores agradecem ao IFSC por oportunizar o desenvolvimento desta pesquisa, assim como, aos docentes do Programa “Conectando Saberes” que estiveram empenhados em compartilhar conhecimentos e aos demais colegas de instituição, sem os quais a jornada não seria tão iluminada e tão colorida.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Maíra. Moda: tecendo outras possibilidades na construção das identidades de gênero. **Revista Periódicus**: Revista de Estudos Interdisciplinares em Gêneros e Sexualidades, Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-15, nov. 2014. Disponível em: http://bit.ly/3baBEzE. Acesso em: 03 jan. 2021.

ASSUNÇÃO, Letícia Formoso. O conceito de moda e o seu papel nas relações de gênero. **Revista Poliedro**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 48-64, 8 set. 2017. Disponível em: http://bit.ly/3rxES6p. Acesso em: 29 dez. 2020.

BRAGA, João. **História da Moda:** uma narrativa. 7. ed. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2007.

BROMWICH, Jonah. ***Who Is Rain Dove?:*** *the gender-nonconforming model has been in the news after having turned texts sent by Asia Argento over to the police.* 2018. The New York Times. Disponível em: http://nyti.ms/391z78t. Acesso em: 05 jan. 2020.

CASTILHO, Kathia. **Moda e linguagem.** 2. ed. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006.

COSGRAVE, Bronwyn. **História da indumentária e da moda:** da Antiguidade aos dias atuais. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.

DEBOM, Paulo. Moda: nascimento, conceito e história. **Veredas da História**, [S.I.], v. 11, n. 2, p. 7-25, dez. 2018. Disponível em: http://bit.ly/3hsymsT. Acesso em: 29 dez. 2020.

FERRAZ, Daniel de Mello; TOMAZI, Micheline Mattedi; SESSA, Ariel. As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s.l.], v. 19, n. 4, p. 927-958, dez. 2019. Disponível em: https://bit.ly/2LoOgsp. Acesso em: 05 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUMBACH, Didier. **Histórias da Moda.** São Paulo: Cosac Naify, 2009. Tradução de: Dorothée de Bruchard, Joana Canêdo, Flávia Varela e Flávia do Lago.

GUMBRICH, Hans Ulrich. A dialética das Passarelas. **Folha de São Paulo.** São Paulo, [s.p.]. 05 maio 2002.

KÖHLER, Karl. **História do vestuário.** São Paulo: Martins Fontes, 1993. Tradução de: Jefferson Luis Camargo.

LAVER, James. **A roupa e a moda:** uma história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEVENTON, Melissa (org.). **História ilustrada do vestuário:** um estudo da indumentária, do Egito antigo até o final do século XIX, com ilustrações dos mestres Auguste Racinet e Friedrich Hotternroth. São Paulo: Publifolha, 2009. Tradução de: Lívia Almendary.

LIMA, Caroline Barreto de; SILVA, Leandro Soares da. Narrativas da aparência: a materialização do gênero no design de moda. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. p. 1-10. Disponível em: https://bit.ly/3nfZf4s. Acesso em: 05 jan. 2021.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero**: a moda de seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MESQUITA, Lígia. **'A gente não pode naturalizar o sofrimento', diz irmã de Matheusa Passareli, trans morta no Rio**. 2018. BBC News. Disponível em: http://glo.bo/38eM6o8. Acesso em: 05 jan. 2021.

SVENDSEN, Lars. **Moda:** uma filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

THE NATIONAL GALLERY (Londres). ***The Arnolfini Portrait***. Disponível em: http://bit.ly/3bmBZiU. Acesso em: 08 jan. 2021.

CAPÍTULO 22

AS REPRESENTAÇÕES DA AMÉRICA NO PERIÓDICO O UNIVERSAL, 1825-1842

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 06/03/2021

João Eduardo Jardim Filho
Universidade Federal de São João del-Rei
São João del-Rei – MG
http://lattes.cnpq.br/9377913696686132

RESUMO: Este trabalho é um relatório das análises feitas acerca das representações das Américas no periódico O Universal de Ouro Preto, que circulou em Minas Gerais entre 1825 a 1842, no contexto histórico da formação dos estados nacionais na América. Desta maneira, analisam-se as representações de outros países americanos na imprensa do Brasil, investigando o seu papel na construção de noções sobre a nação brasileira e a preocupação do periódico com a continuidade de publicações acerca de acontecimentos e processos relacionados aos países vizinhos. Para tanto, utiliza-se o conceito de "comunidades políticas imaginadas", desenvolvido por Benedict Anderson, na interpretação dos termos referentes às nações encontrados na fonte. Portanto, infere-se que a partir desses vocábulos se delimitavam noções de uma "nação brasileira" no imaginário do público leitor, já que a nação nesse momento ainda não havia sido definida, mas estava em vias de construção.
PALAVRAS-CHAVE: Representações, Comunidades Imaginadas, América, Nação, Imprensa.

LAS REPRESENTACIONES DE AMÉRICA EN EL PERIÓDICO O UNIVERSAL, 1825-1945

RESUMEN: Este artículo es um informe del análisis de las representaciones de las Américas en el periódico O Universal de Ouro Preto, que circuló en Minas Gerais entre 1825 y 1842, en el contexto de la formación de los estados nacionales en América. En ese sentido, se analiza las representaciones de otros países americanos en la prensa brasileña, investigando el papel de ella en la construcción de nociones a cerca de la nación brasileña, así como la preocupación del periódico con la continuidad de publicaciones sobre acontecimientos y procesos asociados con los países vecinos. Em este análisis se emplea el concepto de "comunidades imaginadas" desarrolhado por Benedict Anderson en la interpretación de los términos relativos a naciones, encontrados en la fuente histórica. Por consiguiente, se infiere que desde esos vocablos se delimitaban nociones de una nación brasileña en el imaginário del público lector ya que la nación en esse momento aún no se encontraba definida, pero sí, en vías de construcción.
PALABRAS CLAVE: Representaciones, Comunidades Imaginadas, América, Nación, Prensa.

1 I INTRODUÇÃO

No contexto da independência e do primeiro reinado no Brasil – 1822 a 1831 – se estabelece uma cultura política que encontrou nos folhetos políticos, jornais e panfletos, os

veículos de propagação de palavras, ideias, conceitos, valores e símbolos. Dessa forma, o surgimento da opinião pública por meio da imprensa fez com que os periódicos passassem a influenciar as decisões políticas do Estado em formação. Desta maneira, os periódicos e consequentemente a imprensa são prementes para a compreensão das relações desenvolvidas durante o Império, servindo de ferramenta para a mediação política, o que facilitava o debate a nível local e regional. (SILVA, 2006, 2011; BASILE, 2006)

Nesse sentido, os periódicos e as facções que debatiam na imprensa foram importantes para a construção do Estado brasileiro, desde seus primeiros momentos no período da independência. Tais facções – liberais moderados, liberais exaltados, caramurus e restauradores – possuíam seus projetos de nações e os colocavam em debate na imprensa. Entretanto, a historiografia não vem tratando esses conflitos no período regencial como uma ameaça à formação do Estado nacional. (SILVA, 2006; BASILE, 2006, 2011; ANDRADE, 2012)

Portanto, torna-se imperativo:

> "[...] matizar essa visão e argumentar que os antagonismos em jogo não punham em xeque a causa da nação, muito pelo contrário, e que a imprensa – no caso da Corte – antes contribuía para reforçar do que para minar os laços nacionais; os projetos de Brasil propagados, a despeito de suas diferenças substanciais e de algumas medidas extremadas pregadas e por vezes intentadas, nada tinham de separatistas, pois todos estavam comprometidos com a questão nacional, idealizada e afirmada, cada qual ao seu modo, pelas imprensas moderada, exaltada e caramuru, [...]" (BASILE, 2006, p. 61)

Nessa tônica, torna-se necessário compreender como essas facções publicizavam seus projetos de nação, suas diferenças e quais eram os embasamentos jurídicos utilizados. Recorre-se então à análise dos conceitos[1] de povo, nação e cidadão para captar como eram entendidas pelos moderados, exaltados e caramurus, trazido no trabalho de Marcello Basile (2006), "Projetos de Brasil e Construção Nacional na Imprensa Fluminense (1831-1835"). Apesar de "O Universal" ser um periódico mineiro, essa visão sobre a imprensa fluminense melhor situará a fonte no contexto histórico no qual se insere – de 1825 a 1842 – para melhor compreender seu posicionamento político, de um liberalismo moderado.

A província de Minas Gerais teve importante contribuição na formação do Estado brasileiro, pois era caracterizada pela economia de abastecimento interno, possuía o maior plantel de escravos do Império, e tinha uma relação entre lavoura e comércio estreitada. Ademais, era constituída por uma elite heterogênea, sendo composta por magistrados, fazendeiros, comerciantes, padres, proprietários de terra. Parte dessa elite que estava ligada à economia de abastecimento se caracterizou pela adoção de um liberalismo moderado. Nesse sentido, os periódicos mineiros surgem como busca de uma hegemonia política a ser conquistada através da opinião pública, com o intuito de naturalizar o ideário liberal, tendo em vista a moderação. (SILVA, 2006).

1. Sobre os conceitos políticos do Brasil; ver JÚNIOR, 2014.

A imprensa liberal em Minas Gerais fez forte oposição aos fundamentos do Antigo Regime. Após a Revolução do Porto e as Cortes que se seguiram a 1820, houve uma ruptura na província, tanto na sociabilidade como na publicidade a característica do Antigo Regime. Nesse sentido, a imprensa contribuiu significativamente para esse rompimento, através da publicização de ideias de cunho liberal: defesa de ideais iluministas, antiabsolutistas, arguindo sobre temas como o da representação política. (SILVA, 2005, 2008)

Dessa forma, o conteúdo desses periódicos liberais moderados da província de Minas Gerais, inclusive no O Universal:

> "[...] traziam comentários acerca da vida política nacional e estrangeira, e ainda da história, da economia e da administração do país e da província e questões locais; textos doutrinários; notícias nacionais e estrangeiras; excertos de periódicos – sobretudo liberais – mineiros, nacionais e estrangeiros; extratos de clássicos do liberalismo, como Voltaire, Rousseau, Locke, Montesquieu e outros, e de pensadores liberais, como Bonin e Droz; diálogos, "dicionários", anedotas e parábolas. Buscava-se difundir conceitos liberais como o de constituição, liberdade, pacto social etc., utilizando-se de várias formas e níveis de complexidade, ampliando o espectro de sua pedagogia política. A difusão das luzes e a dimensão civilizatória permeavam o discurso liberal, pois a instrução era entendida como condição para a formação do cidadão e, assim, a prática política e o aperfeiçoamento da sociedade e Estado." (SILVA, 2006, p. 43).

Desta maneira, visando analisar as representações da América, foi escolhido como fonte o periódico "O Universal". Esse jornal era impresso em Ouro Preto e circulou de 1825 a 1842, constituiu também um dos periódicos mais influentes do período e com o maior número de publicações. Seu posicionamento político era de caráter liberal moderado, situando-se entre o "absolutismo" e a "democracia". Desta maneira, se examinam as formas como os diferentes países da América foram representados nesse periódico, para entender como elas se inseriram no debate acerca da formação do Estado Imperial, assim como sua influência na construção de uma "nação" brasileira no imaginário do público leitor.

No contexto da independência e do primeiro reinado se estabelece uma cultura política que encontrou nos folhetos políticos, jornais e panfletos, os veículos de propagação de palavras, ideias, conceitos, valores e símbolos. Dessa maneira, o surgimento da opinião pública fez com que os periódicos passassem a influenciar as decisões políticas do Estado em formação. Por isso, a importância da escolha de um periódico para analisar as influências das representações sobre a América na criação de noções de uma nação brasileira. O conceito de representação permite articular o poder, as identidades sociais e as formas pelas quais elas se relacionam no discurso e na linguagem:

> "[...] foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular [...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e

> representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas pelas quais uns representantes (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, "presentificam" a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder."(CHARTIER, 2011, p. 20)

No período regencial estavam em disputa diferentes forças políticas com distintos posicionamentos políticos, que através do embate de ideias na imprensa intentaram construir uma hegemonia liberal exaltada, liberal moderada, caramuru ou restauradora, utilizando-se de termos como "anarquia", "anarquistas", "restauradores", "corcundas", "constitucionais" etc. Portanto, a cultura política desse momento permaneceu na tensão entre o despotismo e o liberalismo-constitucionalismo (Basile, 2006, 2011; Neves, 2003; ANDRADE, 2012).

Nesse sentido, "O Universal" se posiciona ao centro do campo político imperial, adotando o princípio do justo meio, ou seja, um equilíbrio racional entre os extremistas. Dessa maneira, defendiam postulados clássicos do liberalismo, situando-se entre o absolutismo e a democracia, pleiteando assim uma Monarquia constitucional isenta de extremismos, que oscilava entre a centralização e a descentralização.

Assim, a nação para os moderados seria composta pelo povo, ou seja, o conjunto dos homens bons, dotados de liberdade, propriedade e educação. Excluía desta maneira, a plebe e estabelecia a igualdade dos indivíduos apenas em termos jurídicos e de oportunidades. A cidadania para os moderados tinha uma clivagem social, mas não étnica, assim negros e mulatos livres tinham direito à cidadania, desde que se encaixassem no grupo dos homens bons (BASILE, 2006). Os liberais moderados sustentavam, por conseguinte:

> "[...] que os direitos naturais universais dos indivíduos encontravam seus limites na organização da sociedade mediante o pacto social, e que, para além das leis naturais metafísicas, o direito racional positivo deveria, concreta e utilitariamente, conformar-se ao bem-estar da nação [...]" (BASILE, 2006, p. 65)

Percebe-se então que, para além de representar os países limítrofes por sua importância no contexto de formação do Estado nacional brasileiro – e com isso contribuindo para a construção da nação – o periódico "O Universal" utilizou-se do embate na imprensa para representar seus adversários políticos internos e externos, como forma de construir no imaginário do público leitor o seu próprio posicionamento político em oposição aos outros. Sendo assim, levanta-se a questão de que o periódico desenvolveu pedagogia liberal-moderada que intentava educar seu público leitor (SILVA, 2008).

Deste modo, o exame do periódico indica uma interconexão entre os debates políticos sobre efervescentes temas das primeiras décadas do Império e acerca da forma como o Estado nação deveria se constituir. Essa leitura se torna possível pela ampla disponibilidade

de consulta, não apenas do “O Universal”, mas de inúmeros outros periódicos, no sítio da “Hemeroteca Digital” da Biblioteca Nacional[2].

Nesta perspectiva, adotamos o conceito de “comunidades imaginadas”, desenvolvido por Benedict Anderson, o qual se fundamenta no desenvolvimento da moderna imprensa:

> “[...] la convergencia del capitalismo y la tecnología impresa en la fatal en diversidade del lenguaje humano hizo posible una nueva forma de comunidad imaginada, que en su morfología básica preparó el ecenário de la nación moderna […]” (ANDERSON, 1993, p. 75)

Desta maneira, a nação moderna foi definida como uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Ela é entendida como imaginada porque até mesmo os membros da menor nação jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, entretanto, no imaginário de cada um deles vive a imagem de sua comunhão. Entende-se como limitada porque até a maior das comunidades possui fronteiras finitas e que além delas se encontram outras nações. Imagina-se soberana porque o conceito nasceu em uma época em que a ilustração e a revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente ordenado, e, portanto, a garantia da liberdade e do seu emblema se encontra no Estado Moderno. Por fim, se imagina como uma comunidade porque a nação sempre é concebida como um companheirismo profundo e horizontal, ou seja, de maneira fraternal (ANDERSON, 1993).

Por conseguinte, ao questionar como eram representadas as nações em formação, que enfrentavam problemas semelhantes aos brasileiros, espera-se levantar novos elementos que contribuam para o entendimento das noções acerca da nacionalidade brasileira no Império e a respeito da política exterior no contexto do Primeiro Reinado e Regência.

2 | DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa se deu, a princípio, pela leitura da bibliografia do projeto, acerca dos processos de formação dos Estados nacionais no Brasil e na região do Rio da Prata[3], sobre os debates travados entre as distintas facções e seu posicionamento na imprensa do período, além de buscar na ideia de “comunidades imaginadas” desenvolvida por Benedict Anderson, o alicerce para analisar as referências a países americanos no periódico “O Universal”. Em seguida, empregou-se a leitura da fonte, levantando e identificando todas as referências feitas a tais países e inserindo essas informações em fichas descritivas. Nestas fichas, estão contidas as datas de publicação, a página, a autoria, os países mencionados, os nomes mencionados, o assunto e o resumo do artigo. Por último, passamos a análise das fontes, à revisão bibliográfica e à redação do presente trabalho.

2. http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

3. Sobre formação dos Estados nacionais na região do Rio da Prata; ver GOLDMAN, 1998; FERREIRA, 2006; JORGE MYERS, 2006; DORATIOTO, 2014.

Desta forma, pesquisou-se no site da Hemeroteca Nacional os termos relacionados aos países americanos no "O Universal" e devido ao grande número de ocorrências encontradas, a primeira parte do projeto[4] limitou-se na análise das representações dos países da região do rio da Prata. Nesse sentido, entendendo a importância das representações da América na criação de noções de uma nacionalidade brasileira, compreendeu-se necessária a continuação da análise. Portanto, o presente trabalho se deu na continuação da pesquisa dos termos relacionados à América, tais como: Peru, Bolívia, Colômbia, México, Chile, Nova Granada, Venezuela, Equador e Estados Unidos da América, encontrando-se inúmeros verbetes relacionados à questão da identidade nacional[5].

Nesse sentido, em sua maioria, as ocorrências registradas são relatos, correspondências e artigos acerca da situação interna de cada um desses países e de seus conflitos intestinos e externos. Não obstante, algumas dessas notícias são utilizadas de forma que "O Universal" possa opinar sobre determinada questão, política, econômica e social, utilizando-se em certos momentos do exemplo de um e outro país.

Portanto, a análise que se segue dividiu-se em dois momentos, a saber: o primeiro acerca das notícias da situação de cada país em que os termos referentes à nacionalidade aparecem e a segunda às ocorrências em que o periódico opina sobre o tema relatado utilizando os países da América como exemplo.

Desta forma, iniciamos com as representações dos países da América a partir dos termos relacionados ao Peru, Chile, Colômbia, Venezuela, Equador, Nova Granada e Bolívia no "O Universal". A escolha em analisar as representações em conjunto, se justifica pelo fato de que nas notícias e artigos acerca desses países, na maior parte das vezes se faz menções uns aos outros, assim como às suas nacionalidades. Esta particularidade se dá pelo fato de essas nações estarem se constituindo no momento estudado, e, portanto, suas fronteiras e identidades estavam em vias de construção. Desta forma, analisá-las em separado incorreria em equívoco, pois suas histórias estão intrincadas.

Ao analisar as ocorrências desses países encontrou-se os verbetes: "Peruanos", "Peruvianos", "Povo Peruano", "Colombianos", "Povo Colombiano", "Constituição Boliviana", "Mexicanos", "Estados Americanos", "Nações Brasileira e Americanas". Tais vocábulos estão presentes em ocorrências relacionadas a notícias sobre Bolívar, sua participação na libertação do Peru (1824-25), do conflito que levou a separação da Confederação Peru-boliviana (1839), notícias acerca da situação na Colômbia e México e acerca das relações exteriores desses países.

Nesse sentido, a publicação de um decreto no qual o Congresso do Peru exalta as qualidades de Bolívar e do exército libertador deliberando inúmeras recompensas e honrarias, estando presente no artigo VIII a declaração:

4. Representações das Américas no periódico O Universal, 1825-1842. 2017. p. 1223 In: https://drive.google.com/drive/folders/0B9p-QgHRFvALbFdPbWhKQWNIVFE

5. Sobre a emergência da identidade nacional; ver JANCSÓ e PIMENTA, 2000.

> "A todos os indivíduos, que serviram na campanha do Peru desde 6 de fevereiro de 1824 até o dia da vitória de Ayacucho se lhes declara a qualidade de Peruanos de nascimento com oposição a todos os empregos da Republica se por outra parte reunirem os mais requisitos constitucionais." (O Universal N. 4, p.14 – 1825)

Em outra notícia sobre questões que poderiam colocar a independência do Peru em perigo, afirma-se:

> "[...] Apesar da unanimidade que os Peruvianos manifestavam na causa da independência, com tudo muitos eram de parecer, que não seria seguro deixa-los entregues à sua própria direção sem expô-los a alguma mudança política, que só o nome e a presença de Bolívar poderiam impedir." (O Universal. N. 225, p. 901 – 1826)

As representações, como dito, aparecem em ocorrências que noticiam às disputas e escaramuças, em um desses conflitos entre Bolívia, Peru e Chile na batalha de Yungay, informa-se:

> "[...] Da carta de um oficial limenho consta que ficaram sobre o campo 2800 bolivianos mortos, e 1600 chilenos [...] A queda do General Santa Cruz parece indubitável: o seu Protetorado não poderá subsistir por muito tempo depois da derrota de Yungay [...] Esperava-se em Bolívia algumas tropas argentinas e o exercito restaurador continuava sua marcha. O General La Fuente entrou em lima à frente de 1300 homens, sendo 1200 peruanos e 100 chilenos [...] (O Universal, N. 85, p. 7-8 – 1839)

3 I O EXEMPLO DO OUTRO

É interessante notar que no período analisado o "O Universal" quando se refere aos termos relativos às nações acima citados, utiliza-se de exemplos de outros países da América. Em cada momento os representa de certa maneira, de acordo com a conjuntura política de tal e qual instante histórico. Apesar de utilizar exemplos de países da América como um todo, a preponderância dos exemplos positivos recai sobre os Estados Unidos.

Nesse sentido, ainda no ano de 1826 dentro do período da Guerra da Cisplatina[6], um artigo denominado "Noticias do Sul", apresenta a situação caracterizada como anárquica das províncias da região do Rio da Prata e do Chile, aproveitando-se dos fatos relatados para exaltar a constituição, a monarquia constitucional e o Imperador, declarando:

> "Este extrato combinado com as noticias de ontem, mostra assaz que os inimigos do Império carecem de unidade em seus planos, e de meios para completarem seus iníquos fins; e as vantagens de uma Monarquia Constitucional, que sustenta a força e a ação, saltam aos olhos ainda dos mais iludidos democratas. Desgraçado Brasil, se lhe faltasse o centro de união, sem o qual oscilam as Províncias do Meio Dia, procurando em vão o descanso, que lhes foge [...] Conhecei a vossa felicidade Brasileiros, e bem

6. Sobre a Guerra da Cisplatina; ver SLEMIAN, 2009.

> dizem o Numem Tutelar, que vo-la ortogou." (O Universal, N. 193, p.772 – 1826)

Em relação aos exemplos dos países da América espanhola em uma notícia com o título de "Colômbia" explana-se da situação interna desse país e ao final faz um paralelo com a realidade vivida naquele momento no Brasil, que era o turbulento ano de 1831, ano da abdicação de D. Pedro I.

> "Colômbia – Os inimigos da ordem têm perturbado aquele Estado. A cidade de Cartagena sofreu um incêndio, que reduziu as cinzas três, ou quatro quarteirões principais, e queimou-se mais do valor de três milhões. Tais são os tristes efeitos das discórdias civis sopradas por homens ambiciosos, que querem cevar de paixões, que não lhes importa, pereçam milhares de vítimas, despedacem-se as entranhas da Pátria. Nós também por cá temos dessa gente. Aprendam os brasileiros a conhece-los, e pelo que se passa nas outras partes da América, vejam quanto são capazes." (O Universal, N. 650, p.4 – 1831)

Nesse sentido, em um artigo acerca de notícias sobre Cartagena anuncia novas revoluções e explana sobre os desejos ambiciosos dos generais de Bolívar que pretendem revolucionar em proveito próprio, afirmando que:

> "[...] à testa de um punhado de soldados, mal armados, toma cidades, derruba autoridades, e se apodera de um poder efêmero, o qual conserva até que um outro ambicioso, contando alguns soldados de mais, não o derrube pela sua vez. O Povo fatigado com tantas mudanças, não faz resistência alguma à tirania de tantos déspotas, e se deixa governar pelo mais feliz. [...]" (O Universal, N.656, p.3 – 1831)

Ao final deste artigo de maneira implícita termina sua crítica à situação da Colômbia e ao mesmo tempo elogia uma forma de governo que possua um centro que agregue os distintos partidos em torno de si, proporcionando estabilidade.

> "[...] Por toda a parte se não se observa, se não a mais baixa intriga, a mais elevada ambição, o mais insuportável despotismo. Na falta de um centro comum, para onde corram todos os partidos, eles se dirigem aos pontos mais opostos, e o Povo, o pobre Povo, é que sofre este flagelo!" (O Universal, N.656, p.3 – 1831)

Sobre o exemplo dos Estados Unidos, republica tanto notícias sobre o país como discursos e breves biografias de personalidades estadunidenses, opinando e fazendo paralelo com as qualidades e defeitos desse estado e de como o Brasil poderia utilizar seu exemplo. Nesse sentido, em uma publicação intitulada os "Estados Unidos do Norte da América, e a "República de Colômbia" o jornal faz análises sobre documentos provenientes desses dois países e acerca do discurso do Presidente Quincy Adams:

> "Temos a vista dois documentos oficiais a respeito destes dois Estados os quais documentos, cada um na sua respectiva qualidade, oferecem grandes, proveitosas, e interessantes lições ao mundo moderno assim como o antigo,

> e ambos provam uma eterna verdade [...] que não pode haver num Estado, qualquer que ele seja, nem riqueza, nem fortuna, publica, nem prosperidade [...] nem indústria, nem civilização sem haver um Governo responsável, o qual seja obrigado a dar conta ao público do modo porque administra as Leis, e de como dispende as rendas públicas, cuja administração lhe é confiada. Este é o primeiro princípio, e a primeira base do bom governo, e sem ela tudo é arbítrio, tudo é capricho, tudo é erro[...]" (O Universal, N. 15, p. 57 – 1825)

Em seguida ao comentar o discurso do presidente Adams ressalta sobre a prosperidade alcançada por esse bom governo e pelo trabalho duro de seus lavradores, questionando ao final:

> "[...] E porque não poderá o Brasil fazer o mesmo no mesmo período de tempo? O Brasil possui um bom Governo tão responsável como o dos Estados-Unidos; os seus habitantes são igualmente industriosos, e expertos; e o Soberano que os rege não é menos solicito em promover a prosperidade do Império, e a felicidade pública." (O Universal, N. 15, p.58 – 1825)

Ainda na sequência comenta acerca das discussões e o espírito de partido que é um mal já enfrentado pelos Estado- Unidos, e afirma:

> "E se os Estados-Unidos, havendo chegado a um tal ponto de civilização e prosperidade, ainda carecem de união de opiniões para não perderem sua existência política, de quanto maior necessidade não é esta mesma união nas diversas Províncias do continente Brasiliano, para formarem aquele compacto, que é o único laço, que pode vincular sua independência e sua prosperidade." (O Universal, N 15, p. 58 – 1825)

Ao finalizar a análise dos documentos e falas, expõe as ações que o presidente Adams tomará em seu governo para corrigir os problemas e avançar na prosperidade da nação, o jornal declara "[...] E por iguais caminhos, que o Brasil pode alcançar o fim, que tão nobremente se propõe, e em que tão nobremente prossegue, e preserva." (O Universal, N 15, p. 59 – 1825)

Ainda na questão da responsabilidade do governo o jornal traz um artigo com o título de "Anecdota" no qual explica como funciona a votação de medidas de destinação de dinheiro e armamento e sobre sua prestação de contas acerca dos salários, e ao final questiona qual o benefício de tal sistema no Brasil.

> "Nos Estados Unidos o Congresso vota separadamente o dinheiro destinado ao armamento, equipação e construção de cada navio, e o Ministério da Marinha tem a obrigação de dar conta na mesma ordem, das somas que lhes são confiadas. O Secretário do Estado é obrigado a submeter de dois em dois anos ao Congresso uma lista de todos os Empregados públicos, e de seus salários desde o Presidente da República até os Correios da pasta. Qual é a influencia deste sistema? Nenhum benefício simples existe na América Unida, nenhum empregado cujo trabalho não útil vive à custa do Povo [...]" (O Universal, N. 182, p. 4 – 1828)

Percebe-se nessas exemplificações dos Estados Unidos uma comparação de como o governo brasileiro deve ser responsável e moderado, almejar a paz, se distanciar do despotismo afirmando sua constitucionalidade, e, portanto, defendendo o sistema monárquico constitucional como aquele que trará tranquilidade e prosperidade. Nesse sentido, em um artigo onde se critica os ministros que planejam enviar dinheiro e tropas a Portugal para combater D. Miguel, demonstrando como o Erário foi exaurido pela Guerra Argentina e apresenta exemplos dos americanos do norte, enfatizando como a paz os fez prosperar:

> "A moderação nas Leis, a Liberdade de Pensar, de falar, de obrar, dá aos Americanos um vigor de espírito admirável [...] Dessas coisas que o nosso governo deve tratar e nunca de expedições quixotescas para a Europa." (O Universal, N. 251, p. 3 – 1829).

Ainda, sobre a liberdade:

> "Comparai os países onde a mais tirania com aqueles que a menos, e dizei se os livres não são igualmente os mais tranquilos? Quem mais fequentemente agitado do o despotismo turco? Quem mais constantemente tranquila que a Liberdade dos Estados Unidos?" (O Universal, N. 487, p. 2-3 – 1830)

Nesse sentido, mesmo defendendo como deveriam ser as ações políticas individuais, o periódico se utiliza do exemplo americano para opinar que não se pode esperar que todos os estabelecimentos venham do governo, que no Estado Constitucional os indivíduos que se preocupam com o melhoramento da sociedade devem concorrer particularmente ou em associações para promover o bem de todos, citando os exemplos das associações criadas por Franklin e que geraram prosperidade aos Estados Unidos:

> "[...] Nessas pequenas associações, que o celebre Franklin estabelecera, até mesmo com o fim de amelhorar os costumes e de habituar os seus concidadãos a uma necessária economia, lançaram-se os fundamentos de outras muitas, que hoje tanto brilham, e tão felizes resultados tem produzido em beneficio e honra daquela Nação [...]Os Brasileiros não são menos aptos para imitarem as Nações civilizadas naquilo, de que lhes resulta gloria e proveito, nem menos desejosos de ver sua Pátria prosperar por essas vantagens, que lhes franqueia nosso atual Sistema político [...]" (O Universal, N. 474, p. 2-4 – 1830)

Nessa sequência, o periódico faz uma análise da "nossa América" apontando os progressos que a Liberdade, o Sistema representativo e a civilização ali têm tido. Começa expondo de maneira positiva os Estados Unidos, tratando-o com irmã mais velha das recentes Nações Americanas que depois do pacto federal o país prosperou vertiginosamente. Em contraposição, fala como as antigas ex-colônias espanholas tentaram estabelecer o regime aplicado nos Estados Unidos, mas que, no entanto, sofrem dificuldades, convivendo com a anarquia e a violência. Conclui, que o Brasil diferentemente dos vizinhos que o cercam adotou a monarquia constitucional e por isso desenvolveu a razão social, as luzes

e a inteligência. Por conseguinte, todos os exemplos constituem argumento contra o despotismo e absolutismos europeus. (O Universal, Ouro Preto, N. 1084 – 1834)

A partir da análise dessas ocorrências relacionadas aos termos sobre os países da América acima citadas, percebe-se que para além de se encaixarem nos debates políticos de cada momento, sustenta o princípio liberal moderado, norteador do periódico. "O Universal" utiliza os exemplos de outros países e personalidades americanas, com preponderância na representação dos Estados Unidos, como forma de mostrar ao público leitor uma gama de "experiências" positivas e negativas na adoção de determinados princípios e ações, atuando assim no imaginário do público leitor. Este poderia, a partir desses exemplos analisar seu presente histórico e produzir prognósticos futuros, nos quais essas ideias estariam presentes no governo, agindo, portanto, na construção imaginária do porvir histórico brasileiro. Em suma, dos caminhos a serem seguidos pela nação brasileira. Visão que vai ao encontro com a senda investigativa aberta por João Paulo Pimenta, na qual:

> "**[na]** [...] primeira metade do século XIX, com a América portuguesa deixando de ser portuguesa, e o Brasil configurando em Estado nacional, em boa medida, em decorrência da criação e recriação do que julgamos apropriado definir como a experiência hispano-americana, parte de uma experiência revolucionária moderna [...] uma experiência hispano-americana. Trata-se de um fenômeno histórico gerado no mundo português, mas que desde seu início se desenha com mais força nos quadrantes americanos do Império. Pois é sobre a América, e não sobre a Europa, que as influencias diretas dos Acontecimentos da América espanhola parecem mais numerosas, para conjugar o conhecimento dessa realidade com atitudes práticas, definindo assim não só medos e expectativas em torno do que ocorria na vizinhança do Brasil, mas também políticas de Estado que, priorizando motivos de natureza americana, cristalizam diferenças e tornam problemática a coexistência, sob a mesma comunidade política [...] A coerência da reelaboração da experiência hispano-americana que concebeu a América espanhola como modelo a ser, ao mesmo tempo, evitado e seguido [...]" (PIMENTA, 2015, p. 463-466)

4 | CONCLUSÃO

A partir da bibliografia utilizada conclui-se que o período em que o jornal circulou está inserido no processo de formação do Estado Nação brasileiro e americano como um todo. Nesse sentido, tudo o que se passava no novo mundo tornava-se premente para o Estado Imperial, pois era preciso estar atentos aos conflitos, muitos ainda de luta contra forças realistas espanholas. Desta forma, importava – pelo menos ao "O Universal" – conhecer o desenrolar dos fatos nesses lugares da América. Ao mesmo tempo em que era necessário representá-los de maneira a distingui-los dos brasileiros utilizando vocábulos que definiam o pertencimento do outro ao seu local de nascimento, seja no Chile ou nos Estados Unidos. Portanto, mesmo em situações onde a independência de algum estado

não estava consolidada, o outro era representado dessa maneira, como por exemplo, numa ocorrência que noticia uma sublevação em Quito e explica as razões pelas quais se sucedeu, argumenta-se:

> “[...] Não se concorda sobre os motivos da sublevação uns dizem que é para torna a unir-se com o centro, e outros que foi para depor Flores por venezuelano e substituir-lhe um natural do Equador.” (O Universal, N. 781, p. 2 – 1832)

As fronteiras desses países não eram bem delimitadas nesse período, além de porosas estavam em constante mudança devido as guerras como, por exemplo, a que levou ao fim da Confederação Peru-Boliviana, e consequentemente, a separação entre Peru e Bolívia, ou ainda a separação entre Venezuela e Colômbia. Ademais, compreendido isto, é interessante notar que fazia parte das preocupações do “O Universal” possuir conhecimento sobre essas fronteiras, inclusive publicando um estudo, uma estatística Americana descrevendo em léguas a parte civilizada e independente da América:

> “Statística Americana. A parte civilizada e independente da América se estende desde 50 graus de latitude norte, até os 40 graus de latitude Sul. Ela compreende 52 milhões de léguas quadradas (cinquenta vezes a extensão da França). Os Estados Unidos têm a superfícies de 230.711 léguas [...] o México tem 150.000 pelo menos [...] Guatemala 16.747 [...] a Colômbia 92.000 [...] o Peru 41.500 [...] Bolívia 25.000 [...] as Províncias Argentinas 100.000 ao menos[...] Chile 14.300 [...] o Brasil 275.000 [...]” (O Universal, N.17, p. 2 – 1827)

Em relação às representações nas quais o periódico utiliza os países americanos como exemplos negativos ou positivos, conclui-se que na maior parte das ocorrências de Estados hispano-americanos são utilizadas para mostrar ao público leitor as mazelas consequentes do sistema de governo republicano exaltando sempre ao final a Monarquia Constitucional e a moderação brasileiras como o modo de governo a ser seguido. A exemplificação estadunidense por seu turno, tenta mostrar o quão evoluída é esta sociedade, pioneira nas independências da América, do seu bom governo, de seu povo laborioso, além de defender em algumas circunstâncias a imitação de ações tanto individuais como de governo.

Em suma, somando os resultados de todas as representações da América encontradas no periódico “O Universal” desde a primeira pesquisa até o presente trabalho é possível afirmar que elas estiveram presentes no imaginário do público leitor, e, portanto, auxiliaram na construção de uma identidade nacional brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusion del nacionalismo**. México, DF: Fondo De Cultura económica, S. A., 1993. Disponível em: http://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/anderson_benedict_comunidades_imaginadas.pdf

ANDRADE, Marcos Ferreira de; Silva, J.C. “**Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835)**”. Revista Almanack, v. 4, p. 130-148, 2012. Disponível em: http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/viewFile/834/pdf

BASILE, Marcello, “**O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c. 1830-1835)**”. Vária História, Belo Horizonte, (27) 45, jan/jun 2011, pp.17-45.

______. **Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831- 1835)**. In: Lúcia Maria Bastos P. das Neves; Marco Morel; e Tânia Maria Bessone da C. Ferreira. (ORG). História da imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração do conceito da noção de representação**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan/jun. 2011. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/nocaoderepresentacao.pdf

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994**). 1a. ed. Brasília: FUNAG, 2014. v. 1. 188p .Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O rio da prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Tânia M. B; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia M. B. P. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GOLDMAN, Noemí (ORG). **Nueva Historia Argentina: revolución, república, confederación 1806-1852**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana S.A., 1998.

HEMEROTECA NACIONAL: Acervo digital. O Universal Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervodigital/ouniversal/706930 Acesso em: 31 março de 2018.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. “**Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**”. Revista de História das Ideias (Coimbra), Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

JORGE MYERS. **A revolução de independência no Rio da Prata e as origens da nacionalidade argentina (1806-1825)**, em PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (orgs.). Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

JÚNIOR, João Feres (org.). **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereiras das. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência 1820-1822**. Rio de Janeiro: Revan. FAPERJ, 2003.

PIMENTA, João Paulo. **A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2015. 492p.

SILVA, Ana Rosa Coclet da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiro na crise do antigo regime português: 1750-1822**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Wlamir. **"Homens de cor!" os pardos na pedagogia liberal-moderada mineira do período regência**. Estudos Ibero-Americanos. 2005. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134618600305

______. **"Amáveis patrícias": O Mentor das Brasileiras e a construção da identidade da mulher liberal na província de Minas Gerais (1829-1832)**. Revista Brasileira de História, 2008. Disponível em: http://www.redaltc.org/articulo.oa?id=263305506

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. São Paulo: Hucitec, 2009.

CAPÍTULO 23

EL FRISO DEL COMERCIO LOCAL

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 15/01/2021

Jordi Sardà Ferran
Dr. Arquitecto. CRUC EAR URV, Centre de Recerca Urbana del Camp. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Reus, Universidad Rovira i Virgili

Josep M. Solé Gras
Arquitecto. CRUC EAR URV, Centre de Recerca Urbana del Camp. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Reus, Universidad Rovira i Virgili

Pau de Solà-Morales
Dr. Arquitecto. CRUC EAR URV, Centre de Recerca Urbana del Camp. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Reus, Universidad Rovira i Virgili

RESUMEN: El comercio hace ciudad y la ciudad hace comercio. De hecho, ambas variables constituyen un binomio indivisible cuya combinación se traduce de manera particular en cada caso. En este sentido, esta investigación pretende revelar, a partir del relato de situaciones urbanas complejas, las lógicas de la dinámica comercial en un itinerario de ida y vuelta y para un caso concreto, el de la ciudad catalana de Reus. Con ello, se postula que la reconstrucción del *friso del comercio* local permite ponderar la marcada vocación comerciante de la ciudad y determinar su imagen -tradicionalmente viva y dinámica- en contraposición al modelo comercial contemporáneo. Como metodología de trabajo, una catalogación de las piezas, un cartografiado de sus patrones de localización y un rastreo de su evolución temporal para terminar con un epílogo propositivo de siete líneas estratégicas y 14 acciones de transformación del tejido urbano-comercial de la ciudad.

PALABRAS CLAVE: Friso urbano, comercio local, imagen de la ciudad, tipologías comerciales.

1 I INTRODUCCIÓN: EL COMERCIO HACE CIUDAD, LA CIUDAD HACE COMERCIO

La ciudad de Reus y la actividad comercial andan juntas desde su mismo origen. Situada estratégicamente sobre la llanura del Camp, su posición primigenia atiende a la oportunidad comercial derivada de la confluencia de los caminos estructurantes del territorio. El punto de encuentro se consolidó en un vacío –muy lleno– denominado, precisamente, **el Mercadal**. El intercambio de bienes de consumo, en el centro de la ciudad murada, devino el corazón activo que irradió paulatinamente toda una serie de actividades paralelas y complementarias a la vida urbana infiltrándose en las plantas bajas y colonizando las calles de su entorno. Con la concesión del derecho a mercado semanal que otorgó Jaume II quedaba inaugurada, pues, una larga y fecunda historia de convivencia e hibridación entre la ciudad y el comercio o, si se prefiere, entre el **comercio y la ciudad**.

Fig 1. La mezcla como sinónimo de riqueza (Sole-Gras, J.M., 2016)

Se trata de un binomio que cristalizó -al largo del tiempo- confirmando su éxito a través de un **nutrido friso de comercio local** que caracteriza la marcada vocación comerciante de la ciudad y determina su imagen tradicionalmente viva y dinámica. Lejos de ser un matrimonio dulce, su historia ha sufrido episodios menos prolíficos y desventuras de las que la ciudad ha sabido aprender, rehacerse y avanzar. El anhelado acceso al mar –desde el puerto de Salou–, la llegada del tren o la construcción de un entramado de carreteras han resultado ser valientes apuestas de la ciudad artesana y burguesa de los siglos XVIII y XIX para consolidar su posición y alentar su crecimiento y transformación. El Modernismo equipó la ciudad con teatros, ateneos, hospitales y escuelas, la dotó de excelencia artística y de una larga colección de residencias y de pequeñas, medianas y grandes industrias manufactureras.

El comercio, siempre al lado de los cambios, acompañó fielmente esta progresiva industrialización y enriquecimiento de la ciudad y pronto reclama la construcción de un **nuevo mercado**, fuera muralla, hacia el norte, a caballo entre la estación y el llano hacia Riudoms y Les Borges del Camp. Representa el primer desplazamiento importante de la actividad hacia un nuevo polo en la ciudad. La corta distancia entre los puntos y la articulación del tejido por medio de una serie de calles, plazas y equipamientos significó la rápida adaptación de esta nueva estructura bicéfala.

Años más tarde, en la década de los 80, Reus experimenta un segundo desplazamiento de uno de los tradicionales polos del comercio cuando el cierre del antiguo mercado de *Les Peixateries* -construido sobre el cementerio de la prioral de Sant Pere- coincide con la apertura del nuevo mercado del *Carrilet*, al sur de la ciudad.

No obstante, seguramente, los dos grandes hechos transformadores de la fisonomía de la ciudad y de los mismos valores sociales que han marcado la segunda mitad del siglo XX han sido la **irrupción del automóvil** como medio rápido y eficaz de locomoción y transporte y a la aparición de los **nuevos patrones de consumo** de las sociedades aparentemente más avanzadas.

Ambos son motivos de la transformación profunda del modelo primario de comercio hibridado en la ciudad y de su acelerada y **profunda mutación** hacia nuevas maneras de comprar y consumir que han modificado tanto la **demanda como los tipos, los mecanismos de comunicación y los propios espacios** de la oferta. Aparecen, finalmente, los llamados centros comerciales.

Sin duda, esta irrupción supone una ruptura en la propia cultura urbana y la definición de sus instrumentos de desarrollo y control. Hecho que tiene efectos –de naturaleza y medida variada– sobre la estructura socio-económica que los acoge o sobre la imagen de la ciudad. Son, seguramente, **dinámicas globales con efectos locales** que plantean nuevos debates entorno de los retos y oportunidades que puede y tiene que enfrentar cada contexto local marcado por las especificidades de su realidad. Reus, no es la excepción.

De hecho, la inauguración del **nuevo centro comercial** de *la Fira* el pasado mes de noviembre de 2015, ha situado este debate universal en Reus. Con 33.000 metros cuadrados de nueva superficie comercial y 853 nuevas plazas de aparcamiento, este nuevo equipamiento comercial posiciona la ciudad en un ámbito de competencia territorial. Pero, a la vez, representa un cambio de paradigma que inquieta a los comerciantes del centro histórico, de perfil más tradicional, producto más local y menor escala comercial.

Situado en esta coyuntura para la ciudad, este trabajo plantea varios objetivos:

- ***En primer lugar***, esta investigación pretende hacer valer un manifiesto: **el comercio hace ciudad y la ciudad hace comercio, de lunes a lunes**. La manera de mirar de cerca, con la mirada atenta, rigurosa y, en ocasiones, obsesiva el conjunto de estrategias que la arquitectura y la ciudad ensayan para garantizar el confort del espacio cotidiano de consumo en la ciudad de Reus. Revelar el relato de situaciones urbanas complejas nos puede ayudar a aproximarnos a las lógicas de la dinámica comercial.

- ***El segundo objetivo*** sería **evaluar el peso del comercio** y sus principales particularidades a través de una mirada poliédrica por medio de indicadores cuantitativos como la evolución y posición de las licencias municipales de actividades comerciales- y cualitativos -trabajos de campo, fotografía, encuestas e investigación en archivos-. La voluntad de este objetivo es poder cuestionar diferentes instrumentos y realidades para plantear un diagnóstico que permita ser reevaluado de manera sistemática en un futuro próximo. En este sentido, el tradicional uso de la imagen y la cartografía se han combinado con encuestas, mapificaciones, análisis de datos y toda una serie de otros instrumentos que han permitido abordar la complejidad del problema a través de un análisis multifactorial y una mirada transversal e integradora.

- ***El último de los objetivos***, como no podía ser de otra manera, es la recomendación de una serie de **líneas estratégicas de trabajo** y la propuesta de unas **acciones concretas** a desarrollar para transformar y mejorar algunos de los aspectos o ámbitos de oportunidad. La mayoría de estas atiende a razones y argumentos claramente urbanísticos y morfotipológicos con la voluntad de completar las líneas estratégicas y acciones propuestas

por el Grupo de Investigación del Parque Científico y Tecnológico de Turismo y Ocio, de la misma URV. Más allá de la posible complementariedad entre acciones, sería deseable poder establecer una verdadera yuxtaposición, orden y jerarquía entre propuestas para potenciar un máximo rendimiento de su puesta en práctica.

Por último, cabe mencionar que este **trabajo, de espíritu intencionadamente colectivo**, ha derivado igualmente en una serie de investigaciones paralelas traducidas en Proyectos de curso o Final de Carrera o en estudios específicos de la llamada Escuela de verano coordinada entre el Ayuntamiento y la Escuela de Arquitectura de Reus.

2 | UNA ECUACIÓN COMPLEJA. INCÓGNITAS Y TIPOS

2.1 La intuición de la mezcla

"La urbanidad es la suma de permeabilidad, sensualidad y respeto"

M. de Solà-Morales (2008). ***De cosas urbanas***

Seguramente, más allá de las piedras de sus edificios, la verdadera alma de la ciudad es la actividad de su gente en sus calles, en sus plazas y mercados, escuelas, hospitales y otros equipamientos. En este sentido, el verdadero rostro -el reflejo del alma- de cualquier ciudad, es decir, su imagen, seguramente viene determinado por el ámbito que define el espacio de encuentro entre los edificios y el plano del suelo. Es, precisamente en este ángulo recto definido entre el plan vertical de las fachadas y el plan horizontal del pavimento donde se cruzan las miradas -furtivas, pasivas, ilusionadas o erráticas- y se produce el intercambio social del roce, de la distancia corta. Es, sin duda, un sorbo de urbanidad. Un sorbo de la esencia de Reus, día a día, de lunes a lunes. Siempre.

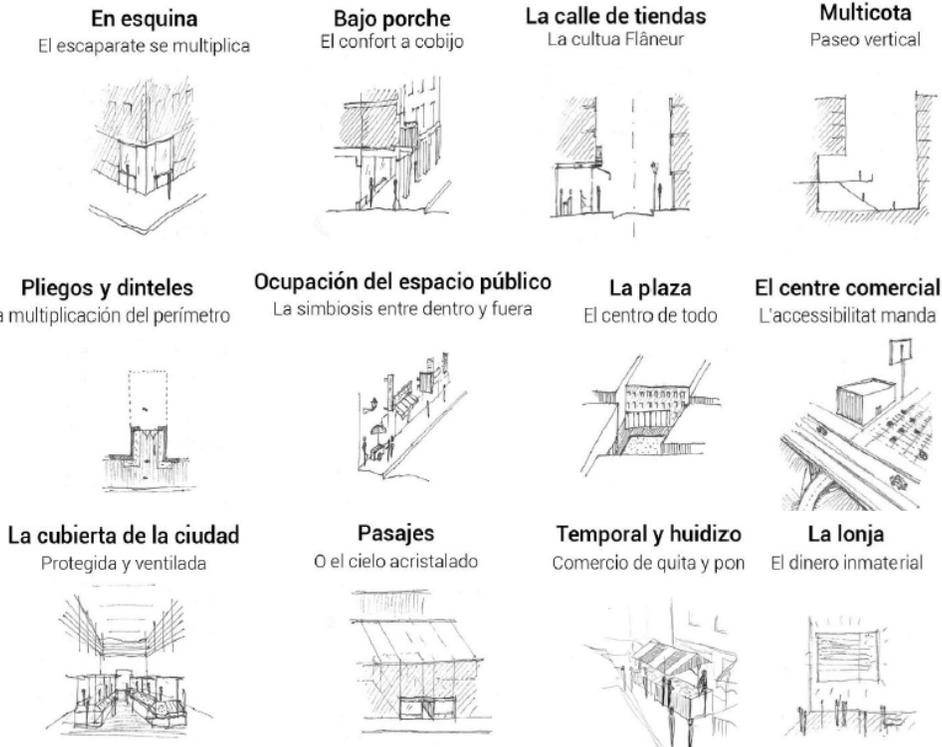



Fig 2**.** Variedad de tipologías comerciales. GLOCAL. *Lecciones universales sobre un ámbito local* (SOLE-GRAS, J.M., 2016)

2.2 Tipologías variadas

La ciudad como suma de fragmentos, cada uno con estructura y semántica propia. Un paisaje pretendidamente urbano a partir del friso de peatones, aceras, calles, plazas, esquinas, viviendas, equipamientos, mercados, porches, pasajes, locales vacíos, centros comerciales, ferias y marchantes, fiesta, paseo, alegría, queja, deseo o anhelo que se superponen, se infiltran, se mezclan y, en definitiva, cohabitan.

La ciudad por piezas, también comerciales.

Cada una con sus normas sintácticas propias y sus formas que establecen relaciones entre sí y con el resto de ciudad. Seguramente, debe de ser en este conflicto permanente de intereses o esfuerzo de convivencia donde reside la riqueza de la ciudad. En este sentido, aquello que Henri Lefèbvre denominaba *le droit à la ville* reside seguramente en garantizar el acceso universal a este pacto simbiótico entre elementos de diferente medida, naturaleza y vocación. En efecto, la voluntad de esta primera parte del trabajo era la de mirar de cerca las diferentes tipologías propias del comercio halladas en Reus y explorar, desde la fotografía y la cartografía, las principales estrategias arquitectónicas para hacer confortable la actividad de comprar. Aspectos como la imagen, la medida y la posición de

un comercio pueden determinar su éxito o fracaso comercial. Desde el mercado en la calle de tiendas, pasando por el centro comercial, los porches o los pasajes, hemos querido establecer una primera visión generalista de la combinatoria de piezas comerciales de Reus a fin de conseguir un esbozo de su jerarquía y estructura.

En esquina. *El escaparate se multiplica*

Bancos y farmacias, siempre en esquina. La geometría privilegiada del máximo exhibicionismo. El pliegue de dos planos multiplica exponencialmente el brillo de los escaparates y la mirada a través de sus amplias jambas permite acortar el trayecto entre dos calles profundizando el campo de visión y descomprimiendo la linealidad de la traza recta de la calle. Los mensajes, llamativos, son efectistas. Los maniquís muestran cara y perfil. El espacio de la sorpresa se articula alrededor de un encuentro fortuito.

"(...) El comercio es tanto parte de la calle como de los edificios en los cuales se aloja: es allí donde las aceras se hacen anchas"

E. Gómez (2015). ***Comerç, ciutat. Paisatges arran de terra.***

En la compacidad del casco histórico, son los locales más caros, los más golosos. En los tejidos de ensanche son los más lógicos mientras que en los barrios periféricos son los únicos. Cuando el coche deshace la esquina, el pliego se endulza en una traza curva que contiene el máximo espacio en el mínimo volumen. A pesar de que la lógica, y con ella la medida, cambia, nunca deja atrás esta voluntad incesante de exhibirse para atraer el ávido comprador.

Bajo porche. *El confort al cobijo*

Seguramente, somos herederos de París. Al menos, en el amor por la cultura del comercio urbano que profesamos como sociedad, por el gusto por el paseo entre tiendas, por la admiración compartida ante un espacio confortable al comprador. En este sentido, el cobijo que proporciona el porche representa una estructura de superposición ejemplar. Su pliegue, tal y cómo hacía la esquina, despliega su superficie de contacto y protección de las inclemencias climáticas o la exposición a las miradas. El elegante ritmo de sus

composiciones y la nobleza de su materialidad acogen las novedades de los productos expuestos y seducen el espíritu Flanêur.

"la calle no es solo el espacio entre los edificios que dibujan los planos de las ciudades (...)"

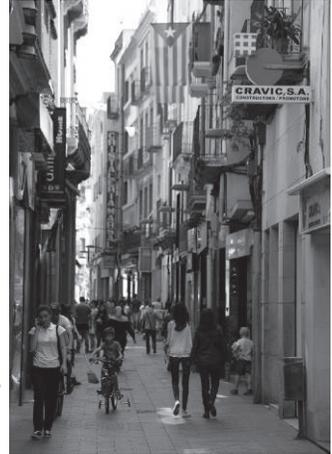
J. Rykwert (1991). ***Off Limits. City Pattern and City Texture. A Constancy and Change in Architecture***

Es un ámbito ambiguo que desdibuja los estrictos límites entre el mundo privado y el espacio público. Y todo, a ras del suelo, donde la arquitectura coge grosor para seducir con una secuencia de espacios de transición. El pavimento, la rasante y los usos de sus plantas bajas resultan ser buenos indicadores de la promiscuidad y riqueza de la vida que abrigan.

La calle de tiendas. *La cultura de Flâneur*

Los edificios definen y caracterizan la calle mientras que esta, les ofrece presencia, continuidad, jerarquía y articulación. Se tocan y mezclan. De hecho, separados no se entienden. Son dos realidades que dibujan una de sola, con límites por fortuna difusos y a menudo fronteras ambiguas.

De hecho, cuando la calle es una arteria comercial, las tiendas amplían la sección a través de escaparates que multiplican la visión. Cada pliegue, cada vibración del edificio al tocar el suelo genera una pulsación, un estímulo que configura el carácter y la identidad de la calle. Es el punto donde todo pasa y se condensa. Desde las miradas que se cruzan hasta el intercambio de bienes y de información. Todo, con la calle como apoyo.

En él, el dentro y el fuera se confunden y a la que la actividad comercial se infiltra en las plantas bajas, se dibuja un ámbito colectivo, un friso compartido. Terrazas, toldos, alféizares, dinteles y mobiliario móvil ocupan la acera y hacen suya la calle.

“la calle es el lugar de conversaciones”

L. Mumford (1961). ***The city in history***

La plaza. *El centro de todo*

Un vacío muy lleno. Marcas en el pavimento para ordenar el bullicio del comercio. La geometría de los toldos protege productos, compradores y comerciantes. La actividad contamina los bordes y los ocupa para no abandonarlos jamás.

“No square, no city”

M. Rubert (2207). ***Squares of Europe-Squares for Europe/ Places d’Europe -Places pour l’Europe.***

Plaza quiere decir centralidad. Plaza quiere decir actividad, simbolismo, cultura, fiesta, revolución y comercio. Es imagen. Es identidad. Es postal. Es patrimonio. La plaza quiere decir ciudad. La plaza quiere decir Camp. Sobre todo, en Reus.

Ahora, muchas plazas han retirado sus toldos del centro para llevarlos a los bordes. Dónde protegen vermuts, patatas o cafés bajo la atenta mirada de algún equipamiento y comercio histórico que un día vieron hacer y deshacer el mercado.

La cubierta de la Ciudad. *Protegida y ventilada*

Nacidos con la voluntad de asear y abrigar el intercambio de bienes, durante la Revolución Industrial los mercados fueron considerados como las catedrales laicas, es decir, los equipamientos necesarios para garantizar el orden y la salubridad del comercio. Cumplían una función social fundamental para evitar epidemias y ordenar los espacios de las ciudades que derribaban las murallas con decisión y ambición.

Acostumbran a ser arquitecturas monumentales que plantean una elevada capacidad de atracción y un potente vínculo con los comercios del entorno inmediato. Sus interiores se organizan de manera democrática repartiendo simétricamente el espacio entre paradas y lugar de paso. Reus tiene dos. El Central, construido en 1949, con 127 paradas, mantiene una intensa actividad que lo ha consolidado históricamente como un espacio de referencia comercial en la ciudad. El Mercado del Carrilet, por su parte, nace en1983 con la vocación de alcanzar los barrios del sur de la ciudad. Su apertura coincidió con el cierre de las antiguas Peixeteries y el desplazamiento progresivo del polo comercial hacia un ámbito ligado a la movilidad a través de la proximidad de la Estación de Autobuses. Cuenta con 88 paradas, hoy la mitad cerradas.

"(...) En Francia, después de la Revolución, los mercados se habían empezado a considerar como un equipamiento público"

J.L. Oyón i F. Guàrdia (2010). ***Hacer ciudad a través de los mercados. Europa siglo XIX y XX.***

Pasajes. *O el cielo acristalado*

Un corte que atraviesa manzanas. No llueve, no tiene puertas. Parece exterior e interior a la vez. Cubierto con lucernarios de día posee luz cenital. De noche, la luz interior de los escaparates baña el pavimento. Es estrecho y relativamente simétrico. No pasan coches. Tampoco muchos vecinos.

Coetáneos con las plazas con porches y la invención de la acera, la clara voluntad de esta tipología comercial es la de separar los peatones del tráfico rodado, permitiéndoles, en un entorno protegido y confortable, deambular y parar ante las tiendas.

Al que fue símbolo de modernidad urbana en París, Milán o Nápoles, muchos lo denominan galerías comerciales. Reus tiene pocas, y en baja forma. Parece ser que la moda ha pasado a los centros comerciales con accesibilidad rodada. De hecho, el nuevo centro Comercial *la Fira* no deja de ser la recreación artificiosa de un gran pasaje. No obstante, habrá que repensar la vocación y estrategia de renovación del resto de estos ámbitos céntricos y de enorme potencial.

"(...) La atmósfera de incertidumbre y de descubrimiento mantienen vive el espíritu seductor que Baudelaire les otorgó "

M. Smets (2014). ***Els passatges contemporanis a les ciutats.***

El comercio mixto y el autoservicio. *Productos, pasillos y cajas*

Con la llegada de la vida moderna y de los nuevos patrones laborales, cada vez resultó más difícil realizar cotidianamente la compra de los bienes de consumo alimentarios. En este sentido, la industria alimentaria evolucionó la técnica de envasado y la conservación de los productos tradicionalmente vendidos en la plaza o en los mercados de frescos impulsando la aparición de una nueva tipología comercial.

"(...) Le trajet linéaire, rectiligne, presque irreversible du Supermarché, la marche tournayante, sinueuse, bousculée (...) se distinguent avec beaucoup de netteté "

P. Sansot (1973). ***Poétique de la ville***

Crecen los colmados o tiendas de ultramarinos, aquellos comercios de amplia oferta de envasados. A la vez, el paso progresivo de la disposición perimetral de las estanterías que mostraban los productos hacia una posición más central y organizada con pasillos vino acompañada de la reubicación del personal y de las cajas, colocadas estratégicamente, al final de la cadena de consumo. A mediados del siglo XX aparecía, pues, el supermercado como modelo evolucionado de autoservicio y el carro como símbolo de compra de alimentos.

Su éxito global queda igualmente reflejado en Reus donde la implantación de supermercados no ha parado de crecer durante las últimas décadas.

Multicota. *Paseo vertical*

Multiplicar la planta baja, no abandonar el centro y hacer convivir habitabilidad y comercio. No es una fórmula sencilla. El Pallol reclama compromiso por parte de todos los agentes de la ciudad. Es una apuesta valiente por hibridar funciones, formas, espacios,

personas, actividades e intereses. Es una actitud decidida a hacer frente al conflicto urbano, a la esencia de ciudad.

"Las irregularidades, los retrocesos y las desalineaciones son oportunidades de estar en la calle, pero fuera de laztrayectoria de circulación de los peatones, favorecen las actividades de socialización"
J. Jacobs (1961). ***The Death and Life of Great American Cities.***

Aparcamiento, porches, ascensores, escaleras mecánicas, barandillas, dobles espacios, pérgolas, farolas y toldos para recrear un espacio compartido. Los reflejos de los cristales de los escaparates multiplican las tangencias del espacio convirtiéndolo en una promesa de realidad poliédrica e integradora que ahora, seguramente todavía peca de virtualidad tematizada. La vivienda social y privativa acompaña, pero todavía resulta insuficiente. Habrá que completar los bordes, esperar y dejar madurar para asumir la complejidad característica de nuestros tiempos. Promesa de modernidad a medias, como el Camp. El nombre otorgado le hace justicia.

El centro comercial. La accesibilidad manda

Al acercarse, se abren las puertas automáticas. El suelo luce. Un hilo de música acompaña el andar hasta las rampas mecánicas que suben y bajan hacia las grandes marcas. Todo fluye. Todo el mundo sonríe. Grupos de jóvenes gritan y corretean por las tardes. Las familias vienen los sábados. En Navidad no se cabe. Durante las Rebajas, menos. La Fira ha llegado como un nuevo revulsivo comercial de la ciudad. Quiere ser el nuevo "centro", el ámbito de referencia de la sociabilización del consumo. Los comerciantes del centro tradicional lo miran con desconfianza. Unos dicen que pronto tendrá que cerrar. Otros aseguran que *la Fira* ha traído más gente a la ciudad.

"Los centros comerciales son calles en su versión más aséptica: son calles libres de tráfico, de polución, de inclemencias climáticas, de delincuencia, de desconocidos (...)"

V. Mehta (2013). ***The street: a quintessential social public space***

Así pues, aprovechando el suelo del equipamiento obsoleto, Metrovacesa ha apostado decididamente por la capacidad atractiva del comercio reusense y consolidar el papel en el territorio. Inaugurado hace poco más de un año, la dimensión de este nuevo símbolo de modernidad plantea retos y oportunidades que la ciudad tendrá que gestionar y afrontar para reforzar, aún más, la estructura comercial y potenciar el beneficio de la convivencia simbiótica de los diferentes modelos.

La actividad efímera. *Comercio de quita y pon*

El comercio es, por definición, una actividad dinámica, en movimiento. Su principal razón de ser es la de intercambiar constantemente bienes de consumo y remuneraciones. Busca generar una demanda para contraponerle una oferta para satisfacer el deseo o la necesidad. Intenta que circulen constantemente tejidos, zapatos, bragas y calcetines. O legumbres, embutidos, bebidas y helados. También mesas, armarios, sillas, libros y ordenadores. A veces son joyas, relojes o regalos. Incluso juguetes. O electrodomésticos y automóviles.

Nuevos o ya usados. Todo tiene un precio. Todo se vende en los mercados huidizos que los marchantes hacen y deshacen. Lunes, miércoles y sábados alrededor de los mercados. En Navidad en las plazas o en los portales.

Cuando cierran, no queda ningún otro rastro que las trazas, a borrar, sobre el pavimento, el olor que se desvanece poco a poco y la imagen del vendedor de turrón grabada en la retina. Hasta el año que viene.

2.3 La constitución de la riqueza

Reus es una ciudad de comercio. La mirada parcial de cada una de las tipologías descritas, esbozan un panorama completo y complejo de la ciudad.

De hecho, el dibujo únicamente de los lugares del comercio desvela la ciudad, la hacen evidente y determinan su indisociable relación y mezcla. De nuevo, hacer comercio

quiere decir hacer ciudad y hacer ciudad quiere decir hacer comercio. En toda su variedad de situaciones, retos, oportunidades y contradicciones. Seguramente, esta es una de las principales constataciones del trabajo: constituir y consolidar el rostro comerciante de Reus.

Un rostro que, a pesar de los cambios venideros, las evoluciones a sufrir y las transformaciones que impulsará, tendrá que luchar por mantener viva esta rica mezcla que determina su rasgo diferencial.

Fig 3. Superposición de las diferentes tipologías comerciales observadas a partir del listado de licencias comerciales de 2015 (Sole-Gras, J.M., 2016)

3 I MÉTODOS DE ANÁLISIS: *LA MIRADA OBSESIVA O TODO BAJO SOSPECHA*

3.1 Límites y certezas

Para establecer un retrato preciso del peso del comercio en Reus pero, sobre todo, probar de comprender las tendencias y descubrir pautas de comportamiento y patrones de posición, la investigación ha optado por una metodología combinada y multifactorial. Así, se ha elaborado una investigación de antecedentes de documentación relacionada con la gestión o planeamiento del sector comercial en Reus para lo cual se ha considerado

el Programa de Orientación de Equipamientos Comerciales (POEC) cómo en posible base de comparación. Elaborado en 1998 como respuesta a la ley de equipamientos comerciales de la Generalitat de Cataluña 1/97, además de ser el primero de Cataluña, el documento pretendía ser un instrumento de mejora de la gestión comercial de la ciudad y mejora cualitativa de su oferta. Este ha sido, sin duda, un buen punto de partida por alinear metodológicamente la obtención de resultados y permitir, a través de una lectura temporal, el descubrimiento de algunos fenómenos emergentes en la ciudad cómo el incremento progresivo de los supermercados y la presencia, cada vez mayor, del peso de los hipermercados y centros comerciales en los patrones de consumo de la población.

Paralelamente, para establecer una base de datos cartográfica que geolocalizar las actividades, se ha ordenado el listado de las cerca de 8.000 licencias municipales en los mismos sectores que realizaba el POEC y se han posicionado para poder leer conceptos de densidad, desequilibrios evidentes, acumulaciones y déficits territoriales.

De la primera lectura de los resultados, se deriva que todos los sectores han crecido o se han mantenido relativamente estables en número de establecimientos excepto el sector del ocio y la cultura, que ha descendido a un 25% de sus licencias en dieciocho años. Otro aspecto que se deriva de la lectura estadística de las actividades es que casi una de cada tres licencias de Reus corresponde al comercio cotidiano alimentario seguido muy cerca por el equipamiento de la persona y el hogar. A pesar de que esta relación de peso numérico se ha mantenido, la mirada por superficie invierte las jerarquías señalando que aquellos establecimientos que más superficie que ocupan el techo comercial de la ciudad de Reus son aquellas dedicadas precisamente al equipamiento de las personas (textil, complementos y zapaterías, básicamente), al hogar (mobiliario y electrodomésticos) y, al comercio mixto (por la gran superficie de los supermercados e hipermercados).

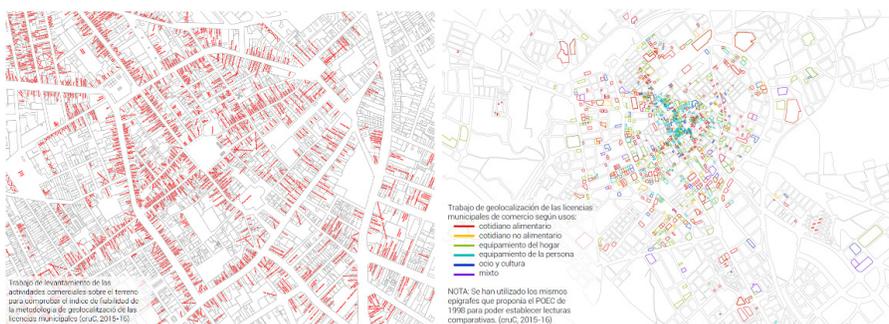



Fig 4. Trabajo de levantamiento de las actividades comerciales sobre el terreno y correspondencia con la geolocalización automatizada de las licencias municipales. Se han utilizado los mismos epígrafes que proponía el POEC de 1998 para poder establecer lecturas comparativas. (Sole-Gras, J.M., 2016)

Por otro lado, de la mirada atenta del listado de licencias se desprende que el análisis discrimina una gran cantidad de actividades que, si bien quizás no forman parte del sector estrictamente comercial, mantienen una íntima relación de dependencia y complementariedad difíciles de descartar en un estudio de las afectaciones socio-espaciales o económicas del comercio. Más allá de los servicios, la logística, el transporte y el almacenamiento, menospreciar sectores cómo la restauración y la hostelería en una ciudad de creciente vocación turística y de ocio resulta una limitación metodológica considerable. A modo de ejemplo, a los 1675 establecimientos resultantes de la lectura comparada con el POEC habría que considerar, a nuestro entender, la posibilidad de añadir 3284 nuevas licencias de actividades directamente o indirectamente vinculadas al friso comercial. En este sentido, en caso de intentar establecer una línea de base y una serie de indicadores de evolución y caracterización del comercio -estrategia recomendada en el apartado propositivo-, habría que verificar y enmarcar cuidadosamente cuáles son las actividades consideradas.

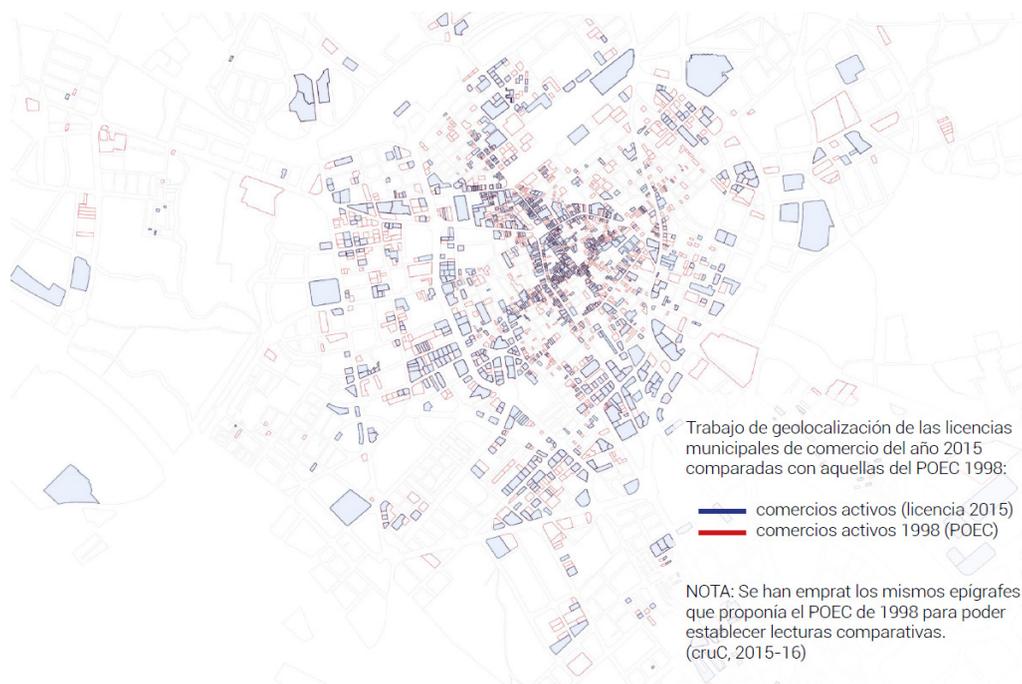



Fig 5. Trabajo de geolocalización de las licencias municipales de comercio del año 2015 comparadas con aquellas del POEC 1998. Se utilizan los mismos epígrafes que proponía el POEC 1998 para poder establecer lecturas comparativas. (Sole-Gras, J.M., 2016)

3.2 Biopsias, hilos y manchas

Con esta voluntad, se ha interrogado la ciudad a través de lo que hemos denominado biopsias, es decir, el estudio de pequeñas muestras de tejido para establecer, por sumatorio de ámbitos y conceptos, una mirada poliédrica al comercio de Reus.

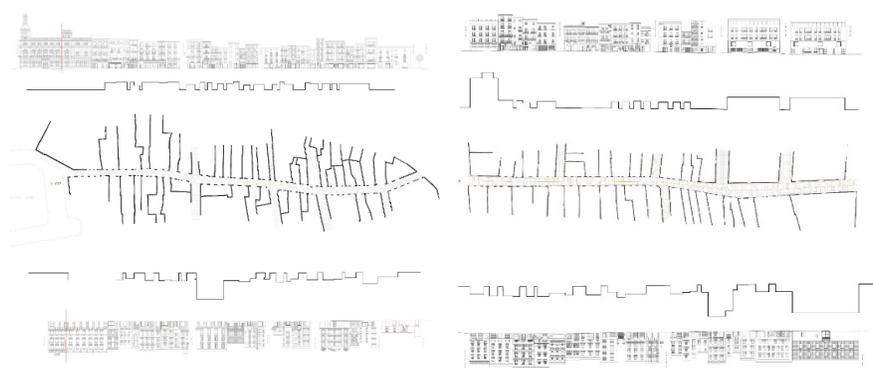



Fig 6. El friso del comercio en las calles Galanes y Hospital (URV, 2015)

A fin de afrontar la limitación metodológica detectada con la geolocalización de las licencias y atendiendo a la escala acotada -caminable- de la ciudad, se consideró oportuno incorporar un trabajo de campo sistematizado sobre los ámbitos más paradigmáticos para comprobar posible índice de error derivado de la automatización y, a la vez, extraer conclusiones a partir de la observación directa, las entrevistas y la toma de fotografías e imágenes.

Estas *biopsias*, a su vez, han sido diferenciadas entre hilos y manchas. Los primeros, analizan los principales ejes comerciales a partir de la relación morfotipológica de las tiendas, la intensidad de la actividad comercial con la persistencia de las trazas de los caminos históricos de entrada y salida de la ciudad. En este sentido, se han comparado dos calles próximas y similares (Galanes y Hospital), el Tomb de Ravals, los caminos de salida de la ciudad y las avenidas. Todos ellos, con características, horarios, vocaciones e intensidades particulares. En cuanto a las manchas, se ha ensayado comprobar la presencia comercial por barrios y alrededor de tres de los principales polos atractores del comercio de la ciudad, los dos mercados -Central y Carrilet y el centro comercial la Fira.

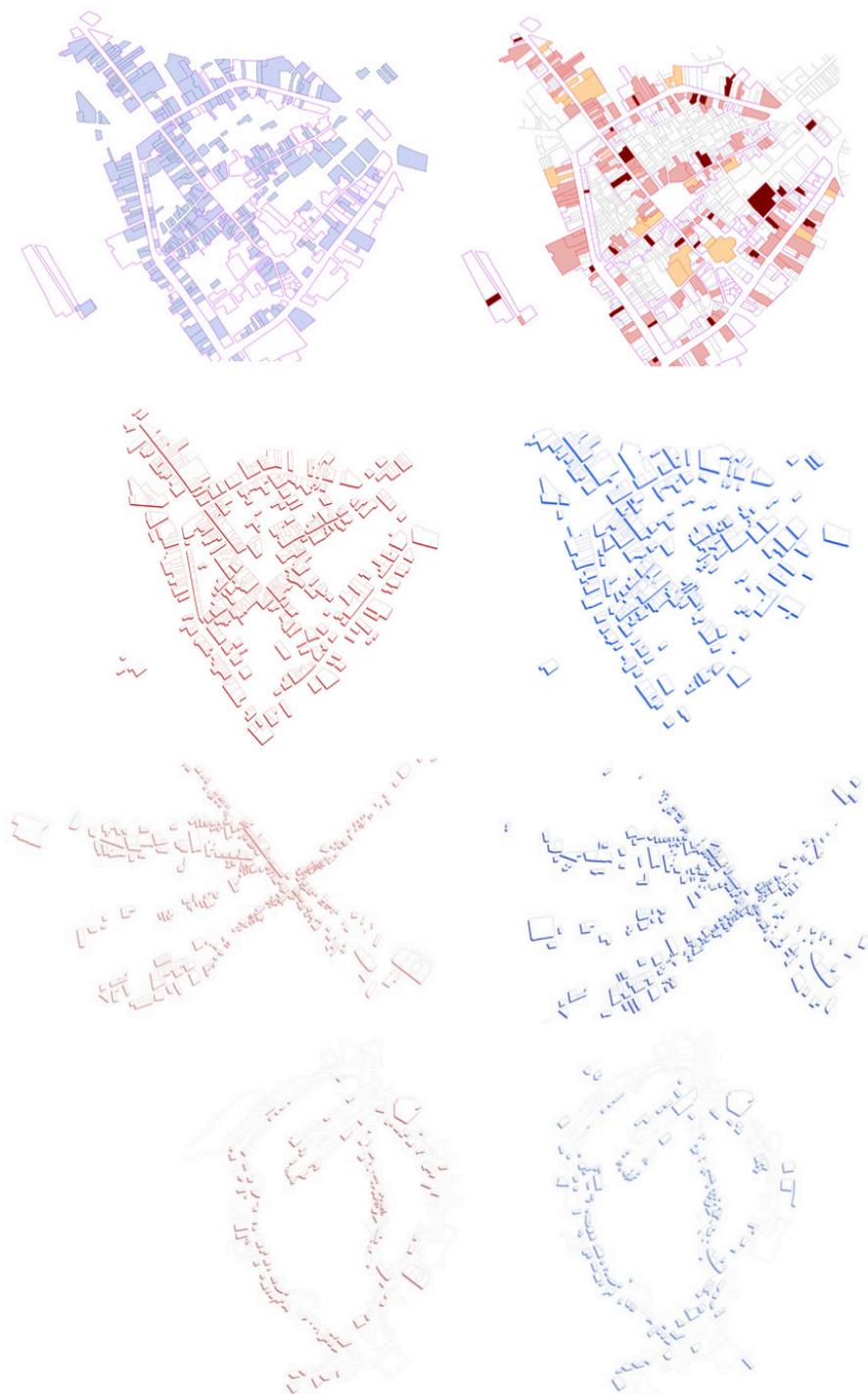



Fig 7. Establecimientos comerciales según licencias 2015 dentro del tomb de Ravals, en relación con el patrimonio, sobre los caminos o las avenidas de Ronda (Sole-Gras, J.M., 2016)

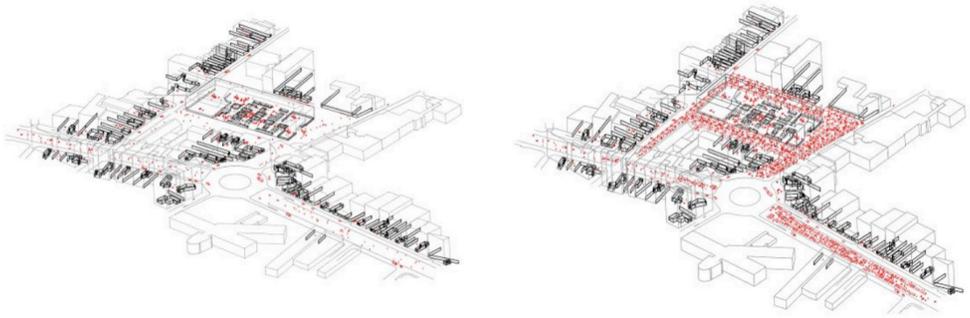



Fig 8. El friso urbano comercial alrededor del Mercado central. (CRUC, 2016)

4 l EPÍLOGO PROPOSITIVO

Entendemos que esta investigación alrededor de una temática generalista y dinámica no debería limitarse a la simplificación de unas conclusiones numéricas y ponderadas que, si bien justificaran la aproximación académica del fenómeno, no responderían a la responsabilidad asumida de transferir parte de los conocimientos adquiridos a la estrategia de transformación urbana.

No obstante, compartimos algunos pensamientos que, partiendo de la óptica urbana, han derivado de la mirada atenta al fenómeno comercial. El primero de los descubrimientos sería que *el comercio*, más allá del carácter determinante en la configuración inicial de una ciudad, se convierte, al mismo tiempo, en un fermento de su transformación, en un catalizador del cambio. De hecho, muchos de los principales capítulos de la evolución de Reus son precisamente herederos y deudores de alguna apuesta -valiente y decidida- de desarrollo comercial y es, precisamente, esta trabajada vocación de intercambio la que le configura una identidad propia de la ciudad dentro de su contexto -el Camp-. La toma de conciencia de este rol seminal dentro del territorio y de la capacidad transformadora de la actividad comercial han resultado elementos determinantes a la hora de imaginar nuevas propuestas de futuro.

Fig 9. Fragmentos del Friso. Técnicas de representación ETSAR URV.

A su vez, con la autoimpuesta voluntad de ensayar nuevas apuestas urbanas que integraran de nuevo, ciudad y comercio, el estudio incorporó un plan compuesto **de 14 acciones** (algunas encadenadas) para desarrollar **7 posibles líneas estratégicas** de carácter más genérico y transversal que abordaban aspectos como la consolidación de determinados ejes comerciales, la identificación de parámetros y patrones a partir de un observatorio del comercio, el desarrollo de una normativa que incorporara la tridimensionalidad, el refuerzo de la memoria a partir de la ampliación del catálogo, la convivencia con la vivienda, la gestión del tiempo o el reconocimiento del plano del suelo y la reconstrucción del friso continuo. A su vez, todas las acciones incorporaban una estimación de tiempo y coste -objeto evidente de debate- a la vez que establecían la relación de los agentes implicados en su posible desarrollo y gestión.

Con ello, se pretendía establecer un marco fructífero y estable de colaboración continuada entre el Ayuntamiento, agentes comerciales y Escuela de Arquitectura. Al Municipio, le corresponde priorizar las políticas y estrategias mientras que en la Escuela aportar las metodologías de estudio e investigación y la capacidad de propuesta proyectual.

En cualquier caso, el estímulo al comercio local -objetivo manifiesto desde el inicio del encargo - reclama un amplio y largo abanico de acciones estratégicas urbanas a desarrollar juntos y este trabajo resulta un primer paso esencial para ello.

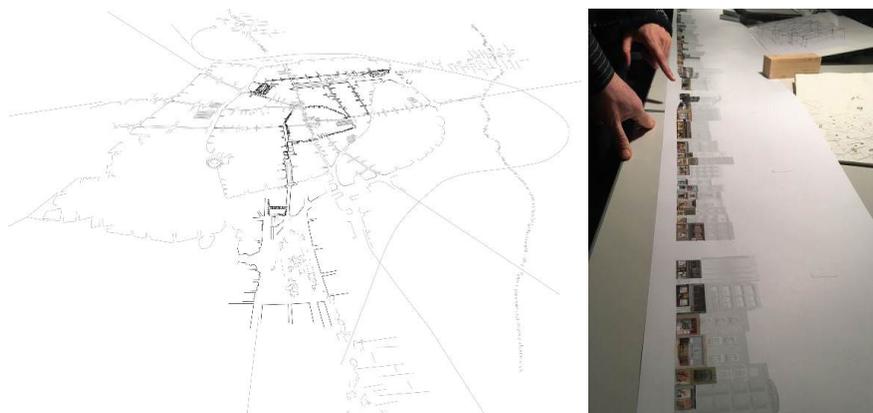



Fig 10. Friso del Comercio local de la ciudad de Reus. (CRUC, 2016)

REFERENCIAS

AMIGÓ ANGLÈS, Ramon (1992). *De ravals endins*. Tarragona: Ed. Diari de Tarragona.

AMIGÓ ANGLÈS, Ramon (1999). Les places del mercat a la ciutat de Reus: un assaig historicista. Reus: Ed. del Centre de Lectura.

ANGUERA I NOLLA, Pere (1982). *Economia i societat al Baix Camp a mitjans del segle XIX*. Tarragona: Ed. Col·legi d'Aparelladors i Arquitectes Tècnics.

Història general de Reus. Reus: Ed. Ajuntament de Reus, 5vols.

(1988). *Urbanisme i arquitectura de Reus*. Reus: Ed. Caixa de Pensions per a la Vellesa i d'Estalvis.

(1998). *Del Reus contemporani fragments d'història*. Revista del Centre de Lectura de Reus: el Centre, 47, 13. Reus: Ed. Centre de Lectura.

ANGUERA, Pere; ARNAVAT, Albert; AMORÓS, Xavier (1986). *Història gràfica del Reus contemporani 1803- 1939*. Reus: Ed. Ajuntament de Reus, vol. I.

(1987). Història gràfica del Reus contemporani: 1939- 1979. Reus: Ed. Ajuntament de Reus, vol. II.

ARNAVAT Albert (1998). *Reus 1900 segona ciutat de Catalunya*. Reus: Fundació "la Caixa" / Ajuntament de Reus / Museu Comarcal Salvador Vilaseca.

BUQUERAS, Josep Maria (1985). *Arquitectura de Reus*. Reus: Ed. Josep M. Buqueras.

GRAS ELIAS, Francisco (1906). *Historia de la ciudad de Reus desde su fundación hasta nuetros días*. Tarragona: Ed. Imp. Arús.

MARTRA, Antonio (2006). *Reus, sus fiestas y monumentos a Imatges de la memòria*. Reus: Ed. Centre de la Imatge Mas Iglesies- Ajuntament de Reus.

PUIG I FERRETER, Joan (1929). *El Cercle Màgic. L'assalt dels records Capítol VI*. Barcelona: Ed. Proa. Vol II.

VV.AA (1995). *Arquitectura del Camp. Guia. Centre de documentació de la Demarcació de Tarragona del Col·legi d'Arquitectes de Catalunya*. Tarragona: Ed. COAC Demarcació de Tarragona i Autoritat Portuària de Tarragona.

VV.AA (2000). *Domènech i Montan*er. Ver: Casa Navàs. Texto de Jordi Sardà y fotografías de Duccio Malagamba. Barcelona: Ed. COAC. Barcelona.

CAPÍTULO 24

LA CIUDAD IDEAL VS. LA CRÓNICA URBANA

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 15/01/2021

Jordi Sardà Ferran
Dr. Arquitecto. Centre de Recerca Urbana del Camp. ETSAR. Universitat Rovira i Virgili

Josep M. Solé Gras
Centre de Recerca Urbana del Camp. ETSAR. Universitat Rovira i Virgili

Anna Royo Bareng
Centre de Recerca Urbana del Camp. ETSAR. Universitat Rovira i Virgili

RESUMEN: Esta investigación forma parte de una tesis doctoral que apuesta decididamente por la validez de la postal como vehículo de conocimiento urbano. En este sentido, a partir de la construcción de cinco relatos gráficos estructurados a partir de una lectura comparada, plantea desvelar el conflicto urbano como motor del cambio y la transformación. Como principales valedores de la pugna motriz, el anhelo de alcanzar la ciudad ideal y la imposición, no siempre pacífica, de la crónica urbana. En otras palabras, el devenir entre el relato de la voluntad y el peso de los hechos, entre el proyecto y la realidad. Todo, a partir de imágenes de postales.
PALABRAS CLAVE: Ciudad ideal, crónica urbana, postales, historia urbana.

ABSTRACT: This research is part of a doctoral thesis that is firmly committed to the validity of the postcard as a vehicle for urban knowledge. In this sense, based on the construction of five structured graphic stories based on a comparative reading, he proposes to reveal the urban conflict as a motor of change and transformation. As the main supporters of the motor struggle, the desire to reach the ideal city and the imposition, not always peaceful, of the urban chronicle. In other words, the becoming between the narrative of the will and the weight of the facts, between the project and reality. Everything, from postcard images.
KEYWORDS: Ideal city, urban chronicle, postcards, urban history.

1 | PRESENTACIÓN

Solo Imágenes, La tarjeta postal vehículo de conocimiento urbano es el título de un trabajo de investigación que cuajó en su día en una Tesis Doctoral. En el segundo capítulo, *Lecturas comparadas,* se comprobaba la capacidad narrativa y discursiva de las imágenes. La *comparación* que aquí presento *La ciudad ideal versus la crónica urbana* propone confirmar *la postal* como objeto de deseo y de crónica, que narra cómo quiere ser vista *la ciudad* y, a la vez, lo que le acontece. Es *imagen* de voluntad y de memoria, en efecto.

Las imágenes que *la ciudad* propone, de sí misma, son de *deseo* y, a la vez, de **crónica urbana**. La postal lo sabe y actúa en consecuencia. ¿Qué es una **Ciudad Ideal**?, ¿de qué está hecha?, ¿lo es por su composición y forma o por su significado y contenido? Si de

un proceso de perfeccionamiento se tratase, sólo serían *ideales las viejas ciudades*, que podrían transmitir los atributos de su obsoleta urbanidad a nuevos tejidos -reformados o añadidos- estableciendo con ellos continuidad y complementariedad. Pero si la idealización es innovación y reto, sólo las nuevas podrán ser consideradas ideales. De hecho, todas las que han sido objeto de proyecto -*San Petersburgo*, *Camberra* o *Brasilia-* han dado, explícita respuesta, a la pregunta inicial. Pero también en su renovación y continuidad -obligatoria- *las viejas ciudades*, lo han hecho. Ahora las *nuevas ciudades ideales* son los campamentos de refugiados. Pero de ellas, no hay postales.

Mientras tanto, la postal - sobre todo la pionera – se otorga a sí misma la condición de **crónica urbana,** y la efectúa con agilidad y eficacia. Parece que, en la imagen-testimonio, la noticia tiene una vigencia superior a la de otros medios y, por tanto, **la crónica**, un recorrido largo. En efecto: la postal de *San Francisco* que narra -en imágenes- *El Terremoto de abril de 1906* se envió en noviembre de 1908 -dos años más tarde-. No es siempre así. *J. Eveillard*, en la exposición permanente del *Cartopole de Baud*, muestra, al contrario, una postal “*diligente”*: la de un naufragio en las *Costas de Bretaña.*

Fue enviada sólo siete días después de la catástrofe. Alguien -atento a la noticia- cogió cámara y trípode, hizo una o más placas de vidrio que, reveló e impresionó, y produjo una tirada de postales. Alguien la envió. Alguien la recibió. Todo, en sólo cinco días. Y alguien la guardó por más de cien años. Es la manifestación explícita de la voluntad de la postal: de ser **crónica** y de su capacidad para ejercerla, con fidelidad, objetividad y extrema diligencia. Así, entre las imágenes de **la ciudad ideal** y las de **la crónica urbana**, se establece, gracias a la aparente distancia entre los conceptos planteados, una comparación plausible y adecuada, aunque no siempre previsible.

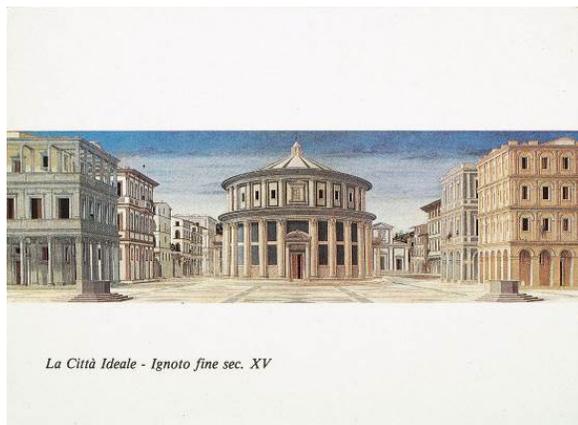



Fig. 1a. La Citta Ideale. Ignoto fine sec. XV.
Urbino. Palazzo Ducale
Ed. Fotocolor Kodak Ektachrome.
150 x 110 mm.
C.M. 2004

Fig. 1b. The burning Call Building,
San Francisco, California.
A magnificient spectacle of the disaster
of April 18 20, 1906
Foto: W. J. Street.
Ed. Cardinell-Vincent
Co. 137 x 88 mm.
T.H. 2007

Comparación 1

Fig. 2a. Milano. Grattacielo Velasca

Ed . Giese . 148 x 102 mm

C.M. 2006

Cara Mª Luisa,

Desde *Babel*, **las torres** quieren vencer la atracción de la tierra y tocar el cielo. Son siempre espirales -casi infinitas- que elevan su cabeza tanto como pueden -cuanto más ligeras, más altas- contando con la anchura de los pies como eficiente contrapeso. *La Velasca*, casi no parece una *torre*, ¡es tan diferente! El fuste sale directamente del suelo, y sólo la antecede un pabellón -un ligero atrio- que no puede hacer mucho para estabilizar el conjunto. Sobre todo, porque el coronamiento avanza los seis últimos pisos en todas direcciones -en un impetuoso voladizo- como en una exagerada *torre* medieval.

Ha querido trascender las normas establecidas y mezclar usos: oficinas, viviendas y comercio. Es, en este sentido, un edificio híbrido. Pero en la mescolanza y en la forma nos interroga sobre el sentido profundo de *torre*. ¿Es sólo un instrumento para demostrar poder y vanidad o -como sugiere *la Velasca*- un edificio que condensa símbolo y memoria y, a la vez, desarrolla la técnica y atiende al contexto? Quizá sólo estando pendiente de *la ciudad* y de los hombres podrá -como se propone- ser su referencia. Mª Luisa, desde el *Duomo* -del que la torre se postula *Campanile*-, de lejos, de cerca, desde los libros y *las postales*, *la torre* me obsesiona. Sólo espero cumplir un día mi deseo: conseguir contigo, juntos, coronarla y tocar, desde ella, el cielo.

Fig. 2b Sarajevo 1992-2002

Foto: Zoran Filipovic

Ed . Zoro , Sarajevo . 148.106 mm

R.P. 2006

Querido Josep,

En el pasado siglo, *Sarajevo* fue protagonista -dos veces- de la tragedia de **la guerra**. La primera -la *Gran Guerra*- quería sustituir los viejos imperios por nuevos. La segunda -la de *Bosnia*- borrar una sociedad compleja y tolerante de la que *Sarajevo* era claro paradigma. En su insistencia, una y otra, casi lo consiguen. Hemos conocido *la ciudad* con el otoño incipiente en los rostros y las hojas de los tilos, rehecha y tranquila sólo aparentemente. Y visto -por fuera y por dentro- *la Biblioteca*, quemada y vacía. Constatando que la cultura material allí depositada -compleja mezcla, como *la ciudad* misma- había sido aniquilada por completo. Hemos entrado en el túnel -excavado en el *Aeropuerto*- bajo la pista convertida en único espacio neutral y, encorvados, recorrido este cordón umbilical por el que *Sarajevo* recibía el alimento y la fuerza necesaria para la obligada defensa.

Pero, sobre todo, hemos ido a los viejos y nuevos cementerios y, mudos, rezado ante las lápidas nuevas, alineadas, todas con las mismas fechas, testigos elocuentes de la tragedia acumulada. Parece como si *Gavrilo Princip*, al acertar el disparo -cuando casi ya había renunciado al magnicidio- condenara a *Sarajevo* a ser una *ciudad* vinculada a la guerra funesta y a la muerte. De tal manera que nada -ni los *Juegos Olímpicos*, ni las flamantes *Embajadas*, ni el aroma dulzón de las flores de la tila- podrá exonerarla jamás del inmerecido estigma. Me gustaría, *Josep*, poder volver contigo a *la ciudad* resignada, para ayudar juntos -tu y yo- a liberarla de su prolongado asedio.

Fig. 3a. Mosaico de postales, C1 Grattacielo Velasca

Desde *Babel* el hombre ha construido **las torres** para mostrar su voluntad de poder mirar -de lejos- la tierra y -de cerca- los dioses. Levantar la más alta, es aún prueba de solvencia económica y técnica. Ostentarla, garantía de envidia. Así, es notoria la obsesión de *Dubai*. Sorprende la similitud inevitable de todas ellas. La piedra o el ladrillo han dado paso al acero y al vidrio, pero la condición constructiva parece pautar su forma y su unicidad. Por eso, la excepción hace atractivas las *Torres Hermanas* de *Bolonia* -distintas en inclinación y grosor-. La silueta de la *Pirelli*, de *Milán*, supera la afiliación geométrica. Más que *torre*, es un bloque de fachadas afinadas hasta el límite. *Las Gemelas* de *Nueva York* fueron símbolo de *ideal de ciudad* y de previsible tragedia. Es tema fácil -por abundante- y con sólo diez *postales* se consigue hacer con ellas un relato. Son -como la guerra- señal y voluntad de diferencia extrema que puede llevar al conflicto.

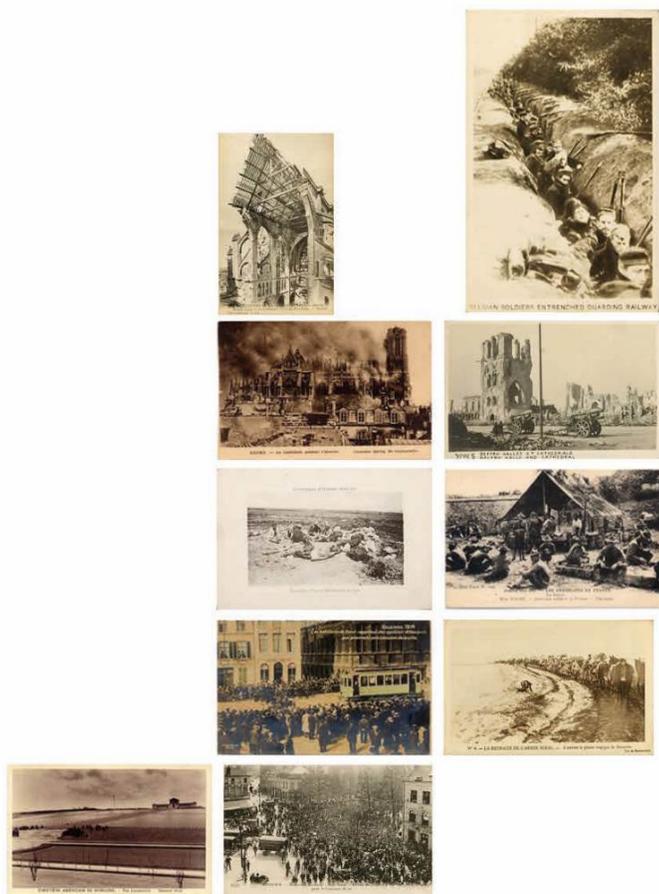



Fig. 3b. Mosaico de postales, C1 Sarajevo 1992-2002

Se comparan con las de la *Gran Guerra* porque *la postal* hizo fiel **crónica** de ella. En efecto, los fotógrafos alcanzaron todos los frentes de la contienda y *las postales*, más que las ilustraciones de la prensa -todavía grabados- documentaron la tragedia. Es una *crónica* insólita, sin reparos ni pudor. Y sus *imágenes* -siempre *robadas*- transmiten un profundo realismo. Muestran las trincheras belgas, con los hombres preparados para repeler o iniciar el ataque. Muy cerca, los americanos comen sopa. La llegada de los soldados -los vivos- a *Roubaix*, se reproduce con tanta naturalidad como la ocupación de *Gante*. Y los cementerios o *las ciudades* en llamas son contrapunto y consecuencia. Es **la guerra** con *las postales* más fidedignas y, a la vez, con más muertos en los campos de batalla. Terrible y extraña coincidencia.

Comparación 2

Cara Ágata,

Traspasamos -juntos- el pórtico y la puerta y -boquiabiertos- entramos en el templo como si fuera la primera vez. Nos guiaba la luz que desde el óculo -como faro en lento movimiento- se proyecta, según la hora del día, en los casetones, las capillas o el suelo. Estábamos bajo **la cúpula** más perfecta construida por el hombre en su deseo por condensar la bóveda celeste. Desde entonces, *Roma* ha sido la *ciudad* de *las cúpulas*: coronan todos sus templos. Las de *Bernini, Borromini* o *Miguel Ángel* son las de más pedigrí pero, ya antes, el *Panteon* había transferido conocimiento y técnica a otras *ciudades* que se aventuraron -también- a construirlas, cada vez más amplias y esbeltas: *Constantinopla, Jerusalén* y, sobre todo, *Florencia*, elevaron las más insólitas, por significado y medida.

Fig. 4a. Le musée d'Orsay.

La peinture du salon, 1880-1890

Ed . Réunion des musées internationaux , Paris , 1987 .150 x 100 mm .

R.P. 1987

Muchas *ciudades* quieren -como *Roma*- ser nuevos centros del mundo. *París*, lo consigue. Y su *Panteón* -mejor aún, su *cúpula*- tiene tanto éxito que se convierte en modelo de capitolio -del de *Washington* y de casi todos los de *América*-. *La Madeleine* es un templo griego sólo en apariencia -está cubierto por *cúpulas* .También lo están la *Biblioteca de Labrouste* o la *Estación de Orsay*. *Ágata*, esta *imagen* de pilares finísimos y cúpulas sutiles, convertidas ahora en insólito museo, me lleva a evocar aquella entrada nuestra en el *Panteon*. Pero si, en *París*, *las cúpulas* multiplicadas y la imaginación de G. Aulenti han convertido el espacio del museo en laberinto, en *Roma* -por fortuna- *las cúpulas* otorgan, todavía, la condición de vacío incuestionable al espacio que protegen, ojalá perennemente.

Querida Marta,

Sólo el *Sambódromo* es la calle de **la fiesta**. En efecto la obra de *Oscar Niemeyer* es una larga calle-escenario de doble grada y más de 700 metros, donde las escuelas de samba ensayan y, por *Carnaval*, desfilan con el orden de una parada militar. Lo hacen con la piel desnuda como uniforme obligatorio; miles de lentejuelas en lugar de medallas; las armas convertidas en penachos y la samba como partitura única. Así convierten el espectáculo en una suerte de parodia. Parece como si esta calle-teatro condensara la energía de *la fiesta*. Pero pronto se hace patente la evidencia: el *Sambódromo* es sólo un artilugio, una excusa perversa, para poder secuestrarla de la calle -su medio-. Pues *El Carnaval*, a pesar de ser una fiesta transgresora, debería ser urbana y libre por completo.

Fig. 4b. Río de Janeiro. Sambódromo

Foto: Néliton Vasconcelos .

Ed . Fotófilas , 2006. 150 x 100 mm

R.P. 2009

Para mí, la verdadera fiesta de *Río de Janeiro* fluye por doquier. Está en la naturaleza exuberante, compitiendo con *la ciudad* y su energía. Exuda a través de la piel brillante, siempre joven, de las mujeres; amara los jardines fragantes, regados de lluvia fina y se condensa en la insólita paleta de pigmentos con los que *Burle Marx* pintó calles, plazas y aceras infinitas. Sólo quisiera, *Marta*, cualquier día, volver juntos a Río y hacer allí una estancia larga: en sus paseos, en las cimas de sus insólitas montañas, en sus estadios, en sus viejas iglesias -ahora museos- y en las playas -sus verdaderas plazas- para saborear, como mezcla de mil frutas, la savia de *la ciudad* más placentera y vital que hemos conocido. A pesar del *Carnaval*.

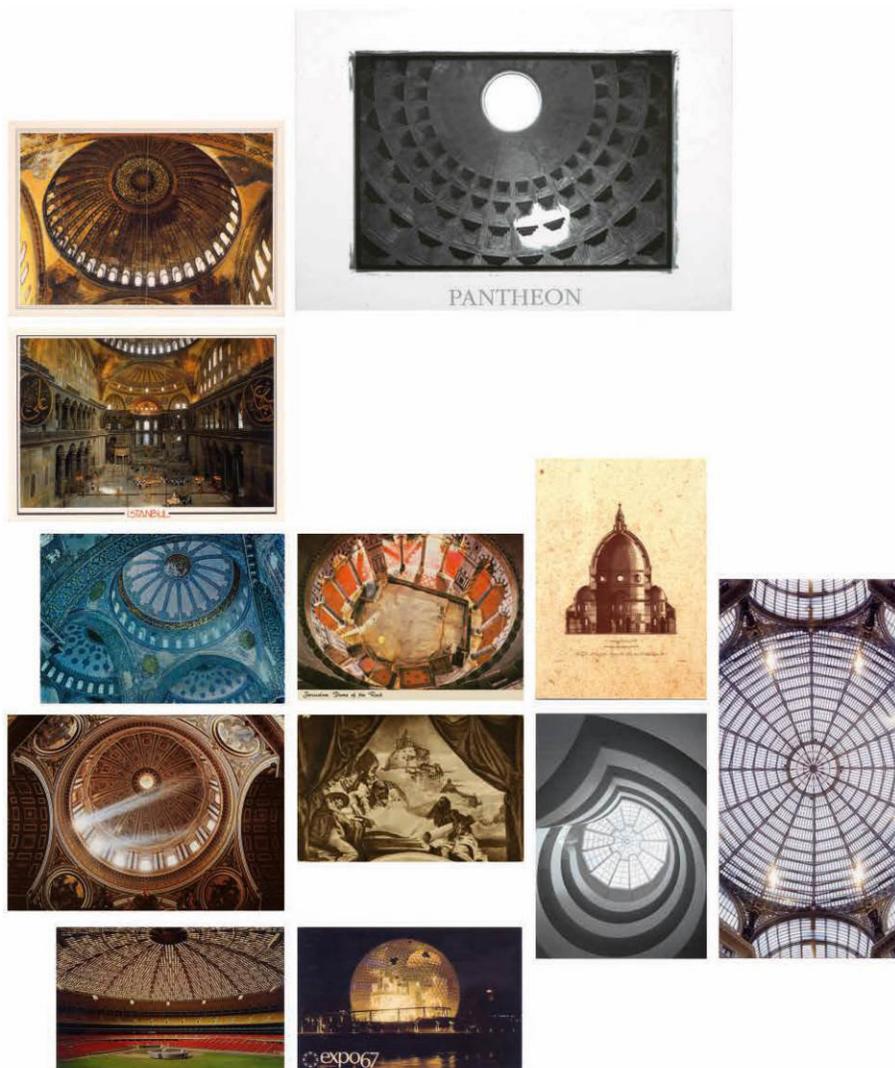



Fig. 5a. Mosaico de postales, C2 Le musée d'Orsay

El *Panteon,* inevitablemente, encabeza *la serie* de doce *postales-imagen* de **cúpulas**. Están vistas desde dentro y desde abajo, explicando así la consecución del diáfano espacio. Sólo la de *Jerusalén* mira la *Tierra Sacra,* y la de *Florencia* muestra su novedosa sección. En el pasado *las cúpulas* sólo cubrían los templos. Ahora, además de los de los dioses, coronan los grandes espacios donde se reúnen los hombres para practicar el comercio o el ocio, en construcciones que son -de hecho- nuevos templos. En todas está presente la condición de tecnología apurada y de riesgo. Las arquitecturas que

las poseen cuentan entre las más meritorias. *Las postales* les son fieles. Y cuesta poco hacer, con ellas, categoría y colección.

C2 Carnaval. Sambódromo < LA CRÓNICA URBANA

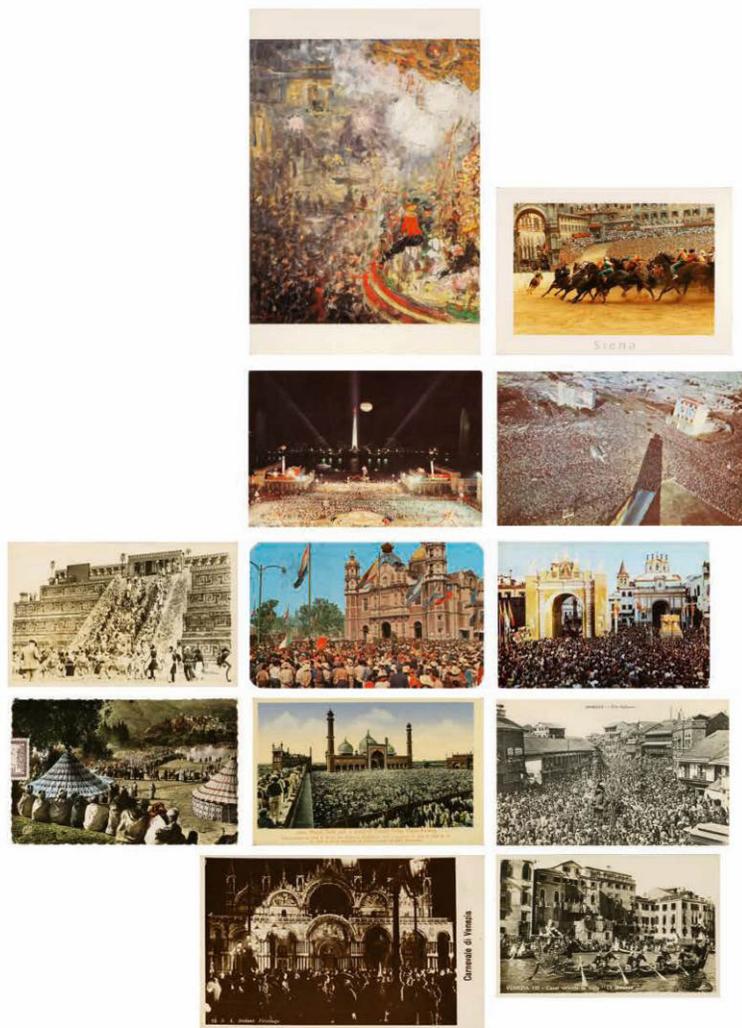



Fig. 5b. Mosaico de postales, C2 Carnaval. Sambódromo

Se comparan con diez *postales* de ciudades en **fiesta**. Muestran multitudes reunidas, como un ritual establecido, en lugar y fecha convenidos. Es condición inevitable de los hombres contravenir la rutina y, con nuevas reglas -las de *la fiesta* misma-, recuperar una libertad ficticia. Así, pautan las previsibles estaciones y la vida colectiva; evocan victorias y celebran -puntuales- todas las revoluciones. Se sirven de espacios capaces de acomodar

el evento. *Las imágenes*, por fuerza, son vistas aéreas o tomadas de manera que muestren la multitud -protagonista de *la fiesta*-. Las mejores, relacionan sujeto con objeto y son *crónica* verdadera. Sea en *París*, *Bombay* o *Venecia*, a *la postal* le place mostrar -como en la pintura de *K. Van Dongen*- *la ciudad*, exuberante de *fiesta*.

Comparación 3

Fig. 6a. Teatro Olimpico (IV).

La Porta Regale

(A. Palladio , 1580)

Ed . No consta . 147 x 104 mm .

R.P. 1983

Querido Lluís,

Palladio imaginó y maduró, durante más de 40 años, *la idea* de teatro. Estudió y dibujó los de *Vitrubio*. Admiró el de madera, de *Serlio*. Él mismo construyó uno -provisional- en *Venecia*. De forma que, cuando recibió el encargo definitivo, pocos meses antes de su muerte, planteó el proyecto -complejo y difícil- de una forma tan natural que sobrecoge y emociona. En efecto, saber encajar dentro de la vieja cárcel medieval vicentina un teatro que es el espacio-síntesis de la teoría de la perspectiva y de *la ciudad ideal*, no es sólo demostración de habilidad. Es la última lección magistral de arquitectura de *Palladio*.

Él dibujó el proyecto y empezó la obra pero no pudo terminarla. Lo hicieron sus dos hijos, el natural -*Silla Palladio*- y *Vincenzo Scamozzi* -el verdadero heredero-. Esto importa poco ahora. El *Teatro Olímpico* es la última obra realizada, intacta y, quizá, la más perfecta de *Palladio*. Lluís, la postal del teatro -que te envío- es una imagen de la calle central. Prescinde del "*frons scaenae*" y concentra la mirada en la fuga forzada, que condensa *la perspectiva* y la simetría y, al mismo tiempo, la civilización, el futuro y el infinito. Lluís, sólo deseo que, llegado el día en que -de tu mano- *Edipo rey* vuelva al *Olímpico*, podamos -juntos- admirarlo y aplaudirlo.

Fig. 6b. Salonique. Incendie de 18-19-20 Août 1917.

Place de la Liberté,

Club des Libéraux

Ed . Parisiana , Paris . 141 x 90 mm . T.H. 2009

Cara Magdaliní,

El *Olimpo* es omnipresente en *Tesalónica*. Se puede ver, claramente, desde cualquier lugar de la rada. Aparentemente, está sólo separado de *la ciudad* por el puerto y un brazo de mar. Pero parece como si los viejos dioses que lo habitaban y los nuevos -desde *Estambul, Berlín* o *América*- estuvieran tan celosos de la irresistible vitalidad y belleza que *la ciudad* rezuma que, de vez en cuando, quisieran ponerla a prueba. El 5 de agosto de 1917, en plena *Gran Guerra*, con *la ciudad* ocupada o liberada -como gustes - un incendio calcinó completamente su parte más valiosa: el centro. No hubo muertos, sólo circunstancia oportuna.

Hacía tiempo, casi 100 años, que la *Atenas* liberada y griega hacía escarnio a la *Tesalónica* cosmopolita, pero aún turca. Ahora, de repente, *la ciudad* podía decidir si quería ser helénica o contemporánea. Decidió que ambas cosas. Y, para conseguirlo, se amparó en un plan francés: formalista, pero racional y solvente. *Auguste Leon* y *Stephane Passet* habían dado fe, unos años antes, ampliamente, de la vida de *la ciudad* -macedonia, bizantina, sefardí, turca- ahora quemada. También las postales -sin pudor- dan noticia puntual de la catástrofe y sus consecuencias. Son verdadera crónica. Deseo, Magdaliní, que esta imagen sea -tanto para ti, como para mí- sólo memoria y documento, en ningún caso auspicio de nueva tragedia.

C3 Teatro Olímpico. La Porta Regale < LA CIUTAT IDEAL

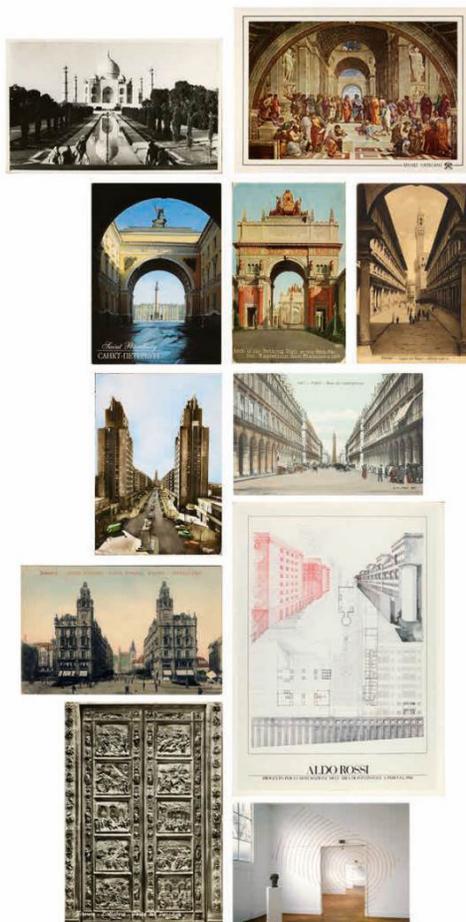



Fig. 7a. Mosaico de postales, C3 Teatro Olímpico. La Porta Regale

Once *postales-imagen* explican la geometría como pauta de composición de *la ciudad* y la arquitectura. **La perspectiva** supone orden y equilibrio e, incorporando centralidad y dualidad, permite al espectador -adecuadamente situado- capturar el infinito. Para ello, precisa masa o elementos, profundidad de campo y centrar la imagen. Para obtener una disposición equilibrada, se sirve de puertas y arcos superpuestos, torres reiteradas, fachadas idénticas, que llevan a la repetición y a la dualidad. O del agua, que refleja y duplica. Por eso inquieta la composición de *F. Varini*, "*angle au rectangle*": *la perspectiva* de las puertas se superpone a la de los círculos. Los focos coinciden, pero difieren las formas. Apura *la perspectiva* de *Ghiberti*. *Las postales* buscan *las imágenes* compuestas con orden, equilibrio y simetría, que aventajan -en número- a las de cualquier otro punto de vista.

C3 Incendie des 18-19-20 Aoüt 1917 < LA CRÓNICA URBANA

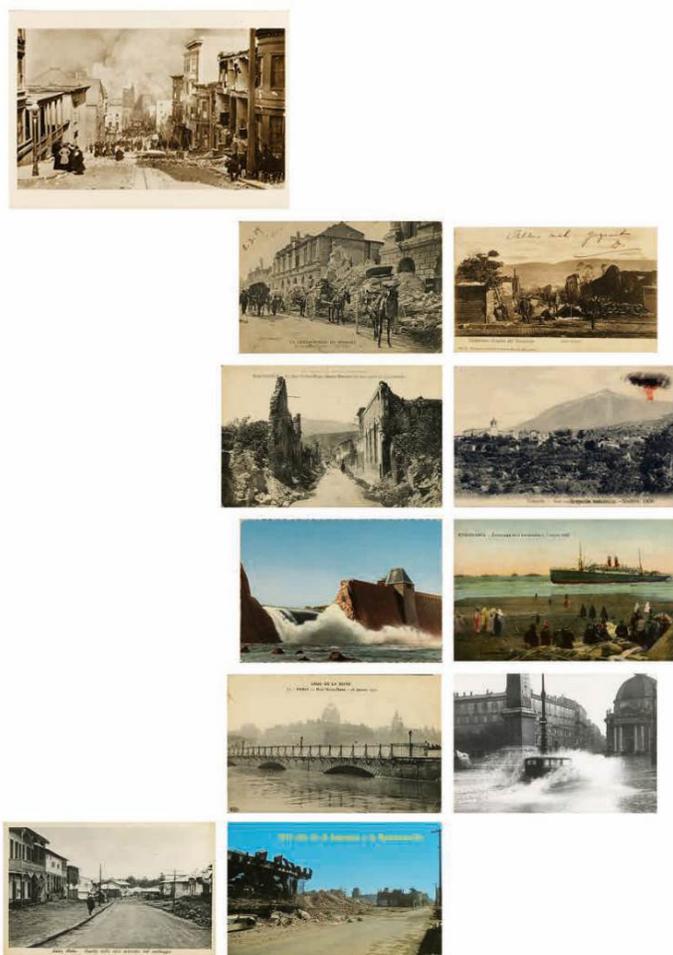



Fig. 7b. Mosaico de postales, C3 Incendie des 18-19-20 Aoüt 1917

Se comparan con once *postales* de *crónicas* de **catástrofes** naturales. Sólo una -la de *Addis Abeba*- relata la furia de los hombres. Los terremotos duran poco, pero alteran mucho. En *Valparaiso*, *Mesina* o *San Francisco la postal* fue *vehículo* de *crónica* fiel. De *Haití*, no hay *postales*. Sí, de *Managua*. Y sorprende su reverso: habla -un año después- de reconstrucción y esperanza. Los volcanes humeantes son especialmente fotogénicos. Los efectos de la lava, mucho menos. Las aguas desbocadas, en *París* o *Roma*, apenas destruyen, pero *la imagen* del dique roto holandés es de devastación. Sorprende la del buque *Venezuela*, varado -el 7 de marzo de 1920- frente a *Casablanca*. Es *la postal* diligente, la que se adelanta a cualquier otra *imagen-crónica* insertada en medios menos ágiles.

Comparación 4

Fig. 8a. Caryatides.

Ed .Eleftheroudakis & Barth , Athènes . 141 x 90 mm .

T.H. 2008

Querido Rafael,

Erecteo no era hijo de *Atenea*. Había nacido de *Gea -la Tierra-* fecundada por el inoportuno semen de *Poseidón*. Pero la *Patrona de Atenas* quiso tenerlo cerca y creció en la *Acrópolis*, ahijado por *Cécrops* -la serpiente-. Y, sin embargo, el *Erecteion* no formó parte del programa de *Pericles* para reconstruir *la Ciudad Alta* después de las *Guerras Médicas*. Al contrario que el *Partenón* y los *Propileos*, fue propuesto por la *Asamblea* para acoger los cultos de carácter crónico que había acumulado la montaña y que no tenían cabida en los nuevos templos. Su situación subordinada en la Acrópolis y la dificultad del terreno, desnivelado y ya ocupado, explican -según *Pausanias*- la complejidad de la planta de *Mnesicle*s, que había construido ya los *Propileos*. De hecho, el *Erecteion* no es un templo, sino un recinto con tres pórticos, varios altares y santuarios, *Las Tumbas de Erecteion* y *Cécrops*, La *Fuente de Agua Salada* -abierta en la roca por el tridente de *Poseidón*- y *El Olivo Sagrado de Atenea*.

Me gustaría, *Rafael*, hacer el viaje que un día propusiste, e ir juntos a *Egina* -al *Templo de Afaia*- y al silencioso *Valle de Bassae* -camino de *Olimpia*- y, a través del *Mar de Olivos de Itea*, subir a *Delfos*. Propongo entrar en *Atenas* al alba y -de la mano de *Pikionis*- alcanzar los *Propileos*. Y reseguida -sin prisa- la *Acrópolis*, gastar la última luz en el *Erecteion*. Será homenaje a su condición de monumento y de edificio flexible -en forma y **estilo**- donde posición, orden y estructura se subordinan a usos y a contexto, sin renunciar ni a la autoría ni al carácter, como la fotogénica postal de *Las Cariátides* que te envío, sugiere.

Queridísimas Helena y Maria,

Muchas *ciudades* -la mayoría- esperan ansiosas encontrar un motivo, un **evento**, que les permita y obligue a crecer y a repensarse. Emplean en ello todo tipo de esfuerzos, con la ciega confianza en que esta será su oportunidad para que la mirada del mundo, de sus ciudadanos y gobiernos, se fije en *la ciudad* preciada a la que fluirán, a la vez, la inversión y la autoestima. Otras *ciudades* parecen programadas. Encadenan, con acierto, eventos y cambios. Y cada nuevo sorbo, que sigue -inexorablemente- al anterior y antecede a los otros, deposita una capa de urbanidad que *la ciudad* -atenta- incorpora y aprovecha. De este tipo de *ciudade*s, París es el paradigma.

Fig. 8b. Exposition de 1900. La Seine au pont de l'Alma

Ed . A. Taride , Paris.

138 x 90 mm.

A.Ve. 2001

La *Primera Exposición Universal* -la de 1851- confirmó *Londres* como capital del *Imperio* y del *Mundo*, con permiso de todos, excepto de *París*. Así, de manera alternativa, ambas ciudades -una y otra- organizaron las primeras exposiciones. *Londres* las consideró trascendentes -pero efímeras- y se preocupó por el contenido y la reversibilidad del espacio. *París*, con una actitud magistralmente organizada, las situó todas excepto una -la de 1907, en *Vincennes*- en el mismo lugar: a lo largo del *Sena*. De este modo, con la reiterada construcción de puentes, palacios, museos, jardines, hitos y símbolos, el entorno del río -y el propio río- se han convertido en el itinerario urbano por excelencia. *María y Helena*, espero y deseo que en un momento u otro de la vida -de manera dilatada o muy intensa- podáis disfrutar del *Sena* y sus *Riberas* -con tanta urbanidad acumulada- y, claro está, de *la ciudad* entera.

Fig. 9a. Mosaico de postales, C4 Caryatides

París quería tener más cúpulas que *Roma*. Lo consiguió y su *Panteón* fue modelo de muchos edificios, funcionales y simbólicos. Forma y significado han sido siempre ocupación de la arquitectura, pero alcanzan dimensión universal cuando los británicos incorporan **el estilo** a su mochila colonial. La tematización medievalista se inicia en *Londres* -en el *Tower Bridge* y *el Big Ben*- y avanza como reguero de pólvora. Se la considera señal de tradición y rigor técnico y es tan poco discutida en *Quebec* como en *Tigre* o *Simbla*. El *Parlamento* de *Budapest* busca un camino propio. Pero *Disney World* -en *París*, *Orlando* o *L. A.*- significa llevar la tematización al paroxismo. Ya *Neuschwanstein* -el modelo- fue una recreación exagerada. En un retorno pendular al clasicismo, *R. Bofill* se fija en la planta vaticana para proyectar en *Montpellier*. Actitud opuesta a la de *Bath*, referencia inevitable. *Las postales* valoran *el estilo* y con sólo doce, se confirma.

Fig. 9b. Mosaico de postales, C4 Exposition de 1990. La Seine au pont de l’Alma

Mientras, *la ciudad* aprovecha o inventa oportunidades para crecer y transformarse, aunque sea **a sorbos**. La visita del rey o la celebración de una victoria se asimilan a la fiesta. Acabadas, no queda sino el recuerdo de ellas. Tampoco una exposición o unos juegos deportivos son gran cosa. Sólo si son universales u olímpicos alargan vías, plantan jardines, y construyen barrios nuevos que -difícilmente- llegarán a ser un verdadero espacio urbano. Aun así, muchas ciudades han optado por crecer a **sorbos**. El mejor ejemplo-en mi opinión- es el *Parque Olímpico de Múnich*: un vertedero transformado en emblema de innovación eficiente. *La postal*, puntual, siempre da cuenta de todos los eventos urbanos y de sus consiguientes **sorbos**.

Comparación 5

Querido Enric,

Seguro que subiste muchas veces a *Arthur's Seat* para poder ver, a la vez, *la ciudad* y el *Nuevo Parlamento*. Efectivamente, el *Viejo Castillo*, la *Royal Mille*, *Hollyrood* -el *Palacio de la Reina*- y, delante, anclado en puerto seco -como buque de la *Escuadra de Escocia*-, el *Nuevo Parlamento* son visibles desde esta roca como desde ningún otro lugar.

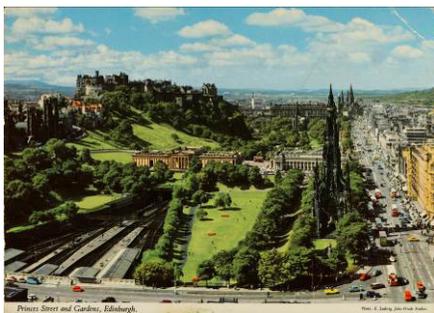



Fig. 10a. Princes street and gardens, Edinburgh Foto: E. Ludwig.

Ed. John Hinde Studio.

139 x 89 mm.

C.M. 1999

Calton Hill es menos alta y más urbana. La vista que te envío está tomada desde allí y quiere mostrar *Edimburgo* en toda su complejidad de formas e ideales de belleza. La *ciudad vieja* está a la izquierda. La nueva, el ensanche de *J. Craig*, con *Princes Street* -la media calle más bella del mundo-, a la derecha. En el centro de *la imagen*, el valle verde, otrora vacío, está ocupado por el tren, la estación, el museo nacional -un templo clásico- y el memorial de *Sir Walter Scott* -una estructura neogótica exagerada y ennegrecida- construyendo una mezcla, tan insólita, como profundamente armónica.

Quizás sólo tú podías entender que un proyecto tan simbólico como el tuyo en la ciudad ideal, acostumbrada a la empática mezcla, debía estar lleno de referencias y, al mismo tiempo, convertirse en algo propio y reconocible para poder, amparándose en la nueva arquitectura, sintetizar y expresar la idea de país, viejo y nuevo. Quizás sólo tú, Enric, sabías de la generosa exigencia que *la ciudad ideal* impone y significa.

Queridas Zaidas, Mishal y Simón,

Fig. 10b. Buenos Aires. Calle Florida

Ed. Foto K.

140 x 90 mm.

C.H. 2006

Vuestra *ciudad* me produce una sensación agridulce. Ni su inmensidad, tejida con tramas de medidas siempre diferentes, pero magistralmente ensambladas; ni las plazas y jardines plantados de jacarandas, botellas y tipas, los árboles que florecen -abundantemente- a la entrada del verano; ni los edificios, tantos, tan buenos o más que los de *París* o *Barcelona*, nada alivia la sensación de *ciudad* vacía, yerma, a la que le falta, al menos, toda una generación. Perdida, desaparecida.

Por ello me ha gustado encontrar esta *postal*, con una *imagen* de *Florida* -ya entonces vía peatonal- llena de gente que pasea, bien vestida, y se mira-admira satisfecha, reflejada en las cristaleras de los escaparates. Es la cara buena de *Buenos Aires*, la de la modernidad extrema, compitiendo con *Nueva York* por ser *la ciudad* más vital de *América*. Las *imágenes* de *Horacio Coppola* lo certifican de manera emocionante. Y sorprenden, sobre todo, al pensar que coincidían -en el tiempo- con las nuestras de posguerra. ¡Qué llena de vida estaba la ciudad entonces! Estoy seguro de que vuestros viajes de ida y vuelta le restablecerán la energía. El resto es cosa de la tierra infinitamente abundante y fértil y, sobre todo, cosa tuya, *Simón*. Tu ciudad -exhausta- te espera anhelante.

C5 Princes street and gardens < LA CIUTAT IDEAL

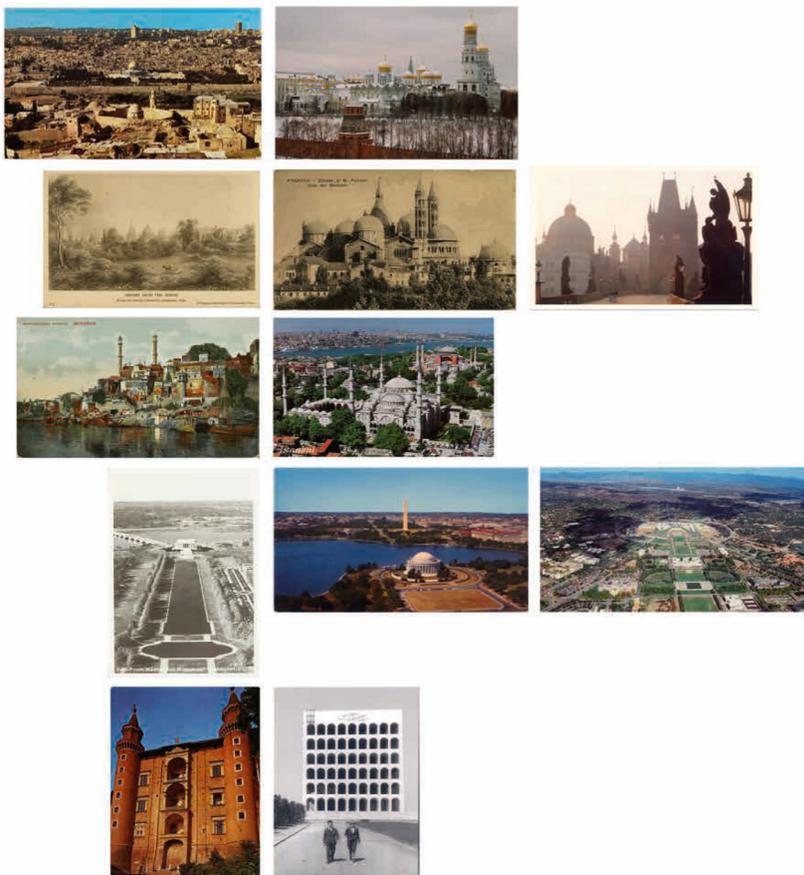



Fig. 11a. Mosaico de postales, C5 Princes street and gardens

La primera *ciudad*, la más *idealizada*, es *Jerusalén*, por su significado y simbolismo. Pero toda *ciudad* es buena, por el hecho de serlo. Y *Atenas*, *Roma* o *Constantinopla* heredaron esta condición. Algunas **ciudades ideales** están abocadas a un destino que las caracteriza: el poder, la ciencia, la religión o la muerte. *Washington*, *Canberra* o *Brasilia*, han usado la geometría, la perspectiva y la innovación para convertirse en capital y en paradigma. Ahora parece que preferimos *la no ciudad* -*Las Vegas*, por ejemplo- donde se propone subvenir toda regla establecida y el ideal de belleza es sólo la acumulación, efímera, de formas, sentimientos y emociones. *La postal* -vicaria neutral- se hace cómplice del hecho y, en doce *imágenes*, lo explica.

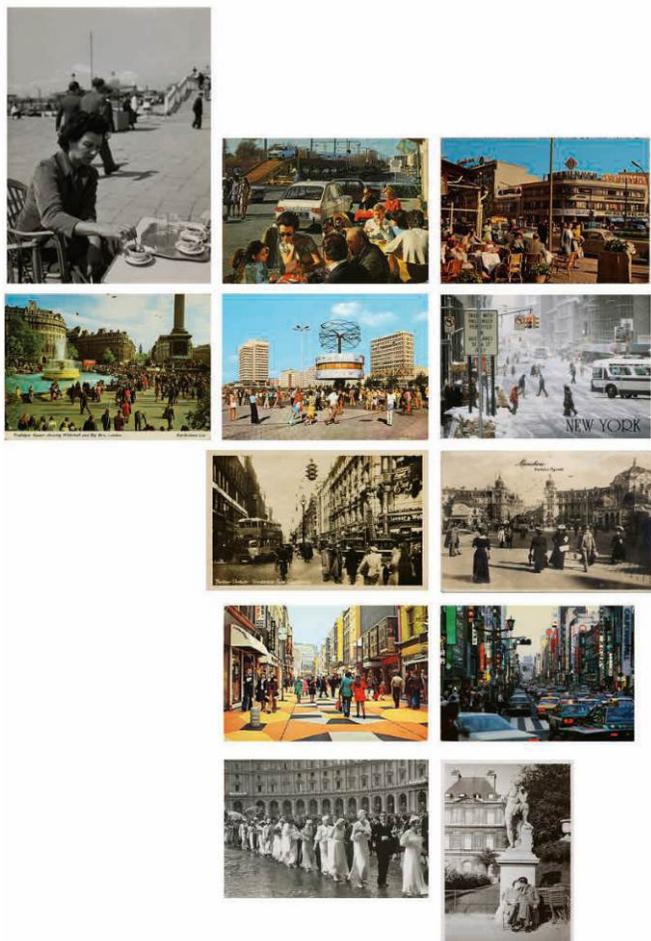



Fig. 11b. Mosaico de postales, C5 Calle Florida

A su vez, otra docena muestra *la ciudad* como escenario de *la vida cotidiana*. Nada mejor que tomar café con *Peggy Guggenheim* en *la Riva degli Schiavoni*. Reunirse junto al reloj, en *Alexanderplatz* – con todas las horas del mundo al alcance-, o ir de compras a *Carnaby Street*. Todas *las postales* se fijan en la gente que, en movimiento o quieta, centra la atención y *la imagen*. Y *la ciudad*, amable y soleada, aunque no siempre -fíjense en la de invierno en *Manhattan*-, es fondo, pero ya no protagonista. Algunas actitudes parecen *poses*. La primera lo es, seguro; también las bodas colectivas en *Piazza Esedra*. Y, quizás, *El beso* en el *Jardín du Luxemburg* aunque quiere parecer *robada*. *La postal*, que ha demostrado poca estima por *la ciudad habitada* y, tantas veces, la ha hecho viajar yerma y vacía, en este capítulo le devuelve **la vida**.

CAPÍTULO 25

LOS IDEALES DE COMODIDAD Y ASPECTO PÚBLICO EN EL URBANISMO ILUSTRADO ESPAÑOL E HISPANOAMERICANO

Data de aceite: 01/04/2021
Data de submissão: 15/01/2021

Ricardo Anguita Cantero
Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Granada

RESUMEN: Este artículo tiene como objeto analizar el proceso de implantación de los fundamentos de comodidad y aspecto público en las ciudades españolas e hispanoamericanas, los cuales, surgidos dentro de la reflexión teórica de la tratadística sobre Policía -erigida en institución garante del orden político y social- nacieron como una traslación al espacio urbano del nuevo ideal de felicidad como elemento aglutinador y justificante de la existencia y de la acción de gobierno de las monarquías del despotismo ilustrado y, en concreto, de las políticas reformadoras de la dinastía de los Borbones. En este contexto, se evalúa la incidencia que la Policía urbana tuvo en el establecimiento de la idea de comodidad a través de la creación de infraestructuras y servicios inéditos o que habían tenido, hasta entonces, un escaso desarrollo en el ámbito de las ciudades caso del empedrado, la limpieza, el alumbrado o el ornato públicos. Derivado de la mejora de este último surge el nuevo ideal del aspecto público responsable de la mejora y embellecimiento del espacio urbano.
PALABRAS CLAVE: Urbanismo, Ilustración, Spain, ciudades hispanoamericanas, Policía.

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of implementation of the foundations of comfort and public appearence in Spanhis and Latin American cities, which emerged within the theoretical reflection of the treatise on Police – established as an institution that guarantees the political and social order-They were born as a translation to the urban space of the new ideal of happiness as a unifying element and proof of the existence and government action of the enlightened despotism monarchies and, specifically, of the reforming policies of the Bourbon dynasty. In this context, the impact that the urban pólice had on the establishement of the idea of confort throung the creation of unprecedented infraestructures and services or that had had, until then, little development in the field of cities, in the case of public paving, cleaning, lighting or decoration. Derived from the improvement of the latter arises the new ideal of the public aspect responsible for the improvement and beautification of the urban space.
KEYWORDS: Urbanism, Enlightenment, Spain, Latin American Cities, Police.

CONOCIMIENTO Y CONTROL DEL ESPACIO URBANO EN LA ILUSTRACIÓN

Durante el gobierno ilustrado de la monarquía de los Borbones, se instaura en el Imperio español una novedosa concepción de la idea de ciudad y, como consecuencia de ello, nuevas propuestas de ordenación e intervención en el espacio urbano. Si, a lo largo de este periodo, se establece, por ejemplo en España,

una forma de actuar sobre el territorio, que promueve el fomento de las riquezas y que, por ende, pretende favorecer el desarrollo económico y la reforma global de la sociedad mediante la intensificación de la explotación de los recursos naturales y el aumento del comercio interior y exterior, especialmente de aquel ligado con el resto de territorios del Imperio, mediante la ejecución de un amplio programa de obras públicas basado fundamentalmente en el desarrollo de una nueva red de caminos y canales fluviales, la construcción de puertos marítimos y la urbanización de nuevas poblaciones en enclaves territoriales estratégicos en las comunicaciones internas y con déficit demográfico, la ciudad, base articuladora del propio territorio, no quedará al margen del proyecto político reformador ilustrado, erigiéndose la intervención sobre ella y la consecución de un modelo mejorado de urbe en uno de los capítulos esenciales de dicho proyecto.[1]

Conocer cuánta es la población que en ella vive y sus posesiones con la recogida de los datos incluidos en los padrones vecinales y de riqueza; cuáles los males que la aquejan a través de la elaboración de topografías médicas; o cómo es su estructura urbana mediante el levantamiento de planos topográficos o geométricos, se constituyen, entre otras, en actuaciones estratégicas que permitan un adecuado conocimiento de la ciudad y sus habitantes para hacer posible la intervención reformadora sobre ella. Este manifiesto propósito de conocimiento global de la ciudad busca favorecer a su vez el deseado control del espacio urbano y con tal finalidad alcanza un notable desarrollo durante la Ilustración una institución de marcado carácter instrumental como es la Policía, consistente, en la esfera urbana, en aquellas medidas emanadas del gobierno municipal conducentes a la consecución del buen gobierno y orden de la población e incluidas, generalmente, en las ordenanzas de las ciudades:[2]

> *"La Policía consiste en la atención del Príncipe, y de los Magistrados para mantener el buen orden, y harmonía en las cosas públicas. Los sabios reglamentos deben prescribir todo lo que es mas conducente à la seguridad, utilidad, y conveniencia pública, y los que tienen autoridad para ello han de velar atentamente en hacerlas observar. Los Corregidores, Regidores, Gobernadores Politicos, y Alcaldes Ordinarios en sus respectivas Ciudades, Villas, y Lugares, han de atender à que reyne el buen orden, y la obediencia, y se conserve la paz, tranquilidad, y concordia entre sus moradores. La abundancia en los abastos, al equidad en los pesos, y medidas, la buena calidad en las especies vendibles, la limpieza de las calles, el precaver las ruinas, el pronto socorro en los incendios, la comodidad, el sosiego , y la seguridad de los Ciudadanos, y el recogimiento de los vagamundos, son objetos en que debe emplearse la Policía, y el cuidado de los Magistrados, que gobiernan los Pueblos; en las quales mientras mas reyne este buen gobierno, tantas mayores utilidades havrá para la Sociedad civil (a).*

1. Carlos Sambricio, *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*, Madrid: M.O.P.T., Instituto del Territorio y Urbanismo, 1991, 2 t.
2. Ricardo Anguita Cantero, *Ordenanza y Policía urbana. Los orígenes de la reglamentación edificatoria en España (1750-1900)*, Granada: Universidad de Granada, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1997.

a) El objeto de la Policía, no solo debe ser el material de la limpieza, adorno, y hermosura de los Pueblos, sino es también el formal del sosiego, quietud de los Ciudadanos, y buen orden de la sociedad…”.[3]

b) Lo que se pretende, por tanto, con el establecimiento de las medidas de Policía es la propia consecución del ideal ilustrado de ciudad, basado esencialmente en el mantenimiento del orden y en las mejoras de las condiciones de vida de la población urbana, lo que en el vocabulario policial de la época se conoce como *comodidad*:

> *“El nombre de policía es propiamente genérico, comprehendiendo en su significacion, no solo entre nosotros, sino también entre los griegos, de quienes se deriva esta dicción, todo el buen órden de gobierno de una ciudad ó estado, y por consiguiente todo lo que he dicho hasta aquí, y añadiré en adelante: pero es cosa muy corriente, que las voces genéricas se usen muchas veces en sentido de significar alguna especie, particularmente quando se trata de alguna, que sea muy sobresaliente entres las comprehendidas en el género…*
>
> *Por esto, así como en castellano, no solo usamos de la palabra “policía”, como genérica, para expresar el buen órden, que se guarda en los estados, observándose las leyes establecida para su mejor gobierno, sino también como específica para significar el aseo, la limpieza, curiosidad, buena crianza, y utilidad en el trato, y todas las providencias de buen gobierno, que inmediata ó mediatamente influyen en el aseo, la comodidad de los moradores, en la seguridad de sus bienes y personas, como en los reglamentos de barrer y regar las calles, cerrar las puertas de las casas de noche, llevar la luz á determinadas horas, no correr por lo interior de las poblaciones á caballo ni en carruaje, no verter agua, no levantar mas de lo que se prescribe los edificios, y otras cosas semejantes; no puede haber reparo en que yo me valga para esta misma significación de dicha voz”.*[4]

De este modo, los esfuerzos de la administración local habrá de centrarse en el logro de dos objetivos fundamentales: la imposición del orden público como garante de la convivencia social y la implantación del ideal de comodidad en el espacio urbano. Esta última supondrá la creación de infraestructuras y servicios urbanos desconocidos en las ciudades o el establecimiento definitivo de otros diversos que, hasta entonces, apenas habían tenido desarrollo. Limpieza, empedrado, alumbrado, alcantarillado y ornato de las calles promoverán la aparición de una ciudad más confortable a partir de la Ilustración. De este último, del ornato de calles y plazas, habrá de derivar un nuevo ideal conocido en el vocabulario policial con el nombre de *aspecto público*.

---

3. Joseph Olmeda y León, *Elementos del Derecho Público de la Paz y de la Guerra ilustrados con noticias históricas, leyes, y doctrinas de el Derecho Español*, Libro Primero. Derecho Público de la Paz, Parte Primera. De la Nación considerada respecto à sí misma, cap. IX. De la Policía, Madrid: Oficina de la Viuda de Manuel Fernández, 2 t., pp. 80-81.
4. Ramón Lázaro de Dou y de Bassols, *Instituciones del Derecho Público General de España, con noticia particular d Cataluña y de las principales reglas de Gobierno en cualquier Estado*, IX t., Madrid: Oficina de don Benito García y Compañía, 1800-1803, t. III, lib. I De las cosas, tít. VIIII. De las personas públicas y particulares, cap. XIII De las personas necesarias ó utiles para el cuidado de la Policía, pp. 340-341.

ORDEN PÚBLICO: LA DIVISIÓN POLICIAL DE LA CIUDAD ILUSTRADA EN CUARTELES Y BARRIOS

Para la implantación del orden público y el cumplimiento, en general, de todas aquellas medidas relacionadas con la Policía en el interior del recinto de las ciudades, el legislador debía contar ineludiblemente con un instrumento que fuera capaz de asegurar un control eficaz sobre toda actividad ciudadana y lo encontró en uno que ya había tenido su primera formulación en una etapa anterior del Antiguo Régimen. Así, cuando por Real Cédula de 2 de octubre de 1768 se divide la villa de Madrid en ocho cuarteles -subdivididos a su vez en ocho barrios cada uno- dedicados a atender los asuntos de Policía, no era una orden novedosa, puesto que su origen se remontaba a una Real Cédula de 3 de mayo de 1604 dada por Felipe III y por la que se estableció una primera partición de la Corte en seis cuarteles sometidos a la jurisdicción de los alcaldes de Casa y Corte, medida que sería posteriormente revisada en varias ocasiones para variar el número de cuarteles.

Sin embargo, el valor principal de la Real Cédula de 1768 es que se convirtió en detonante para que esta medida policial se extendiera a otras ciudades españolas. En un plazo inferior al año, a través de una Real Cédula de 13 de agosto de 1769, se impone la estructura cuartelaría de aquellas ciudades que fueran sede de Chancillería o de Audiencia Real, caso de Barcelona y Sevilla, divididas en cinco cuarteles; Valladolid, Granada, Zaragoza, Valencia y Palma, divididas en cuatro; La Coruña, en tres; y Oviedo, en dos. Estos se subdividieron en ocho barrios en Granada, Sevilla, Zaragoza, Valencia y Barcelona; en seis en Valladolid y Palma; y en cuatro en La Coruña y Oviedo.[5]

En Hispanoamérica, en los años sucesivos, también se acometería la división en cuarteles de ciudades, por citar algunos casos, como Santa Fe de Bogotá, dividida en cuatro cuarteles y ocho barrios por el virrey Guirior en noviembre de 1774 conforme a la Real Cédula dada por Carlos III el 12 de febrero de ese año;[6] Santiago de Chile, en 1780;[7] Lima en 1785, por el Gobernador Intendente Jorge de Escobedo; Ciudad de México, en 1786 conforme al proyecto concluido en 1782 por el virrey Martín de Mayorga; San Luís de Potosí, en 1795;[8] o Puebla, en 1796 por el Intendente Manuel Flon;[9] divisiones en cuarteles

---

5. Como señala Javier Guillamón, *Las reformas de la administración local durante el reinado de Carlos III (un estudio sobre dos reformas administrativas de Carlos III)*, Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1989, pp. 336-338, otras ciudades, que no eran sedes de Chancillería o audiencia Real, también solicitaron autorización con posterioridad a la promulgación de la Real cédula de 1769 para su división en cuarteles y barrios, caso de Córdoba, compartimentada en dos cuarteles, diez manzanas y veinte barrios según Real Orden de 8 de junio de 1772 o de Ciudad Real, dividida en tres barrios por Real Orden de 21 de enero de 1790

6. Adriana María Alzate Echeverri, *Suciedad y orden. Reforma sanitarias borbónicas en la Nueva Granada 1760-1810*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2007, pp. 145-146.

7. Gabriel Guarda, *Historia urbana del reino de Chile*, Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1978.

8. David E. Vázquez Salguero, "El ordenamiento urbano de San Luís de Potosí a finales del siglo XVIII". En Ricardo Anguita Cantero y Xavier Huetz de Lemps (eds.), *Normas y prácticas urbanísticas en ciudades españolas e hispanoamericanas (siglos XVIII-XXI)*, Granada, Universidad de Granada, Casa de Velázquez, 2010, pp.91-111. Recoge el análisis de la *Ordenanza de la división de la muy noble ciudad de San Luis de Potosí en cuarteles, creación de los alcaldes de ellos, y reglas de su gobierno*.

9. Rosalva Loreto López, "La mesura de lo urbano. La administración del espacio en Puebla de los Ángeles (siglos XVI-XIX)". En Ricardo Anguita Cantero y Xavier Huetz de Lemps (eds.), *Normas y prácticas urbanísticas en ciudades españolas e hispanoamericanas (siglos XVIII-XXI)*, Granada, Universidad de Granada, Casa de Velázquez, 2010, pp. 55-60.

que pervivirían más allá de los procesos de independencia de los estados americanos.

El cuartel, un espacio perfectamente delimitado de ciudad, se convierte, de este modo, durante la Ilustración en la célula administrativa base del control municipal sobre el espacio urbano, papel que mantendrá en el paso la ciudad liberal como reflejo de la fortuna que alcanzará esta medida en su función de instrumento de control de los numerosos aspectos englobados dentro de la materia de Policía urbana. Compuesto de un alcalde de cuartel y de un número indeterminado de alguaciles, forzosamente residentes en su recinto, estos empleados públicos quedarán responsabilizados de efectuar rondas no sólo para el mantenimiento del orden público, por ejemplo, a través de la vigilancia de transeúntes o la inspección de los establecimientos públicos, sino también del correcto funcionamiento de otras materias de ámbito policial como la limpieza o el alumbrado públicos.

COMODIDAD Y ASPECTO PÚBLICO: ALUMBRADO, LIMPIEZA, EMPEDRADO Y ORNATO DE LA CIUDAD ILUSTRADA

Junto al orden público, el ideal de *comodidad* -un trasunto del fundamento ilustrado de la felicidad del súbdito como justificante del poder del monarca a través de su acción de gobierno- se impone como otro de los fines esenciales de la Policía en el espacio urbano. Para su consecución, la administración ilustrada deberá dotar a las ciudades de unas *comodidades* de las que había carecido en gran medida hasta ese momento. Alumbrado, limpieza, empedrado, alineación y hermoseo de calles, junto a la creación de salones y paseos arbolados en la periferia, son algunas de las operaciones consideradas necesarias para alcanzar el embellecimiento y mejora del espacio urbano y lograr, finalmente, el ansiado ideal de la ciudad ilustrada, como *enclave acomodado* para la vida del ciudadano. Y son unos códigos de tan larga tradición en el régimen local como las ordenanzas, las responsables de reglamentar las disposiciones que impongan el nuevo ideal urbano:

> *"…debe establecerse en las Ciudades Capitales un tribunal de Policía, que cuide de… limpieza del Pueblo, buena dirección de calles, vistoso empedrado, paseos públicos hermoseados con Arboles, bancos, y asientos, faroles para alumbrar las calles de noche, y otros diferentes ramos de Policía: Sobre todo los quales deben formarse Leyes y ordenanzas arregladas de las circunstancias del estado y Magistrados autorizados, que con rigor las hagan observar, y respetar".*[10]

Entre las materias reglamentadas, dentro de este apartado fundamental en la labor de Policía, la comodidad prestará atención especial a la regulación de una que apenas sí había alcanzado algo más que un relativo tratamiento en las ordenanzas del Antiguo Régimen. El ornato urbano, o siguiendo el vocabulario policial ilustrado, el aspecto público

---

10. Antonio López de Oliver y Medrano, *Verdadera idea de un Príncipe formada de las Leyes del Reyno que tienen relación al Derecho Público, en que se trata del sumo imperante; de los derechos Supremos de Regalía,* ó *Mayestáticos; y de la Política y Gobierno de un Estado, así en la Paz como en la Guerra*, Valladolid: Imprenta de don Francisco Antonio Garrido, 1786, cap. IV. De la Policía y sus Leyes, pp. 68-69.

se convierte a partir de este período –dando inicio a un discurso que se prolongará en la ciudad del Ochocientos-en objeto de una incipiente y cada vez mayor reglamentación para su establecimiento, hecho observable tanto en los libros dedicados a la descripción de ciudades, caso de la de Antonio Ponz, como en los reglamentos y ordenanzas de Policía siguiendo lo recogido en los tratados de Policía:

> *"En este particular no tenemos nosotros que echar menos en un Reynado, en el que parece se lleva la principal atencion esta clase de gobierno. Se ha visto con admiracion mudarse el aspecto de nuestra Corte, por su limpieza, aso, hermosura y comodidad; à cuyo exemplo las demás Ciudades del Reyno, se esmeran quanto le es posible, à fin de contribuír por su parte à los deseos del gobierno".*[11]

Las actuaciones urbanísticas de embellecimiento emprendidas durante la Ilustración serán la respuesta dada por la administración local al mandato dado por una serie de leyes promulgadas por la monarquía borbónica para mejorar el aspecto público de sus ciudades. Recogidas fundamentalmente en las *Instrucciones de Corregidores*, estas leyes se ocuparán esencialmente de enumerar cuáles son las materias relacionadas con el ornato de la ciudad y, por tanto, objeto de atención por parte de los órganos de gobierno municipal y, a pesar de su laconismo, supondrán ineludiblemente el desarrollo de la reglamentación municipal sobre aspecto público.

La primera de ellas, la *Ordenanza de Intendentes Corregidores*, otorgada en los primeros años del reinado de Fernando VI mediante Real Instrucción de 13 de octubre de 1749, y recogida nuevamente en la Instrucción de Corregidores dada por Carlos III al final de su reinado según Real Cédula de 5 de mayo de 1788, dice así:

> *"Prevendrán los Corregidores á las Justicias de las ciudades, villa y lugares de su provincia, se esmeren en su limpieza, ornato e igualdad y empedrado de las calles, y que no permitan desproporcion ni desigualdad en las fábricas que se hicieran de nuevo; y muy particularmente atenderán á que no se deforme el aspecto público, con especialidad en las ciudades y villas populosas; y que por lo mismo, si algún edificio amenazase ruina, obliguen á sus dueños á que la reparen dentro del término que les señalaren correspondiente; y no haciendo, lo madaren executar á su costa; procurando también, que en ocasion de obras y casas nuevas, ó derribos de las antiguas, queden mas anchas y derechas las calles… y plazuelas; disponiendo igualmente, que no queriendo los dueños reedificar las arruinadas en sus solares, se les obligue á su venta o tasacion, para que el comprador lo execute…".*[12]

No cabe mayor concentración de mandatos que el efectuado en esta orden. Todo aquello que es objeto de tratamiento para establecer la comodidad y, en particular, el aspecto público de la ciudad es recogido en ella, desde la limpieza, igual, empedrado y alineación

11. Olmeda y León, *op. cit.,* pp. 82-83.

12. Ordenanzas de Intendentes Corregidores de 13 de octubre de 1749, caps. 32 y 33, e Instrucción de Corregidores de 15 de mayo de 1788, caps. 58 y 59. Ambas son recogidas en la Novísima Recopilación, lib. VII, tít. 32, ley II, son comentadas por Dou y de Bassols, *op. cit,* Sección III, De las cosas conducentes al aseo, pp. 400-401.

de calles hasta el ornato de las casas, pasando por la reparación de aquéllas amenazadas de ruina y la obligada reedificación de los solares arruinados. Su cumplimiento durante la Ilustración no fue patrimonio exclusivo de aquellas ciudades que elaboraron ordenanzas de Policía urbana y alcanzó al conjunto de poblaciones, que hicieron de las *Ordenanzas de Intendentes Corregidores* la base de partida sobre la que asentar el progresivo desarrollo que la reglamentación urbanística y edificatoria alcanzará durante este periodo.

Aunque, las Ordenanzas de Intendentes Corregidores consolidan la labor de Policía como una competencia de los corregidores, el desarrollo y complejidad que alcanzan las medidas policiales dentro de la administración local en época ilustrada obligan a instituir nuevos oficios municipales que, al menos, participen de su fomento y seguimiento como se observa con la creación durante el reinado de Carlos III de las figuras del Alcalde de barrio y, sobre todo, del Síndico Personero, surgidos dentro del proceso de reforma del poder municipal emprendido por el monarca ilustrado para reorientar y revitalizar a unos ayuntamientos perpetuos caracterizados por las ventas de los cargos municipales y sumidos en un profundo estado de postración y decadencia ante la deficiente gestión política que las oligarquías locales habían sumido al gobierno de las ciudades, más preocupadas por monopolizar los principales cargos políticos de los ayuntamientos en beneficio propio que en favorecer el buen gobierno urbano.

Para intentar poner fin a esta grave crisis institucional, Carlos III tomará la decisión de ampliar la representación social en los ayuntamientos perpetuos, que, pese a todo, caminaban hacia su inevitable final, junto al resto de instituciones políticas del Antiguo Régimen, hecho que ocurría poco más de medio siglo después tras la muerte de Fernando VII en 1833 con el establecimiento del Estado liberal constitucional. En este contexto, un Auto de 5 de mayo de 1766 y una Instrucción de 26 de junio de ese año, posteriormente mejorados por una Real Cédula de 15 de noviembre de 1767, establecen la creación de dos nuevos oficios municipales, el Procurador del Común y el Síndico Personero –este último instituido sólo en el caso de que el oficio de Procurador Síndico fuese de propiedad particular-, que ayuden a regenerar la preocupante situación política y de gestión de los ayuntamientos, paliando en algún grado el estado de monopolización social en que habían degenerado.[13] La elección de estos nuevos cargos, también presentes en las administraciones municipales de las ciudades hispanoamericanas, debía ser un garante de mayor credibilidad del gobierno de las ciudades mediante su apertura a otros estamentos sociales aunque ésta quedara limitada exclusivamente a las clases burguesas de mayor poder económico, un anticipo de los cambios políticos que la nueva realidad social, con la presencia de estos grupos sociales ascendentes, llevará al cambio de régimen político y a la formación de los ayuntamientos constitucionales en España, primero con la promulgación de la Constitución de 1812 y las leyes provinciales derivadas de ella y, posteriormente, con su restablecimiento durante el inicio del reinado isabelino.

13. Miguel Serrano y Bellezar, *Discurso político-legal sobre la erección de los diputados y personeros del común: elecciones, facultades y prerrogativas.* 2ª impresión, Valencia: 1790.

Los nuevos cargos, elegidos indirectamente entre los cabezas de familia, rompen, por tanto, la exclusiva y hereditaria participación de la clase nobiliaria en el gobierno urbano, al proceder fundamentalmente de la ascendente burguesía, a la que representan y defienden como nueva clase detentadora de la propiedad urbana. A ellos se les concede como principal misión la defensa del bien común, proponiendo o procurando la adopción por los órganos de gobierno municipal de aquella serie de medidas que convengan al conjunto de la población, entre las que destacarán sobremanera las relacionadas con la mejora y reforma de las ciudades:

> *"De los Síndicos el Procurador General tendrá, á mas de las facultades en su Despacho, las demás que goza este oficio en Castilla; el Personero la de pedir y proponer todo lo que convenga al Público generalmente; y los dos intervencion para celar las cantidades consignadas en la dotacion de dicha Ciudad de Barcelona para la limpieza, y demás obras públicas de ella, se inviertan en los fines de su destino".*[14]

Si el Diputado del Común centra, entre otros asuntos, su labor en el abasto público y en los arbitrios municipales, el Síndico Personero se esforzará por atender aquellos relativos a las diferentes materias comprendidas dentro de la Policía, caso del establecimiento y buen funcionamiento del alumbrado público, la limpieza de las calles o el ornato y seguridad de los edificios. Sus propuestas "…carecían de voto y voz para resolver", limitándose su acción a la de tener "…voz para instar". No obstante, el Personero será investido posteriormente de fuerza resolutiva por Real Orden de 31 de enero de 1790, dotándosele de voto en las Juntas de Policía locales[15]:

> *"Este ha sido el fin principal de la eleccion de públicos Personeros, y Diputados de los Pueblos, establecidos en nuestros tiempos. Estos verdaderos Procuradores del Comun, deben solo acordarse de que están constituidos para beneficio del Público. Todas sus miras no se han de dirigir à otro fin que à exponer con libertad sus dictamenes y representar con viveza los daños, perjuicios è inconvenientes. En consecuencia de sus buenos oficios, debemos esperar ver enmendados muchos abusos, y que cada día se admire el buen orden y policía de los Pueblos".*[16]

Como representantes de la emergente clase propietaria burguesa, los síndicos personeros dedicaron especial atención a la mejora de aquellos asuntos de Policía urbana relativos al aspecto público, convirtiéndose en uno de los principales oficios municipales preocupados por impulsar el inicio de las reformas urbanas. Esto explica, por ejemplo, su activa participación en las comisiones formadas en los ayuntamientos para la elaboración de los reglamentos edificatorios como ocurre en el caso de Barcelona durante la redacción del Edicto de Obrería de 1771, donde Síndico Personero y Procurador del Común –responsable

---

14. Archivo Administrativo Municipal del Ayuntamiento de Barcelona: *Ordenanzas porque se rige el Ayuntamiento de la Ciudad de Barcelona*, Barcelona: Juan Francisco Piferrer, Impresor de S.M., s.a. (manuscrito "1787"), p. 34.
15. Guillamón Álvarez, *op. cit.*, p. 254.
16. Olmeda y León, *op. cit.*., De la Nación considerada respecto à sí misma, cap. IX. De la Policía, p. 83.

de su elaboración junto al maestro de obras municipal- hicieron suyas las peticiones de los propietarios de la ciudad al reclamar la liberalización de la actividad edificatoria, eliminando tanto la obligada inspección municipal de las obras como el pago del *visorio*, tasa resultante de esta inspección. Además, consiguieron poner fin a las arbitrariedades con que los regidores obreros concedían licencia a las solicitudes de obras, estableciendo en el Edicto de Obrería reglas edificatorias suficientemente claras para poder juzgar la correcta ejecución de las obras.[17]

Por su parte, la institución de los alcaldes de barrio –nombrados, en primer lugar, en Madrid a raíz de los disturbios ocasionados por el Motín de Esquilache en 1766 -, supuso una evidente mejora del control de la población, ya que, entre otras cosas, este cargo de elección popular se habría de encargar de llevar un registro o padrón de vecinos, el *libro de matrícula*, en el que debía constar el nombre de todos los vecinos, y el *libro de hechos*, donde tenía que ir anotando los sucesos más importantes que acontecieren en el barrio con relación a la infracción de los asuntos de Policía:

> *"Las utilidades, que dá en un reyno la cómoda y la expedita división de él en partidos y provincias, trae tambien en las ciudades populosas la distición de quarteles y barrios: y por esto con cédula de 13 de agosto de 1769 se mandó en el cap. I, que todas las capitales de España, en donde hay chancillerías ó audiencias, se dividiesen en quarteles al cuidado de un alcalde del crimen, ó de otro magistrado, en donde no hay sala del crimen, y los quarteles en barrios con un alcalde cada uno. En el cap. II ibid. Se manda, que dicho alcalde matricule todos los vecinos, zele la policía, el alumbrado, la limpieza, la quietud y el recogimiento de pobres y de los vagos".*[18]

Pero el hecho más destacado es que los alcaldes de barrio, al ser responsables directos del cumplimiento por los vecinos de los bandos de Policía tocantes al alumbrado, la limpieza, el empedrado y el ornato público, y al encargarse de penar a sus contraventores y de comunicar las incidencias ocurridas al Corregidor al respecto como máximo responsable de estas materias, pueden ser considerados como el primer cargo municipal creado en España con una exclusiva competencia policial:

> *"Todos los magistrados ordinarios, especialmente los corregidores y los regidores, y en particular los almotacenes, los síndicos procurador y personero, los acuerdos de chancillerías y audiencias, las Salas de Gobierno del Consejo y los Señores de la Primera Superintendentes de los partidos en que está dividido el reyno, son personas públicas, á cuyo cargo está la policía de los pueblos. En el mismo número deben comprehenderse los alcalde de barrio, y aun con mas propiedad que los demas, porque estos magistrados son propia y determinadamente para los asuntos de policía sin mezcla de economía, ni de jurisdiccion sobre otro ninguno".*[19]

---

17. Joaquín Sabaté, *El proyecto de la calle sin nombre. Los reglamentos urbanos de la edificación París-Barcelona*, Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1999, p. 133.
18. Dou y de Bassols, *op. cit.*, pp. 384-385.
19. *Ibid.*, p. 342.

Su presencia en la administración municipal de las ciudades con división cuartelaría y de barrios fue norma común, no sólo en las ciudades españolas, sino también del Imperio, aunque en estas su nombramiento no era realizado por elección popular sino por la autoridad,[20] instituyéndose inmediatamente en ellas, como, por ejemplo, en Santa Fe de Bogotá, en 1774, donde los alcaldes de barrio tenían entre sus funciones las de poner nombre a las calles y numerar las casas de su barrio; matricular a todos los vecinos; informar sobre los desórdenes; identificar a vagos, pobres, mendigos y huérfanos abandonados; reducir a la cárcel a los indios fugitivos de sus pueblos; velar por la limpieza y el buen empedrado de las calles; y el cumplimiento de los bandos de Policía como el promulgado en marzo de 1785 por los alcaldes ordinarios Miguel Galindo y Josef León.[21]

20. Vázquez Salguero, *op. cit.*, p. 101.

21. *Instrucción para el gobierno de los alcaldes de barrio de esta ciudad de Santafé de Bogotá* (1 de noviembre de 1774). En Alzate, *op. cit.,* pp. 145-150.

SOBRE A ORGANIZADORA

ALINE FERREIRA ANTUNES - Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pelo Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade de educação São Luís. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Possui ampla experiência docente nos mais diversos níveis educacionais nas áreas de História, Língua estrangeira moderna (inglês) e em curso superior de Pedagogia. Tem pesquisas publicadas nas áreas de História, Comunicação, História em quadrinhos, Teorias raciais, História e gênero, História, memória e sensibilidades. Atualmente é professora de História efetiva da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF/GDF). Link para currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9327358239672893.

ÍNDICE REMISSIVO

A

C

D

E

F

H

P

Q

R

S

T

U

V

História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021